

PROCESSO Nº

26513

ANO

1988



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT

Processo: 26513 / 1988

PARQUE DO POVO

Nro. Bem: 26001

Data: 18/10/1988

AVENIDA MARG.PINHEIROS/JUSCELINO K/CIDADE 0
JARDIM/HAROLDO VELOSO

Município: SÃO PAULO

Bairro: ITAIM BIBI

Interessado: DEPUTADO FÁBIO FELDMANN

Assunto: ESTUDO DE TOMBAMENTO



VOLUME 4

26513

60h
A

Cópia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

F, finalmente, vale lembrar - no caso da existência de um projeto urbanístico - a grandiosa importância de que seja garantido o uso público da área e, nesse sentido, o papel fundamental que os Clubes e demais instalações (Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte etc) há décadas exercem para a preservação daquele espaço, de significativa importância para o bem-estar da população de São Paulo.

A garantia definitiva de preservação do Parque do Povo, vale dizer, seria uma atitude notável, um modelo a ser seguido, para o início das atividades da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, órgão essencial para a qualidade de vida da Capital.

Certo de contar com o apoio de Vossa Excelência, aguardo manifestação sobre o assunto, e reitero protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Fabio Feldmann
Deputado Federal



604

São Paulo, 23 de agosto de 1.993

À

Dra. CLEIDE PREVITALLI CAIS
PROCURADORA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO

Prezada Senhora,

Venho pela presente DENUNCIAR que a P.M.S.P. está realizando obras que desrespeitam a liminar que protege a área do Parque do Povo.

Solicito em nome da comunidade que mantém a área que encontra-se sob a proteção deste Ministério, que aja interferência imediata de sua parte no sentido de solicitar a paralização imediata das obras.

Sem mais, antecipadamente grato ; me coloco a disposição de V.Sa. para o que for preciso.

Mauro A.L. Pinheiro
Presidente



Jaima Gimenes
23 AGO 1993

603
A



São Paulo, 10 de maio de 1.993.

Jaime Dimichuk
10 MAI 1993

Exma. Sra. Procuradora da República
CLEIDE P. CAIS

Prezada Senhora,

Neste último final de semana, os cidadãos usuários do Parque do Povo, presenciaram uma grande movimentação de homens e máquinas que estão a serviço da Prefeitura Municipal de São -/ Paulo, em torno da área do Parque.

A presente tem finalidade de DENUNCIAR a esse digníssimo Ministério que, essas máquinas estão ali para iniciarem obras/ que expropriarão a União em parte da área do Parque e paralizarão as atividades de cinco das Entidades aqui instaladas. Solicite, em nome das Entidades e de todos os usuários do Parque que, esse Ministério apure as irregularidades das obras e tome providências para a paralização das mesmas.

Sem mais, contando com a preciosa colaboração de sua Exêlên-

REALIZAÇÃO

CONVOCAÇÃO GERAL

604
Dia 16-10-93



SHOW = ALERTA GERAL

11 - Horas

Com o objetivo de sensibilizar as "autoridades" que estão querendo modificar o PARQUE DO POVO, os amigos, artistas, boleiros, trapezistas, balconistas, garçons, feirantes, atores, etc... realizarão neste dia um ABRAÇO AO PARQUE.

Animação - BANDA MISTURA & MANDA e LUIS VAGNER o GUITARREIRO

Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, 520 - CEP 04.533-080 - SP - São Paulo

605
h

A CEF VAI VENDER O "PARQUE DO POVO"

A Caixa Econômica Federal está ultimando os preparativos para a venda de seu imóvel mais valorizado. Localizado na confluência das avenidas Cidade Jardim e Nações Unidas, o terreno tem 237 665 metros quadrados e está avaliado em 400 milhões de dólares. O único entrave para a venda do chamado "Parque do Povo" — a utilização de parte da área pela Prefeitura de São Paulo — acaba de ser removido. No último dia 11 de agosto, o presidente da CEF, Danilo de Castro, acertou com o prefeito Paulo Maluf a liberação da parcela ocupada. Em troca, a CEF permitirá à prefeitura abrir uma avenida no terreno.

EXAME/1.º DE SETEMBRO DE 1993

606

Sábado, 11 de setembro de 1993 CIDADE • FT B-3

URBANISMO

CEF quer vender terreno e ameaça parque

O superintendente da Caixa Econômica Federal em São Paulo disse que o terreno que abriga o parque do Povo (zona sul) vale US\$ 400 milhões. Vereador critica o que chama de "lógica do concreto"

Um acordo entre a CEF (Caixa Econômica Federal) e a Prefeitura de São Paulo pode acabar com o parque do Povo, que fica em Cidade Jardim (zona sul).

O superintendente da CEF em São Paulo, Mário da Cunha Haag, disse que a Caixa pretende vender o terreno de 276 mil metros quadrados por US\$ 400 milhões (aproximadamente CR\$ 40 bilhões). "Temos a expectativa de que em breve haverá uma solução", disse Haag.

O terreno está em uma área de zona especial (Z8-200), o que praticamente impede a construção de qualquer edificação.

Somente com a mudança da classificação da área no zoneamento da cidade o ter-

reno vai se tornar interessante aos investidores do setor imobiliário.

O vereador Mauricio Faria (PT) afirmou que o parque do Povo representa um espaço com características de convivência pública. "Em São Paulo, a maioria das opções de lazer é de lugares pagos", disse Faria. "Fazer um empreendimento ali é usar a mesma lógica da obra da Faria Lima. É a lógica do concreto armado e do tra-tor."

Para mudar o zoneamento da área, o prefeito Paulo Maluf precisa de três quintos dos 55 votos da Câmara.

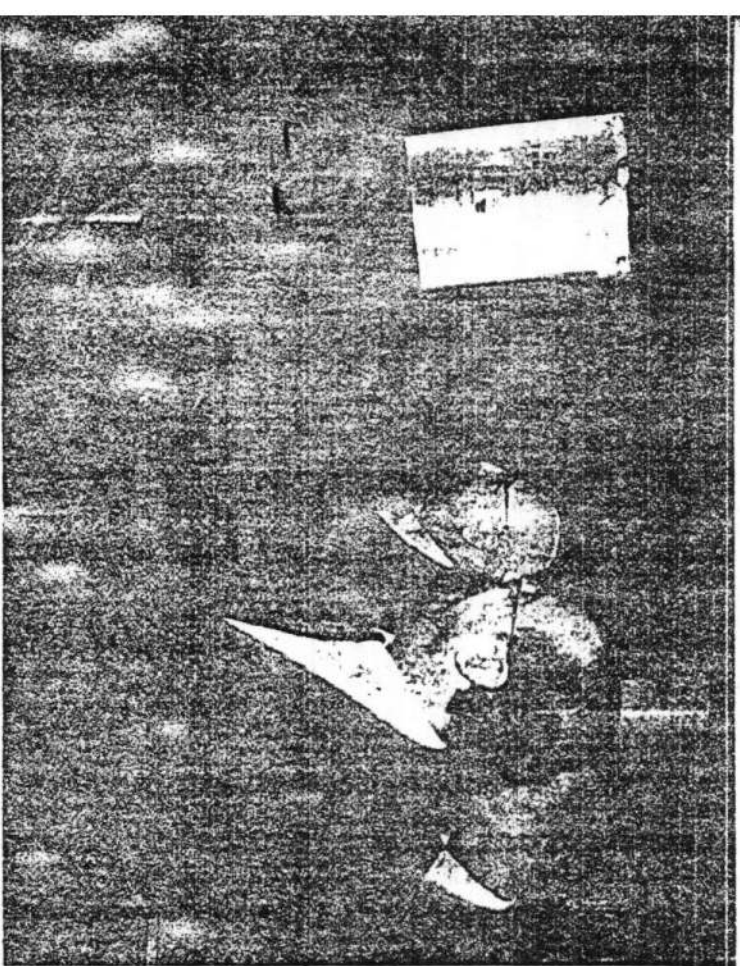
Para aprovar a Operação Urbana Faria Lima, que vai desapropriar mais de 400 imóveis, o Executivo também

precisa conseguir o apoio de três quintos dos vereadores. Com a operação urbana, a prefeitura pretende levantar dinheiro junto à iniciativa privada para financiar as obras de extensão da avenida Faria Lima até a Pedroso de Moraes (Pinheiros) e a Luis Carlos Bertini (Brooklin).

A extensão da Faria Lima e a mudança de zoneamento da área tornariam o terreno da CEF um investimento de retorno garantido.

O secretário municipal das Finanças, Celso Pita, participou do encontro de ontem entre Maluf e o superintendente da Caixa. Dentro de 10 dias, a CEF e a prefeitura devem assinar um acordo para a rolagem da dívida da cidade.

São Paulo deve CR\$ 60 milhões à Caixa Econômica Federal —posição do dia 30 de junho deste ano. O acordo deve estabelecer o prazo de 240 meses para a amortização da dívida. (Claudio Augusto)



Paulo Maluf e o vice-prefeito Sílton Borges dos Reis, durante inauguração de uma escola

Maluf inaugura escola na zona sul

O prefeito Paulo Maluf inaugurou ontem uma escola em uma creche em Capela do Corro (zona sul). Nos dois

que cabe agora à Câmara aprovar o plano de cargos e salários dos professores —projeto que o Executivo

da cidade, uma das áreas mais carentes de São Paulo. A solenidade de inauguração da creche teve passagem

Passcata só reúne 60 guardas

civis e frustra o sindicato

601

JORNAL DO Povo

Ano VIII - n.º 279

São Paulo, de 12 a 18 de agosto de 1992

Condomínios querem tirar ponto de táxi

Os condôminos do Edifício Tito Fleury, na rua Pedroso Alvarenga, foram surpreendidos por um ponto de táxi instalado bem na porta do prédio, na sexta-feira, dia 31. Os três veículos da frota não chegam a bloquear a entrada da garagem do edifício, mas "tiram o lugar antes usado pelos condôminos para estacionar seus veículos, já que o estacionamento não oferece vagas suficientes para todos os carros", afirma Alfo Fernando Giancoli, síndico do prédio. "Além disso, num condomínio há muita entrada e saída de moradores, agora os caminhões de mudança não podem parar na porta por causa do ponto de táxi".

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Transporte (SMT), geralmente os pontos são instalados de acordo com a solicitação das cooperativas de táxi e taxistas. De posse do pedido, os técnicos da secretaria fazem um levantamento da demanda, das condições locais e verificam se o lugar realmente necessita de um ponto.

Mas se depender dos moradores do Tito Fleury, o ponto está com os dias contados. Um abaixo-assinado, com cerca de 40 assinaturas, solicitando a transferência desses veículos para um local mais adequado já foi encaminhado a SMT.

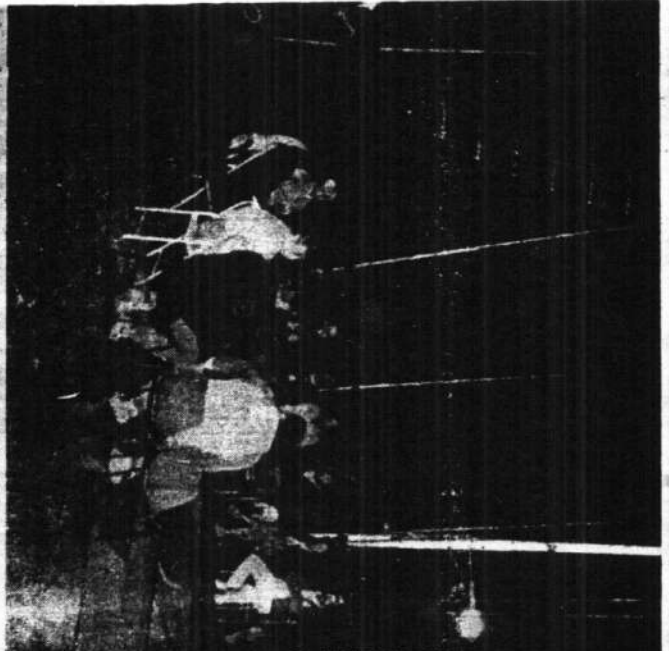
Sociedade Amigos do Parque d

Com o objetivo de promover melhorias e de proteger o Parque do Povo contra a degradação, as entidades sociadas no parque e os moradores locais se mobilizam para a criação de uma Sociedade Amigos e Moradores do Parque do Povo. O movimento, que conta com o apoio do Clube dos Lojistas do Itaim Bibi e Sociedade Amigos e Moradores do Itaim Bibi e Vila Olímpia (Sambivo), pleiteiam o melhor aproveitamento do espaço situado junto à Ponte da Cidade Jardim, ocupado pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte, bicicross, quadras e clubes de futebol do bairro.

Segundo Maria Isabel de Assunção, organizadora do movimento em prol do Parque do Povo e proprietária do Circo Escola Picadeiro, o espaço é pouco utilizado por moradores da redondeza. A idéia é aproveitar o generoso espaço do Parque, com cerca de 127 mil metros quadrados, para realizar uma série de eventos culturais, feiras, espetáculos teatrais, entre outros, abertos à comunidade da região.

No entanto, o local apresenta alguns problemas que precisam ser solucionados antes de se colocar em prática qualquer projeto cultural. Esgoto a céu aberto, falta de segurança, lixo e entulhos descarregados freqüentemente no terreno são fatores que colaborem para a degradação do Parque do Povo. Por isso, os membros da futura Sociedade Amigos e Moradores do Parque do Povo querem estabelecer como prioridades a instalação de gradis de proteção ao redor da área, maior fiscalização da prefeitura a fim de evitar o despejo de lixo, melhor policiamento e serviço de limpeza urbana. Para conservar uma das poucas áreas verdes da região, a população

Beatriz Borges da Silveira

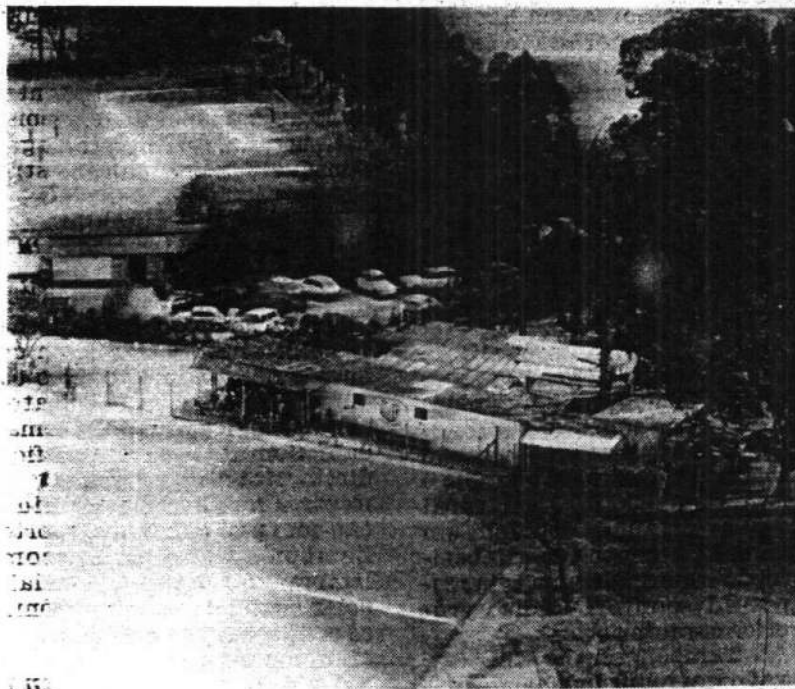


A população local se organiza no Circo Escola Picadeiro para criar uma árvore.

local também reivindica novos plantios de árvores.

A união faz a força

Além do Circo Escola Picadeiro, bicicross e Teatro Vento Forte, o Parque do Povo abriga as sedes de mais 8 entidades do bairro - Mocidade Futebol Clube, Grêmio Ipororó, Tintas Cirota, Martimotebol Clube, Movimento Esportivo do Itaim, Canto do Rio, Flor do Itaim e Grêmio Esperanto União. Das 10 entidades apenas 4 estão fora da mobilização. "Com a formação de uma Sociedade, elas terão maior representatividade junto ao poder público", garante da Sambivo. "A união será em que o parque comerciais, empresas, entidades, esportistas, todos em nome do Parque do Povo e das lideranças locais. Na última semana, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Plano Nacional de Arborização. O objetivo é plantar 10 milhões de árvores em todo o Brasil até o ano 2000. O Parque do Povo é uma das áreas prioritárias para a realização de plantios de árvores."



Ana Carolina Fernandes/AE

O parque: uma das poucas áreas de lazer na Zona Sul

Itaim pode perder o Parque do Povo

O pequeno ponta Gustavo desce rápido pela direita. Na linha de fundo, dribla dois saqueiros e cruza. O centro-avante Luís Felipe pula e, de cabeça, marca um dos muitos gols da escolinha de José Carlos Bauer, ou o "Monstro do Maracanã", ex-jogador do São Paulo Futebol Clube e a Seleção Brasileira. Cenas como estas podem desaparecer de uma vez do Parque do Povo, na Marginal do Pinheiros, perto da ponte da Cidade Jardim, no Itaim Bibi: é que a Caixa Econômica Federal e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), proprietários da área, colocaram o terreno à venda.

São mais de 237 mil metros quadrados de muito verde, árvores altas e áreas de lazer, como oito campos de futebol, uma pista de bicicross, teatro, circo, feiras livres e a Academia de Futebol José Carlos Bauer, mantida com doações dos pais de 80 crianças de seis a 16 anos que treinam todos os sábados nos campos do Marítimo Futebol Clube e Tito Cirola. "É um absurdo o governo querer tirar essa área do povo, precisamos demais deste espaço para as crianças", reclama Paulo Roberto Almeida Sousa. Daí

pensa assim: ontem, representantes dos moradores de Pinheiros e Itaim, dos oito times de futebol, feirantes, do circo e do teatro reuniram-se sob a lona do Circo Escola Picadeiro para "discutir a estratégia das manifestações contra a venda da área pelo governo federal". Decidiram, entre outras coisas, promover o "abraço o Parque do Povo", em data ainda a ser marcada. Também vão colocar faixas em torno do parque e pedir ajuda aos políticos, além de promover shows de artistas e cantores no local.

Na semana passada, o advogado José Eduardo Ramos Rodrigues, coordenador da Subcomissão de Meio Ambiente da ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ingressou na Procuradoria Geral da República, em São Paulo, com medida cautelar. Na opinião dele a venda da área irá causar problemas ao meio ambiente da cidade. O Parque do Povo é duas vezes maior que o Jardim da Luz e o dobro do Jardim da Aclimação. Só pelo seu tamanho dá para perceber o prejuízo que a eliminação dessa área trará à qualidade de vida da cidade.

Já o deputado federal Fábio Feldman pediu o tomba-

600
na categoria profissional, reclama reajustes salariais nem mesmo garantia de emprego. É uma passeata em favor da vida, da preservação, da defesa do rio Pinheiros, hoje um esgoto a céu aberto de 25 quilômetros. Quando se fala em devolver às águas do Pinheiros e do Tietê um pouco de vida, qualquer pessoa mais sensata há de franzir o cenho e balançar negativamente a cabeça por já não acreditar que isso possa ser possível.

Apesar da louvável campanha dos ecologistas, dos mais variados movimentos preservacionistas, dos shows de cantores e outras atividades com o mesmo fim, na realidade a depoluição desses dois cursos d'água parece não interessar, ou pelo menos é relegada a plano inferior, aos detentores do poder. Uma obra que exige muitos recursos, paciência, obstinação e, o que é pior, de longo prazo, que não permite captação imediata de "retorno" em um país onde somente-se-faz-o-que-se-

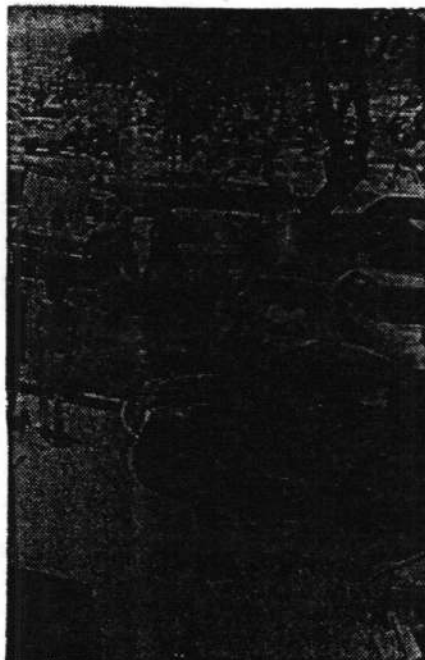
C
N
Bra
Po
Pra t
cento

tar descartada por ser considerada ilegal, é a do presidente querer votar na condição de vereador, deixando outro na hora da votação presidir a sessão.

Felipe Gonçalves

Alive normal

Manoel Guarani



n realizados normalmente

"Anel viário é bom. No lugar certo! Km 21,5" dizia uma das faixas colocadas no local do protesto. Os moradores da região alegam que a construção de anel viário, segundo o traçado original do projeto, traria uma série de problemas para a população, tanto de Taboão da Serra como do Embu. Ela obrigaria a desapropriação de uma área residencial, além de afetar todo o Parque Monte Alegre, onde existe uma reserva ecológica; e não resolveria a questão do transporte de cargas dentro da área urbana, porque os caminhões estariam sendo desviados do centro de Taboão, mas dez bairros ainda con-

509
teria outra alternativa de retorno para aqueles que residem na divisa de Taboão e Embu, uma vez que o único viaduto existente depois do quilômetro 18,5, fica no 26. Os moradores de Taboão da Serra acusam, ainda, o prefeito da cidade de não ter consultado a população e nem o Legislativo Municipal, antes de autorizar a obra pelo governo estadual. Os 15 vereadores locais (dos quais 12 são do mesmo partido do chefe do Executivo) também não concordam com o projeto original e já solicitaram seu reestudo ao governador Orestes Quércia. Até o prefeito do Embu, Nivaldo Orlandi, está apoiando a mudança do projeto.

Clubes se mobilizam contra desapropriação no parque

Em ato público realizado a tarde de ontem, o Marechal Floriano F.C. — uma das nove agremiações responsáveis pela ocupação e conservação do Parque do Povo — protestou contra a desapropriação de sua praça de esportes pela Justiça Federal, em favor da Telesp, que pretende construir no local "um centro operacional".

A área a ser desocupada é de aproximadamente 20 mil metros quadrados, num valor estimado de Cz\$ 150 milhões. A Telesp depositou em juízo Cz\$ 8 milhões. No entanto, Gerson Coppola, vice-presidente do Marechal Floriano, afirmou estar de posse de uma autorização do prefeito Jânio Quadros, conseguida através do Departamento de Obras Públicas do Município (DOP), para a construção de uma creche e de um mini-posto de Saúde naquele local, embora o Parque do Povo seja de propriedade do IAPAS e da Caixa Econômica Federal.

Localizado entre o Itaim Bibi e os Jardins, o parque é uma das poucas áreas verdes que ainda restam em São Paulo. Por isso, Mauro Pinheiro, que reside no Itaim há 32 anos, juntamente com dire-

tores do Canto do Rio, outra agremiação atingida parcialmente pela desapropriação, estão pleiteando a transformação do local em Z-8 (Código das zonas declaradas entre os parques e jardins).

Além das duas agremiações atingidas, possuem praças esportivas no parque o Clube do Mé, Itororó F.C., Citrota F.C., Flor do Itaim, Marítimo, União Vila Olímpia e Mocidade do Sumaré, responsáveis pela conservação do local. O protesto contou com apresentação de conjuntos musicais e a presença de populares. Algumas faixas foram estendidas, onde se lia: "Queremos o Verde e Telesp Fora". Mauro Pinheiro disse que semanalmente 170 clubes de futebol realizam competições no parque, com uma frequência mensal de 15 mil pessoas que para lá se dirigem em busca de lazer.

Ricardo Pastor, sócio do Marechal Floriano, sugere a construção do centro operacional em outro local, próximo ao parque. "Estão sendo desalojadas duas favélas aqui perto. A Juscelino Kubitschek e outra no Morumbi", acrescentou.

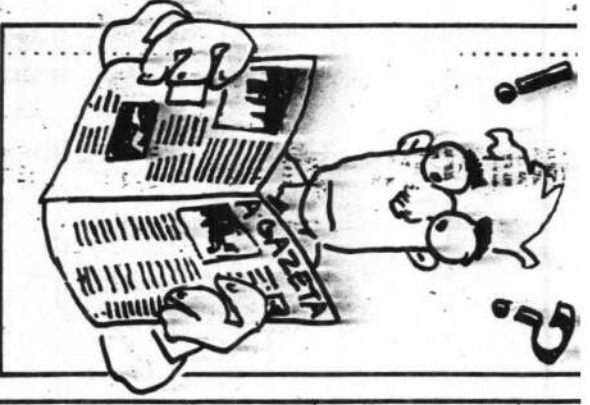
dententes parte para a luta

res; 3) reforma das casas e apartamentos, que enfrentam problemas de deterioração; 4) segurança.

Elpídio Firmino de Jesus, vice-presidente da Associação e Comissão Popular, conta que a Cohab não entregou aos moradores cópias dos contratos de compra dos apartamentos. A única coisa que os moradores receberam foi uma "autorização para ocupar o apartamento", expedida pelo diretor de integração comunitária,

Emélin Fernández





INDICES ECONÔMICOS

Inflação

DI.ESF

Julho..... 14,04%
 agosto..... 6,89%
 setembro..... 5,84%
 acumulado nos últimos 12 meses..... 349,91%

IPC

agosto..... 6,38%
 setembro..... 5,68%
 outubro..... 9,18%
 acumulado nos últimos 12 meses..... 300,85%

OTN(Cx\$)*

setembro..... Cz\$ 401,69
 outubro..... Cz\$ 424,51
 novembro..... Cz\$ 463,48

Poupança (%)

agosto..... 8,09%
 setembro..... 7,99%
 outubro..... 9,72%

URP

Unidade de Referência de Preços (%)
 novembro 4,69

Unidades urbanas Parque esportivo

por Cido Jr.

O Parque do Povo tem uma área de 135 mil metros quadrados e há 30 anos serve como local de prática de esportes e de lazer para os moradores da região

Fotos AF e Gilberto Linêira

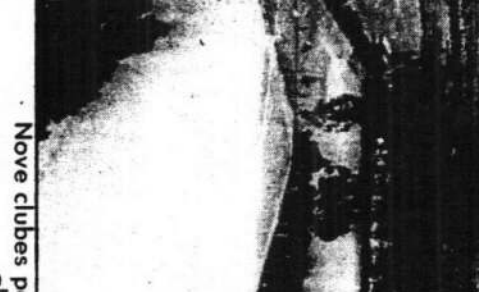
O s defensores do "Parque do Povo" deverão reunir-se hoje às 18h30 no gabinete do vereador Ricardo Tripoli para articular o movimento de preservação da área de 135,800 metros quadrados contra a reintegração de posse pretendida pela Caixa Econômica Federal e LAPAS.

A área situada no Itaim, entre as avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal de Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso é ocupada e conservada há mais de 30 anos por nove clubes populares de várzea que todos os sábados, domingos e feriados promovem jogos no local. Alguns campos têm até pequenas arquibancadas de madeira. Existem ainda quadras de futebol de salão, vôlei, basquete, uma ciclovia, onde são realizadas corridas de bicicleta, quadras de bocha e o círculo escola Picadello, onde são realizados espetáculos todos os fins de semana. Além do espaço reservado ao esporte, o Parque do Povo apresenta uma grande área asfaltada, onde são montadas feiras-livres que atendem à população da região.

O vereador Ricardo Tripoli considera um absurdo que, depois de 30 anos, os donos do terreno queiram retomá-lo dos ocupantes.



Tripoli: "Área faz parte do patrimônio da cidade"



Nove clubes p...

"Essa área faz parte do patrimônio da comunidade. Trata-se de um espaço cultural integrado à vida da cidade que não pode ser entregue às mãos da especulação imobiliária." — acrescentou.

Segundo as informações do vereador, a Caixa Econômica Federal teria solicitado parte da área que seria entregue à Telesp para a construção de uma base de atendimento aos bairros de Pinheiros, Itaim e Morumbi. Existe ainda o

interesse da Promon (engenharia consultoria) que nos últimos meses enviou técnicos ao local para levantamento e demarcação na área.

"Se o problema for apenas de um espaço para a base da Telesp, poderiam a uma área onde seria construído um edifício, desde que o resto fosse preservado à comunidade. Podemos imaginar a transformação local para uma construtora transformaria o Parque

Greve de servidores da Febem ser

Os funcionários da Febem — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor ameaçam entrar em greve caso suas reivindicações não sejam atendidas.

carros e motos e vinte mil visitantes que passam pelo local, segundo avaliação de Luís Eduardo Ribeiro dos Santos, diretor da Matel Produções, promotora da feira. A mais antiga de São Paulo, e a única que mantém fiscalização feita em um posto com cinco policiais do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), ela acabou dando origem a outras feiras em estacionamento de hipermercado que representam uma alternativa para quem quer comprar ou vender um carro.

A ameaça de proibição, no entanto, não afetou o comércio paralelo à feira do Anhembi. Praticamente sem fiscalização, ele vem funcionando nos últimos quatro anos na avenida Olavo Fontoura, em frente ao Anhembi, em Santana, onde não é improvável a compra e a venda de carros em situação irregular. "Este comércio paralelo é que é uma vergonha. Já encaminhamos ofícios ao Detran e DSV pedindo providências", afirma Ri-

ofício encaminhado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Veículos no Estado de São Paulo. "A feira não é perniciosa, como foi alegado, porque permite a livre negociação sem o intermediário e evita a figura do atravessador que age lá fora, na avenida. O imposto é recolhido na forma de ISS, uma vez que todos pagam ingresso de Cr\$ 200,00 para participar, além do que é recolhido pelo aluguel pago pelo local", diz. Na feira, não há interferência sobre os valores pedidos pelo automóvel, ali funciona um serviço gratuito de despachantes onde é possível consultar os arquivos do Detran e saber se o carro é roubado.

A fiscalização na entrada da feira já conseguiu apreender, desde junho do ano passado, 85 veículos com adulteração do chassi ou dos documentos, o que dá uma média de dois carros por domingo. "É uma média alta", afirma Sebastião

estacionam por volta da meia-noite do dia anterior e, durante a operação policial, abandonam os veículos. "Acho que uma boa solução que o Prefeito poderia encontrar é transformar esta avenida em rua de Lazer aos domingos".

Esta não é a opinião de Marcelo Costa Pereira, que pela quarta vez tenta vender seu carro, também adquirido no comércio paralelo ao Anhembi. "Todo mundo sabe que aqui o risco de comprar um carro roubado é muito maior que lá dentro. Mas aqui fora dá para fazer melhor negócio. Por isso nem me dou ao trabalho de ir à feira", afirma o proprietário de um Chevette 85, azul metálico, que estava pedindo Cr\$250 mil pelo carro. A decisão final do Prefeito está condicionada ao parecer que o diretor do Detran, Cyro Vidal Soares da Silva, ficou de dar sobre o funcionamento dessas feiras em São Paulo.

Clubes protestam com show contra Governo

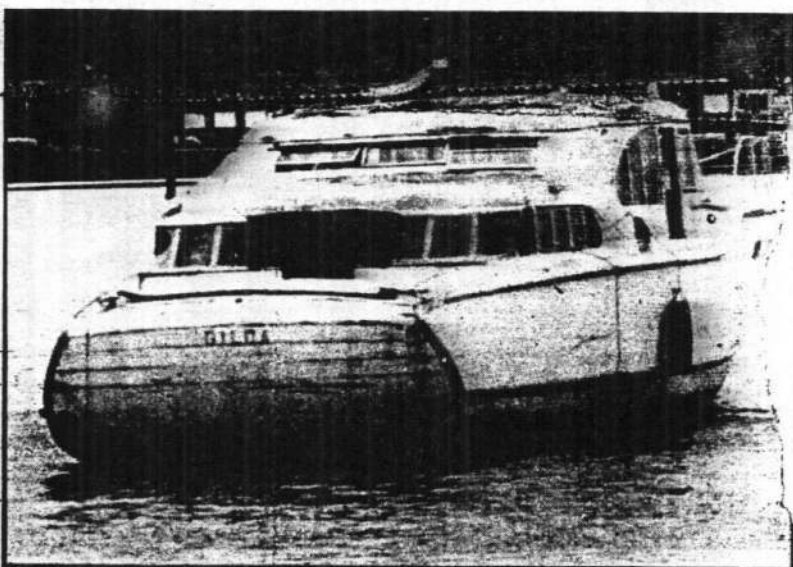
A direção do Marechal Floriano Futebol Clube e do G. D. Canto do Rio, no Itaim, realizaram ontem, na área da feira livre nas proximidades, um show em protesto à desapropriação de vinte mil metros quadrados desses clubes pelo Governo Federal. Os vereadores Walter Feldman (PMDB) e Tereza Lajolo (PT) foram convidados para participar como oradores da manifestação. As atrações musicais ficaram por conta da banda Premeditando o Breque, do cantor Luís Vagner e do Grupo Bem Bolado, um conjunto de samba da região.

A desapropriação do terreno, que abrange todo o clube Marechal Floriano e parte do campo de futebol do Canto do Rio, foi deferida pelo Governo Federal à Telesp, que pretende construir ali um centro operacional telefônico para atender a regional de Campo Belo. O diretor do Marechal Floriano, Mauro Pinheiro, disse que essa terreno faz parte de uma área verde de 150 mil metros quadrados cedida, há mais de trinta anos, aos nove clubes da região pela Previdência dos comerciantes. Por essa razão, apenas o IAPAS teria condições de tomar de volta o terreno. "Como não é esse o caso, pretendemos mobilizar os frequentadores dos clubes contra a desapropriação", afirmou Mauro, recordando que esses centros esportivos já se mobilizaram antes contra a intenção da mineradora Parapanema de ficar com o terreno em troca da construção de cinco hospitais para a Previdência.

Mauro Pinheiro declarou que o IAPAS e a Caixa Econômica Federal, que têm metade do terreno total, obtido pelo pagamento de uma dívida formada pela Previdência, não estão satisfeitos com o valor da indenização. Ele disse que os Cr\$ 8 milhões depositados em juízo pela Telesp não representam o valor de mercado da área. Segundo ele, os vinte mil metros quadrados a serem desapropriados custam em torno de Cr\$ 2 bilhões. "A direção do IAPAS e da CEF estão inconformados com a quantia e estão brigando para receber uma indenização mais justa", disse Mauro, sem explicar de que forma estão sendo efetuadas as negociações entre as estatais.

Conforme Mauro Pinheiro, a desapropriação prejudicará a comunidade que "procura diariamente o lazer da segunda maior área verde de São Paulo". "As 170 partidas de futebol de várzea que se realizam ali, todo fim de semana, acabarão", disse desolado. Por essa razão, as diretorias dos clubes pretendem levar ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arqueológico e Turístico (Condephaat), ainda nesta semana, uma proposta de

Ninguém quer ser responsável pelo barco que foi de JK



Iate Gilda usado por Kubitschek

O barco da Presidência da República está fazendo água por todos os lados. E ameaça afundar, a qualquer momento, nas águas do lago Paranoá, sob as vistas dos moradores de Brasília, sem que as autoridades da Capital tomem uma providência decidida para evitá-lo. Pois ninguém quer assumir a responsabilidade pela sua manutenção e preservação.

Obviamente, não se trata do Gaivota, um iate de alto luxo à disposição do presidente José Sarney vinte e quatro horas por dia, inclusive com tripulação numa garagem nos fundos do Palácio da Alvorada. Mas sim de Gilda, do mesmo porte do Gaivota, que ostenta apenas a honra de ter sido transferido, do Rio para Brasília em 1960, especialmente para servir ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, fundador da cidade.

Considerado um barco de alto luxo — são catorze metros de comprimento por quatro de largura, duas cabines, duas salas, dois banheiros, uma cozinha e capacidade para até quinze pessoas, Gilda não lembra em nada o esplendor dos tempos de Juscelino, que o utilizava para passeios no final de semana pelo lago. A mesma beleza da personagem

Outras, foram simplesmente roubadas. A pintura está toda descascada e a madeira apodrece rapidamente, necessitando periodicamente de reparos. Por falta de manutenção adequada, Gilda já afundou pelo menos duas vezes, mas acabou sendo resgatada do fundo do lago.

"Se Gilda afundar novamente, ninguém tira ele de lá", prevê o presidente da Federação de Vela, Paulo Pinheiro Guimarães, que há meses se vê diante do impasse: o que fazer com o barco.

A Federação, que recebeu o iate como doação do Ministério da Marinha em 1973, não tem condições de mantê-lo. Até metade do ano passado, era utilizado como barco sinalizador nas regatas realizadas no lago Paranoá. Desde então por falta de condições de segurança Gilda deixou de nevar pois seu regist junto à Capitania dos Portos foi cancelado. "Para colocar o barco para navegar novamente teríamos que fazer um grande reforma, que nos custaria Cr\$ 7 milhões. E isso é impossível", afirmou Guimarães.

Diante do impasse, a diretoria da Federação de Vela decidiu em agosto passado doar Gilda ao Patrimônio Histórico Nacional, para que ficasse

portante e demonstrou que o Brasil fez a opção acertada. A oitava economia do mundo voltou a ser parceira dos seus iguais. Cláudio Lembo. (Página 4)

Emendas

A possibilidade de apresentação de emendas ao texto da Comissão de Sistematização, melhorou a posição das forças governistas na defesa do presidencialismo e de cinco anos para Sarney. Coluna do Castello.

(Página 2)

Receio

A campanha que empresários, jornais, políticos e lideranças mais à esquerda movem contra Sarney, visa mesmo é quebrar o PMDB na eleição de novembro de 88. Receiam que ele se transforme na versão brasileira do PRI mexicano. Bernardo Lerer. (Página 5)

Ermírio

Embora o empresário Antônio Ermírio de Moraes desminta que esteja disposto a se lançar numa nova aventura eleitoral, as manobras articuladas pelo presidente em exercício do PTB, Roberto Gusmão, teriam o propósito de assegurar a legenda para o maior industrial do País. José Carlos Bittencourt. (Página 4)

Leite

Para desestimular gastos extra-orçamentários, a Comissão de Coordenação Financeira desaconselhou o Ministério da Agricultura a comprar 15 mil toneladas de leite para o estoque oficial. Informe Econômico.

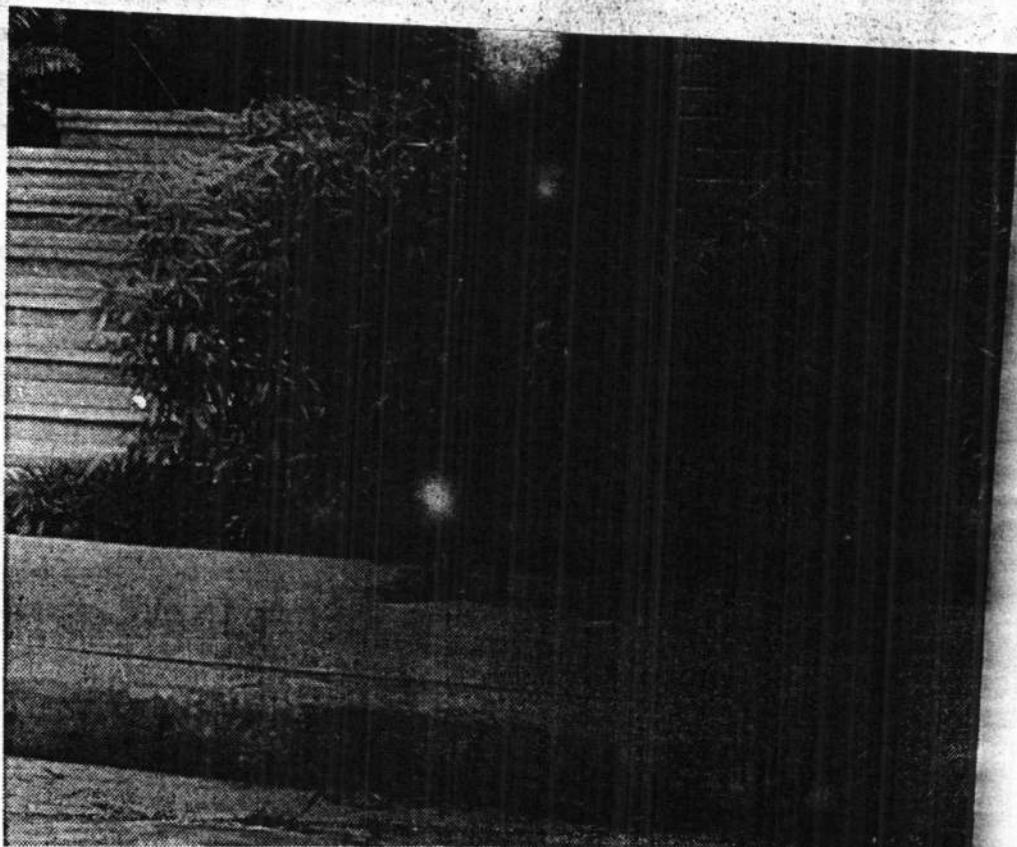
(Página 10)

Gabarito

Começou ontem o exame de seleção para ingresso na Academia do Barro Branco, da Polícia Militar. Hoje, às 8 e às 10h30, haverá prova de redação. Estamos publicando o gabarito de ontem, elaborado pelo Curso Mal. Duarte. (Página 12)

Dipo na Publicidade

A questão, sempre tortuosa, de se traçar uma linha de finca entre o que é moral e imoral na propaganda volta a ser discutida no Dipo na Publicidade. (Página 23)



Bracher, ontem em sua casa, após retornar da negociação da dívida

Desapropriação no Itaim Bibi provoca protesto

A desapropriação de uma parte do Parque do Povo — área situada entre o Itaim Bibi e os Jardins — está mobilizando a comunidade que se utiliza daquele espaço, e o primeiro ato de defesa da área acontece hoje, a partir das 16 horas. A desapropriação foi pedida pela Telesp, que quer construir no local um centro operacional e um escritório de serviços. (Mural da Cidade). (Página 14)

Moradores pedem um plano contra atropelamentos

O grande número de acidentes, atropelamentos e mortes de pedestres está mobilizando os moradores de Loeffgren, na Vila Mariana. Eles rem providências imediatas por das autoridades responsáveis pelo sítio em São Paulo e, nesse sentido, param-se para entregar à Comissão de Engenharia de Tráfego (CE) abaixo-assinado, com sugestões para pôr fim ao perigo na rua. (Página 14)



O futuro da Cidade**Clubes de várzea
perdem espaço e protestam**

Hoje, a partir da 16 horas, no quadrilátero formado pelas avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal do Pinheiros, Cidade Jardim e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, no Itaim, será realizado o 1.º Ato de Defesa do Parque do Povo, com o objetivo de pedir o tombamento do terreno e sua classificação como área de lazer. Panfletos foram distribuídos nos últimos dias, convidando a vizinhança a assistir a um show de Luiz Vagner e sua Banda e dos conjuntos "Premeditando o Breque" e "Bem Bolado". Entre uma apresentação e outra, políticos de diversos partidos farão discursos protestando contra a cessão de parte do terreno à Telesp, para que aí construa o Centro Operacional do Campo Belo.

A área pertence ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) e à Caixa Econômica Federal. Parte dela foi requisitada pela Telecomunicações de São Paulo S.A., para construir o centro operacional e a empresa depositou importância relativa a seu pagamento. Desse modo, a Justiça Federal imitiu a Telesp na posse provisória dos 20.000m². "A área em questão pega o campo do Marechal Floriano Futebol Clube e metade do campo do Grêmio Canto do Ril", diz o comerciante Mauro Pinheiro, "cartola" do primeiro clube varzeano. "Se a Telesp entrar, logo outras empresas estatais e particulares entrarão e isso será o fim de uma das poucas áreas de lazer popular da região e de toda a cidade."

CASOS SEMELHANTES

A história desse parque é semelhante à de dezenas de áreas que abrigavam campos de várzea e deram lugar a obras viárias ou edifícios. Em 1937, o clube de futebol varzeano Marechal Floriano teve seu campo, na rua Tenente Negrão, no Itaim, desapropriado para a construção de obras viárias da Prefeitura. Sem campo, os "cartolas" improvisaram um, num terreno próximo ao rio Pinheiros, pertencente ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC). A situação persistiu sem problemas e, em 1954, o IAPC autorizou o Marechal Floriano a usar a área para fins recreativos e a defendê-la contra a invasão de terceiros. Ao longo dos anos, foram criados mais oito campos.

Com a expansão da cidade e a sequência de obras viárias, o terreno valorizou-se muito. Após a fusão dos institutos de

O Parque do Povo, no Itaim, um dos últimos redutos do futebol varzeano da cidade, pode começar a desaparecer logo. A Justiça cedeu à Telesp 20.000m² da área que pertence ao Ministério da Previdência. Hoje à tarde, haverá ato público para pedir a transformação do parque em área de lazer.



RELÓGIO CASIN

poucos recursos, que se utiliza dela com intensidade. Nos fins-de-semana, 170 times de várzea jogam nos nove campos, o que representa quase 1.900 pessoas praticando uma diversão sadia e tendo onde se encontrar. Na maioria, são trabalhadores de baixa renda. As segundas-feiras, nosso campo é cedido para os feirantes dos bairros vizinhos. A área tem ainda uma pista de bicicross e a única escola de circo de São Paulo. Tudo isso corre o risco de desaparecer."

PROJETO PRONTO

Os responsáveis pelo Marechal Floriano do Canto do Rio já foram oficialmente comunicados da cessão dos 20.000m² à Telesp. "Acho que deveriamos ter sido ouvidos", argumenta Mauro Pinheiro. "Afinal, estamos aqui há trinta anos. Embora reconhecendo nossa situação legal, estranhemos essa atitude da Justiça, que não se preocupou conosco".

De qualquer modo, os "cartolas" dos nove clubes de várzea desconfiavam, há tempo, do que poderia ocorrer com o terreno e procuraram uma firma que executou um projeto para o aproveitamento do Parque do Povo. "Ele", diz Mauro Pinheiro, "prevê a construção de um prédio para exposições, concha acústica, equipamentos de lazer e o remanejamento dos campos. Para nós, bastaria que se criasse uma área de lazer e que fossem construídas creches, além de um posto médico.

O Parque do Povo reúne os campos dos seguintes clubes de várzea: Marechal Floriano, Canto do Rio, Clube do Mé, Itororó, União de Vila Olimpia, Flor do Itaim, Marítimo, Tintas Cirota e Mocidade do Sumaré.

TELESP

Sobre a ocupação de parte da área do Parque do Povo, a Telesp deu as seguintes informações: "A Telesp está instalando, nas imediações do local a ser desapropriado, uma nova central telefônica — que vai proporcionar um considerável aumento do número de terminais para toda a região. Para que essa central possa funcionar a contento, a Telesp precisa construir, nas proximidades, um escritório de serviços para atendimento dos novos assinantes. E precisa também erguer um centro operacional, para o atendimento dos serviços relativos às estações de Itaim Bibi, Jardins e Ibirapuera. O terreno que está sendo desapropriado é, na verdade, o único local disponível na região que oferece as condições técnicas e de espaço para a construção desses novos prédios. Assim, a Telesp acredita que, com a desapropriação e a implantação dos novos serviços, estará servindo a milhares de cidadãos residentes na região e nas proximidades".

(Reportagem de Sérgio Miguel)

Blue Life

Assistência Médica

De Elite

INFORMAÇÕES

TEMOS
EM ATÉ
10
PAGAMENTOS

A VISTA

614



RELÓGIO CASINO
DIGIFILME NT-10

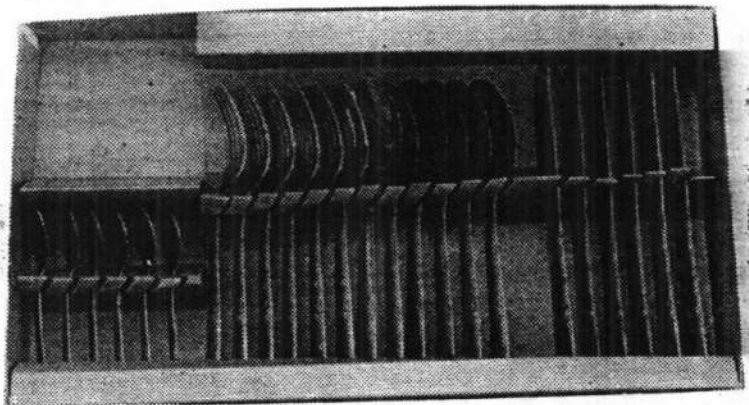
239 A VISTA.



RELÓGIO CHAMPION
PARA HOMEM

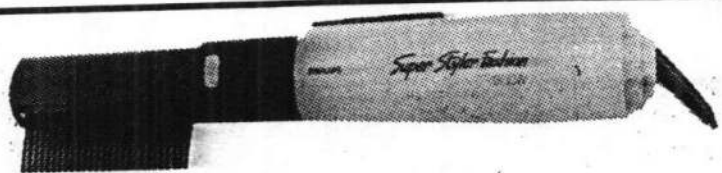
Acompanha mais 2 pulseiras coloridas. Garantia de 1 ano.

1.790 A VISTA.



FAQUEIRO WOLFF MACAÊ 24 PEÇAS

489 A VISTA.



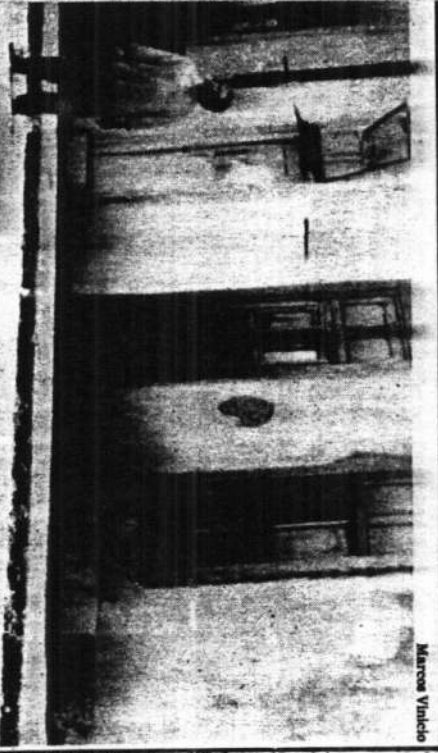
SECADOR MODELADOR
PHILIPS STYLER FASHION

BI-VOLT 1300 WATTS

Acompanha acessórios.

2.290
A VISTA.

A cidade é sua



Marco Vinício

OZINHO TRINTA CRITICA DEMOLIÇÕES

valasco da Escola de Samba Ior, Jóbozinho Trinta, 49, prate trocou, em razão da morte do Carnaval, sua casa em Is, na Baixada Fluminense, rraço da escola, no Catumbi

Lente de contato

obra após pouco uso

adete de Paula Lou, moradora r Paulo, reclama dos serviços oratório Central de Adaptação es de Contacto Ltda., localia- rua Augusta, 2.410, 2.º andar ul de São Paulo). Bernadete ue adquiriu um par de lentes ato gelatinosas marca "Baus- mb", que, após o primeiro dia, teve as bordas aderidas, dentemente de manuseio, e A leitora, que seguiu as

oes do manual de uso, afirma tado ao laboratório para co- r o ocorrido. Uma funcionária (entificada) do estabelecimen-

Desapropriação põe em risco para um parque de lazer n

Da Reportagem Local

A desapropriação de cerca de vinte mil metros quadrados de uma área total de 135.800 metros quadrados no Itaim, zona sul de São Paulo, põe em risco um projeto dos ocupantes e moradores da região de vé-la trans- formada em uma moderna área de lazer. O terreno, de propriedade da Caixa Econômica Federal e do Iapsp, fica entre as avenidas Cidade Jar- ditm, Juscelino Kublitschek e margi- nal Pinheiros e foi desapropriado pelo governo federal em maio deste ano para que a Telesp construa no local um centro operacional.

A Telesp obteve na Justiça em setembro a imissão de posse provisó- ria mediante depósito inicial de Cz\$ 8 milhões e já está realizando as primeiras obras no local. Mas, no último dia 22, a Caixa Econômica Federal entrou com recurso — ainda não acolhido — na 4.ª Vara da Justiça Federal contestando a desapropria- ção.

Atualmente funcionam no terreno nove clubes populares (associações que conseguiram autorização a título precário para utilizar a área, algu- mas há mais de trinta anos), uma pista de bicicletas, uma feira livre, o Circo Escola Picadairo e o Teatro Vento Forte (os dois últimos na área há cerca de três anos). Também moram no local pelo menos nove famílias de zeladores contratados pelos clubes. O terreno total está avaliado entre Cz\$ 1 bilhão e Cz\$ 3 bilhões, segundo Luiz Paulo Pom- péia, 34, diretor da Embresp (Em- presa Brasileira de Estudos do Pa-

rimônio). A Promon Engenharia S.A. enviou há três anos à Prefeitura um projeto para remodelar e reurbanizar a área, preservando os campos de futebol e os equipamentos existentes, transformando-a em um novo parque.

A parte do terreno desapropriada atinge o Marechal Floriano Futebol Clube e parte do clube Canto do Rio (deste, permanece a pista de bocha). Diretores de outros clubes estão preocupados, pois acreditam que também poderão ser atingidos no futuro. A autorização de uso, obtida pelos clubes populares, é muito clara — permite a utilização do terreno "em caráter precário" para "a prática de futebol", mas esclarece "expressamente" que a área deverá ser desocupada quando houver "so- licitação nesse sentido". O diretor-so- cial do Marechal Floriano Futebol Clube, Mauro Pinheiro, reclama que foram atingidos "os dois clubes mais bem estruturados" e reivindica que a área seja melhor aproveitada.

O que eles pretendem é que o terreno seja mantido para o lazer e, para isso, realizam amanhã um ato público de defesa do que já chamam de "Parque do Povo". O ato será às 16h na área da feira livre (na avenida Haroldo Veloso, entre as avenidas Cidade Jardim e Juscelino Kublits- chek) e já conta com a adesão de cantores e conjuntos musicais, além "de políticos do PT e PTB", segundo Pinheiro.

Apesar de a Telesp já ter iniciado a construção de muros no terreno, o clube Marechal Floriano continua funcionando.



Os campos de futebol de várzea

Projeto mantém

O projeto do Parque Itaim, feito três anos pela Promon Engenharia S.A., pretende transformar a área de 135.800 metros quadrados num espaço de lazer, mantendo a atual utilização do terreno e redistribuindo as atividades de forma organizada e racional, a fim de que o espaço remanescente seja considerado o maior. O projeto foi apresentado à Secretaria de Vias Públicas durante a administração do prefeito Mário Covas e reapresentado no início da gestão Jânio Quadri. "Nossa intenção era apenas sensibilizar a Prefeitura para essa área, pois sentimos que ela estava n-

Mortes

ÁREA EM LITÍGIO

O que preocupa os clubes é que, "se permitirmos a posse do terreno pela Telesp, muito em breve outras empresas poderão se interessar por essa área e todos os clubes terão de sair. E nós não temos para onde levar as pessoas que têm aqui sua única opção de lazer", pondera Mauro Pinheiro. Segundo o porta-voz dos clubes, como medida de segurança, a Telesp depositou Cz\$ 8 milhões em juízo, equivalente à área em que pretende construir o seu centro operacional (esta área fica especificamente na confluência das avenidas

verde.

A comunidade também deseja reivindicar um melhor aproveitamento do Parque do Povo. "Há dois anos chegamos a enviar uma proposta de reorganização e reurbanização do parque (executado pela Promon Engenharia) à Prefeitura, mas não tivemos respostas", acrescenta Mauro Pinheiro. Segundo o líder comunitário, esse pedido tem o objetivo, entre outras coisas, de acabar com o preconceito de uma parcela dos moradores da região, de que os usuários do Parque do Povo, em geral pessoas de baixo poder aquisitivo, sejam "marginais acima de tudo".

Inácio Teixeira



dores ainda enfrentam o

priedade. "Jogam de tudo diante da casa, a sujeira ajuda a entupir ainda mais o bueiro e não adianta a gente reclamar, porque ninguém se importa", protesta o morador que reivindica uma solução urgente.

Mesmo quem não tem a casa invadida pelo lixo e pelas águas paradas, como o morador Francisco Fernandes Teixeira, do n.º 127, protesta que futuramente os problemas existentes no trecho inicial da rua Nossa Senhora de Nazaré poderão acarretar danos às demais propriedades da rua. "Eu acho que a Prefeitura teria que abrir o asfalto, consertar a galeria e desentupir o bueiro, antes que comece a chover forte e todos os dias, para evitar uma tragédia. Mas

678
V

Bombeiros acham serpentes em lixo no Bom Retiro

Uma ocorrência inusitada agitou a tarde do Corpo de Bombeiros que ao chegar ao número 143 da rua Amazonas, Bom Retiro, encontrou um verdadeiro ninho de serpentes junto ao lixo que seria recolhido após as 18h. Os bombeiros pegaram o saco onde estavam as cobras (há divergências quanto ao número de répteis) e, antes de levá-las para o Instituto Butantã, tentaram registrar um boletim de ocorrência no 2º DP.

Ali foram convencidos pelo delegado de plantão, Henrique José dos Santos, a apenas levar o que encontraram para o Butantã, já que se tornaria uma situação ridícula abrir um inquérito para descobrir quem tinha abandonado as cobras, ainda mais porque elas não expuseram ninguém a risco de vida.

Sondagem no Parque do Povo acaba no DP

Virou caso de Polícia a tentativa de a Emurb fazer uma sondagem de solo no Parque do Povo, situado no bairro do Itaim-Bibi, Zona Sul da Capital. O serviço dos funcionários da empresa foi impedido por um representante da Associação Amigos do Parque do Povo (AAPP), Antonio dos Anjos Costa. Depois do incidente, o caso acabou sendo levado para o 15º Distrito Policial (Itaim-Bibi).

Segundo o presidente da AAPP, Mauro Antonio Lopes Pinheiro, que compareceu à delegacia para prestar depoimento, o serviço só poderia ser efetuado com autorização do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat), porque a área está em processo de tombamento.

De acordo com o boletim de ocorrência, o secretário municipal de Vias Públicas, Reynaldo de Barros, esteve no local e solicitou a presença da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para garantir a realização da sondagem que, mesmo assim, acabou não acontecendo.

Ainda segundo o registro policial, o escriturário da Caixa Econômica Federal (CEF) José Gilberto Mininel compareceu ao Parque do Povo com uma autorização da instituição para que a Emurb fizesse o serviço. A CEF é uma das proprietárias do imóvel. O caso aconteceu às 08h15min da tarde.

MNF Nº 010015193 • 010015093

4

GRAN SORTE

PROMOC

HOJE

EDI

DE PRÊM

formada para o sistema, para ser levado em um caminhão (não oficial de um manaus. Na manhã de 22 mil o piso inferior a 4ª série ou partiu- i assimatu- ricular no para todos os conqui- sidente do (Simpro- licao dos

de lectio- professores enção da dido por o de sa- nação de Entre as c acordo e de ne- : criação

opj

a apelo



GAIBU



619

Protesto defende o Parque do Povo

A Associação Amigos do Parque do Povo (AAP), promoveu um ato de protesto em defesa do tombamento definitivo da área de 153 mil m² localizada no Itaipu-8th. Ocupado há mais de 60 anos por clubes de futebol, um cine-teatro, um teatro, uma praça-escola, uma feira livre, o terreno, avaliado em US\$ 350 milhões (R\$ 52,5 bilhões, pela cotação do câmbio paralelo), tem por proprietário a Caixa Econômica Federal (CEF). A instituição, segundo os usuários do parque, deseja vender a propriedade para que,

no local, seja construído um shopping center, edifícios comerciais e residências de luxo.

Os ocupantes do parque lutam desde 1986 para permanecer no imóvel. Esse espaço é frequentado por 40 mil pessoas por mês. São pessoas que muitas vezes vêm de longe para se divertir. A feira livre também é de grande utilidade para os moradores da região. Não é justo que tudo seja desativado em benefício exclusivo das elites", reclamou o presidente da AAP,

Maurício Pinheiro. "Se tudo virar shopping, o que será de nós?", criticou a moradora Âmbica Soares.

A manifestação contou com a participação de integrantes do movimento Pinheiros Vivo, que lutam contra o projeto de ampliação da avenida Brigadeiro Faria Lima, pretendida pela Prefeitura. Durante o protesto, também houve apresentação de bandas musicais e de artistas. Os defensores do parque lembraram que o terreno está enquadrado na lei de uso espe-

cial, que obriga a preservação de dois terços do imóvel para fins de lazer, como ocorre com os parques municipais e a serra da Cantareira.

O tombamento do parque foi solicitado em 87 junho ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephat). Em março deste ano deu entrada, na 4ª Vara Federal, uma ação cautelar pela permanência das entidades de lazer e cultura no Parque do Povo, mas até agora não foi julgada.



Usuários querem tombamento da área para evitar construção de edifícios

Manifestação vai exigir conclusão de dois hospitais

Moradores de seis municípios da região oeste da Grande São Paulo fazem duas grandes manifestações hoje e no próximo domingo. Eles vão reivindicar dos governos Estadual e Federal a retomada das obras dos hospitais regionais do Pirajicara (limite das cidades de Taboão da Serra e Embu) e de Itapeetika da Serra. A construção desses duas unidades foi paralisada em 1991.

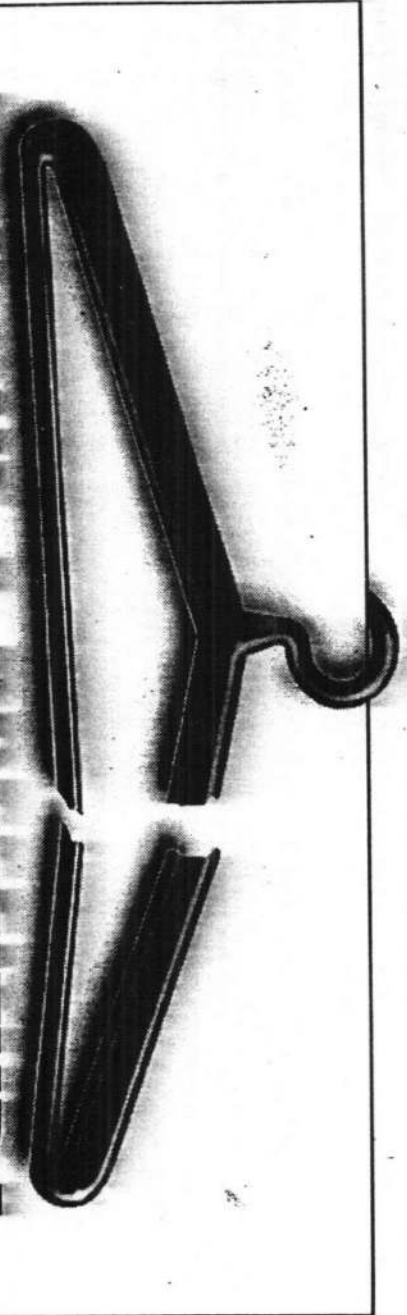
Segundo o assessor de Planejamento da Prefeitura de Taboão, Síllas de Oliveira, 600 mil pessoas moram nessa área. Ela é também composta por Embu-Guaçu, Jauúma e São Lourenço da Serra. "Não temos hospital público na região", afirma o assessor. O hospital mais próximo é o das Clínicas na Capital, que fica pelo menos 13 quilômetros distante. "Devemos ter 1.200 leitos para servir essas cidades", diz Síllas.

Além da população em geral, a manifestação será sendo organizada pelas prefeituras locais, movimentos populares e entidades civis. A expectativa dos manifestantes é reunir 10 mil pessoas em cada ato. O primeiro acontece hoje, em frente às obras do hospital do Pirajicara.

DEZ ANOS

Desde 1983 essas cidades vêm lutando pelos hospitais. Os terrenos para as obras foram doados pelas prefeituras e, em 1989, o Governo do Estado deu início à construção. Em 1991, no governo Collor, as obras foram paralisadas.

De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria Estadual da Saúde, inicialmente os hospitais faziam parte de um programa federal. Posteriormente, os recursos passaram a ser do Estado. A assessora informou que as obras estão paradas por falta de verbas. Não existe previsão de quando o dinheiro poderá chegar.



POR QUÊ A PREFEITURA DE SÃO PAULO ESTÁ PRIVATIZANDO A CMTC?

Além do maior cabide de empregos do país, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos era um foco de desperdício, corrupção e prejuízos. Cois... inacreditáveis

620

Informamos aos nossos leitores que as cartas desta coluna são publicadas com a redação original.

A VOZ ARQUIE

Vereador faz denúncia contra Parque do Povo

O Parque do Povo, área de 273 mil metros quadrados, ocupada por vários clubes de futebol amador desde 1918 está ameaçada pela especulação imobiliária. A Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de São Paulo querem a área, ignorando que ela está sob proteção especial e que foi pedido o seu tombamento, em 1988, pelo vereador Dalmo Pessoa.

Em ofícios enviados à secretaria estadual do Meio Ambiente, à Coordenadoria de Apoio Operacional das Promotorias do Meio Ambiente e ao Condephaat, o vereador Dalmo Pessoa, do PMDB, além de pedir providências a respeito, denuncia a jogada da Prefeitura em querer mudar a classificação do Parque do Povo, atualmente de uso especial (onde não são permitidas edificações de qualquer tipo) para uso comum.

“Com essa mutreta, o Parque do Povo deixaria de ser protegido por lei e se transformaria em presa fácil dos especuladores imobiliários, prejudicando dezenas de clubes amadores. Além disso, a população da Zona Sul perderia uma das poucas áreas verdes que possui”, analisa Dalmo Pessoa. O Parque do Povo fica entre as avenidas Juscelino Kubistchek, Marginal Pinheiros, Cidade

Torcedor faz um apelo ao técnico da nossa Seleção

Todos os brasileiros acompanharam a seleção desde o começo, sofrendo e comemorando do primeiro ao último jogo. Todos nós sentimos que existiram falhas, como por exemplo, o curto espaço de tempo que o Sr. teve para preparar a seleção, ou ainda, problemas com jogadores contundidos, mas todas as falhas foram superadas e o Brasil se classificou mais uma vez.

Agora, é hora de reflexão.

Sr. Parreira, não leve esse Brasil todo à mal, mas ele acha que chegou o momento de acerto de contas.

Todos os brasileiros sabem que a classificação da seleção não se deve ao seu trabalho, e sim aos seus pedidos incessantes na convocação do Romário. O Sr. poderia ao menos concordar que essa classificação poderia ter sido menos penosa se a voz do povo brasileiro tivesse sido ouvida pela sua pessoa. Com certeza, essa classificação teria sido conseguida com muito mais facilidade e menos sofrimento.

Um outro assunto de grande importância vem que incomodando técnicos, dirigen-



PARREIRA PRECISA RECICLAR: Outes e muitos torcedores é que, depois da convocação de alguns jogadores para a seleção, no retorno à seus clubes, de tanto esquentarem o banco de reservas, chegaram foram de forma e sem o entrosamento que fizeram deles jogadores de primeiro escalão.

Assim, eu, juntamente com um número muito grande de brasileiros, pediria ao Sr. que, quando fizer a convocação de jogadores como o Palhinha, Cafu, Zetti, Válber e tantos outros, pense bem em quem

MANIFESTAÇÃO

Moradores 'abraçam' Parque do Povo

Moradores e entidades promovem ato pedindo rapidez no processo para tornar área

A despeção de bairro, moradores e frequentadores do Parque do Povo fizeram ontem uma manifestação em favor do tombamento definitivo da área. Desde 1988 tramita na Câmara dos Vereadores um projeto de tombamento do parque de 150 mil metros quadrados situado no cruzamento da Avenida Cidade Jardim com a Marginal Pinheiros. Cerca de 150 pessoas se reuniram na praça onde funciona a feira livre do bairro e fizeram discursos contra a especulação imobiliária e

a possibilidade de obras viárias no local. A intenção era abarcar o parque, mesmo que simbolicamente, manifestando repúdio à especulação no processo de tombamento da área.

son alça que já instalou todos os equipamentos de segurança, mas o Parque do Povo não libera o alvará de funcionamento. O Circo-Escola Pinheiro se transformou nos últimos anos em ponto de referência dos moradores da região. Também funciona no local o Teatro Vento Forte, um grupo que existe há quase 20 anos e funciona como uma escola de teatro. Instalada há dez anos em galpões dentro do parque, a população de Cidade Jardim, Lulim e Vila Olímpia também conta com campos de futebol e grande área verde

PROJETO TRAMITA NA CÂMARA DESDE 1988

Jose Willson Moura Leite, diretor do Circo-Escola Pinheiro, instalado há dez anos no local, afirmou que a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura estavam interessadas em fazer obras de grande porte no local. O circo-escola está interditado desde o dia 11 de setembro pela Prefeitura sob a alegação de falta de segurança. Will-

son alega que já instalou todos os equipamentos de segurança, mas o Parque do Povo não libera o alvará de funcionamento. O Circo-Escola Pinheiro se transformou nos últimos anos em ponto de referência dos moradores da região. Também funciona no local o Teatro Vento Forte, um grupo que existe há quase 20 anos e funciona como uma escola de teatro. Instalada há dez anos em galpões dentro do parque, a população de Cidade Jardim, Lulim e Vila Olímpia também conta com campos de futebol e grande área verde

João Capistrano



"Edge city" brasileira

Um bom número de visitantes foi ontem à exposição sobre a primeira "edge city" (cidade de contorno) brasileira, Jornada pelo Condomínio Fechado de Alphaville, Aldeia da Serra e Tamboré. Na exposição, montada no Alphaplace (Prédio de Alphaville, km 23 da rodovia Castelo Branco), os visitantes podem conhecer as vantagens de se morar em um condomínio que funciona de forma eficiente por auto-

gestão, com serviços variados e muita segurança. Muita gente aproveitou o sábado para conhecer as praças e jardins de pagamento de terrenos e projetos de construção. A Albuguanguê-Tekoa e a Produtos Tamboré montaram uma sofisticada maquete da região (foto). As duas empresas estão promovendo a venda no Brasil, na próxima semana, do jornalista Joel Garreaux, estagiário das "edge cities".

dentro do parque.

Para o presidente da Associação Amigos do Parque do Povo (AAFP), Mauro Pinheiro, a aprovação do tombamento pelo Conselho de Defesa do

PARQUE TEM 150 MIL METROS QUADRADOS

Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado (Condephaat) é "emergencial". Embora não tenha nenhum projeto tramitando na Câmara para venda da área do parque, que pertence à Caixa Econômica Federal e ao Iapig, Pinheiro teme a desapropriação.

"Isso tudo não pode acabar", lamenta Lúcia Panachá, de 8 anos, que desde janeiro estuda no teatro Vento Forte. Os estudantes de artes que frequentam o Vento Forte não são apenas moradores da região.

BAIXADA SANTISTA

Comércio já pode abrir aos domingos e feriados

Projeto foi aprovado pela Câmara e sancionado pelo prefeito David Capistrano

SANTOS — Os turistas que frequentam Santos nos domingos e feriados poderão fazer normalmente suas compras pela Câmara e sancionado pelo prefeito David Capistrano. Como houve dois vetos, haverá nova apreciação por parte dos vereadores, mas os comerciantes já podem abrir seus estabelecimentos neste final de semana.

O BLETIVO É REVITALIZAR A ECONOMIA LOCAL

O vereador Fausto Figueira de Melo, ex-secretário de Turismo de Santos e autor do projeto, explica que a intenção é gerar maior número de empregos e revitalizar a economia da cidade. "Nesses dias, a população duplica e Santos recebe turistas com bom poder aquisiti-

mério pode funcionar se houver acordo prévio entre as partes e não cita as entidades sindicais. Esse é uma preocupação do prefeito David Capistrano, que se reuniu na tarde de sexta-feira com os representantes patronais e de empregados.

vo", disse. Ele lamenta o comércio fechado, enquanto em Guarujá e São Vicente os shoppings centers permanecem abertos. "Não só os turistas, mas também os próprios santistas vão fazer suas compras nas cidades vizinhas".

Para o vereador, o projeto original era mais claro na defesa dos trabalhadores e previa o funcionamento do comércio por meio de acordo prévio entre os sindicatos patronais e dos comerciantes. "Não queremos apenas aumentar a jornada dos trabalhadores, mas aumentar sua receita e proteger seus direitos", disse. Entretanto, seguindo a lei o co-



Do	Número	Ano	Rubrica
Requerimento-carta			

INT.: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE DO POVO

ASS.: Encaminha documentos referente ao Parque do Povo.

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para ciência e eventual manifestação.

GP/CONDEPHAAT, 23 de novembro de 1993.


VALQUIRIA ABDO GANEU
Diretora Técnica

cp.-



624
243

São Paulo, 16 de novembro de 1993.

OF/DP 569/93

Prezada Senhora,

Através do presente vimos à presença de Vossa Excelência reiterar pedido de providências urgente em relação à preservação do Parque do Povo, pois apesar das medidas já adotadas, conforme abaixo relatado, ainda persistem obras irregulares no local.

- Ofício GP 1659/93 - Proc. 26.513/88 do CONDEPHAAT à EMURB determinando que nenhuma outra obra seja realizada na área sem prévia autorização do CONDEPHAAT não eximindo a EMURB da responsabilidade pelos atos até agora praticados.

- Representação do Ministério Público Federal à 4a. Vara da Justiça Federal em São Paulo solicitando providências urgentes para a paralisação de toda e qualquer atividade já iniciada na área e a proibição de iniciar qualquer outra obra no local.

- Despacho da Juíza da 4a. Vara Federal, publicado no Diário Oficial do Estado em 9 de novembro último determinando a imediata paralisação da obra no Parque do Povo, área preservada por ordem judicial.

- Despacho do Prefeito em exercício, Professor Sólon Borges dos Reis, determinando a imediata paralisação das obras incidentes no Parque do Povo.

Informamos ainda que apesar de todas as medidas mencionadas a rua aberta em continuidade à Av. Leopoldo Couto Magalhães continua livre ao tráfego e, na área do Parque do Povo, permanece instalado um canteiro de obras com containers, caminhões e máquinas pesadas da construtora Camargo Correia, fato constatado a partir de visita deste vereador ao local.



62
523

Isto posto, medidas urgentes são necessárias para o fechamento da rua e retorno às condições anteriores do Parque do Povo, com a retirada do canteiro de obras, irregular, conforme determinações deste órgão e da Justiça Federal.

Atenciosamente,

DALMO PESSOA

Vereador

Ilma. Sra.
Valquiria Abdo Ganeu
DD. Diretora Técnica do CONDEPHAAT

MC/mm



626
su7

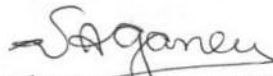
Do	Número	Ano	Rubrica
OF/DP 569/93			

INT.: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

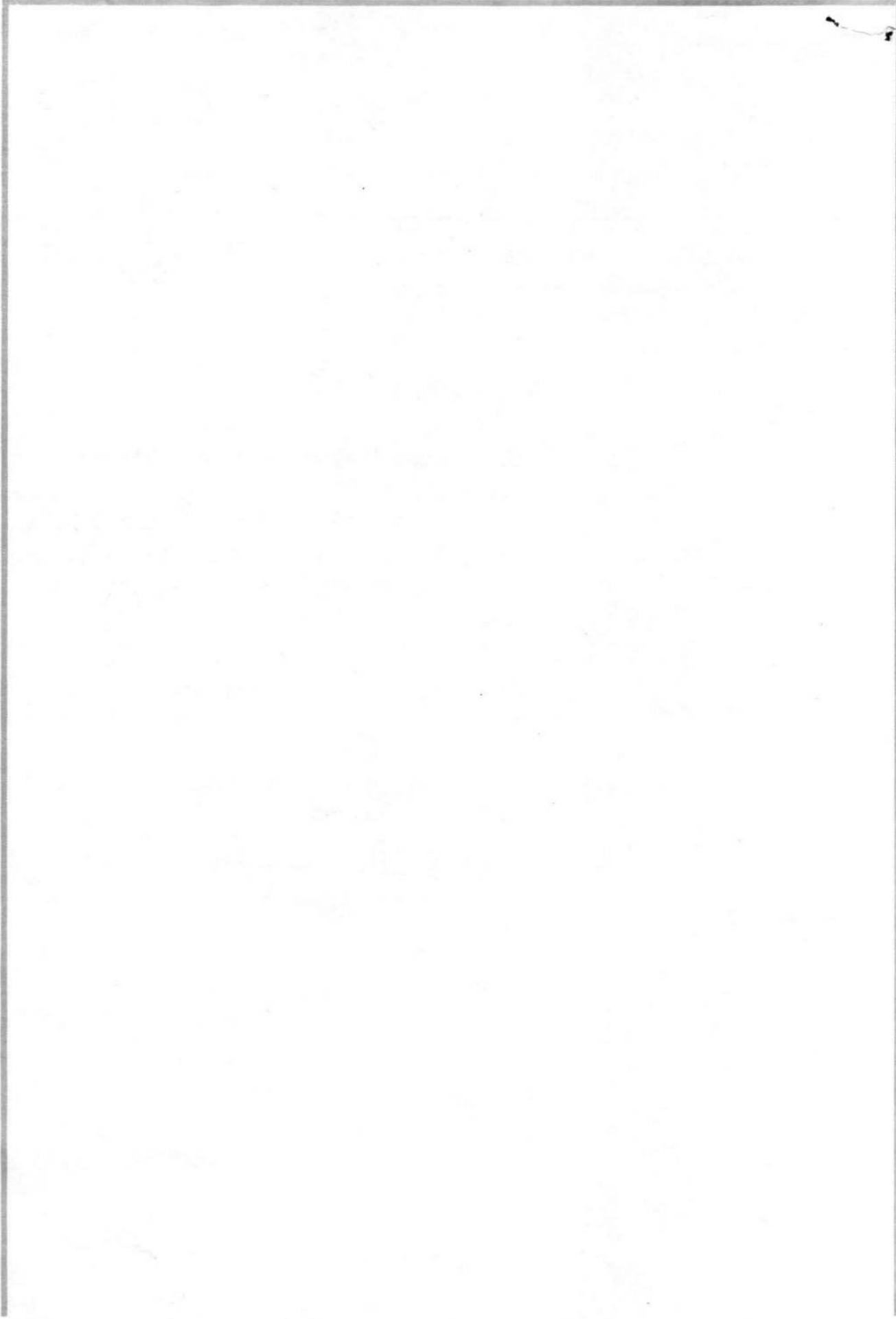
ASS.: Solicita providências urgentes em relação à preservação do Parque do Povo - CAPITAL

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR (Equipe de Áreas Naturais) para informar, com trânsito direto ao Dr. Evaristo Silveira Jr. para officiar.

GP/CONDEPHAAT, 17 de Novembro de 1993


VALQUÍRIA ABDO GANEU
Diretora Técnica

/krgs.-



Juntada 1 1 9 0 1 Assinatura



627
nd

São Paulo, 25 de outubro de 1993.

17
5. Cultura
29.10.93.
[Assinatura]

Carta nº 656.SP/93.

flrppqv/052

5396

Excelentíssimo Senhor Governador,

FABIO FELDMANN, Deputado Federal, tendo tomado conhecimento de difícil quadro em que se encontra o CONDEPHAAT, vem, perante Vossa Excelência, expôr o que segue:

O CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico do Estado, como órgão há 25 anos responsável pelo patrimônio cultural paulista, possui um papel destacado, enquanto instituição pública na luta pela preservação da memória e do meio ambiente e como referência da sociedade nesse campo.

Nos últimos 2 anos, entretanto, tem sido motivo de grande preocupação os rumos que o Condephaat tem tomado, haja visto sua incapacidade de atender às atribuições constitucionalmente definidas.

O órgão que, apesar de dificuldades inerentes, sempre manteve-se conduzido por personalidades que nutriam estreita intimidade com a questão preservacionista, se ressentiu, na gestão que se encerrou no corrente mês, de um perfil semelhante na sua presidência.

O quadro crítico que se consolidou tem por consequência a depauperação do patrimônio cultural e o risco iminente de retrocesso das conquistas já lançadas pela sociedade, através do Condephaat, além do próprio desgaste da imagem da região.

É por esta razão que me dirijo a Vossa Excelência, aproveitando o momento de transição para designação do novo

DIGITADO



628
rel

Conselho e Presidente, para solicitar especial atenção ao Condephaat, no sentido de que possa ser promovida uma atuação correta e eficiente da instituição.

A definição de uma política transparente para preservação do patrimônio cultural paulista, passa efetivamente pela coordenação de um presidente historicamente compromissado com a questão e que mantenha o interesse público acima de situações particulares específicas.

Aproveitando a oportunidade, quer ainda solicitar atenção de V.Exa. para a área denominada *Parque do Povo*, localizada na Capital, no quadrilátero formado pelas avenidas Marginal Pinheiros, Cidade Jardim, Juscelino Kubitschek e Rua Brig. Haroldo Veloso. A exemplo do assunto em pauta, trata-se de área em processo de tombamento pelo órgão estadual CONDEPHAAT. No entanto, este significativo espaço, mais uma vez, está sendo ameaçado pela especulação imobiliária. O processo de tombamento; liminar em vigor, que protege a área; legislações diversas e a própria Lei Orgânica do Município, estão sendo desrespeitados.

O CONDEPHAAT vem trabalhando há anos, para encontrar o melhor caminho a ser tomado para o Parque, no sentido de preservá-lo como o importante espaço que representa ao bem-estar da população de São Paulo, merecendo especial atenção e discussão mais profunda.

Sem mais para o momento, certo de poder contar mais uma vez com a colaboração de V.Exa., renova os protestos de elevada consideração e respeito.

Atenciosamente,

FABIO FELDMANN
Deputado Federal

**Excelentíssimo Senhor
Dr. Luiz Antônio Fleury Filho
MD. Governador do Estado de São Paulo
Palácio dos Bandeirantes
Capital**



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP-001/94

São Paulo, 03 de janeiro de 1994

Excelentíssimo Senhor:

Com referência às informações solicitadas por V. Excia. sobre o Parque do Povo, apresento relato do andamento do processo e no final apresento algumas considerações que decorreram do exame detalhado de toda a documentação.

Em 29/12/87 foi aberto o Guichê tendo como interessado o Deputado Federal Fábio Feldmann e, na mesma data, a Câmara de Vereadores de São Paulo apresenta moção de igual sentido, encaminhada por seu presidente Antônio Sampaio, em consequência de requerimento do Vereador Dalmo Pessôa.

Em 14/10/88 os técnicos Luis Paulo Marques Ferraz, geógrafo e Roberto Varjabedjian, biólogo, instruem o processo com seu parecer. O processo é encaminhado à Conselheira Stella G. Carvalhaes que apresenta parecer favorável à abertura do Processo de Estudo de Tombamento, com recomendações, em 17/10/88. Destaca-se a recomendação de que a Câmara de Vereadores, uma das requerentes, aprove Lei sobre o uso e ocupação do solo da área do parque, destinando-a à preservação.

Em 18/10/88 o Egrégio Colegiado delibera pela abertura do Processo de Estudo de Tombamento.

Em 1/11/88 a Caixa Econômica Federal apresenta contestação preliminar do tombamento provisório, argumentando:



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

-2-

Ofício GP-001/94 (continuação)

1. por ser o CONDEPHAAT criado por legislação de âmbito estadual, faleceria competência para atuar sobre bens pertencentes ao patrimônio da União;
2. não reconhecer no parque nenhum valor incomum de cunho histórico, folclórico, paisagístico ou turístico;
3. e ressalva o seu direito de reclamar indenização integral no caso de tombamento definitivo, além de, desde já, reclamar indenização pela delonga decorrente do tombamento provisório que prejudicava a licitação em andamento para alienação o imóvel, em seu nome e do IAPAS.

Em 2/11/88 o IAPAS apresenta sua contestação preliminar, argumentando:

- a) o imóvel em estudo é bem da União;
- b) o tombamento do bem importa em redução a zero de valor patrimonial;
- c) no uníssono entendimento da doutrina e jurisprudência, caracterizar-se-ia uma desapropriação indireta;
- d) a desapropriação de bem de direito público deve ser precedida de lei que a autorize;
- e) não pode o Estado expropriar a União.

Em 11/11/88 é criada uma comissão de quatro Conselheiros e quatro técnicos para estudo do processo.

segue...



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

631
nd

-3-

Ofício GP-001/94 (continuação)

Em 17/11/88 a Procuradora da República Gilda de Carvalho pede informações sobre o processo.

Na mesma ocasião é juntado ao processo ante-projeto de um parque para a área, elaborado pela firma Promon Engenharia S/A, que havia sido doado à Prefeitura, no qual, propõe uma série de ajustes na rede viária circundante e o ordenamento das funções no interior do parque, adequando-o ao uso público.

Em 21/11/88 a Juíza Federal Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini indaga se área em estudo de tombamento é a mesma discutida em ação de desapropriação pela Telesp contra a CEF.

Em 23/11/88 Dulcinéa Cabrini junta correspondência informando que a CEF dá prosseguimento à licitação para a alienação do imóvel, apesar do tombamento e junta cópia do Edital.

Em 30/11/88 a Procuradora da República Cleide Previtalli Cais solicita informações sobre o andamento do processo de tombamento. A seguir, a mesma Procuradora junta cópia da inicial e decisão da Juíza Federal Ana Maria Goffi Fláquer Scartezzini concedendo liminar em ação cautelar contra a CEF, IAPAS e TELESP.

Às pags. 331 e 332 do processo é juntado parecer de nosso Consultor Jurídico, Dr. Evaristo Silveira Júnior, no qual concorda com a tese de que o Estado não pode tomar bem de domínio da União e nas páginas seguintes, parecer emanado especificamente para este processo, a pedido da Comissão criada para seu estudo. Juntamos cópia do parecer.

Assinatura



632
nd

-4-

Ofício GP-001/94 (continuação)

Prossegue o processo com a juntada de várias cópias de documentos referentes ao andamento dos processos judiciais, até a página 456, onde é juntado ofício do Vereador Dalmo Pessoa informando que:

" o art. 142, parágrafo único, e o art. 146 de Decreto Estadual de nº 13.426 determina a preservação do bem, como o art. 185 do Capítulo V da Lei Orgânica do Município reza que: Os Parques Municipais, o Parque do Povo, ...constituem espaços especialmente protegidos".

Às páginas 463 o mesmo Vereador junta novo ofício datado de 13/9/93, relatando estar em andamento negociação entre a CEF e a PMSP para acabar com o Parque do Povo, que seria vendido por 400 milhões de dólares, em função do projeto de prolongamento da Av. Faria Lima.

Às páginas 463 o mesmo Vereador junta novo ofício datado de 6/10/93 relatando:

1. execução de sondagens do sub-solo por parte da EMURB, com anuência da CEF;
2. abertura de uma rua, continuação da Rua Leopoldo Couto de Magalhães no interior do Parque. (A abertura dessa rua foi autorizada pelo CONDEPHAAT, ver abaixo).

Em 20/10/93 o CONDEPHAAT envia ofício ao Presidente da EMURB Dr. Reynaldo de Barros (pags. 535 a 538) alertando sobre procedimentos irregulares - remoção de uma árvore (au

Almeida

segue...



Ofício GP-001/94 (continuação)

torizada, porém que deveria ter sido acompanhada por técnico do CONDEPHAAT) e abertura de uma rua.

A remoção dessa árvore havia sido solicitada ao Conselho - Processo nº 31.182/93 - Proposta de desvio de trânsito pela Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, Capital (transplante de uma árvore situada no Parque do Povo) e foi autorizada pela presidência após consulta ao corpo técnico e à alguns conselheiros. A remoção da árvore, aliás, tinha como causa a abertura do desvio provisório (a ser demolido após a conclusão das obras na Juscelino Kubtscheck) conforme planta juntada ao processo, no entanto, sua execução foi omitida tanto no ofício da EMURB que pedia a autorização para remoção da árvore, como no ofício do CONDEPHAAT que a autorizava.

Foram a seguir convidados os Profs. Drs. José Guilherme Magnani e José Sebastião Witter e o antropólogo Luis Henrique Toledo para atuarem como consultores da equipe técnica multidisciplinar do STCR que está elaborando parecer técnico para o Processo de Estudo de Tombamento. Terminado este parecer será o mesmo juntado ao processo, ocasião em que será nomeado um Conselheiro Relator (ou mais de um se for o caso) antes de sua apresentação à deliberação do Egrégio Colegiado.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PROCESSO

1. Não existe a menor dúvida quanto a importância de um parque urbano naquela área da cidade, especialmente se for executado o prolongamento da Av. Faria Lima, caso em que a acessibilidade do Parque do Povo se estenderia à

segue...



634
nls

-6-

Ofício GP-001/94 (continuação)

larga porção da Zona Sul (Brooklin Novo, Alto da Boa Vista, etc) aliviando a pressão de demanda sobre o Parque do Ibirapuera, hoje já saturado. Também não há dúvida quanto à oportunidade da intervenção do CONDEPHAAT que, com a abertura do Processo de Estudo de Tombamento do Parque do Povo, preservou essa área de características únicas para um fim diverso da banal expansão urbana.

2. O interesse no Parque do Povo, por outro lado, é claramente municipal. Muitas vezes o CONDEPHAAT se vê na necessidade de tomar bens culturais de interesse municipal agindo como "pronto socorro" ou como última instância de apelação, mormente quando o agente da destruição do bem é a própria administração municipal. Esse procedimento deve ser evitado, pois além de banalizar o instituto do tombamento, tem o sentido de digressão das atribuições do Conselho. No caso vertente, por causa da analogia com o caso do tombamento da Casa Modernista, no qual o Estado foi condenado em primeira e segunda instância, por unanimidade, a pagar o valor do imóvel por ser considerado o tombamento uma desapropriação indireta, é necessário que tomemos todas as precauções para não sofrermos penalização análoga. Se no caso da Casa Modernista, a primeira casa "moderna" construída no Brasil, se justificava sua preservação, apesar dos altos valores envolvidos, no caso presente não tem sentido o Estado assumir o ônus da desapropriação de um bem de interesse municipal.

3. A denúncia do Vereador Dalmo Pessoa de que ocorrem negociações entre a Prefeitura e a CEF, de fato tem procedência. Temos a informação de que a CEF propôs à Prefeitura

Almeida



635
nd

-7-

Ofício GP-001/94 (continuação)

a permuta de parte da área pela licença para construir 5 ou 6 edifícios em 2 áreas marginais do Parque (uma delas aparentemente fora do perímetro do tombamento e a outra não utilizada para a prática de esportes ou atividades culturais e desprovida de vegetação significativa) e a construção de um "shopping center" que ocuparia parcela significativa da área do Parque.

4. O fato da Prefeitura estar negociando com a CEF, ao contrário da postura alarmante do Vereador, parece-nos auspiciosa, pois no dizer de um dos técnicos da EMURB "estamos tentando economizar 240 milhões de dólares", ou seja a própria Prefeitura minimizar um prejuízo inevitável. (A CEF fala de 400 milhões de dólares, valores altíssimos, que de qualquer forma precisam ser verificados.) Se mantivermos o controle da situação do imóvel pelo tombamento provisório, talvez seja possível levar a negociação a um meio termo, em que a Prefeitura autorize a construção dos prédios (se verificarmos que, de fato, não trazem maiores prejuízos ao Parque) e desaproprie somente a área equivalente ao "shopping center", reduzindo substancialmente o valor da indenização e viabilizando dessa forma a instalação definitiva do Parque do Povo, que é o que todos nós queremos. Um tombamento apressado, por outro lado, poderá resultar no Estado arcando com os custos de mais uma obra do Prefeito, que saberá, temos certeza, tirar partido dela.

5. Hoje o Parque do Povo não é tão do povo assim. Desenvolvem-se nele atividades culturais da maior importância social como o Teatro Vento Forte e a Escola de Circo, inclusive como programações envolvendo crianças de rua e, paralelamente

Alu

segue...



636
rld

-8-

Ofício GP-001/94

lamente, as atividades esportivas dos clubes comodatários, res_
tritas a seus associados. Qualquer decisão à respeito da área,
deve, por conseguinte, trazer implícita a sua abertura ao uso
público de forma irrestrita, pois não tem o menor sentido o po_
der público manter uma área desse valor e nessa localização pa_
ra uso exclusivo de alguns poucos contribuintes.

6. Finalmente, um fato que não consta do proces_
so é o de que parte da área (antigo leito do Corrêgo do Sapa_
teiro) é de domínio da Prefeitura.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a Vos_
sa Excelência nossos protestos de estima e consideração.

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Exmo. Senhor
Dr. RICARDO OHTAKE
DD.Secretário de Estado da Cultura



63X

Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26513	88	

INT:-CÂMARA DOS DEPUADOS - FÁBIO FELDMANN

ASS:-Estudo de tombamento do quadrilátero, situado entre as Avs. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, denominado Parque do Povo - Capital.

Sra. Diretora Técnica,

O estudo de tombamento do Parque do Povo é um processo aberto pelo Egrégio Colegiado em 17.10.88. Desde então, inúmeras dificuldades ligadas à questões infra-estruturais e ao excesso de trabalho com carga para a Equipe de Áreas Naturais, inviabilizaram sua rápida conclusão.

Em meados do segundo semestre de 1993 o estudo foi retomado. Formou-se um grupo de trabalho multidisciplinar composto pelos seguintes técnicos: Luís Paulo M. Ferraz (geógrafo), Simone Scifone (geógrafa), Roberto Varjabedian (biólogo) e Denis Heuri (biólogo), todos membros da Equipe de Áreas Naturais; além da Historiadora Luciana de Cerqueira Nunes Miguel e da Socióloga Naira M. Morgado, ambas do STCR. Participam ainda os estagiários Fernando de Padua Laurentino e Cíntia Nigro Rodrigues.

Foram convidados, na qualidade de consultores externos, os professores doutores José Guilherme Magnani (Coordenador do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de S.Paulo) e José Sebastião Witter (Historiador, ex-conselheiro do CONDEPHAAT e diretor Instituto de Estudos Brasileiros). Também foram convidados os Antropólogos Luis Enrique Toledo e Yara Schreiber, profissionais com especialidade no assunto.

O trabalho vem sendo desenvolvido em diversas frentes, com o objetivo de levantar todos os elementos que compoem o quadro Antropológico, histórico e geo-ambiental da área. Desta forma, pretende



Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26513	88	

Entretanto, fomos surpreendidos por um documento anexado ao processo, assinado pelo Senhor Presidente do Condephaat e encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Cultura.

Neste documento, o Senhor Presidente relata detalhadamente o andamento do processo desde sua abertura e expõe algumas considerações, dentre as quais destacamos:

1 - Ressalta a importância da área no contexto urbano da cidade e a atuação do Condephaat na preservação do Parque.

2 - Coloca o interesse pela preservação do Parque do Povo como "claramente Municipal". Propõe que se evite a atuação do órgão como pronto socorro.

3 - Sugere a continuidade do tombamento proviário como mecanismo adequado para "levar a negociação, entre Prefeitura e CEF, a um meio termo". Alerta para os perigos de um "tombamento apressado" (apesar do processo já ter mais de 5 anos de andamento).

4 - Afirma que "o Parque do Povo não é tão do Povo assim" e as atividades esportivas são restritas aos seus associados.

A manifestação do Presidente do Condephaat nesta fase do processo, muito embora não comprometa o andamento dos estudos técnicos, é extremamente preocupante, uma vez que antecipa várias posturas sobre o tema, desconsiderando os elementos do parecer que está sendo elaborado pelo STCR.

A emissão de juízos sobre a aplicação do instrumento do tombamento e outras questões complexas inerentes à atuação do Condephaat, merece um embasamento em discussões de natureza mais ampla possível, com a participação do Conselho e fundamentação em estudos concretos e detalhados.

Além de antecipar à sociedade uma decisão que a instância deli



Do	Número	Ano	Rubrica
PROC.CONDEPHAAT	26513	88	

convidados, que vêm trabalhando com seriedade e dedicação no estudo de tombamento do Parque do Povo, apesar das limitadas condições de trabalho oferecidas pelo órgão.

Diante do exposto, vimos comunicar os fatos a esta Diretoria, para que adote as providências que julgar oportunas.

STCR, 20 de Janeiro de 1994

Naira Iracema Monteiro Morgado

NAIRA IRACEMA MONTEIRO MORGADO - Socióloga

Luís Paulo Marques Ferraz

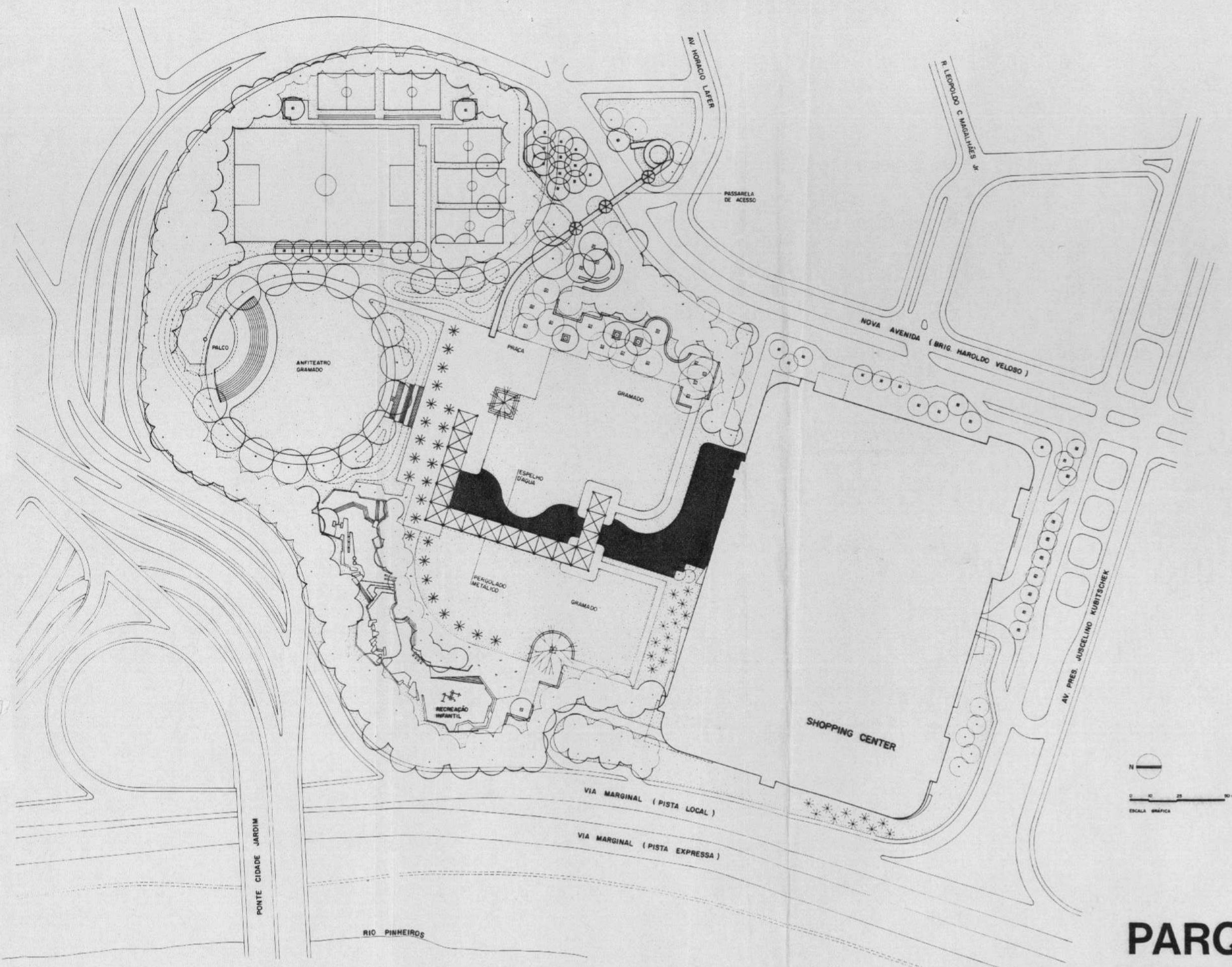
LUÍS PAULO MARQUES FERRAZ - Geógrafo

Roberto Varjabedian

ROBERTO VARJABEDIAN - Biólogo



642
A



PARQUE DO POVO



643
X

Do	Número	Ano	Rubrica
	26.513	86	

INT.: KRAF PLANEJAMENTO AMBIENTAL
ASS.: ~~Prospecto.~~ PROPOSTA DE ESTUDO DE PAISAGISMO -
ESTUDO PRELIMINAR

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para manifestação.

GP/CONDEPHAAT, 01 de fevereiro de 1994.

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

cp.-



Do	Número	Ano	Rubrica
P.CONDEPHAAT	26513	1988	

INTERESSADO: Câmara dos Deputados- Fábio Feldmann.
ASSUNTO: Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado PARQUE DO POVO, Capital.

Sr.Presidente,

Através de manifestação da Equipe deste STCR, responsável pelos estudos de tombamento do Parque do Povo, tomei conhecimento da carta de sua autoria, de fls.629 a 635, endereçada ao Sr.Secretário da Cultura, Ricardo Ohtake.


Causou-nos grande surpresa o procedimento adotado por esta Presidência, que destoa daqueles usuais e entendidos como corretos por este Serviço Técnico.

A referida carta revela posições da Presidência frente à questões relacionadas ao tombamento do Parque do Povo, ainda em tramitação no STCR para desenvolvimento dos respectivos estudos.

As considerações assentadas pela Presidência e dirigida ao Sr.Secretário, desconsiderando a evolução dos estudos e o empenho dos técnicos envolvidos, interferem no curso natural de tramitação do processo, e eventualmente poderia contribuir para situações indesejáveis, precipitando manifestações e conclusões antes da efetiva apreciação do assunto.

Lamentamos o ocorrido, certamente, e esperamos que este Serviço possa prosseguir suas tarefas em sintonia com o Gabinete da Presidência e o E.Colegiado, confiantes da oportunidade do programa proposto pelo Sr.Presidente na gestão que se inicia.

STCR, 17 de fevereiro de 1994.


Arq. Sueli F.de Bem
Diretoria Técnica de Serviço

ESTUDO DE TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO

Estrutura do Parecer

* Introdução

- Textos introdutórios:

- "Práticas de lazer no contexto urbano"
- "O futebol e a história da cidade"
- "Entre o público e o privado: o direito à cidade"

* Cap. 1 - Diagnóstico

- 1.1 Diagnóstico ambiental
 - 1.1.1 - Cobertura Vegetal do Parque do Povo
 - 1.1.2 - Questões Relativas à Melhoria da Qualidade Ambiental
- 1.2 As atividades do Parque
 - 1.2.1 - Os Clubes de futebol de várzea
 - 1.2.2 - O Circo Escola Picadeiro
 - 1.2.3 - O Teatro VentoForte
- 1.3 A dinâmica do Parque do Povo

* Cap. 2 - Aspectos Históricos do Bairro e do Parque

- 2.1 O Bairro do Itaim Bibi
- 2.2 Aspectos Históricos do Parque do Povo

* Cap. 3 - O Futebol de Várzea

- 3.1 Várzea: da Gênese ao Desaparecimento
- 3.2 História do Futebol de Várzea
- 3.3 A Geografia do Futebol de Várzea

* Cap. 4 - Áreas Verdes e o Desenvolvimento Urbano

* Cap. 5 - O Parque do Povo e o Conceito de Patrimônio Cultural

* Cap. 6 - Conclusões e Diretrizes

* Bibliografia

* Equipe técnica

ESTUDO DE TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO.

INTRODUÇÃO

O Parque do Povo é uma área de cerca da 150.000 m localizada no perímetro compreendido entre as avenidas Juscelino Kubistchek, Marginal do Rio Pinheiros, Cidade Jardim e Rua Brig. Haroldo Veloso no bairro do Itaim-Bibi, São Paulo-SP. Caracterizada pelo uso de lazer, seu pedido de tombamento foi encaminhado ao Condephaat em 1988, através do Deputado Federal Fábio Feldmann. No mesmo ano, o Egrégio Colegiado aprovou parecer da Equipe de Areas Naturais e da conselheira relatora, Dra Stela Goldeinstein, favoráveis a abertura do processo de tombamento.

O presente parecer, que está sendo encaminhado para apreciação e deliberação definitiva do conselho, reflete o intenso trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar do Serviço Técnico de Conservação e Restauro do Condephaat. Além dos técnicos deste órgão, também foram convidados especialistas da Universidade de São Paulo.

Para fundamentar o estudo de tombamento foi realizado amplo levantamento bibliográfico, consultas a especialistas e exaustiva pesquisa de campo. Os textos introdutórios foram produzidos especialmente para este trabalho, para subsidiar teoricamente o parecer. A proposta parte de um detalhado diagnóstico da área, envolvendo caracterização ambiental e das atividades que funcionam no Parque do Povo. Aborda aspectos históricos do bairro e do próprio parque. A seguir, discute o panorama do futebol de várzea em São Paulo e a inserção desta área em seu contexto. Amplia a análise para a questão do desenvolvimento urbano e as relações do parque com o conjunto das áreas verdes da cidade. Finalmente, enfoca o conceito de patrimônio cultural e a situação do Parque do Povo, fundamentado no conteúdo global do parecer. Desta forma, encaminha as conclusões do trabalho.

Agradecimentos

Muitas foram as contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Gostaríamos, entretanto, de agradecer especialmente ao Prof. José Guilherme C. Magnani, pela intensa participação e orientação científica. Agradecemos também ao Prof. José Sebastião Witter, Prof. Maria Lúcia Montes, Hist. Yara Schreiber, Hist. Luis Enrique Toledo, Repórter Helvídio Mattos (TV Cultura), Depart. de Aerofotogrametria do IGC, Fernanda P. Fonseca, Iolanda Évora e à comunidade do Parque do Povo.

O lazer na cidade

José Guilherme Cantor Magnani
Departamento de Antropologia
FFLCH - USP

Para se entender o atual significado e crescente importância do lazer na sociedade contemporânea, é preciso situá-lo num determinado contexto que oferece, simultaneamente, o quadro de referência histórica e pistas para sua conceituação. Tal contexto é o dos primeiros tempos da Revolução Industrial, quando a disciplina, o ritmo e intensidade do trabalho só conheciam um limite: o da exaustão física e psíquica daqueles contingentes de trabalhadores arrancados de seu tradicional modo de vida, no qual a interrupção do trabalho - seja agrícola, artesanal, de coleta - era ditada pelos ciclos da natureza e legitimada por um calendário religioso que marcava o tempo através das festas e rituais.

O nascente capitalismo, porém, inaugura uma nova ordem socio-econômica onde a produção já não era determinada pelas necessidades de consumo do grupo doméstico, mas tinha como eixo o mercado, que aliás fornecia um dos fatores envolvidos no processo produtivo: a força de trabalho. O problema da conservação desta última dizia respeito unicamente a seu vendedor que, de posse da remuneração, devia arcar com os custos - alimentação, alojamento, saúde, descanso.

Melhores e mais humanas condições de vida e trabalho foram, pois, desde os inícios do sistema capitalista, conquistas da classe trabalhadora. O que não deixa de constituir um paradoxo: o tempo livre, necessário e funcional desde a lógica do capital - como fator

indispensável para a manutenção e reprodução da força de trabalho - é resultado da luta do movimento operário pela diminuição da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias, etc.

Para muitas tendências do movimento operário organizado, o tempo livre era de suma importância, pois representava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses. Representações teatrais, competições desportivas, sessões de canto e música, leituras, passeios, além de debates e cursos de formação - tais eram as formas através das quais os militantes preenchiam seu tempo livre.

A questão do lazer, portanto, surge dentro do universo do trabalho e em oposição a ele: a dicotomia é na verdade entre tempo de trabalho versus tempo livre ou liberado, e por lazer entende-se geralmente o conjunto de ocupações que o preenchem.

Se este é o quadro de referência que permite entender, em suas origens, o papel do lazer, atualmente é possível verificar algumas mudanças na forma como é encarado. Em primeiro lugar, o lazer já não é pensado apenas em sua referência ao mundo do trabalho e, principalmente, não é visto como um apêndice a ele. Uma rápida enumeração das instituições, equipamentos, produtos e atividades em torno do lazer - academias, clubes, rede de hotéis, sistemas de excursões, vestuário, os cadernos de turismo dos grandes jornais - mostra que as formas de ocupar o tempo livre são consideradas *per se* e constituem rentável empreendimento.

Esta desvinculação entre lazer e o universo do trabalho tem a ver, nos países desenvolvidos, com o que um autor contemporâneo (LALIVE D'ÉPINAY, 1992) chama de mudança de *ethos*: a realização pessoal não passa mais necessariamente

"Para muitas pessoas, o trabalho continua sendo uma necessidade, mas não como uma forma de auto-realização (...) os direitos dos seres humanos não são apenas viver e trabalhar, mas viver e desenvolver-se, o que requer segurança não apenas material mas emocional". (op. cit., p.439)

O autor, evidentemente, está falando de sociedades onde que os problemas de base foram resolvidos em função da política do bem-estar e onde a população economicamente ativa entra cada vez mais tarde no mercado de trabalho e sai cada vez mais cedo. Neste caso, aumenta o tempo livre e o trabalho remunerado é apenas uma das formas de atividade - nem sempre gratificante - ao lado de outras, como o trabalho doméstico, assistencial, comunitário, que entram na categoria agora mais abrangente de lazer.

Entretanto, o que acontece em países como o Brasil, marcado por profundos contrastes e desigualdades? Poderia parecer fora de propósito discutir tempo livre e lazer quando contingentes expressivos da população, em estado de miséria absoluta, não têm acesso sequer ao trabalho, numa situação até mais perversa que aquela descrita quando dos primórdios da revolução industrial.

Mas exatamente por se tratar de uma situação de contraste é que, além dos dois lados extremos do quadro, existe uma significativa região intermediária. Se para alguns as reflexões na linha de D'Épinay já fazem sentido, e para outros a questão do lazer é um luxo, existem muitos outros, também, para os quais a prática do lazer ainda é um direito a ser conquistado, consolidado.

Trata-se, com efeito, daquela parcela da população inserida no mercado de trabalho mas que, se legalmente tem assegurados seus direitos a férias, descanso semanal remunerado, etc., nem sempre tem acesso às condições reais

moradores dos bairros de periferia, distantes, carentes de muitos serviços urbanos básicos e desprovidos de espaços, equipamentos e instalações adequadas ao exercício de seu lazer.

E no entanto é amplo e variado o espectro de suas formas tradicionais de uso de tempo livre, nos finais de semana: circos, bailes, festas de batizado, aniversário e casamento, torneios de futebol de várzea, quermesses, rituais e comemorações religiosas (católicos e dos cultos afro-brasileiros), excursões de "farofeiros", passeios, etc. (MAGNANI, 1984). Antes, porém, de analisar as condições objetivas de exercício dessas e outras modalidades de lazer característicos dessa população, no espaço urbano, cabem algumas observações sobre sua dinâmica.

São, evidentemente, modalidades simples e tradicionais que não têm o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, mas estão profundamente vinculadas ao modo de vida e tradições dessa população. E analisando mais de perto as regras que presidem o uso do tempo livre por intermédio dessas formas de lazer, verifica-se que sua dinâmica vai muito além da mera necessidade de reposição das forças dispendidas durante a jornada de trabalho: representa, antes, uma oportunidade de, através de antigas e novas formas de entretenimento e encontro, - estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. O que não é de pouca importância para uma população cujo cotidiano não se caracteriza exatamente pelo gozo pleno dos direitos de cidadania.

Assim, tomando-se como ponto de partida o espaço onde são praticadas, é possível distinguir um sistema de oposições cujos primeiros termos são "em casa" versus "fora de casa". Na primeira categoria, "em casa", estão aquelas

mudanças significativas no ciclo vital e têm com o referência a família, ou seja, festas de batizado, aniversário, casamento, etc.

O segundo termo da oposição, "fora de casa", subdivide-se, por sua vez, em "na vizinhança" e "fora da vizinhança". O primeiro engloba locais de encontro e lazer - os bares, lanchonetes, salões de baile, salões paroquiais e terreiros de candomblé ou umbanda, campos de futebol de várzea, o circo etc. - que se situam nos limites da vizinhança. Estão portanto sujeitos a uma determinada forma de controle, do tipo exercido por gente que se conhece, de alguma maneira - seja por morar perto, por utilizar os mesmos equipamentos como ponto de ônibus, telefone público, armazém, farmácia, centro de saúde - quando disponíveis.

Os moradores referem-se a esse espaço - que configura um território delimitado por marcos físicos, sobre o qual se estende uma rede de relações - com a denominação de "pedaço", local frequentado por pessoas que se reconhecem enquanto membros de uma rede social com base territorial:

"O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade".(MAGNANI, op. cit. p. 138)

É aí que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. E é o espaço privilegiado para a prática do lazer nos fins de semana nos bairros populares. Desta forma, o "pedaço" é ao mesmo tempo resultado (ainda que não exclusivo) de práticas de lazer, e condição para a sua prática.

Isto porque pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção, inclusive quando as pessoas aventuram-se para o desfrute de lazer "fora do pedaço", como acontece com disputas de futebol em outros bairros, excursões, idas a salões de baile ou a outros equipamentos de lazer situados em outros pontos da cidade.

Como se pode ver, o momento de desfrute do lazer não pode ser considerado apenas por seu lado instrumental, passivo e individualizado - reposição das energias gastas. Isto porque, como a análise da categoria "pedaço" mostra, existe um componente afirmativo referido ao estabelecimento de laços de sociabilidade, desde o núcleo familiar até o círculo mais amplo que envolve amigos e colegas (no âmbito do "pedaço") e desconhecidos (fora do "pedaço").

Daí a importância do diálogo entre o "pedaço" (no âmbito do bairro) e outros espaços da cidade, que abre o particularismo da experiência local para outras vivências, em outros locais: é o "direito à cidade" (LEFEBVRE, 1969), o que significa acesso a espaços, equipamentos, instituições, serviços que transcendem os limites da vida cotidiana no bairro.

No entanto, seja "no pedaço" ou fora dele, constata-se uma progressiva diminuição dos espaços destinados ao exercício do lazer da população de baixa renda. É o que acontece principalmente com modalidades tradicionais como circos, parques de diversão, futebol de várzea; a insuficiência de áreas verdes, praças e parques - ou dificuldade de acesso a eles, em virtude de sua localização - configura outra carência, assim como a inexistência ou precariedade de instalações para atividades comunitárias, sociais e culturais. Tal situação é resultado do caráter excludente do desenvolvimento urbano e a consequente

desigualdade da distribuição dos equipamentos, privilegiando alguns setores em detrimento de uma grande maioria.

Tal diagnóstico - apenas indicativo - por si só aponta para a solução mais evidente: uma política cultural capaz de equipar as regiões mais carentes com a infraestrutura necessária e facilitar o acesso para usufruto da rede de lazer mais ampla. Se esta conclusão se impõe, cabe, entretanto, uma segunda constatação, aparentemente óbvia, mas não sem consequências: se há carências nessa área, com maior razão é preciso preservar o que existe e é utilizado, e impedir sua destruição.

Decisões relativas ao uso do espaço não podem ser tomadas em função de apenas uma lógica que supostamente decide o que é bom, conveniente e bonito para a cidade; há outros pontos de vista, decorrentes da existência de outros atores sociais com suas tradições, modos de vida, hábitos - igualmente legítimos. Aliás, é justamente essa diversidade que caracteriza a experiência urbana: "Nesse sentido, a diversidade urbana, além de ser uma propriedade das cidades, deve ser reconhecida como o princípio que as torna cidades" (DOS SANTOS, 1985, pg. 78).

Edificações de épocas e estilos diversos, espaços culturais tradicionais ao lado de centros voltados para o experimentalismo e a vanguarda, locais escolhidos e/ou compartilhados por pessoas de diferentes faixas etárias e outros exemplos mais de contrastes caracterizam a riqueza da experiência urbana, a que todos os moradores da cidade - os cidadãos, no sentido original do termo - têm direito.

Tal é o contexto das práticas urbanas, entre as quais a de lazer. Como se pôde apreciar, no caso deste último, se ainda o universo do trabalho faz-se presente, ao menos enquanto definidor dos limites do tempo livre - afinal, trata-se do lazer desfrutado no final de semana, entre uma e

referência aos valores desse universo que o lazer adquire seu pleno sentido.

Mesmo numa sociedade como a brasileira, marcada por profundos contrastes socio-econômicos, com uma imensa população carente, cada vez mais o lazer deixa de ser pensado como privilégio de poucos, ou como algo acessório, passando a ser encarado como direito de todos e parte constitutiva de modos culturalmente diferenciados de vida.

José Guilherme Cantor Magnani
São Paulo, fevereiro de 1994

REFERENCIAS

DOS SANTOS, C. N. (coord.) - *Quando a Rua vira Casa*. Rio de Janeiro, Ibam/Finep, Projeto, 1985

LALIVE D'ÉPINAY, C. Beyond the Antinomy: Work versus Leisure? Stages of a cultural mutation in industrial societies during the twentieth century. *Society and Leisure*. 14 (2), 433-446.

LEFEBVRE, H. - *O direito à cidade*. São Paulo, Ed. Documentos, 1969

FUTEBOL, VARZEA E CIDADE DE SÃO PAULO

José Sebastião Witter

É indiscutível que o futebol é o "esporte das multidões". As grandes massas de torcedores, que se reúnem em torno dos campos é quase incalculável se pensarmos em todos os jogos disputados em um só domingo. E, neste caso, estou pensando nos jogos oficiais, dos campeonatos organizados, do futebol profissional. Basta deter-nos em frente a qualquer noticiário esportivo dos diferentes canais de televisão e acompanharmos as câmeras que focalizam os espectadores que se acomodam nas dependências dos estádios, para termos a constatação deste fenômeno. Em diferentes latitudes e longitudes de nosso planeta há sempre muita gente assistindo a "bola correr". Outras questões que não podem deixar de ser mencionadas são o centenário da introdução do futebol no Brasil e a Copa do Mundo, a realizar-se nos Estados Unidos, neste ano. Por que estas lembranças? Porque aquilo que 94 sintetiza, com a Copa e com os cem anos da chegada oficial do "jogo de bola" no Brasil é resultado de uma longa história, que começou há muitos séculos, regulamentou-se na Inglaterra no século XIX e, logo depois desta regulamentação passou a ser uma atração especial no Brasil. E foi em São Paulo, na Cidade de São Paulo, que as primeiras partidas foram disputadas, os primeiros clubes se constituíram e os primeiros campos de futebol foram sendo formados.

A data oficial da introdução do futebol é 1894. O introdutor, o brasileiro Charles Miller, filho de pais ingleses, que trouxe as primeiras bolas, os primeiros uniformes e as primeiras chuteiras, as "chancas" da infância de todos nós, foi também o incentivador dos jogos e o divulgador das regras que orientam as partidas. De certa forma, o primeiro professor a ensinar a jogar ... futebol.

Embora no início os jogos fossem disputados entre "teams" formados por "rapazes" da "elite" paulistana, os campos escolhidos para a prática do futebol eram aqueles que ficavam próximos às margens dos rios, as várzeas, onde ocorriam os alagamentos e as inundações numa São Paulo iniciante. A baixada do Glicério, às margens do Tamanduateí; as várzeas do Tietê e mais tarde do Pinheiros; as margens do rio Pacaembu, que nascia na encosta onde hoje está o Estádio Paulo Machado de Carvalho ou, então, em terrenos de chácaras

existentes nos então longínquos bairros do Bom Retiro, Luz, Consolação, Bela Vista, para não falar na Lapa, Penha ou Moóca.... O crescimento da cidade, até 1960 lento mas constante, foi "empurrando" os campos para regiões mais distantes, afastando-os da malha urbana mais densa e fazendo com que os chamados times varzeanos ocupassem locais menos povoados embora bem situados geograficamente, o que facilitava o acesso dos jogadores e o comparecimento dos torcedores. Do centro da cidade, então a Praça da Sé e adjacências, até a chegada às distantes regiões de Pinheiros ou Móoca/Penha, foi uma longa caminhada, que foi deixando marcas indeléveis.

Nessa caminhada um dos locais mais significativos para a história do futebol em São Paulo foi o Velódromo localizado na região onde hoje está a Igreja da Consolação e que era utilizado para a prática do ciclismo e transformado, eventualmente, em campos para a prática do "esporte-rei". No velódromo foram disputados as primeiras partidas dos primeiros campeonatos paulistas, os primeiros inter-estaduais, além de jogos internacionais..

Os milhares de campos de futebol que existiram em São Paulo, todos vinculados a clubes amadores foram, com a valorização dos terrenos urbanos da capital, sendo transformados em loteamentos, depois estacionamentos e nestes subiram os espigões que hoje são as torres... O fenômeno se deu em toda capital e o mapeamento que fará parte deste conjunto de trabalhos poderá dar idéia da migração ou migrações desses clubes e campos para distantes regiões do centro, ocupando as marginais, principalmente a do Pinheiros, que foi, talvez, a mais atingida pela especulação imobiliária.

O depoimento de Amadeu, colhido por Ecléa Bosi e publicado em seu livro antológico "Memória e Sociedade" ilustra, com propriedade, a minha narrativa:

"... Meu tempo de juventude foi muito empregado no esporte; organizava jogos, escalava os times, dava notícias para a Gazeta. Dirigi o Clube São Cristóvão aí do Brás, composto de vendedores de jornal. Depois fui convidado para dirigir o Madrid dos espanhóis da Rua Santa Rosa; eram todos carroceiros. Dirigi o Clube Madrid onde joguei, militei uns cinco, seis anos, por volta de 1930 ou 33.. O Estrela de Oliveira era um time de várzea, muitos da turma fundaram depois a corrida de São Silvestre. O nome do time vem de Rua Benjamin de Oliveira. Tomás Mazzoni era do nosso bairro, eram amigo daquela gente. Nós pagávamos para jogar, ninguém ganhava; quem perdia chorava, tinha amor no clube.

Nesse tempo, os jogadores da Primeira Divisão podiam jogar na várzea. Não eram profissionais, não ganhavam nada. Joguei no São Cristóvão, que era o melhor clube da várzea. Uma vez o Internacional, por intermédio do Tomás Mazzoni,

convidou o São Cristóvão para formar seu primeiro quadro. O Internacional era de Primeira Divisão.

Comecei a jogar futebol com nove anos. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério, cada um tinha mais ou menos cinquenta campos de futebol. Penha, pode por cinquenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode por uns cinquenta campos. Vila Matilde, uns vinte. Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamentos. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo pra fábrica.

Se nós vamos procurar na memória quantos jogadores da várzea, de uns quarenta anos faz, tinha mais de dez mil jogadores. Aquele tempo era uma coisa!. Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados para o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia pra fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham duas mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso.

Hoje não jogam nem dez por cento daquilo que jogavam naquele tempo, por falta de campo, de lugar. Não tem onde jogar. Em cada bairro se fazia um campeonato, juntavam dez ou vinte clubes. Ali era uma coisa!. O jogo da várzea era o que atraía a maior parte do público. De grande, havia o campo da Ponte Pequena, o Corinthians velho, e o campo do Sírio. Depois veio o Parque Antártica e o Parque São Jorge. A gente dizia: "Em que parque vamos jogar?". Não tinha ainda estádio, era campo livre, ninguém pagava para ver. O Pacaembu veio mais tarde, acho que em 38 ou 40. Aí começou a massa, antes o pessoal estava espalhado nas várzeas e nos bairros jogando mesmo."

A este depoimento acrescento o meu. Quando cheguei a São Paulo, em 1968, a região de Pinheiros e Itaim-Bibi era repleta de campos de futebol, onde jogavam os times de várzea e nestes times surgiram, até 1970, muitos de nossos melhores jogadores. Era o tempo em que a várzea era cantada, em prosa e verso, como o "celeiro de craques" e também havia uma figura destacada na busca desses "novos valores", que era a do "olheiro". O olheiro tinha a incumbência de "olhar" os jogos nos campos de várzea e descobrir entre os milhares de jogadores alguns craques que faziam seus testes em grandes clubes e passavam a compor o "plantel" do Corinthians, São Paulo, Palmeiras, etc. Pois vi, desde que passei a residir em Pinheiros, a mudança da fisionomia do Bairro, mas também da cidade. Lugares diversos, dentro de Pinheiros, ainda eram ocupados por chácaras, pequenos pastos, onde se organizavam os campos e neles se reuniam excelentes grupos de futebolistas, em torno de sua agremiação preferida, fosse A.A. Serra Morena, o Estrela de Pari, o Vigor... na região do Pari. Ou ainda o Cruzeirozinho da Penha, o Maria Zélia, entre outros da região da Penha e também o Marítimo, o Clube do Mé, o Canto do Rio, entre

outros, que ocupam, ainda hoje, um espaço significativo como área de lazer, ainda mais importante para a sobrevivência do futebol amador/varzeano na sua expressão mais pura. Esse espaço é o chamado "Parque do Povo", onde todos os dias há "jogos de bola". Aos sábados e domingos, no entanto, essa área é um ponto de encontro de "craques" e torcedores, que para ali se dirigem com o objetivo principal de participar de uma partida amistosa de "football" ou de um torneio esportivo, quer como jogador quer como espectador. Esse "Parque do Povo" é, hoje, o local que materializa, nos clubes que nele mantêm suas sedes, aquilo que a História não pode reviver, o jogo puro do futebol "verdadeiro": o jogo jogado, não a disputa competitiva e organizada, que gera lucros e quase determina a caminhada de um jovem que chega a um grande clube. No "Parque do Povo" (como depoimentos e pesquisas realizadas poderão provar) o básico de tudo é o lúdico. A vitória de uma equipe é desejada e todos se empenham para conseguí-la, porém terminado o jogo o conagraçamento entre os atletas continua a demonstrar que, numa disputa desportiva, os oponentes são adversários e não inimigos. Esse esporte amador, varzeano, na cidade de São Paulo, só poderá sobreviver enquanto espaços geográficos como esse continuarem a existir, sem excesso de regras ou intrincada burocracia, mas com uma ordenação espontânea dos próprios participantes dos encontros futebolísticos...

O futebol brasileiro deve muito de sua glória a essa prática natural e amadora de tantos campos que existiram, como tantos depoimentos irão demonstrar, e que foram sendo destruídos pelo avanço da técnicas de construção, e sua história encontra poucos vestígios que devem ser preservados para que não se perca a memória do que foi a cidade de São Paulo, a várzea e o futebol amador nelas praticado.

Entre o público e o privado: o direito à cidade

Assim como a invenção do termo "política" se associa à **polis grega**, também para nós, desde a Renascença, é à preponderância das cidades como produtoras de um modo de vida específico que se associa uma das mais importantes invenções políticas da modernidade: a cidadania. Trata-se do direito, igualmente reconhecido a todos, de livremente participar da vida social e seus benefícios, de tomar parte nas decisões que dizem respeito à condução dos negócios da coletividade e de esperar do Estado a garantia desses direitos, bem como de ver por ele assegurado o fornecimento de equipamentos e serviços a que cada uma faz jus, pela sua contribuição à associação. Tais idéias, que hoje fazem parte do senso comum, pressupõem, no entanto, um longo e complexo processo histórico, ao longo do qual se redefiniram as relações entre "público" e "privado", que é necessário compreender, para se perceber o alcance e o significado profundo desta noção de "cidadania" que, num sentido específico, se confunde com o "direito à cidade"¹.

Na verdade, se buscarmos no pensamento político os vários "modelos" de compreensão da natureza da vida associada que servem de base ao **direito de mando** e à **obrigação de obediência** que, em diferentes momentos da História, alicerçam a atividade política, bem como a construção dos fundamentos jurídicos que a sustentam, não é difícil perceber que a grande ruptura pela qual esta História é marcada não se encontra na passagem entre o mundo da antiguidade clássica greco-romana e a Europa medieval, mas entre ambos e o mundo moderno. Esta ruptura se caracteriza essencialmente por um **reordenamento** específico das categorias que definem as relações dos homens entre si, com a natureza e com o universo sobrenatural, tarefa que **toda** comunidade humana necessariamente realiza, para definir-se a si mesma e situar-se na ordem do mundo, definindo ao mesmo tempo a **identidade** de seus membros, pela demarcação da **diferença** que os distancia dos demais homens ou de outros grupos sociais. É no interior desses distintos "arranjos" que se definem também de diferentes maneiras o "público" e o "privado".

De fato, tanto na antiguidade clássica quanto no mundo feudal, não há uma distinção nítida que separe a ordem natural da ordem social e política, sendo estas antes concebidas como uma extensão daquela. **Nasce-se** ateniense e não meteco, homem e não mulher, livre e não escravo, e são estas condições dadas "pela natureza" que asseguram ao indivíduo seu direito à palavra na ágora, caracterizando-o como integrante da comunidade da **polis**. O que garante o direito à participação na vida política, essencialmente **pública**, é, pois a capacidade, inerente à natureza de alguns homens, de se responsabilizar pela condução dos negócios da

coletividade, incluindo-se nela também aqueles que, **por natureza**, são incapazes de participar dessa tarefa. De fato, mulheres e crianças, estrangeiros mercadores ou escravos presos ao trabalho, fechados sobre si mesmos na preocupação com seus próprios afazeres e interesses específicos - "idiossincráticos" (*τὰ ἴδια*), diriam os gregos, o que os caracteriza propriamente como "**idiotes**" - são incapazes de transcender a perspectiva "particularista" a que os condena sua situação e, assim, incapazes também de compreender os interesses do conjunto da sociedade ou zelar por eles, encargo que, por esta razão, permanece como exclusivo dos "cidadãos". A esfera "privada" das atividades que dizem respeito apenas aos **indivíduos** é vista essencialmente como "privação", e o fato de viver em condições que impossibilitem escapar dessa perspectiva é o que exclui o indivíduo da participação na vida social e política e, por conseguinte, do universo da cidadania. O "direito à cidade" é, pois, aqui, também o pesado fardo que incumbe aos "cidadãos", como responsabilidade pela vida da coletividade em seu conjunto.

Concebendo-se a si própria em um universo mental análogo, a sociedade da Europa medieval será igualmente incapaz de definir de modo menos restritivo as condições que habilitam à participação na vida associada. Também aqui **se nasce** senhor ou servo da gleba, e o vínculo com a terra, parte da natureza, determina o lugar que cada um deve ocupar na imensa pirâmide que divide em estratos diferenciados - **estados** ou **ordens** - as posições definidas pela riqueza, o prestígio e o poder que organizam a hierarquia social e política característica do mundo feudal. No topo da pirâmide se reconhece o vínculo com a ordem sobrenatural - é o Papa, representante de Deus na terra, que sagra os reis, os quais, a seu turno, através da vassalagem, sagram os feudatários que, como eles, serão incumbidos de zelar pela coletividade dos que deles dependem. É nesse contexto que se redefinem de modo específico as fronteiras entre o "público" e o "privado". De fato, as tarefas da condução do que só metaforicamente se poderia ainda chamar, por analogia com o mundo grego, de "vida **pública**" - basicamente a distribuição da justiça, a organização da guerra e a cobrança de tributos - se fragmentam e se pulverizam, organizadas a partir de miríades de pequenos centros de poder que só de maneira frágil ainda se unem, através da extensa cadeia de reciprocidades que assim se instaura, para constituir o "reino" ou, mais longinquamente, o "Império", naturalmente cristão. É, pois, a partir do entrelaçamento dessas diferentes ordens **privadas** que se constitui propriamente a vida social e política, já que são elas que definem a complexa trama de direitos e deveres que incumbem a cada um, não enquanto indivíduo, mas enquanto membro de um estamento, no interior do qual se estabelecem as liberdades, franquias e privilégios de que todos os seus membros, a igual título, gozam em comum.

Entretanto, um novo sentido do "privado" se insinua também nesse mundo, construindo-

se na relação dos homens com a ordem sobrenatural, que se expressa, na interioridade das "consciências" individuais, por uma idéia particular de **igualdade** - a de todos os homens enquanto filhos de Deus - e **liberdade** - o "livre arbítrio", que confere a cada um a possibilidade de conformar-se aos desígnios de Deus ou engajar-se pela própria vontade na senda da perdição eterna. Quando esses ideais de liberdade e igualdade tiverem deixado de ter uma referência religiosa para se traduzirem em condições sociais concretas que passam cada vez mais a organizar a vida coletiva, teremos então chegado ao horizonte da modernidade, para definir de outra forma as relações entre o "público" e o "privado" e, com elas, os direitos dos "cidadãos", em sociedades que assistiram ao surgimento do capitalismo, à consolidação de uma ordem social construída a partir da ascensão de uma nova classe, a burguesia, e à emergência do Estado moderno.

Também aqui o que está em jogo é uma certa maneira de se conceber a ordem do mundo e, nela, o lugar do homem, em suas relações com a natureza, com o mundo sobrenatural e com os outros homens, que sofre agora uma mudança radical, evidenciando a progressiva ascendência de um modo de vida urbano e dos valores que o caracterizam. O mesmo espírito racional de cálculo de custos e benefícios que preside à aquisição da nova forma de riqueza representada pelo dinheiro aos poucos sai da esfera da economia para invadir o conjunto da vida social, transformando-se em novo parâmetro de conhecimento do mundo e valor que comanda a ação do homem. "Prever para prover" se converte em uma espécie de máxima, que regula tanto o ganho da riqueza quanto a nova ciência da natureza, destinada agora a permitir ao homem impor sobre ela o domínio de sua vontade transformadora. É ainda o mesmo espírito que comanda a reflexão de Maquiavel sobre a política, ao afirmar, contra os desígnios da **fortuna**, o valor da **virtù** do príncipe, demonstrada em sua ação que, tal como no universo da arte, traduz na criação da obra a grandeza do seu criador². Enfim, é essa mesma força de uma nova crença no poder da ação do homem sobre o mundo que levará a submeter ao escrutínio da razão o mundo sobrenatural, de onde se acreditava possível derivar o poder político dos soberanos, questionando-se agora os dogmas da fé, que postulavam uma ordem imutável, na natureza e na sociedade. É assim que se afirma esse novo espírito de liberdade que, da economia à política, anuncia o surgimento da modernidade.

Em outras palavras, este é um universo em que o **indivíduo** ganha plena autonomia, e seu isolamento no mundo dos próprios interesses, contrariamente ao pressuposto da antiguidade clássica, deixa de ser visto como característica do "**idiotes**", do indivíduo **privado do direito** ao exercício de funções públicas, para se converter em fonte de valor e princípio organizador de uma esfera **distinta** da vida social. Assim se configura, pela primeira vez na História, a

afirmação, em contraposição à esfera pública do Estado, de uma esfera privada que constitui o que se chamará mais tarde de "sociedade civil". É nela que todos os homens são vistos, agora, como livres e iguais por natureza, devendo, pois, a liberdade e a igualdade, seus direitos naturais, constituir as únicas bases sobre as quais se poderá erguer o direito positivo, fundamentando ao mesmo tempo a legitimidade do poder do Estado e uma nova compreensão da cidadania.

É evidente, no entanto, nesse universo da modernidade, a existência de uma tensão constitutiva, que se revela na união das esferas, agora distintas, que o fundam: de fato, como será possível, num mundo de homens "iguais e livres por natureza", cujo interesse privado será considerado não apenas legítimo, mas também como fundamento da legitimidade do poder na própria esfera pública do Estado, conciliar seus objetivos particulares com a gestão dos negócios que dizem respeito à vida coletiva em seu conjunto? A tarefa essencial do direito e da política, no mundo moderno, tem consistido precisamente em acordar esses dois pontos de vista, muitas vezes antagônicos e não necessariamente convergentes, como já reconhecia Rousseau no século XVIII, ao afirmar que "o que o homem quer como cidadão dificilmente aceita conceder como súdito"³. É por esta razão, e nesse sentido histórico específico, que se pode dizer que a questão da "cidadania" se identifica com o "direito à cidade", de que todos, em princípio, devem poder gozar a igual título, embora nem sempre seja simples reconhecer a muitos a legitimidade da sua reivindicação - direito que é antes uma conquista a ser realizada que um fato pacífico que caberia à lei apenas reconhecer.

Na verdade, a tensão constitutiva do mundo moderno se reproduz na experiência de vida na cidade e é a partir dela mais claramente evidenciada: é a dinâmica da vida urbana que, ao tratar a todos como indivíduos livres e iguais - vale dizer, indiferenciados - reconhece a todos os mesmos direitos, convertendo-os, no entanto, em parte de uma mesma massa homogênea, a população de um país ou o conjunto de seus cidadãos, em relação aos quais todos os demais, dentro e fora dele, serão vistos como "outros", aos quais não são reconhecidos os mesmos direitos. Frente à lógica da vida pública, as fronteiras que nos separam desses "outros" se confundem, pois, com as do território da nação.

Entretanto, na experiência comum dos indivíduos, não é esta a vivência imediata de sua inserção na vida social, sempre marcada pela complexa trama de práticas sociais determinadas, teias de relações e laços de lealdades que identificam a cada um como pessoa, alguém que "pertence" à vida social de forma específica, caracterizando a peculiaridade de sua relação com um "território" que está longe de confundir-se com aquele demarcado pelas fronteiras do país. Tecidas de crenças comuns, hábitos compartilhados, formas semelhantes

de ver, sentir e pensar o mundo, são essas teias e tramas de sociabilidade que marcam de modo particular a relação de um dado grupo com o espaço físico e social em que se insere, caracterizando-o propriamente como grupo frente ao qual todos os demais serão vistos como estranhos, longínquos e, no limite, hostis: "os outros"⁴. Assim, por exemplo, a "vida urbana" só pode ser compreendida quanto vista em confronto com a "vida rural", tal como não se pode captar o significado da vida na "periferia" sem o contraponto do "centro" da cidade; os "centros de bairro" só revelam sua importância quando confrontados com a "vizinhança" sobre a qual estendem sua influência, e assim por diante, até o nível da unidade maior que engloba a cidade em seu conjunto, o "município", cuja feição característica, ou **identidade**, só adquire contornos definidos no contraste, finalmente, com a área maior em que se encontra inserido.

Assim, pois, paradoxalmente, é a **impessoalidade** mesma da lógica da vida urbana - condição do reconhecimento da igualdade de todos perante a lei, na esfera **pública** - que traz em seu bojo a necessidade de recriar, para além do indivíduo e da esfera **privada** restrita dos seus vínculos familiares, os contactos próximos, a solidariedade da vizinhança, os laços que se tecem a partir da experiência compartilhada no trabalho, na devoção, no lazer ou na atividade política, reduzindo, por assim dizer, a uma escala adequada à experiência humana, as dimensões em que as relações sociais podem adquirir significado e valor na vida de cada um. Assim, ao lado da "comunidade" da "nação", constitui-se, entre a "casa" - o mundo **privado** das relações pessoais - e a "rua" - a esfera **pública** propriamente dita⁵ - uma outra "comunidade", nesse espaço intermédio, construído a partir de uma experiência **coletiva** e no entanto **peculiar**, que já foi definido como "o pedaço"⁶. Este é um universo de vivências comuns, experiências partilhadas, relações primárias, contactos íntimos e, naturalmente, também conflitos, mas sua lógica própria só se torna compreensível quando vista contra o pano de fundo das múltiplas **outras** redes de sociabilidade que abrem para fora do "pedaço" a experiência daqueles que o integram, ligando-os, através de diferentes "trajetos", a outras atividades e dimensões da vida urbana que somente se definem pela sua integração a unidades mais amplas do espaço da cidade.

Percebe-se assim que é a prática social de seus habitantes que confere ao espaço urbano sentido e significado. Por sobre a urdidura física do espaço da cidade - aparentemente já dado, na fixidez de suas formas - na verdade se estende outra trama, tecida a partir dos mais variados laços sociais - relações de parentesco e vizinhança, lealdades políticas, práticas comuns de trabalho, vínculos religiosos, hábitos partilhados de lazer - para compor as extensas redes de sociabilidade que constituem, propriamente, a **vida social**. São experiências comuns, que conferem significado à existência tanto a partir da lógica do "pedaço" - as relações pessoais,

a muda linguagem dos signos e símbolos compartilhados, que permitem o reconhecimento e constróem uma identidade comum, a seguranc,a de um mundo conhecido e próximo - quanto a partir da abertura para o espaço mais amplo da cidade que, através dos "trajetos", propicia o acesso ao novo e ao desconhecido, marcados pelo sinal de perigo da diferenc,a que só o significado que a própria finalidade do percurso lhe confere permite neutralizar

Assim, a lógica do espaço urbano constitui, na realidade, o resultado de regras e práticas que regem o comportamento de seus habitantes, nos diferentes âmbitos da vida social em que são chamados a desenvolver suas atividades. A rua, a praça, o bar, o ponto de encontro, a igreja, o templo, a quadra de escola de samba, a festa de largo, o ritual religioso são apenas os suportes materiais que dão às práticas sociais de determinados segmentos da população urbana condições de realizar-se: eles constituem, na verdade, parte do seu **patrimônio cultural**. De fato é preciso lembrar que o que normalmente se considera como valor "histórico" de um bem não é compreensível senão em relação ao conjunto de práticas a ele associadas em determinado contexto: ao contrário do que supõe o senso comum, o que determina esse "valor" não é a "antiguidade" de um determinado monumento, objeto ou obra de arte, já que não são as simples marcas do tempo que nele estão em jogo, mas os significados a ele associados. Por outro lado, é preciso não esquecer também que determinadas edificações, equipamentos, objetos, que são vistos como parte integrante do "patrimônio histórico" de um povo, acreditando-se que seu valor tenha como referência a importância que lhe atribui a coletividade da "nação", muitas vezes **adquiriram** tal significado por terem sido privilegiados por determinados grupos, em geral detentores de riqueza, prestígio e poder na sociedade, os quais, em razão de seus interesses particulares, muitas vezes estritamente privados, acabam por erigir-se em guardiães da "memória nacional" e da "História oficial", confundida com a própria história de sua família ou seu grupo social.

Ao lado deles, outros espaços, edificações e equipamentos, significativos para outros grupos sociais, continuam a ser por eles valorizados, sendo facilmente reconhecidos e utilizados, embora aos olhos de outros grupos não tenham a dignidade de "patrimônio histórico" - ligados que estão a uma história puramente "local". Na verdade muitas vezes não lhes é sequer reconhecida a qualidade de bem que integra o patrimônio cultural desses grupos, parecendo antes "deslocados" no espaço urbano recentemente valorizado que continuam a ocupar. Entretanto, os habitantes da cidade têm o direito de descobrir, através desses testemunhos - **todos** eles, e não só os que fazem parte da "memória oficial" - o modo de vida de gerações passadas, cujo trabalho, tradições, crenças, formas de entretenimento e de luta deixaram marcas no espaço urbano . Enquanto parte do patrimônio cultural de grupos sociais

diferenciados - seu suporte material - esses marcos não têm a fixidez das coisas da natureza, já que seu significado indefinidamente se renova, por um processo de seleção e combinação de características que incluem tanto referências congeladas na memória como traços culturais vinculados a práticas atuais: seus elementos físicos, que evocam a memória do passado, articulam-se no entanto à paisagem urbana atual e integram o cenário de práticas sociais contemporâneas.

Compreende-se, assim, que a lógica do espaço urbano não constitui uma álgebra fria, que apenas se limitaria a combinar entre si unidades fixas, já prontas e acabadas; o que a define é, antes, uma espécie de diálogo - muitas vezes conflitivo - entre pares de oposições - a casa e a rua, o centro e a periferia, o núcleo de bairro e a vizinhança, etc. - cuja definição se alarga ou se estreita, segundo o sistema de classificação daqueles que, ao utilizarem o espaço, lhe conferem sentido. Assim também, é a dupla determinação da experiência da vida urbana que alimenta sua dinâmica cultural: há, de um lado, a lógica do "pedaço", que favorece o convívio próximo, o fortalecimento da solidariedade e de laços pessoais; de outro, há a lógica ampliada da vida social que, definindo os habitantes como indivíduos, lhes atribui papéis e atividades diferenciadas - é graças a eles que, através dos "trajetos", os moradores da cidade esquadrihem em todas as direções o seu espaço, costurando em um mesmo todo seus diferentes "pedaços" e abrindo-se ao mesmo tempo ao contacto com novas experiências. A tensão entre esses dois polos é constitutiva da vida urbana e, entre os eixos que a organizam, não há escolhas a fazer: **ambos** integram a experiência dos habitantes da cidade.

É assim que a cidade reproduz a tensão entre o "público" e "privado" que, na vida social mais ampla, no plano do direito ou da política, ordena no mundo moderno o convívio associado. É a cidade que produz essas abstrações necessárias - a "população" dos estatísticos, o "usuário" de equipamentos e serviços dos planejadores urbanos - sobre as quais se definem e se elaboram políticas públicas de interesse para a coletividade em seu conjunto. Mas é também a cidade que produz o "morador", ligado à casa, a vizinhança e o centro de bairro, inserido na lógica do "pedaço", cujas reivindicações, por não serem absolutamente **gerais**, nem por isso são menos legítimas, já que, sendo **coletivas**, merecem ao menos ser levadas em conta por parte do poder público. Na realidade, em uma sociedade que pretendesse afirmar sua vocação liberal e democrática, todas as políticas públicas relativas à cidade, bem como os programas e projetos através dos quais se viabilizam, deveriam ter como perspectiva o esforço de compatibilizar as tensões que resultam da existência desses dois eixos característicos tanto da lógica do espaço quanto da dinâmica da cultura em meio urbano, no único plano em que tais tensões podem ser elaboradas, negociadas e, finalmente, conciliadas - o plano da política -

já que disto resultam as condições que possibilitam a seus habitantes apreender o verdadeiro significado do **direito à cidade** como parte integrante da cidadania.

Resultando da conjunção dessas duas lógicas nem sempre compatíveis, o direito à cidade abre para cada um a possibilidade de usufruir, no espaço urbano, dos benefícios da vida associada, conciliando as exigências contraditórias do indivíduo e da pessoa, através da figura do cidadão. É a cidadania que permite a cada um apropriar-se, na primeira pessoa, da totalidade da cidade - meu bairro, minha vizinhança, mas também meu estado e meu país. Contrariando, à primeira vista, a lógica do espaço e a dinâmica da cultura no meio urbano, a cidadania acaba, enfim, por conciliá-las, restituindo a cada um, no plano político, o que a cidade lhe promete: o direito de usufruir de um modo de vida que, sem destruir as **diferenças** e os códigos de identificação específicos que constituem a vivência do espaço urbano, por isso mesmo garanta a **todos** - moradores, usuários, habitantes - as possibilidades de exercê-lo.

Cabe ao poder público criar as condições que tornem possível a conquista desse direito à cidade, como tarefa essencial de construção e exercício da cidadania.

Notas

1. Cf. Quirino, Célia Galvão e Montes, Maria Lucia, **Constituições brasileiras e cidadania**, Série Fundamentos, Ed. Atica, São Paulo, 1987.
2. Cf. Maquiavel, **O Príncipe**, Col. "Os Pensadores", Ed. Abril, São Paulo, 1973.
3. Cf. Rousseau, J.J., **O Contrato Social**, in **Obras Escolhidas**, 2 vol., Ed. Globo, São Paulo, 196
4. Retomo aqui algumas reflexões desenvolvidas por José Guilherme Magnani e por mim, ao longo de um trabalho de assessoria à Divisão de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Santo André, entre dezembro de 1990 e agosto de 1992. Cf. **Subsídios ao Plano Diretor**, Prefeitura Municipal de Santo André, mimeo, 1991.
5. Estas categorias, elaboradas por Roberto da Matta em outro contexto, visando explicar a dupla lógica que ordena a organização social no Brasil, criando o que chama de "o dilema brasileiro", são aqui utilizadas para dar conta, em um nível mais "microscópico", do sistema de classificação que ordena a percepção e a apropriação do **espaço urbano** pelo morador da cidade. Cf. Da Matta, Roberto, **A casa e a rua**, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.
6. Cf. Magnani, José Guilherme, "Da periferia ao centro: pedaços & trajetos", **Revista de Antropologia**, vol. 35, Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1992.

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, Hannah. **A condição humana**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1983.
- Cerroni, U. "Introdução ao pensamento político". **O pensamento político - das origens aos nossos dias**. Estampa, Lisboa, 1974.
- Da Matta, R. **Carnavais, malandros e heróis - Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- **A casa e a rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- Habermas, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
- Magnani, J.G. **Festa no pedaço**. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- "Da periferia ao centro: pedaços & trajetos". **Revista de Antropologia**, vol. 35, Departamento de Antropologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1992.
- Magnani, J. G. e Montes, M.L. **Subsídios ao Plano Diretor**. Divisão de Planejamento Urbano, Prefeitura Municipal de Santo André, mimeo, 1991.
- Martin, A. von. **Sociología del Renacimiento**. Fondo de Cultura Económica, México, 1946.
- Meyer, Marlyse & Montes, M.L. **Redescobrimo o Brasil - a festa na política**. T.A. Queiroz, São Paulo, 1985.
- Quirino, C. G. & Montes, M. L. **Constituição**. Ática, Série Princípios, São Paulo, 1986.
- **Constituições brasileiras e cidadania**. Ática, Série Fundamentos, São Paulo, 1987.
- Quirino, C. G. & Sadek, M. T. (org.). **O pensamento político clássico**. T. A. Queiroz, São Paulo, 1980.

Maria Lucia Montes
São Paulo, abril 1994

Cap. 1 - DIAGNÓSTICO

1.1 Diagnóstico Ambiental

A caracterização ambiental do Parque do Povo apresenta a situação atual da vegetação e de aspectos como escoamento superficial, tratamento de lixo e esgoto etc. No decorrer deste parecer, outras questões referentes ao tema também serão abordadas, tais como: a formação e caracterização geomorfológica das várzeas (cap. 3.1) e as relações entre as áreas verdes e o ambientes urbanos (cap. 4).

1.1.1 Cobertura vegetal do Parque do Povo

De forma genérica, a vegetação encontrada atualmente na área do Parque do Povo compõe-se de espécies comuns e frequentes em arborização de ruas e em outros parques públicos da cidade. Predominam as espécies exóticas, ornamentais e frutíferas, tais como: os eucaliptos (*Eucaliptus*, sp), os alfeneiros (*Ligustrum japonicum*), as bisnagueiras (*Spatodea campanulata*), bananeiras, goiabeiras e outras, ao lado de uma variedade proporcionalmente menor de espécies típicas de ambientes florestais nativos, como o guapuruvú (*Schizolobium parahybum*), as quaresmeiras (*Tibouchina granulosa*) e o pau-ferro (*Caesalpinia peltophoroides*).

O conjunto das espécies presentes na área, bem como sua distribuição, podem ser observados no mapa de vegetação em anexo. Nota-se que a cobertura vegetal ocorre em um padrão de manchas de extensão e portes variados, com uma composição geralmente pouco diversificada, principalmente no que se refere às espécies arbóreas.

A distribuição e composição da vegetação refletem a ausência de um planejamento definido e uma forma gradativa de plantio, em épocas diferenciadas, de acordo com as necessidades e interesses momentâneos dos moradores e gerenciadores da área, com uso de mudas de espécies de fácil obtenção.

Os clubes de futebol em geral procuram manter suas áreas limítrofes com cercas vivas ou árvores de grande e médio porte, com densidades variadas, formando fileiras. Os cuidados e preocupações com a vegetação são observados em diferentes níveis, dependendo das circunstâncias de gerenciamento de cada time.

A área do teatro VentoForte exemplifica uma mancha de vegetação das mais diversificadas da área do parque. O local

encontra-se densamente vegetado, com espécies arbóreas (tipuanas, jacarandás, bauhinias, eucaliptos, quaresmeiras, salgueiros, alfeneiros, ciprestes, abacateiros, goiabeiras, pitangueiras e amoreiras) e arbustivas (azaléia, acalija, caracasana, espirradeira, bambu, hibisco) constituindo, inclusive, cerca viva junto a todo o alambrado de divisa. Essa área é de fundamental relevância para a fauna do parque.

Já o circo apresenta em seu entorno áreas com solo exposto, as quais tem sua função de permeabilidade prejudicada, em virtude da intensa circulação de pessoal. A vegetação encontra-se esparsa e é composta por paineiras de pequeno porte, uma figueira e uma tipuana.

No contexto geral da área do parque merecem destaque as fileiras de eucaliptos que delimitam grande parte dos campos de futebol, as enormes figueiras-benjamim situadas no Marítimo Futebol Clube e os renques esparsos de tipuanas, bisnagueiras, alfeneiros, além de outros com ocorrência de sibipirunas e pau-ferros. Esses conjuntos têm particular importância, pois compõem uma massa vegetal arbórea que interfere de forma decisiva nos condicionantes ambientais locais.

Se, por um lado, a vegetação do parque é composta de espécies comuns e frequentes, por outro lado adquire grande relevância quando é analisado sob o enfoque funcional, conforme já foi mencionado no parecer de abertura do processo de tombamento. Esta questão será abordada com maior profundidade no capítulo 4.

Além de compor uma associação com os diferentes espaços de lazer do parque, enriquecendo-os do ponto de vista paisagístico e abrigando a fauna existente, a vegetação em questão cumpre funções ambientais significativas abrangendo desde o controle térmico local até a melhoria dos condicionantes atmosféricos (poluição) e de substrato (permeabilidade, fertilidade, evapotranspiração).

No que se refere a manutenção de seus componentes é recomendável que todos os conjunto arbóreos existentes sejam integralmente preservados.

A massa vegetal composta pelos eucaliptos e outros renques de indivíduos arbóreos de grande porte cumprem funções ambientais em uma magnitude dificilmente substituível a curto prazo. Para intensificar a ação funcional da biomassa vegetal é recomendável que a vegetação arbórea seja adensada, preferencialmente com eucaliptos, notadamente nas áreas limítrofes da área a ser tombada, no sentido de conferir uma proteção ambiental ao parque, bem como garantir um certo isolamento do contexto externo. Essa prática tornará as temperaturas dentro do parque mais

agradáveis, os ventos e ruídos menos intensos, o ar menos poluído, além de criar um ambiente mais favorável para o lazer em geral.

1.1.2 - Questões Relativas à Melhoria da Qualidade Ambiental

Para viabilizar a melhoria da qualidade ambiental na área do Parque do Povo é necessário a adoção de certas medidas visando a resolução dos seguintes aspectos problemáticos:

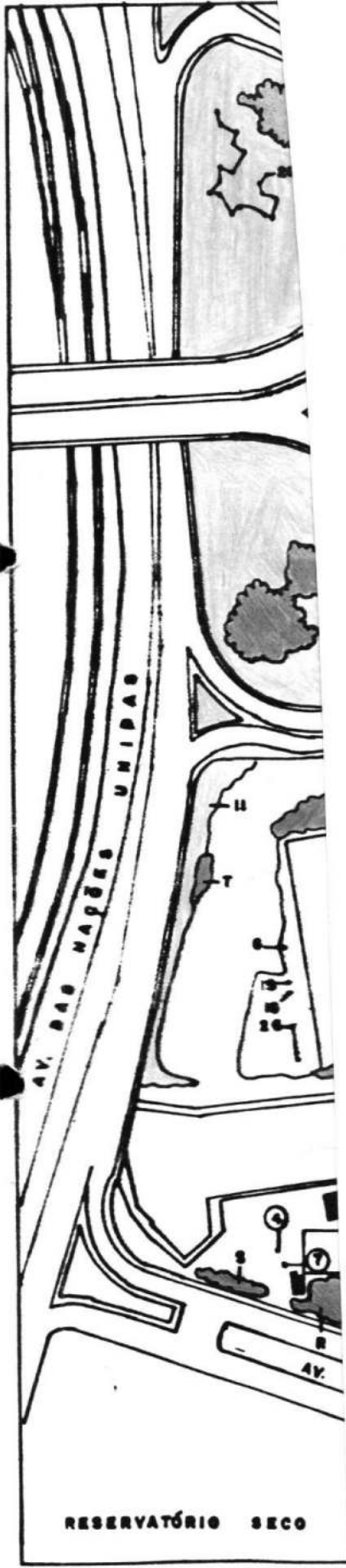
- Lixo: O lixo não é coletado sistematicamente. Embora haja iniciativas dos clubes no sentido da manutenção geral de suas áreas, há ocorrência de depósitos espontâneos de acumulação de lixo e entulho em diferentes locais do parque, inclusive ao longo das vias de circulação, notadamente nos ambientes próximos às áreas utilizadas para moradias.

- Esgoto e água servida: Muitas das edificações existentes no parque lançam esgotos e água servidas a céu aberto.

- Drenagem das águas pluviais: Como a área do Parque do Povo apresenta um substrato de tipos (composição) e níveis variados, criados em função dos aterros e entulhamentos empreendidos ao longo do tempo, existem áreas que, por permanecerem mais baixas, funcionam como captadores de água, provocando acúmulos e encharcamentos indesejáveis e frequentes. Destaca-se como exemplo desta situação, o campo do Grêmio Itororó que apresenta ainda, um terreno no nível originalmente existente no local. Além das águas das chuvas que acabam convergindo para o local, são despejados na área os efluentes produzidos pelo Clube do Mé.

- Áreas com solo exposto: Nas áreas limitrofes às instalações dos campos de futebol, do circo, da pista de bicicross e nas bordas do parque como um todo, ocorrem alguns setores onde existem pequenos taludes descobertos nos quais o solo é exposto a ação dos processos erosivos. Em vários destes locais, a ocorrência eventual de encanamentos improvisados para eliminação de efluentes de instalações e moradias, propicia o estabelecimento de pequenos sulcos com perda gradativa de solo.

VEGETAÇÃO



RESERVATÓRIO SECO

FONTE : KRAF Planejamento
Carta : Fernando de P. La

VEGETAÇÃO NO PARQUE DO POVO



ÁRVORES

NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
1 ALBIZIA Sp.	ACÁCIA
2 ARECASTRUM ROMANZOFFIANUM	JERIVÁ
3 BAUHINIA Sp.	PATA DE VACA
4 CAESALPINIA LEIOSTACHYA	PAU FERRO
5 CAESALPINIA PELTOPHOROIDES	SIBIPURUNA
6 CHORISIA SPECIOSA	PAINEIRA
7 CUPRESSUS Sp.	CIPRESTE
8 ERYTHRINA VERNA	MULUNGÚ
9 ERYTHRINA SPECIOSA	SUINÁ
10 EUCALYPTUS Spp.	EUCALYPTUS
11 FICUS ELÁSTICA	SERINGUEIRA
12 FICUS MICROCARPA	FIGUEIRA
13 GREVILLEA ROBUSTA	GREVILHA
14 JACARANDA MIMOSAEPOLIA	JACARANDÁ
15 LAGERSTROEMIA INDICA	RESEDÁ
15a LAGERSTROEMIA SPECIOSA	RESEDÁ GRANDE
16 LIGUSTRUM JAPONICUM	ALFENEIRO
17 MELIA AZEDARACH	SANTA BARBARA
18 PLUMERIA RUBRA	JASMIM MANGA
19 PINUS Sp.	PINHEIRO
20 SALIX BABILONICA	SALGUEIRO
21 SCHIZOLOBIUM PARAHYBUM	GUAPURUVÚ
22 SPATHODEA CAMPANULATA	BISHAGUEIRA
23 TABEBUIA Sp.	IPÊ
24 TABEBUIA CHRYSOTRICHA	IPÊ AMARELO
25 TIBOUCHINA GRANULOSA	QUARESMEIRA
26 TIPUANA TIPU	TIPUANA
27 TRIPLARIS SURINAMENSIS	TRIPLARIS
28 PHOENIX Sp.	FALSA TAMA REIRA

FRUTÍFERAS

- ① ABACATEIRO
- ② AMOIREIRA
- ③ BANANEIRA
- ④ DOMEIRA
- ⑤ PITANGUEIRA
- ⑥ IMAOZEIRO
- ⑦ MANGUEIRA

- COBERTURA HERBÁCEA
- RENQUE DE EUCALYPTUS (10)
- RENQUE DE LAGERSTROEMIA SPECIOSA (15a)
- RENQUE DE LIGUSTRUM JAPONICUM (16)
- RENQUE DE SALIX BABILONICA (20)
- RENQUE DE SPATHODEA CAMPANULATA (22)
- RENQUE DE TIPUANA TIPU (26)
- RENQUE MISTO (6 a 11), CONSTITUÍDO POR:

- A 10 - BAMBÚ - ARBUSTOS
- B ① - 26
- C ESPIRRADEIRA - MALVÍSCO - 26
- D ARBUSTOS DIVERSOS
- E ACALIFA - 26 - 16 - 20 - ② - ④ - ⑤
- F 11 - 18 - 7
- G CERCAVIA COM MALVÍSCO - 3 - 10
- H 7
- I 10 - 20
- J 3
- K BAMBÚ E OUTROS ARBUSTOS
- L 5 - 20
- M 14 - 15 - 23 - 25 / MUDAS PEQUENAS DE 2 - 6 - 11 - 16 - 26
- N 6 - 9 - 14 - 16 - 22 - 23
- O 3 - 15 - 16 - 23
- P 16 - 22 - 26 (4)
- Q 2 - 9 - 12 - 20 / SOBRE CIMENTADO
- R 4 - 5 - 14 - 15 - 16 - 18 - 19 - 26 (4)
- S 14 - 16 - 25 - 26
- T 2 - 3 - 27
- J 5 - 11 - 16 - 20 / MUDAS PEQUENAS

1.2 - As atividades do Parque do Povo

1.2.1 - Os clubes de futebol de várzea

Os clubes de futebol do Parque do Povo representam o autêntico futebol de várzea paulistano. Caracterizados pela organização comunitária e intensa circulação na cidade, tais clubes sempre conviveram com a perda e conquista de novos campos em função de conflitos específicos de cada área.

No parque, muitos foram os clubes que ali se instalaram durante anos e depois se retiraram. É o caso do São Cristóvão, importante time do bairro, que hoje ainda mantém uma sede no Itaim-Bibi, onde os velhos amigos se reúnem para o jogo de carteado ou de bocha.

Marechal Floriano, Araraquara, Cidade Jardim, Kopenhagen, América do Itaim, Grêmio Floriano, Ameriquinha, Cruz Vermelha e Esplanada, são outros clubes que já foram sediados no Parque do Povo. A maioria não existe mais.

A evolução destes clubes na área do parque nos últimos 30 anos pode ser constatada no mapeamento que segue em anexo. A ilustração demonstra a marcante reorganização espacial dos campos, que poderá ser melhor compreendida através da história dos clubes e da história geral do parque, no capítulo seguinte. Foram abordadas apenas aquelas equipes que atualmente mantêm sede e campo no local.

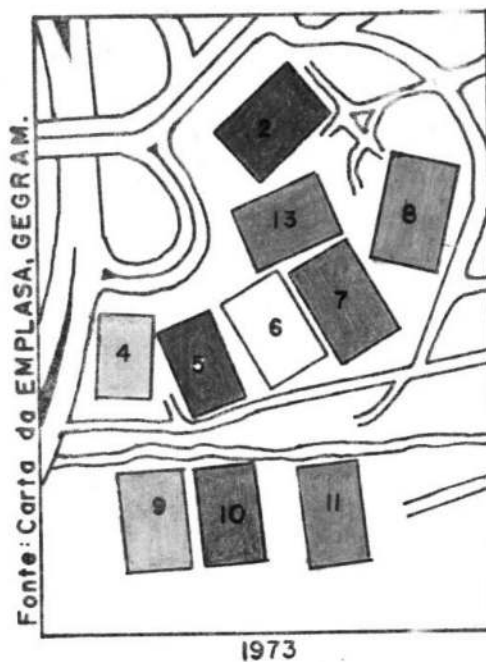
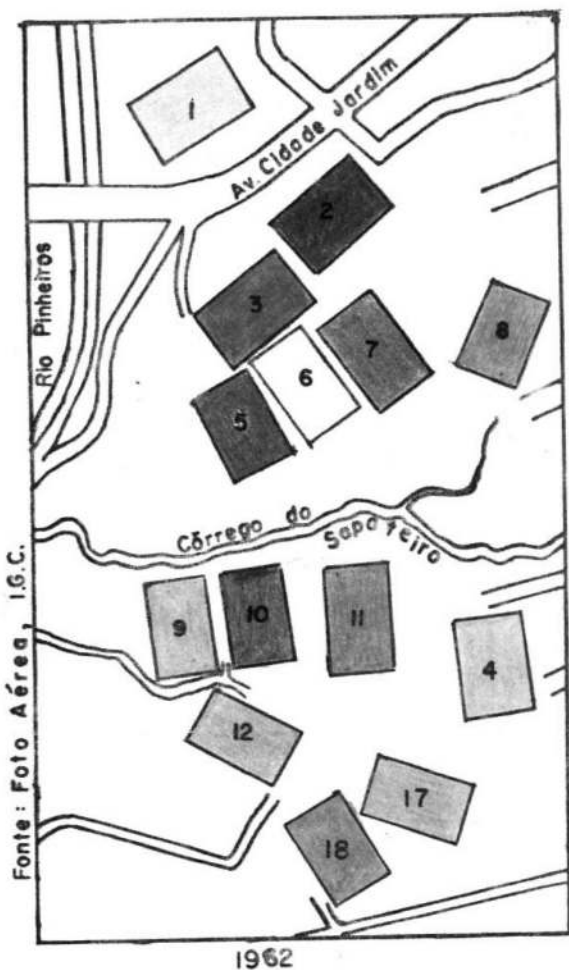
As informações referentes aos clubes foram obtidas através de entrevistas realizadas com os principais membros de cada agremiação, consulta a estatutos e outros documentos disponíveis. Os dados sobre os usuários dos campos são resultado da pesquisa realizada entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994.

Marítimo Futebol Clube

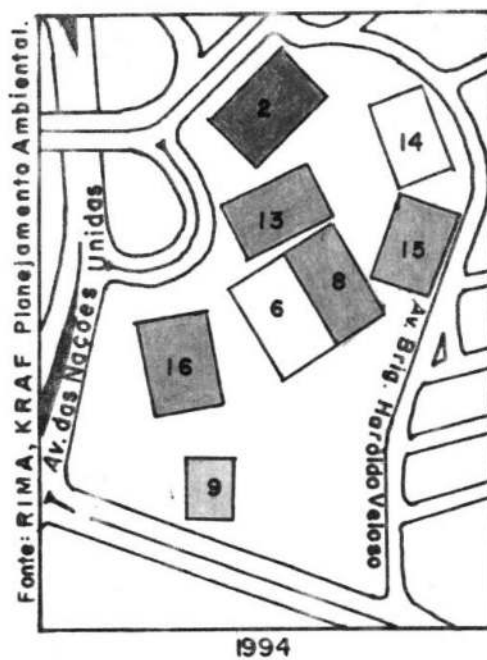
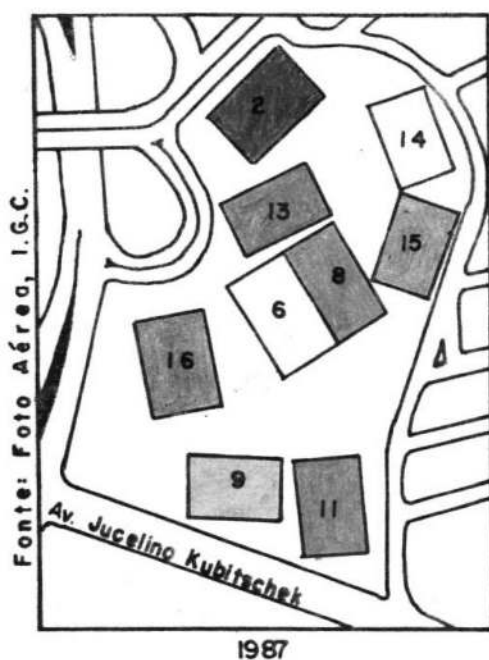
O Marítimo é o clube mais antigo e o primeiro a se instalar no Parque do Povo. Fundado em 13 de dezembro de 1928 por barqueiros portugueses que retiravam areia do leito do Rio Pinheiros, seu nome é uma homenagem ao Clube Marítimo da Ilha da Madeira, local de origem dos seus fundadores.

Localizava-se, inicialmente, na Rua Tabapuã próximo à Rua Cojuba, no Itaim-Bibi. Em 1934 mudou-se definitivamente para a atual sede a partir de uma autorização obtida junto ao IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensão de Comerciantes), então proprietário da área. Enquanto os

Evolução dos Clubes no Parque do Povo



ESCALA APROX. 1:7000



CLUBES

demais clubes têm sua trajetória marcada pela "circulação" na cidade, através da conquista e respectiva perda de inúmeros campos de futebol, o Marítimo é um dos poucos a manter praça fixa durante 60 anos. Assim, o clube tornou-se uma referência na várzea paulistana, garantindo um vínculo histórico entre o Parque do Povo e o futebol.

Licínio, que frequenta o Marítimo desde 1958, aponta para algumas árvores plantadas em torno do campo por membros do clube (principalmente eucaliptos), como símbolos da presença na área. "A figueira localizada em frente à churrasqueira, não é nem centenária. Ela é duzentenária. é anterior à ocupação do terreno".

Anteriormente, a área total era superior à atual. O Marítimo cedeu espaços para outros clubes como o Mocidade e o Ciota.

No início da década de 70, com o caso Paranapanema/Urbatec, o clube sentiu a mais séria ameaça para deixar a área (vide cap. 2.2). Juntamente com o Marechal Floriano e o Grêmio Itororó, o Marítimo resistiu às pressões, chegou a ser desalojado e a interromper, ainda que temporariamente, suas atividades. O terreno foi invadido e uma máquina retro escavadeira desenhou um "x" unindo os quatro cantos do campo através de uma vala com cerca de um metro de profundidade.

Pedrinho relembra que quadras, play-ground e outros equipamentos foram destruídos. "Era época da ditadura e eles falavam que eram do exército. Depois que a negociata foi desfeita, descobrimos que não eram do exército coisa nenhuma". Pedrinho é um goleiro reconhecido no mundo do futebol varzeano. Jogou muitos anos pelo América do Itaim. Conta que chegou a ficar 142 jogos invictos, até que se transferiu para o Marítimo. No primeiro jogo enfrentando seu ex-clubes, defendeu três penaltis, ganhou o jogo por três a um e quebrou a velha invencibilidade antes por ele defendida. São histórias da várzea que ninguém duvida. Ainda hoje, é o goleiro do time de veteranos do Marítimo.

Outro personagem importante no clube é Oswaldo Marinho, o Vadinho. Nascido no Itaim, conta que frequentava a área desde menino quando saía para pescar com seu avô nas tardes de domingo nas margens do Rio Pinheiros. Jogou pelo São Cristóvão e chegou a atuar profissionalmente pelo Palmeiras durante 8 anos. Ele registra a luta dos clubes para evitar invasões. "As primeiras tentativas para construir barracos foram por volta de 1963. Se não fossem estes clubes, isto aqui seria hoje a maior favela do Brasil." Atualmente, Vadinho administra o bar do Marítimo.

O clube ainda desenvolve intensa atividade. Está estruturado com diretoria eleita bienalmente. Além do campo,

possui quadra de futebol de salão, vestiários, sede administrativa, churrasqueira e bar.

Há aproximadamente 8 anos funciona uma escolinha de futebol coordenada pelo ex-jogador Bauer (do São Paulo e da Seleção Brasileira de 1950).

O uso do campo é contínuo. Por ser o único que dispõe de iluminação artificial, é muito utilizado à noite, principalmente durante a semana. Deve-se ressaltar os treinamentos realizados por uma equipe de rugby do Instituto Pasteur e o futebol feminino praticado por um grupo de modelos profissionais.

Os horários nos finais de semana são preenchidos por equipes fixas, a maioria tradicional na várzea paulistana e desprovida de campo próprio. Destacam-se o Columbia F.C. (do Ibirapuera), o Cruz Vermelha F.C. (que possuía campo no Parque do Povo até 1972) e o Paraíso F.C.

Grêmio Itororó

O Grêmio Itororó nasceu de um grupo de amigos que praticavam o futebol na Bela Vista. O clube foi fundado em 28 de maio de 1948. Inicialmente não possuía campo, sendo obrigado a jogar sempre na casa dos adversários através do jornal "A Gazeta Esportiva". Dispunha de uma sede na Rua Martiniano de Carvalho onde promovia outras atividades como festas, peças de teatro, bingos etc.

A sede chegou a ser transferida para a Lapa, na casa do então presidente Pedro Todorovic. O primeiro e definitivo campo do Itororó foi instalado no Parque do Povo no final da década de 50.

Wilson Pinheiro de Castro, é um dos fundadores do clube e seu atual presidente. Entre as muitas estórias que conta dos tempos de glória da várzea, lembra com orgulho do craque Deco, um jogador franzino, com as pernas tortas, semelhantes às de Garrincha: "ele foi o primeiro jogador a sair da várzea direto para o futebol europeu". Um grupo de portugueses, em passeio pelo Brasil, levou Deco para jogar na Acadêmica de Viseu. "Como não podíamos cobrar nada, nos pagaram uma cervejada na padaria e ficou tudo acertado"

Em 1972, o Itororó não se intimidou com as pressões para deixar a área. O nível topográfico atual do terreno em relação aos demais, prova que não houve depósito de entulho como aconteceu na maior parte do parque. Isto provoca acúmulo de água nos períodos de chuva mais intensa.

Segundo o Sr. Wilson, o Itororó encaminhou denúncia ao Ministério Público sobre o negócio envolvendo o INPS e a Paranapanema/Urbatec, posteriormente desfeito.

Hoje o clube mantém, além do campo, uma quadra de futebol society, o bar e vestiários. São dois quadros, 1º e 2º, e um time de veteranos.

Dentre os clubes com horário fixo, o Lusitano da Bela Vista é o mais antigo. Joga nas tardes de sábado há 30 anos. Um time formado por ex-funcionários do jornal Diários Associados, frequenta a área há mais de 15 anos. O Pé de Balcão e o 11 Aranhas, ambos da Bela Vista, também não têm campo e jogam no Itororó.

Associação Atlética Flor do Itaim

Fundada em 1922, a A.A. Flor do Itaim jogava no campo onde hoje está a fábrica de chocolates Kopenhagen. O "velho" Flor, como ressalta Antônio "Foca", um dos mais antigos do clube, se manteve organizado por alguns anos. O time se desfez, não se sabe ao certo o motivo.

"Na época o time já era respeitado. Em 1931 foi campeão varzeano jogando no campo do Vigor, no Pari"

Um grupo de garotos do bairro, formavam o "Flor do Bibi". Em 1937, um dos diretores do "velho" Flor ofereceu o material esportivo existente (camisas, bolas e até os troféus), em troca do compromisso dos meninos em manter o nome Associação Atlética Flor do Itaim. O acordo foi firmado e o uniforme mantido até hoje.

Entre os troféus, que foram reutilizados, sr. Antônio recorda-se de um osso, um fêmur humano, onde estava gravado: "Esse osso é duro de roer".

Na década de 40, alguns dos velhos fundariam o São Cristóvão, importante na história do futebol do bairro.

A instabilidade sempre caracterizou a vida do clube. O Flor teve que deixar o campo, transferindo-se para a Rua João Cachoeira, próximo à Rua Pedroso Alvarenga. Em 1942, este terreno foi vendido e o clube novamente desalojado. Muitos dos jogadores se transferiram para o São Cristóvão.

O time continuou jogando em campos adversários, participando de campeonatos organizados pelos jornais Gazeta Esportiva e Última Hora. A sede sempre se manteve na Rua Tabapuã, esquina com Bandeira Paulista onde ocorriam festas e reuniões.

Apenas no início da década de 50 o Flor do Itaim se instalou no Parque do Povo. Ocupava a área onde hoje está o União da Vila Olímpia.

Com o caso envolvendo a Parapanema e o INPS, em 1972, o campo foi totalmente aterrado e descaracterizado. Durante dois anos, o time continuou jogando em casa adversária. Francisco, nome importante na história do clube lembra do esforço para conseguir nivelar o terreno novamente, quando a área foi liberada: "isso aqui foi muita luta. Tivemos que botar muito dinheiro do próprio bolso, organizar bingos. No final, a prefeitura emprestou um maquinário."

Chico é o atual presidente do clube. O Flor é hoje um dos campos mais utilizados e organizados do Parque. Durante a semana, é intensa a frequência de funcionários de restaurantes, principalmente garçons, que aproveitam a folga semanal para prática do futebol.

Mocidade Futebol Clube

O Mocidade foi fundado em 1º de janeiro de 1947 por famílias moradoras do bairro de Pinheiros. A sede era na Rua Oscar Freire junto à Rua Galeano de Almeida. Durante mais de 20 anos não teve campo fixo, jogando sempre na casa dos adversários.

O primeiro campo era no Jardim das Bandeiras. Depois, o clube aprendeu a conviver com a perda frequente de terrenos. Mais tarde se transferiu para a Rua Capote Valente, depois Av. Sumaré e Av. Cerro Corá.

Em 1981 o Mocidade se instalou no Parque do Povo, depois de quase um ano de trabalho. O clube foi obrigado a se retirar da Av. Eusébio Matoso, para a construção do Shopping Eldorado. Nesta área já estavam há 17 anos. Eram quatro os campos existentes no local.

Dos antigos times da várzea que perderam seus campos, o 7 de Setembro de Pinheiros e o Ibirapuera F.C. ainda jogam no Mocidade. Guilherme, que dirige atualmente o clube, fala da solidariedade entre os varzeanos tradicionais: "Sempre foi assim, um cedendo pro outro, prá se unir. Quando nós não tínhamos campo, jogávamos muito na Vila Madalena, em Pinheiros. Hoje, quem sobreviveu joga aqui. Alguns jogadores do Leão do Morro e do 1º de Maio, foram incorporados aos quadros do Mocidade"

Fordeco, um craque da sua época, não se transferiu para o profissional por opção pela várzea. Com mais de 50 anos, ainda joga no veteranos do Mocidade, mora na Penha e desloca-se todos os finais de semana com os filhos para o Itaim: "prá mim, se acabar o futebol de várzea é como acabar

o prato de feijão do dia. Quem viu a várzea há 30, 40 anos atrás... Tudo o que resta é isto aqui".

Grêmio Esportivo União da Vila Olímpia

A origem do União é um outro time, também da Vila Olímpia, chamado Botafogo. O campo do Botafogo era uma área brejosa aterrada, na Rua Raja Gabalha, próxima à Usina Elevatória de Traição. Fundado em 1954, por migrantes do Norte e Nordeste e um grupo de portugueses, o clube perdeu esse campo três anos depois.

Antônio dos Anjos Costa, o "Bacalhau", atual diretor do União, recorda que a Vila Olímpia era dividida por um córrego, hoje sob Av. dos Bandeirantes. "Quando o Botafogo ficou sem campo, praticamente acabou. Atravessamos o córrego em uma ponte de madeira improvisada e ocupamos um terreno litigioso de mata. Mudamos o nome para homenagear o bairro".

O clube tinha o costume de jogar fora de casa. Sempre que recebia uma visita era obrigado a retribuir. Os principais rivais eram o Comercial (do Brooklin), o Caramuru (de Moema), o Benfica (de Santo Amaro) e o Estrela do Norte (também de Santo Amaro).

Nessa área ficaram até 1967. Ao receber uma proposta de melhoria nas condições do terreno, a diretoria foi surpreendida, no dia seguinte, com o depósito de blocos de concreto, lixo e entulho.

Segundo "Bacalhau", o União resistiu a tantas mudanças justamente por ser uma entidade de bairro: "Quando não tínhamos campo, a nossa referência era um bar, na Rua Cardoso de Melo. No final do expediente, era obrigatório passar no bar, conferir a lousa, e saber onde o União iria jogar."

Alguns anos sem campo, começou a jogar no São Cristóvão, no Parque do Povo (onde hoje se localiza o Clube do Mé). Com o caso Paranapanema, o São Cristóvão deixou a área em 1971. O União teve que sair junto.

Apenas em 1975 ocupou definitivamente o terreno atual, quando o futebol já havia retomado suas atividades no Parque. Antes disso, ainda teve mais dois campos: um no Morumbi, próximo ao clube Paineiras e outro na Av. Luís Carlos Berrini.

O campo demorou cerca de dois anos para ficar pronto. "A topografia não animava ninguém" lembra o diretor. Nesse período, continuou jogando fora nos finais de semana.

Hoje o campo tem uso constante, principalmente nos sábados e domingos, quando só é possível jogar depois de entrar em fila de espera. Durante a semana, é frequente o uso por feirantes e funcionários de restaurantes em folga. Uma entidade assistencial desenvolve atividades com crianças.

Clube do Movimento Esportivo do Itaim Bibi (Clube do Mé)

O Clube do Mé nasceu a partir de uma dissidência interna do Canto do Rio. Apesar de mais recente, é formado por pessoas que sempre praticaram o futebol de várzea em outros times do bairro.

O jogador Fubá, por exemplo, atuou pelo Canto do Rio, Flor do Itaim, Araraquara, Rebouças da Vila Sônia, e no Brasil de Pinheiros antes de vir para o Clube do Mé.

Em 1975, um grupo de cerca de 15 jogadores fundou o clube. J.A. Falanga, presidente atual, explica que "o nome inicial, Tomba Litro, teve que ser mudado devido ao seu aspecto pejorativo".

Jogavam no campo do Marechal Floriano, no próprio Parque do Povo. A partir de 1976 teve início a construção da atual sede, em forma de mutirão. Houve necessidade de nivelamento do terreno, até então coberto por entulho.

O Clube do Mé sempre teve três times: 1º e 2º quadros e veteranos. O campo é o único gramado do Parque do Povo. Mantém uma quadra de futebol de salão, outra de futebol society, play-ground, bar, vestiários, churrasqueira, salão de jogos e escritório. A diretoria é eleita a cada dois anos. É filiado à Federação Paulista de Futebol.

Grêmio Esportivo Canto do Rio

O Canto do Rio foi fundado por um grupo de amigos do Itaim, numa festa comemorativa de ano novo em 1º de janeiro de 1941. No início, era formado apenas por jogadores negros. Os primeiros brancos ingressaram no clube somente dez anos depois.

O campo localizava-se onde está sendo construído um edifício da Eletropaulo, na Av. Juscelino Kubitschek. Mesmo sendo obrigado a deslocar seu campo por 5 ou 6 vezes, o Canto do Rio sempre se manteve na região. "A gente virava, esticava... Um time teimoso do Itaim foi o nosso. De vez em quando a draga da Light tirava barro do leito do rio, jogava no campo e estragava tudo. Tinha que arrumar outra vez. Não

foi fácil não". Quem lembra é Milton Galvão, ex-diretor do clube.

No início não havia estrutura nenhuma. Os jogadores se trocavam debaixo de um pinheiro e alguém ficava tomando conta das roupas. A construção de um bar, com ajuda de diversos colaboradores, viabilizou o crescimento.

A disputa política interna sempre foi forte no clube. As eleições eram disputadíssimas. Dorival da Silva Santos, o Vavá, presidente entre 1958 e 1962, destaca com satisfação e orgulho: "a maior glória que tive na vida, em matéria de atividade em entidade, foi os três anos de presidência no clube. Apesar das oposições contra minha gestão".

No início da década de 70, o clube não sofreu pressões para sair, pois a área que ocupava não interessava ao projeto imobiliário. Em 1987, em ação desapropriatória promovida pela Telesp, perdeu definitivamente metade de seu campo. Hoje mantém apenas condições para o futebol society e de salão.

O Canto do Rio é o único que desenvolveu uma atividade paralela forte, independente do futebol. A bocha é um esporte já tradicional no clube, mobilizando grande quantidade de sócios, promovendo torneios e viajando para fora do país. Pertence à primeira divisão do campeonato paulista.

Além de duas quadras de bocha, o clube possui quadras de futebol de salão, bar, churrasqueiras, play-ground, vestiários e um salão de festas.

César, um dos sócios mais antigos, faz questão de registrar alguns aspectos importantes da vida do parque: "Essa é uma área muito festiva, onde todos vem participar, brincar, se divertir. O Canto do Rio, por exemplo, tem coisas que você nem acredita. Um amigo que não se vê há 20 anos, pode vir aqui que você encontra. É uma coisa tradicional em todos esses clubes".

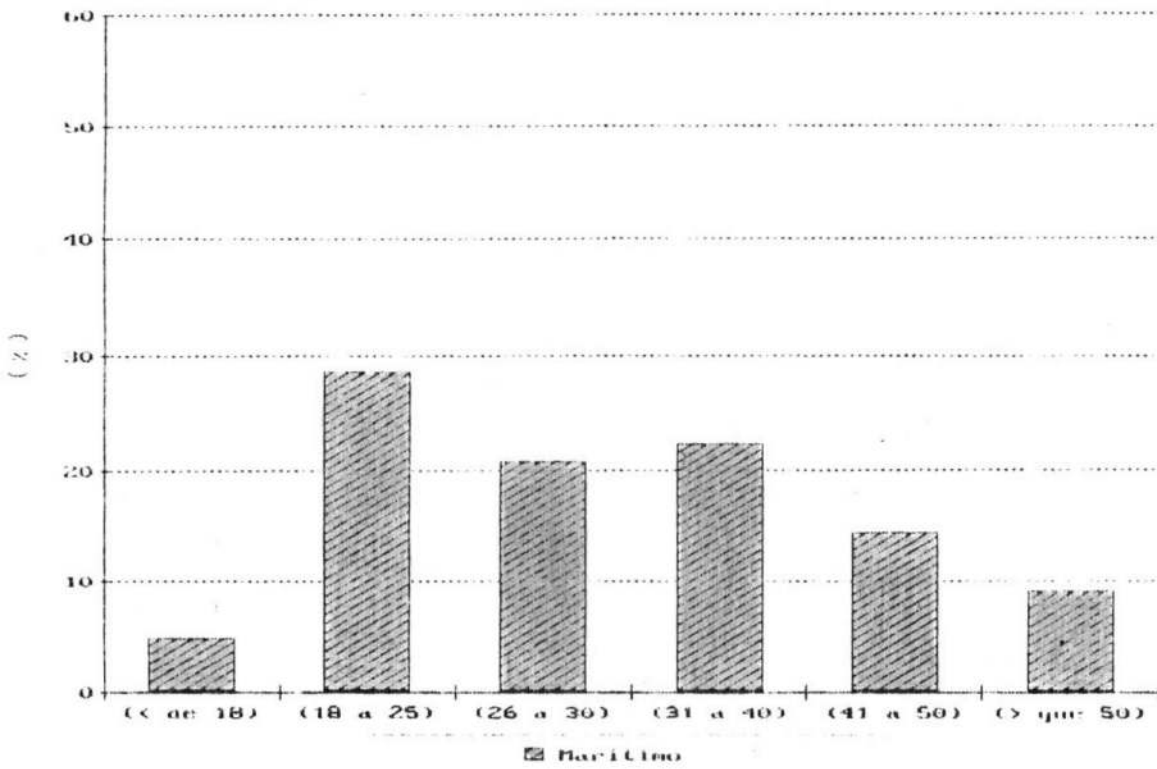
Tintas Cirola

O Tintas Cirola é originário de uma loja de tintas localizada na rua Sumidouro, no bairro de Pinheiros. Organizado por um grupo de amigos que praticavam futebol em campos diversos no início da década de 70, transferiu-se para o Parque do Povo posteriormente ao processo que envolveu a Paranapanema e o INPS.

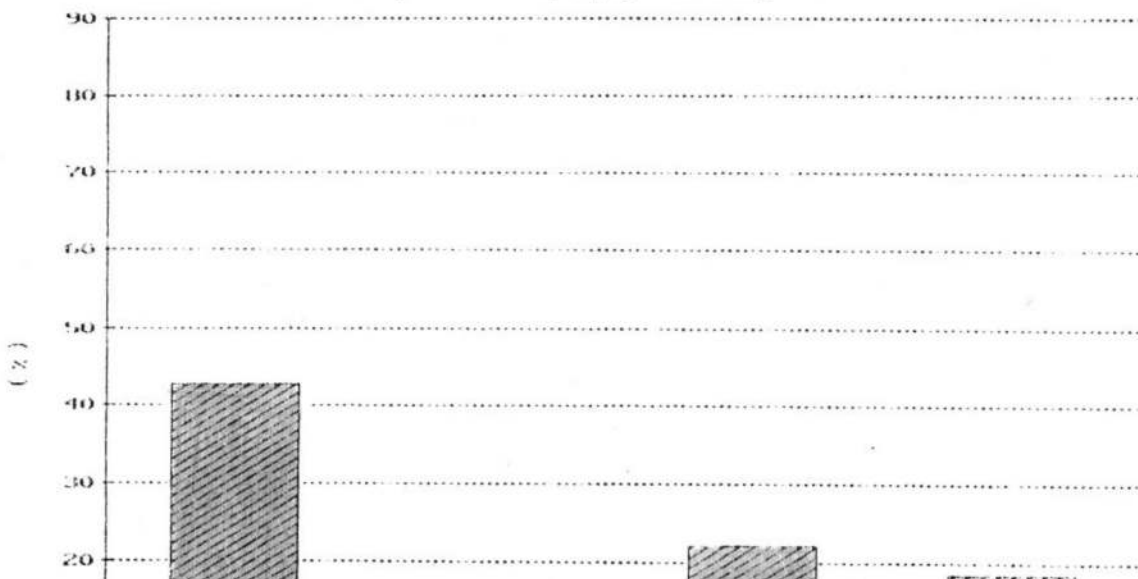
Atualmente é no campo do Cirola onde se organizam diversos campeonatos e festivais de futebol de várzea. São torneios que mobilizam clubes de todas as regiões da cidade.

Marítimo

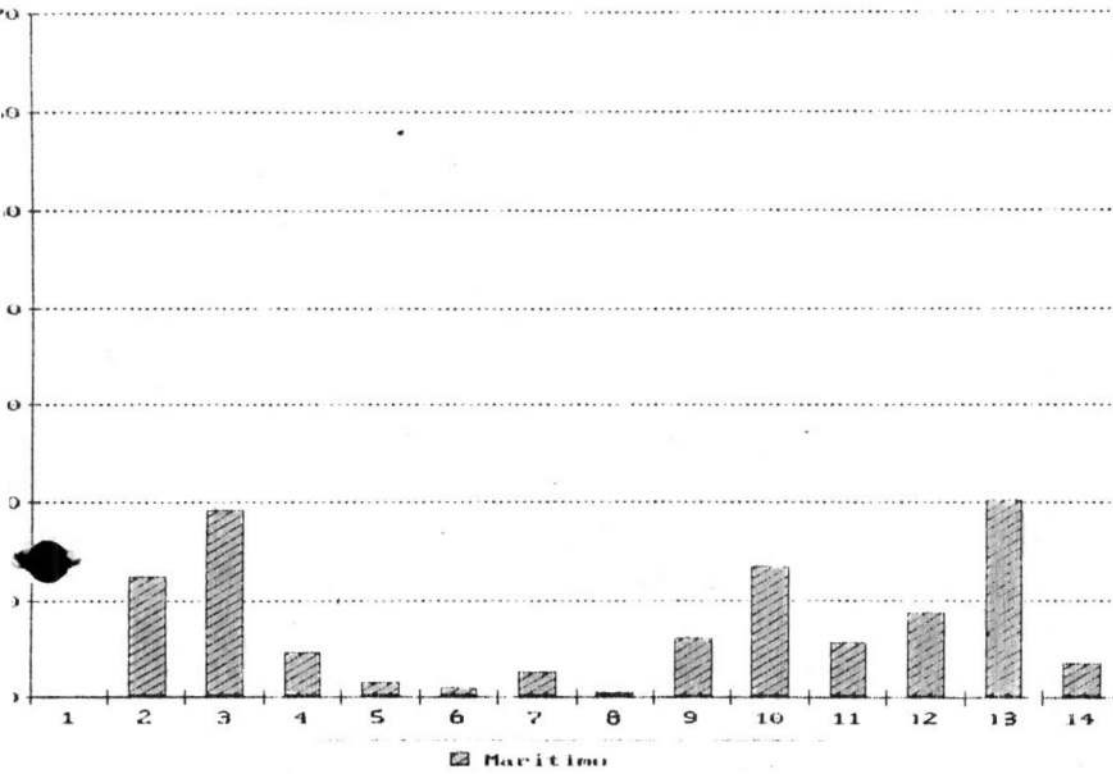
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo?



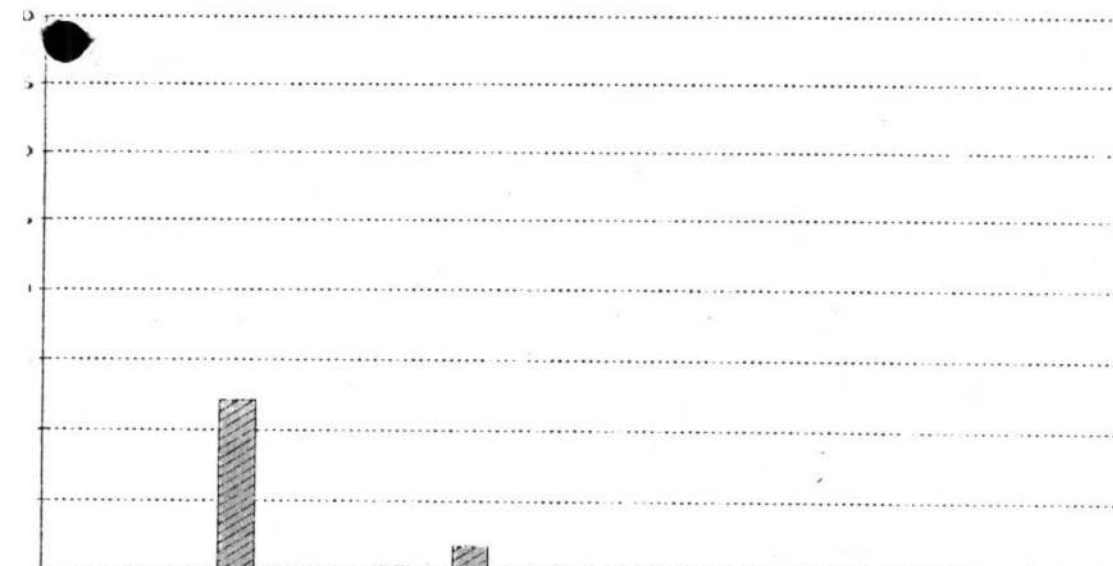
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora d. O. Limão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Carcaiba, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaiamazes;
- (6) - Pari, Beleninho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Ferdinês;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Camburi;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Arlândia, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela de Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

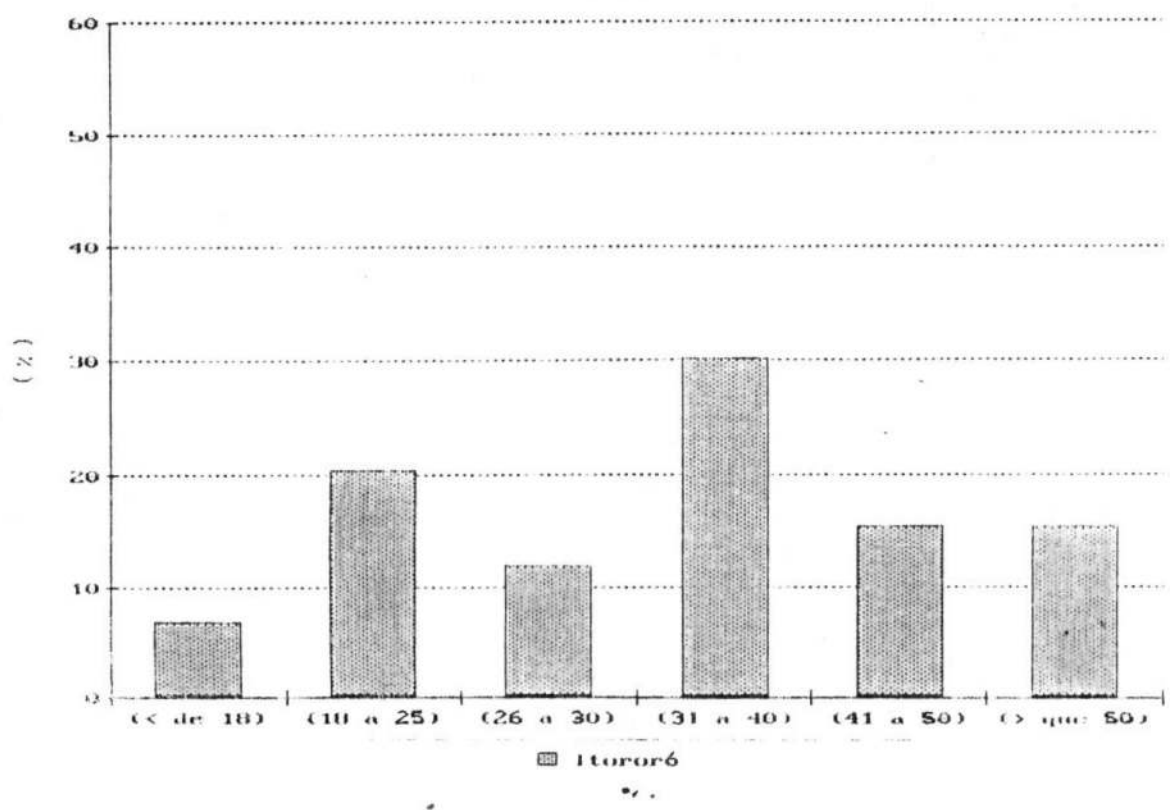


Grupos de Profissões:

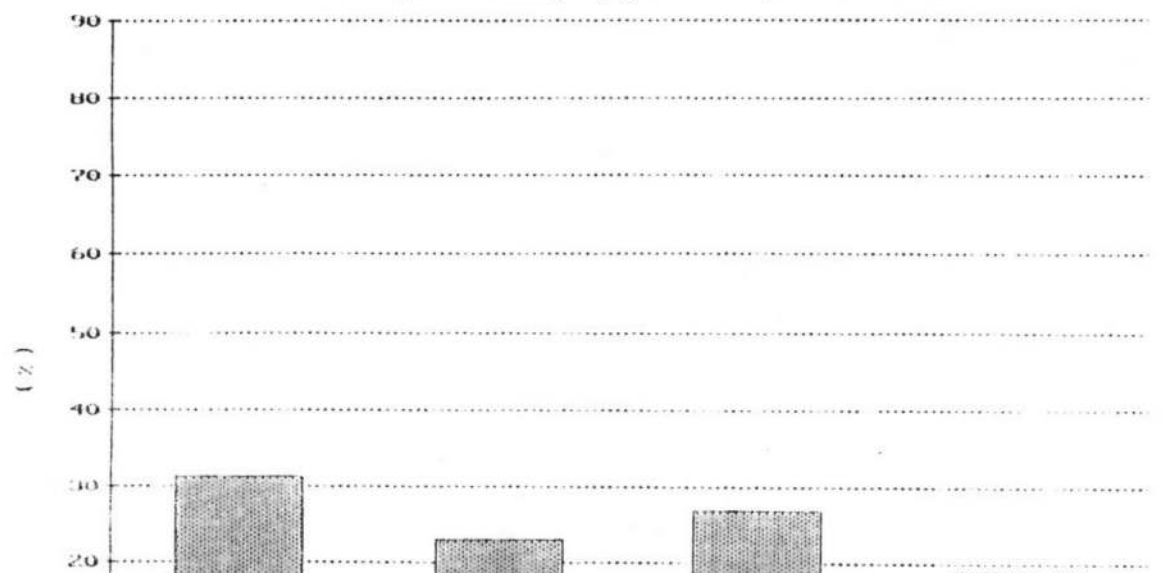
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Marceneiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzalão, Coniz, Churrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
- (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Doméstica, Faxineiro, Vigia ...

Itororó

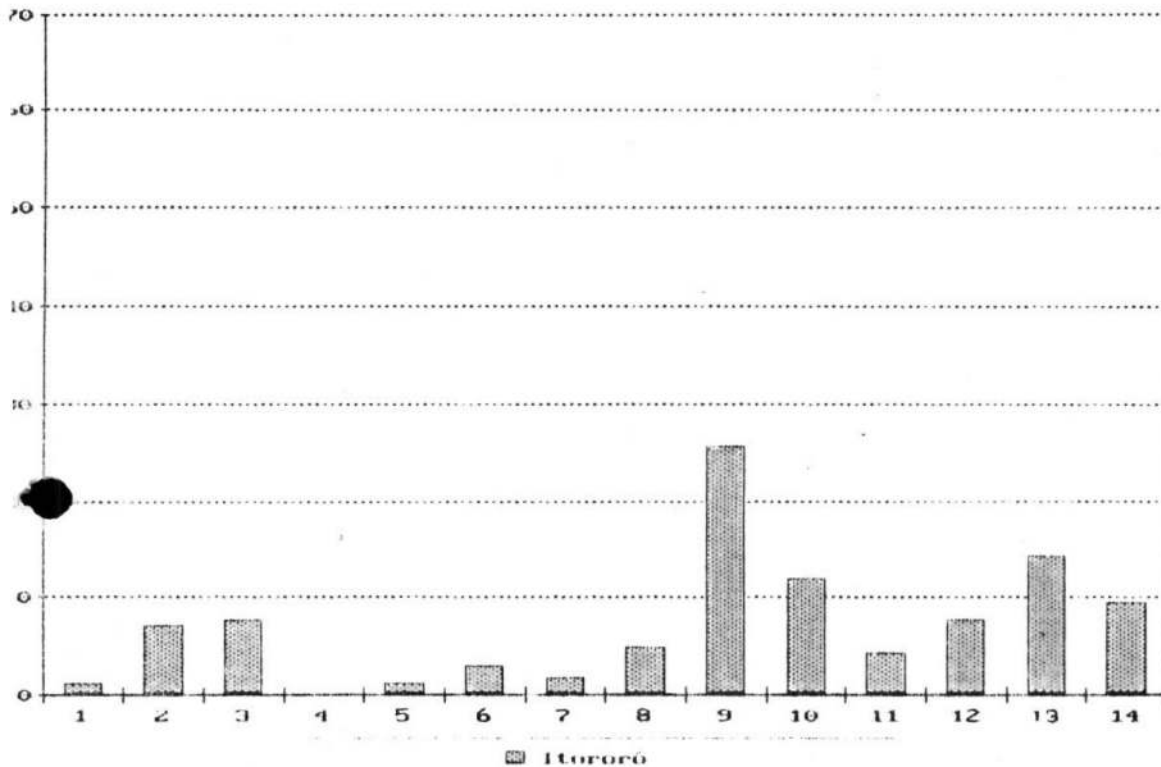
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo?



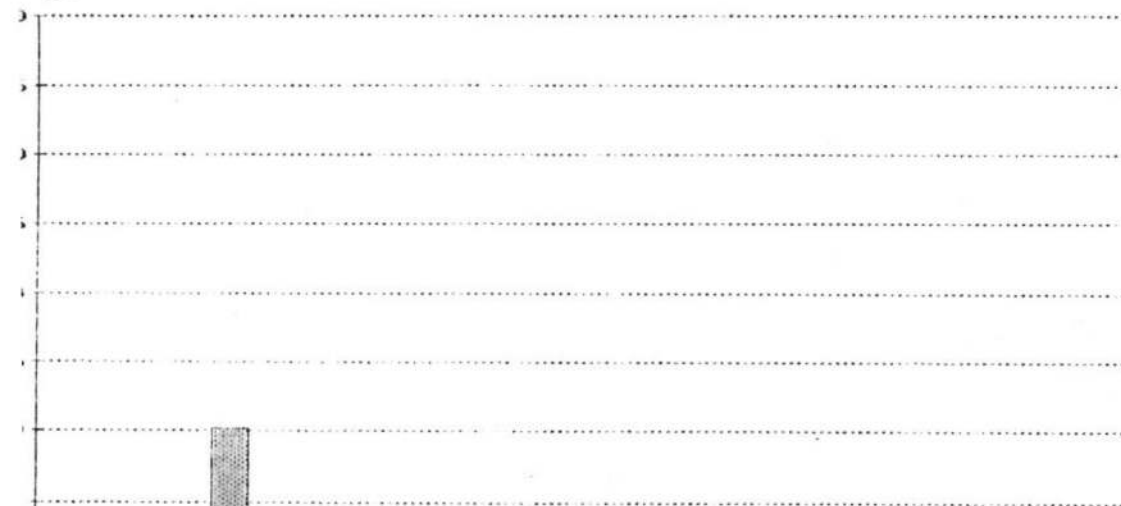
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais):

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Campo Limpo, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasília, Piratuba, Nossa Senhora do Ó, Lins, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Gualianazes;
- (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Serra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Ferdinês;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sã. Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela de São Corço;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

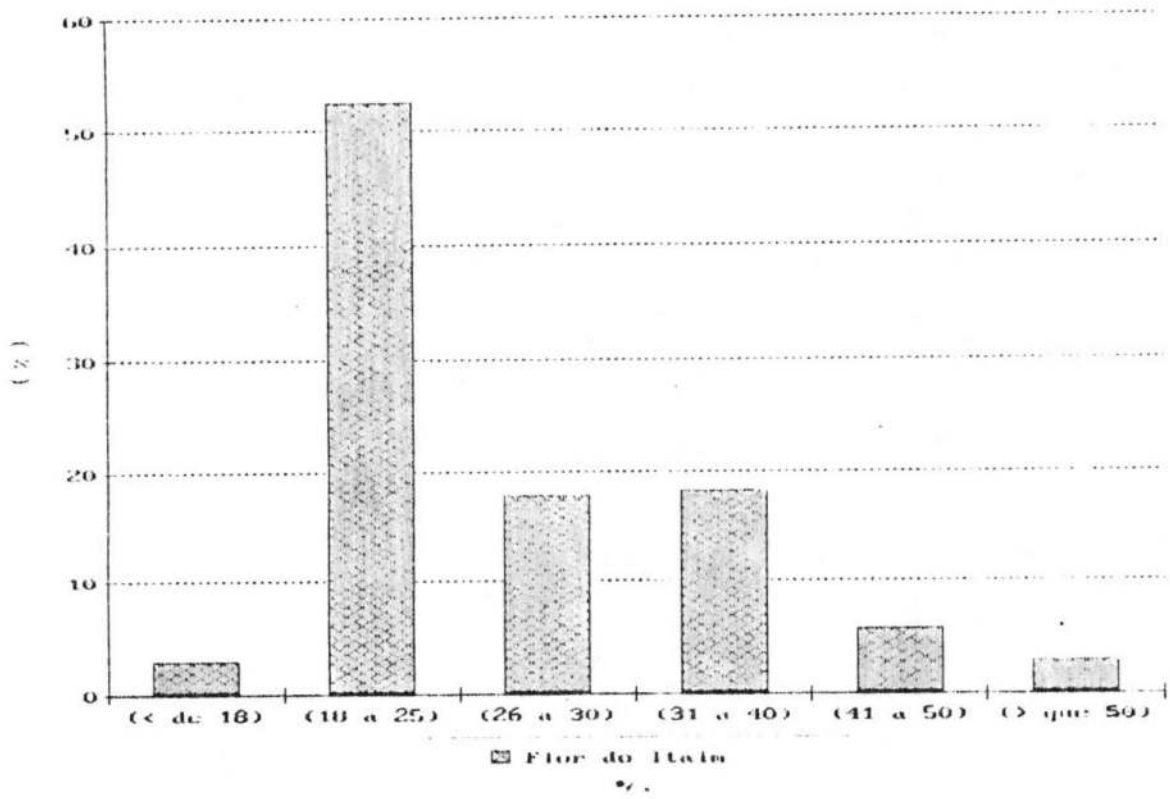


Grupos de Profissões:

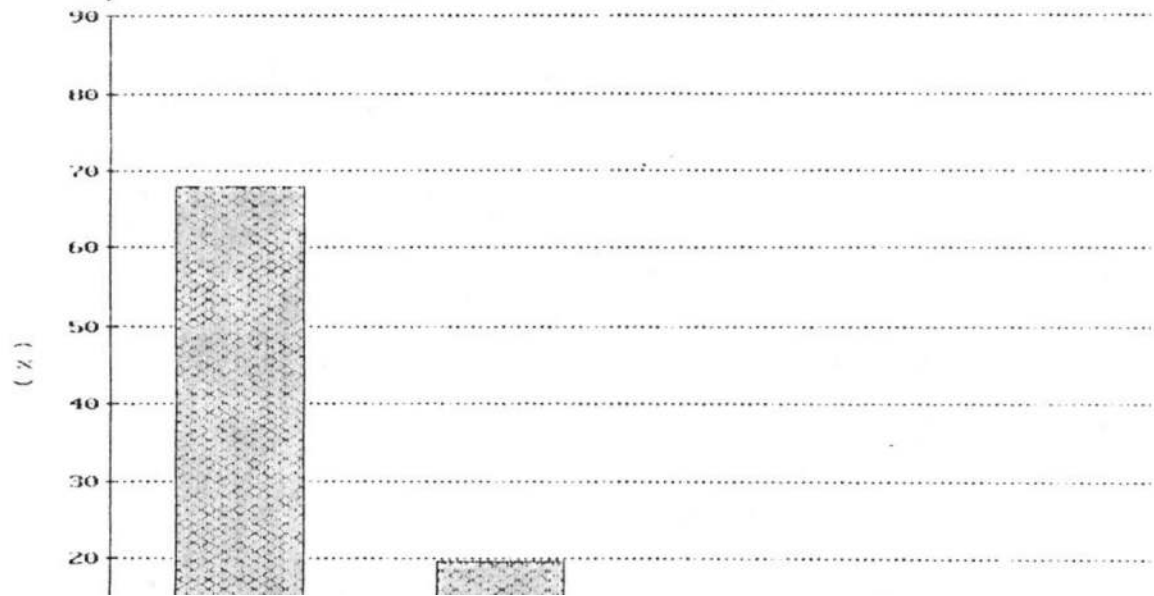
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico ...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Fedeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barceneiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante ...
- (f) - Bancário, Secretário, Estregador, Auxiliar, Ajudante, Estoquista, Office-boy ...
- (g) - Garçons, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzaiolo, Comia, Churrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico ...

Flor do Itaim

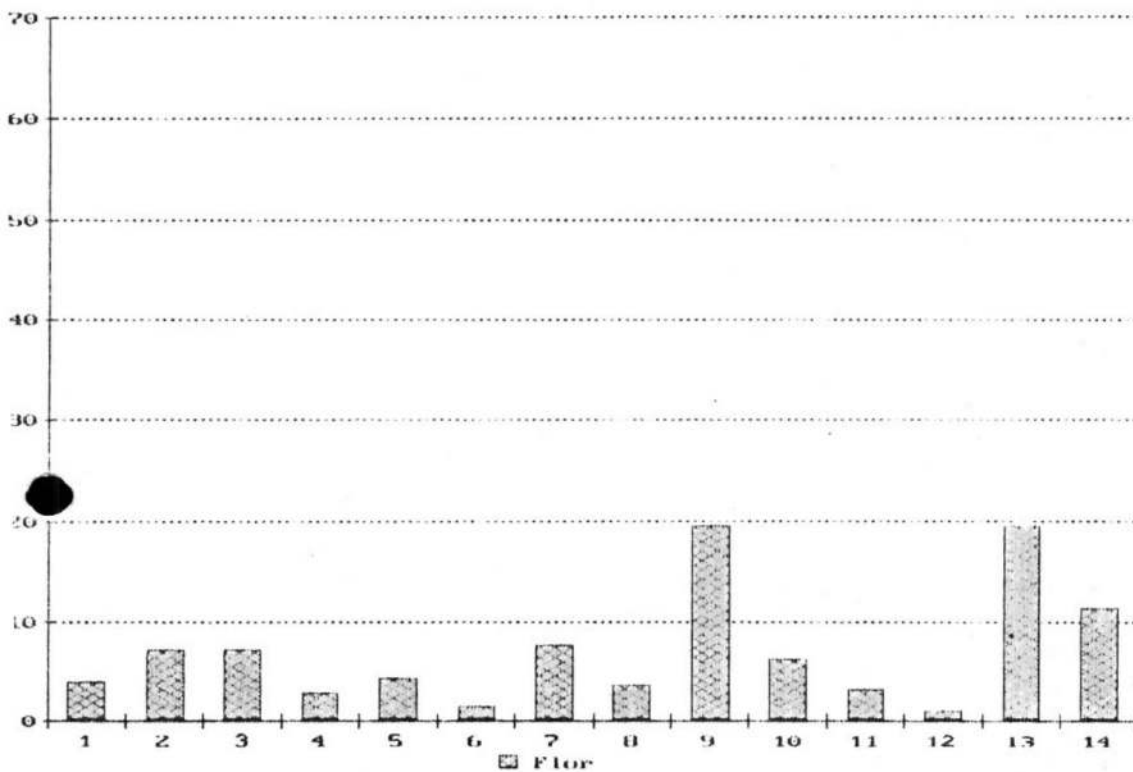
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo ?



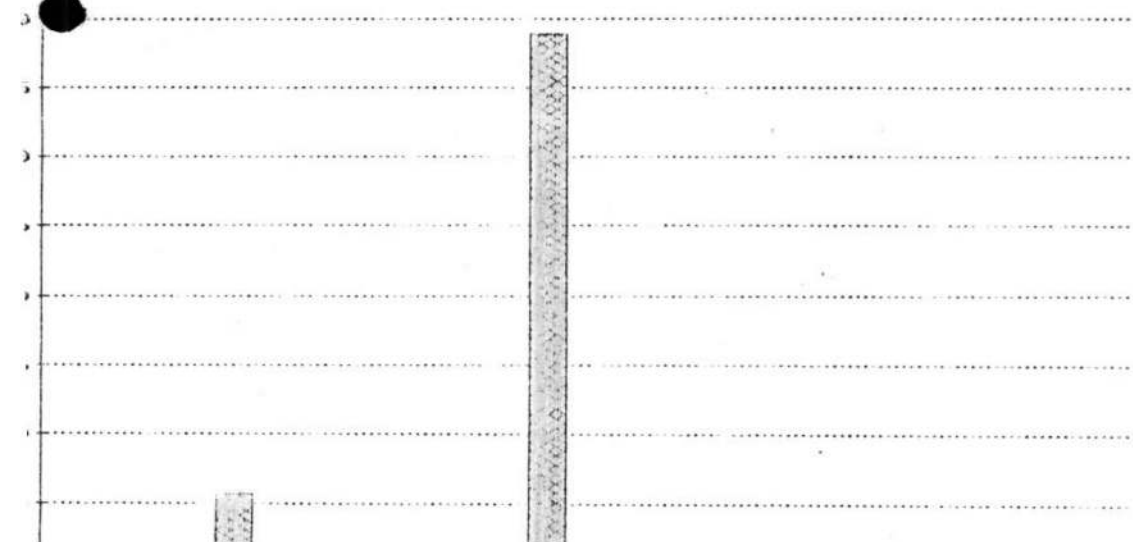
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jareguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Limão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianas;
- (6) - Pari, Belémzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Férnides;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

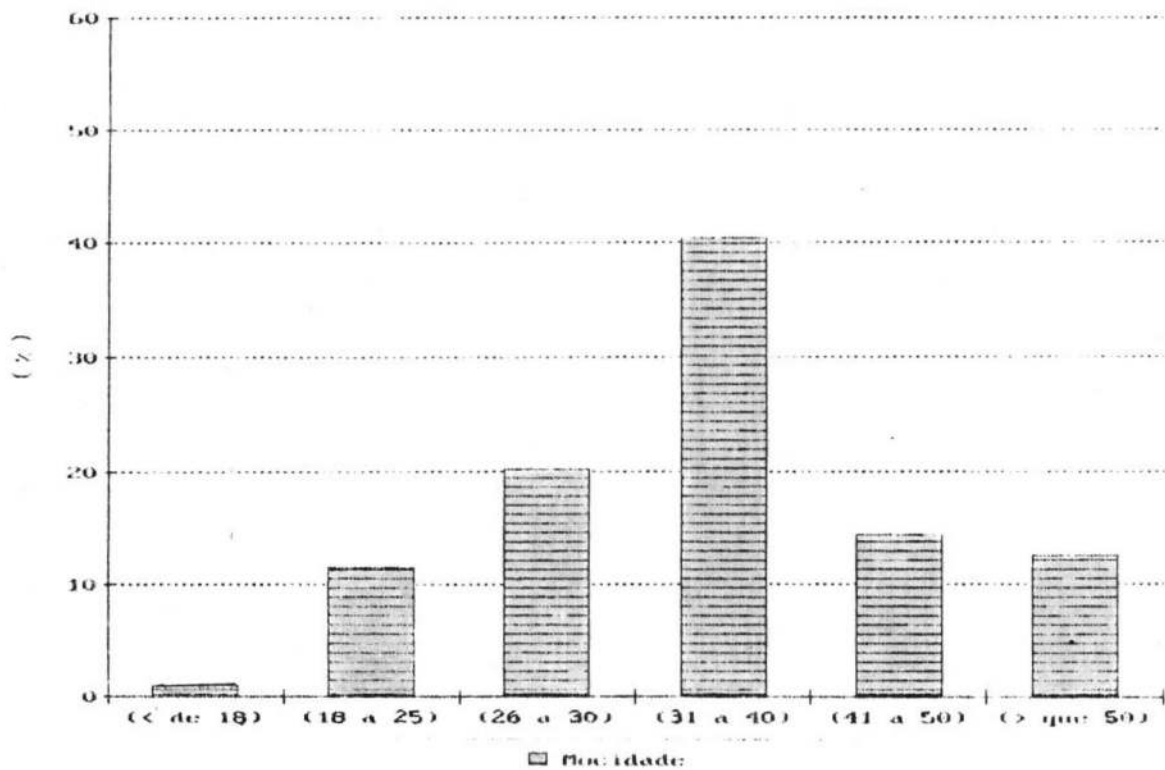


Grupos de Profissões:

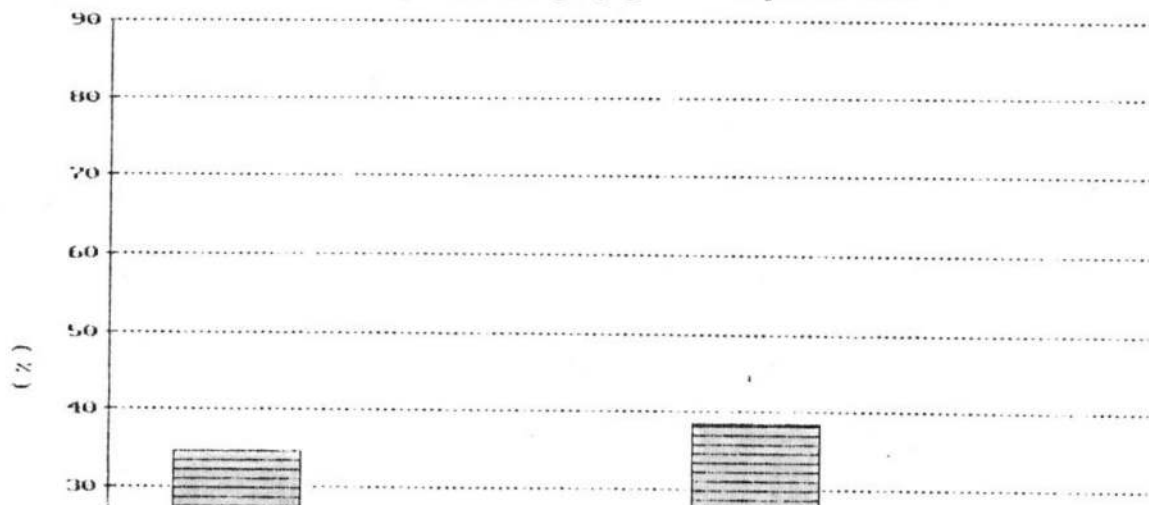
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Pedreiro, Açuguieiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Marceneiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copieiro, Pintor, Comil, Camaradeiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...

Mocidade

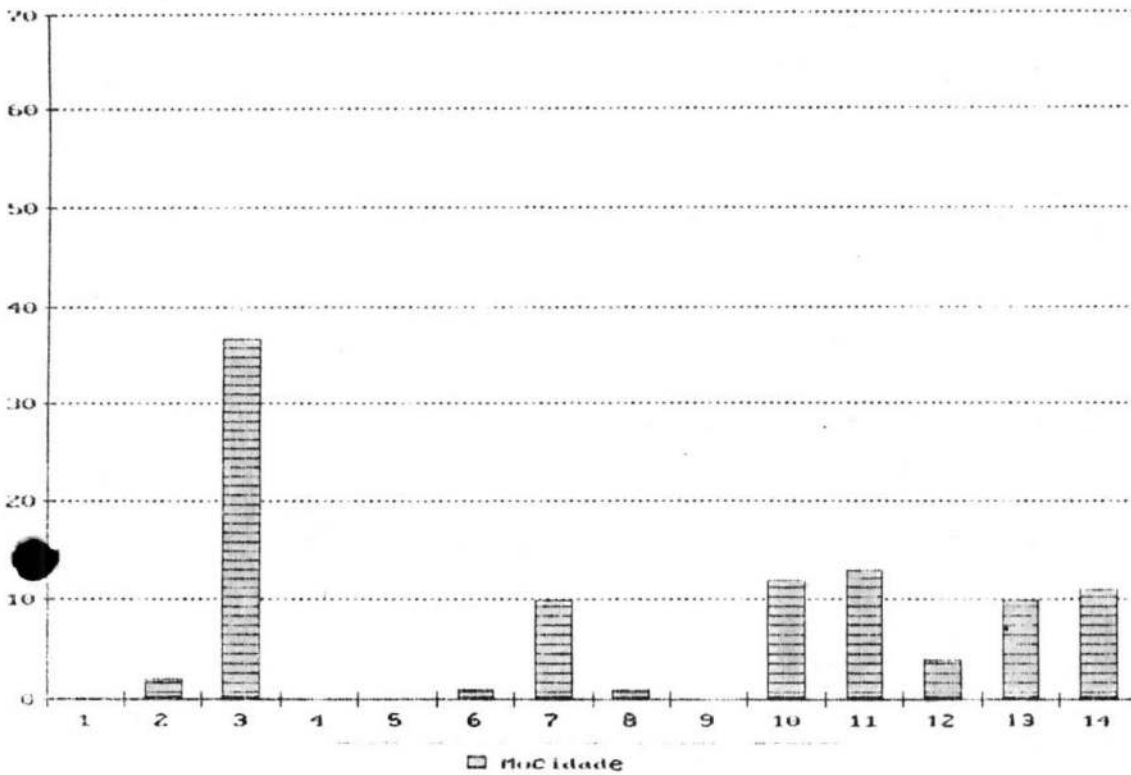
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo ?

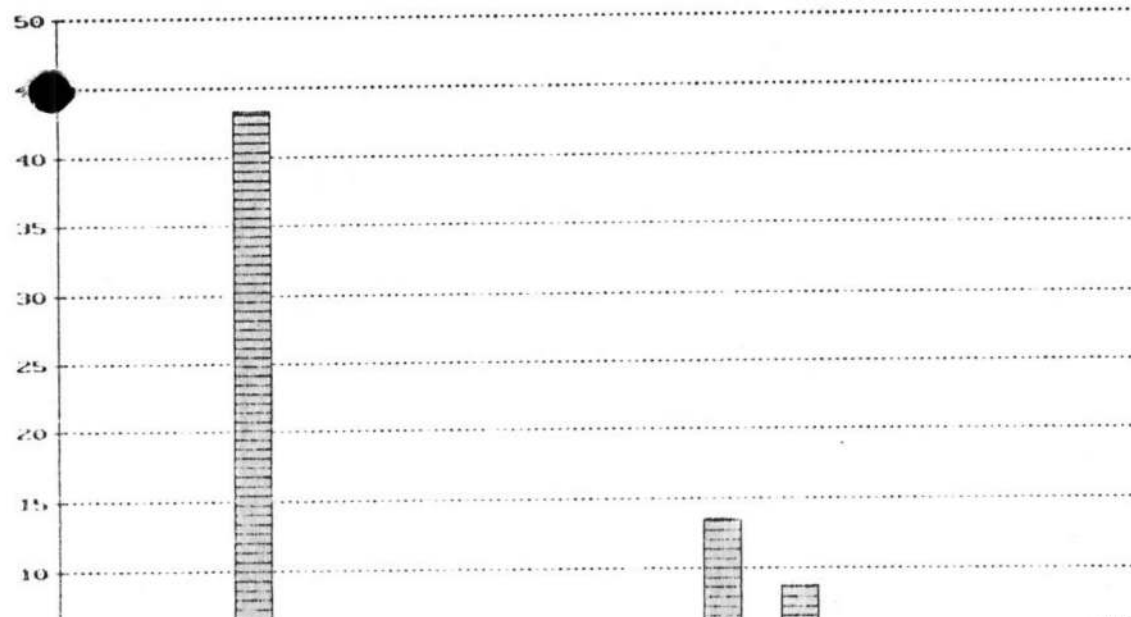


Bairros



- Regiões (com base nos Foros Regionais)
- (1) - Yucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Barão;
 - (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Lindo, Jaguaré, Lapa;
 - (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
 - (4) - Casaíba, Penha de França, Vila Matilde, Erúeli Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
 - (5) - Itaquera, Guaianasas;
 - (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
 - (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
 - (8) - Santa Efigênia, Brás, Sô, Liberdade, Cambuci;
 - (9) - Condição, Cerqueira César, Moa Vista;
 - (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
 - (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
 - (12) - Ipiranga, Saco, Jabaquara;
 - (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
 - (14) Outros (Grande São Paulo)

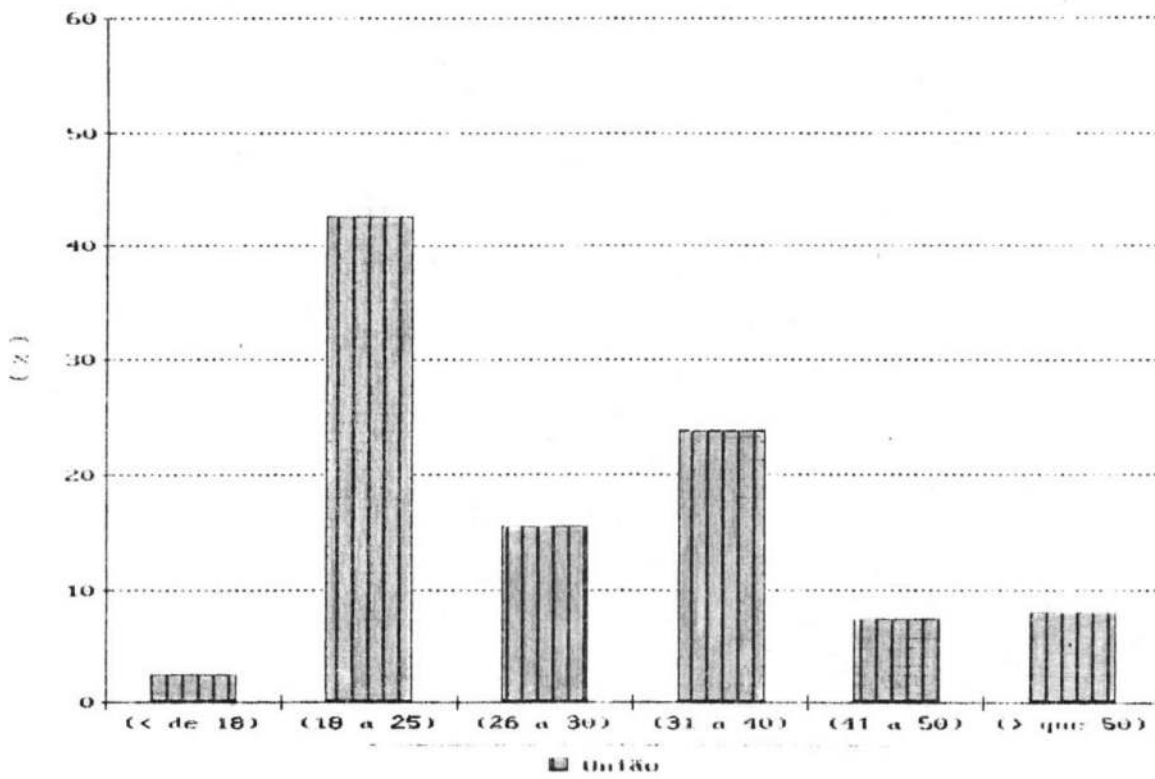
Profissões



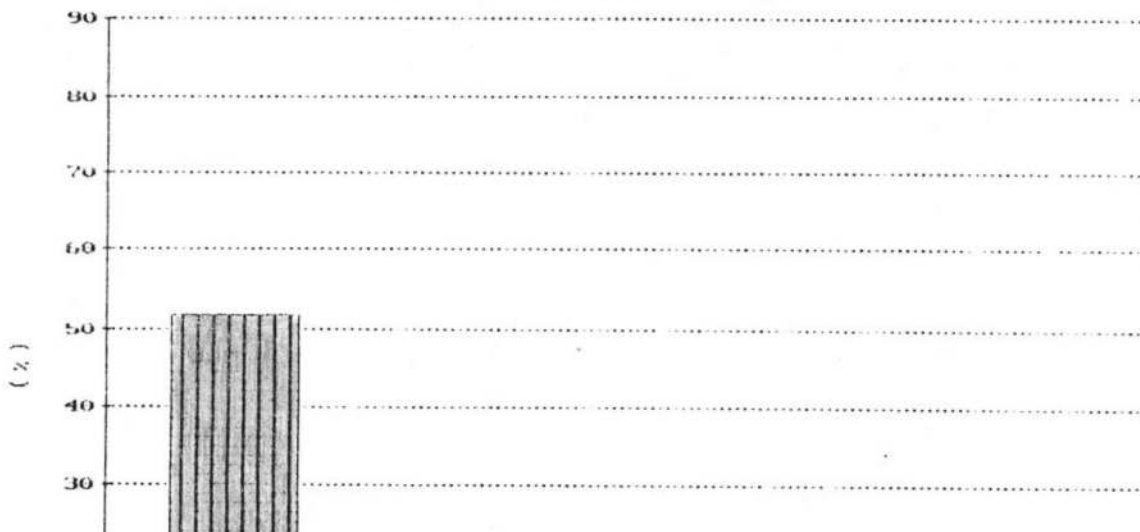
- Grupos de Profissões:
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
 - (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico...
 - (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
 - (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
 - (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Pintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
 - (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoquista, Office-boy ...
 - (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copista, Pizzaiolo, Cozin, Churrasqueiro ...
 - (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
 - (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Doméstica, Faxineiro, Vigia ...
 - (j) - Taniista, Cozinheiro, Motorista ...
 - (k) - Funcionário Público, Policial, Militar ...

União da Vila Olímpia

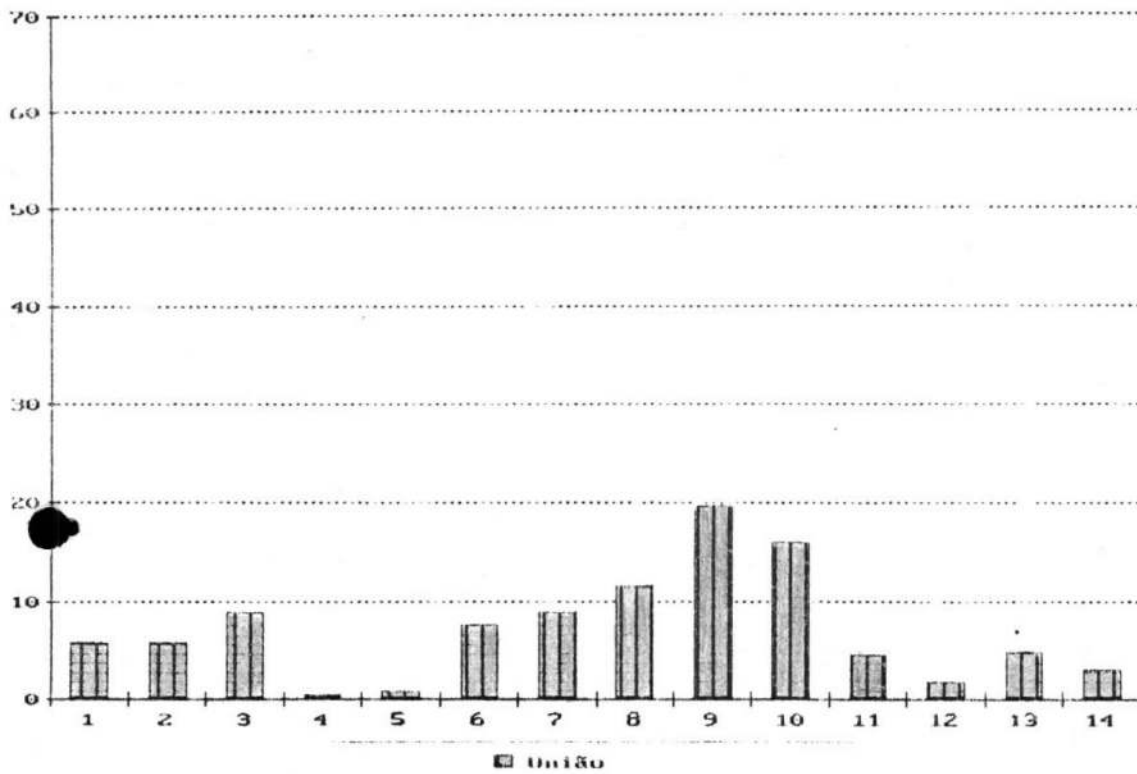
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo?



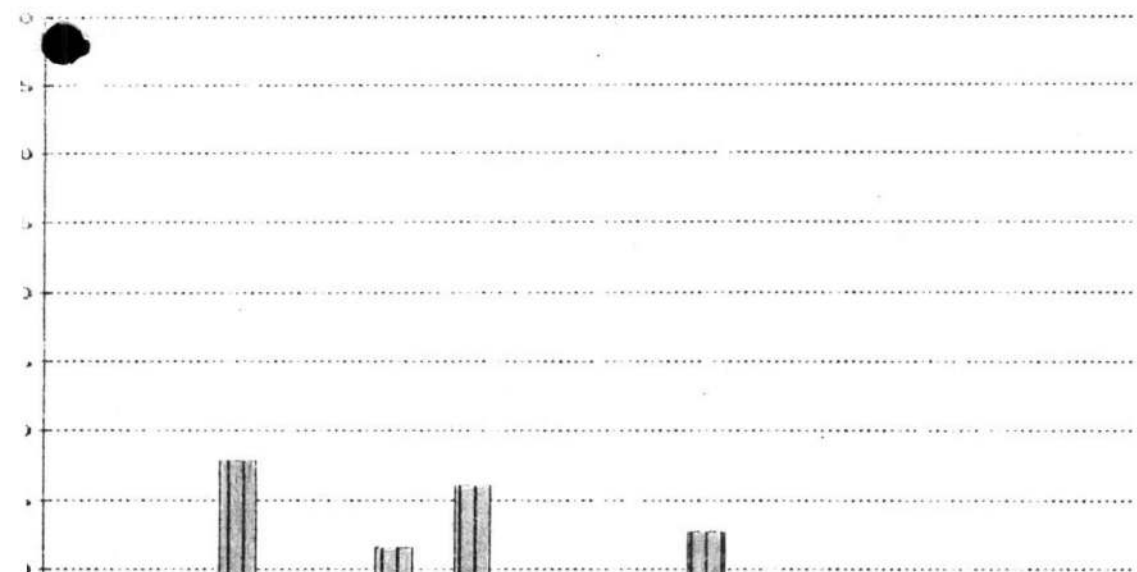
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Limão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaipu Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianases;
- (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclinação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

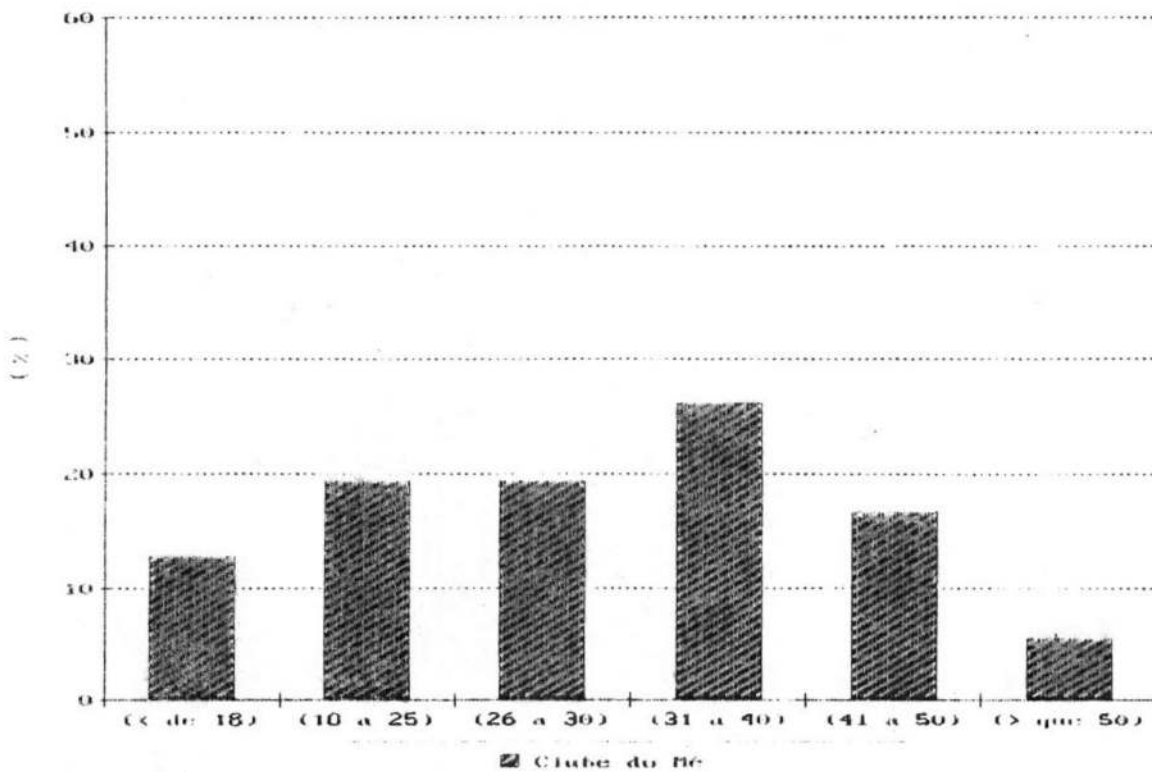


Grupos de Profissões:

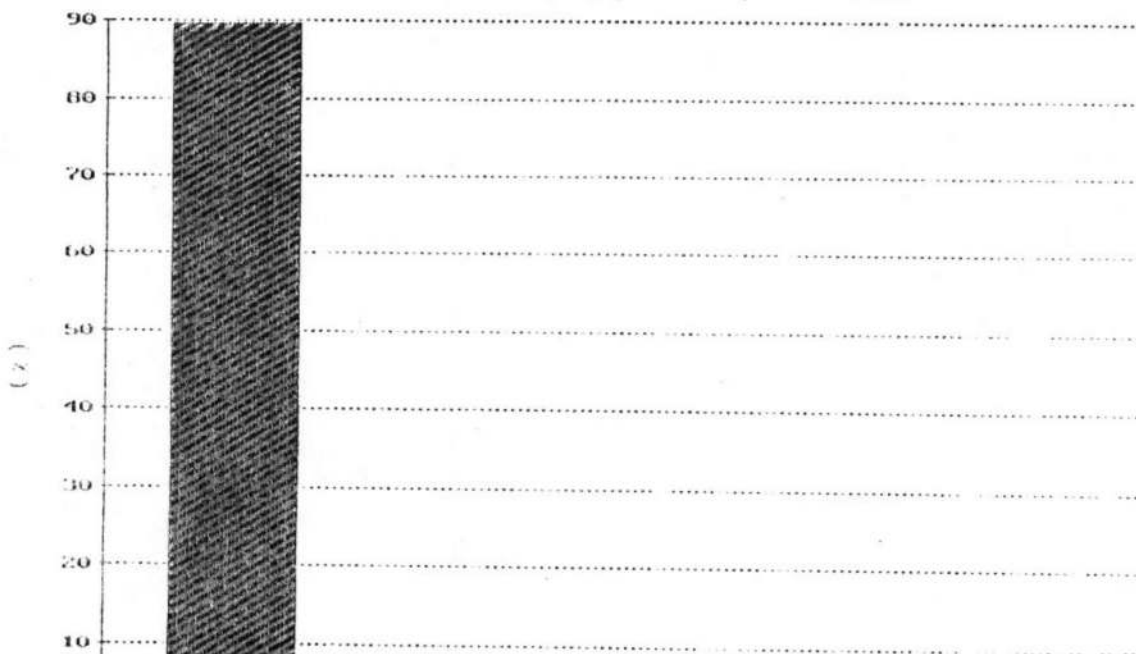
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçons, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzaiolo, Comis, Churrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
- (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Manobrista, Doméstica, Jazigueiro, Vigia ...

Clube do Mé

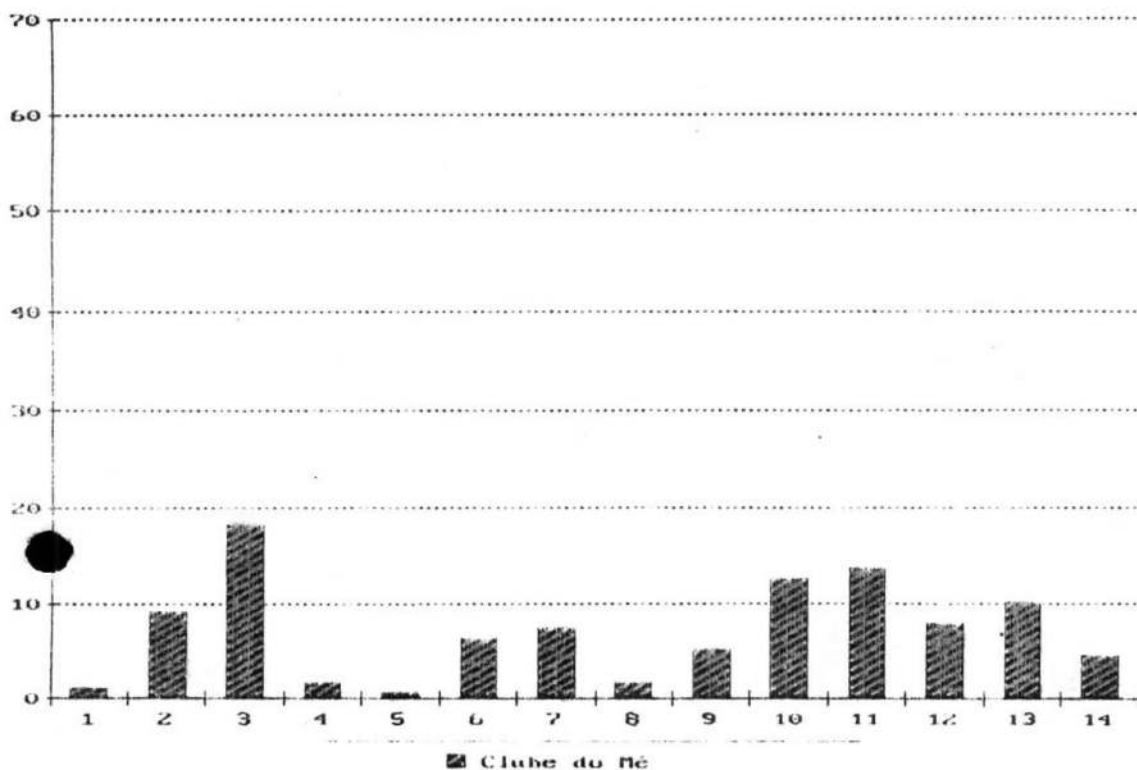
Idade



Há quanto tempo Joga no Parque do Povo ?



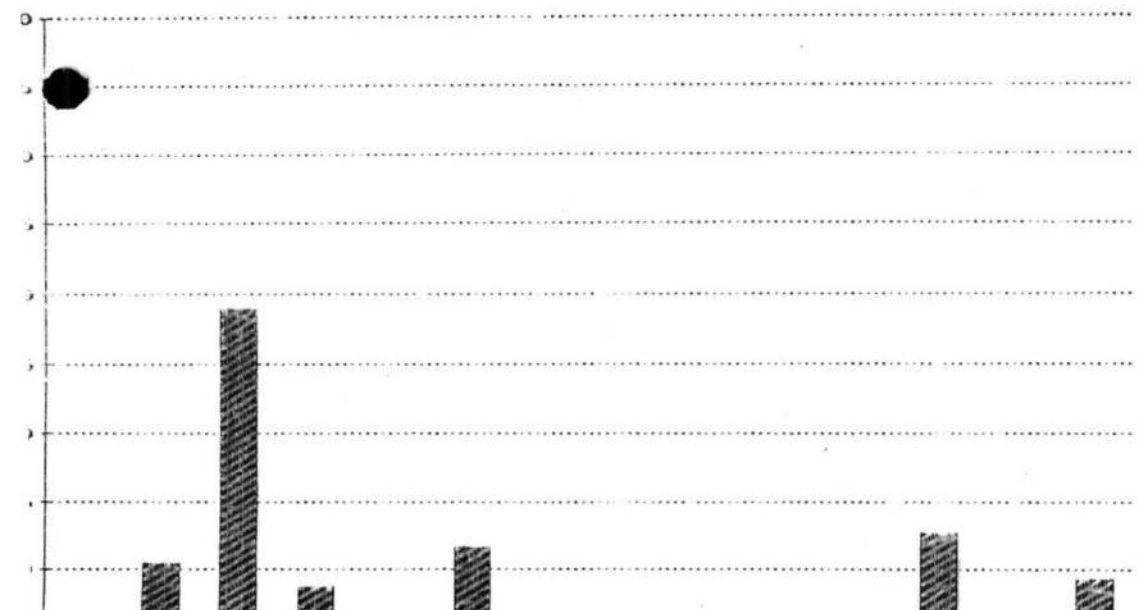
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Linhão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Camburi;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

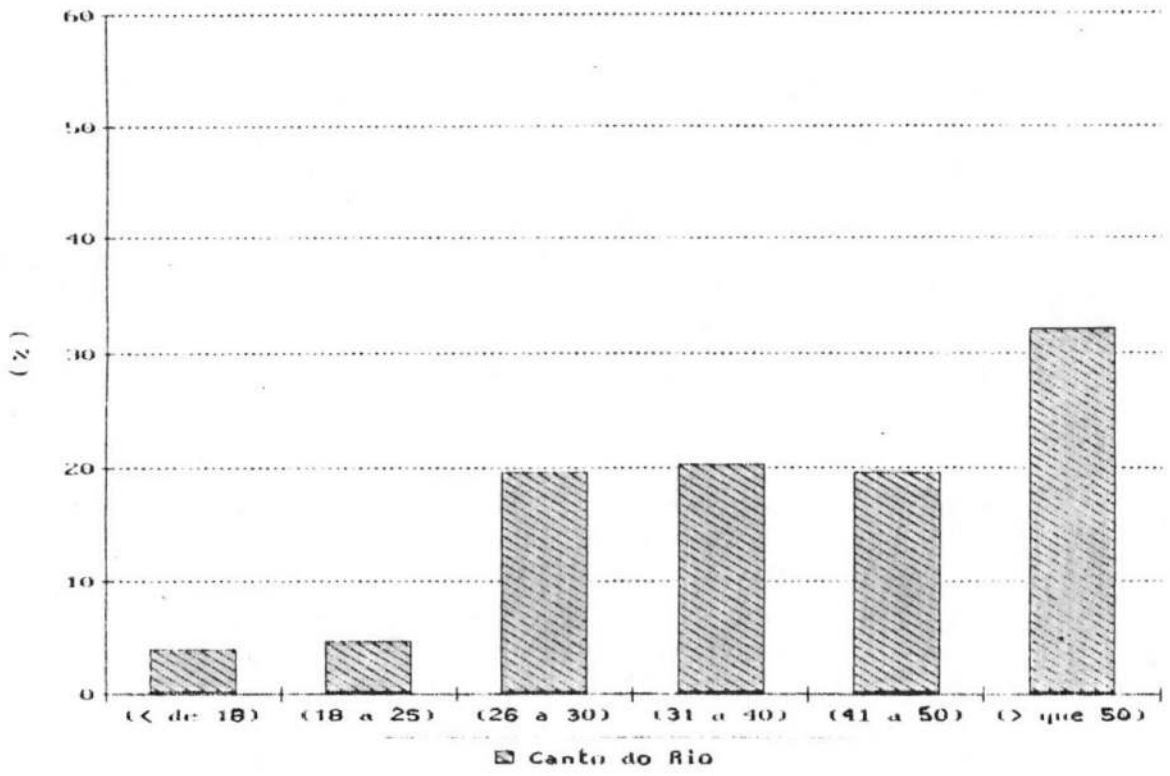


Grupos de Profissões:

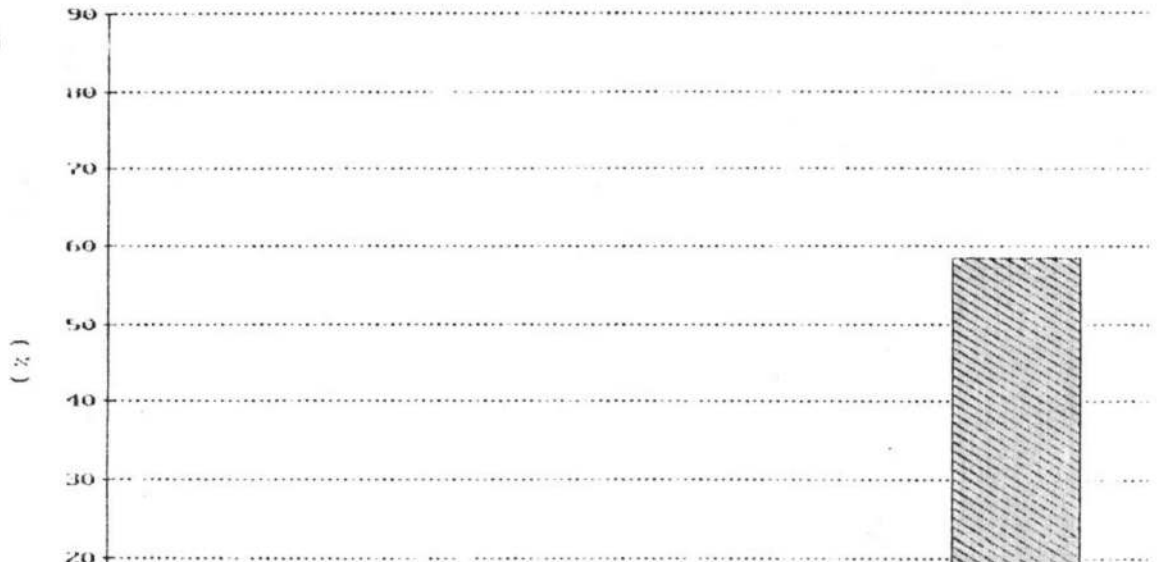
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barceiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçon, Cozinheiro, Serveste, Copeiro, Pizzaiolo, Conis, Churrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
- (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Banobrista, Doméstica, Faxineiro, Vigia ...
- (j) - Taxista, Cobrador, Motorista ...

Canto do Rio

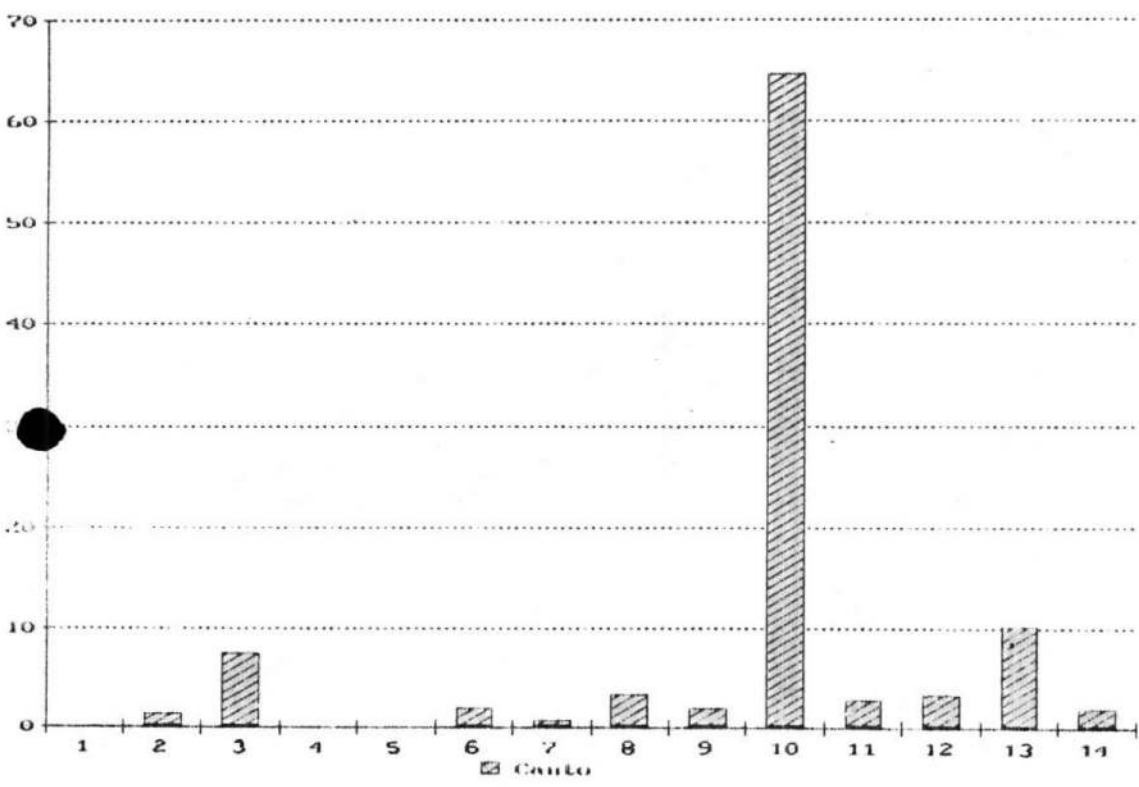
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo?



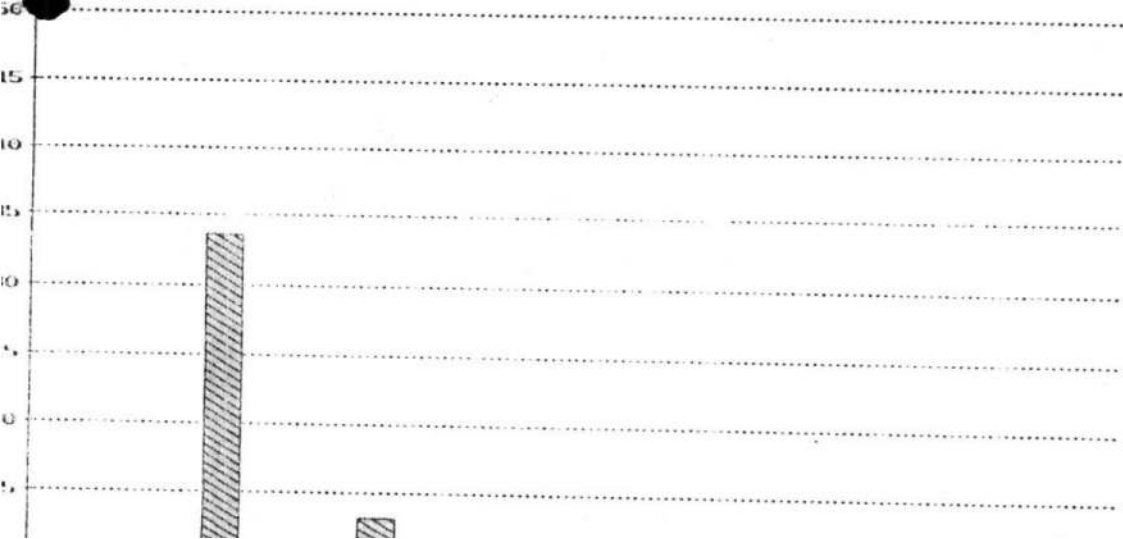
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Linho, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Israelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões

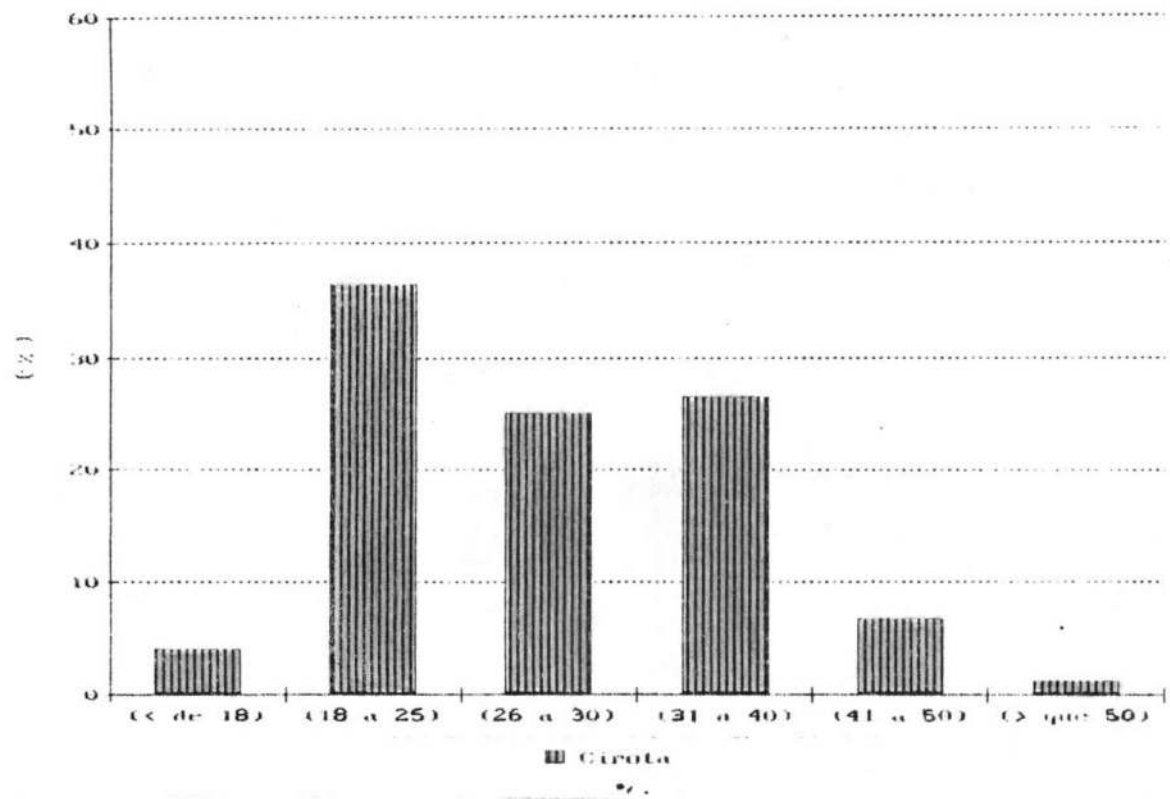


Grupos de Profissões:

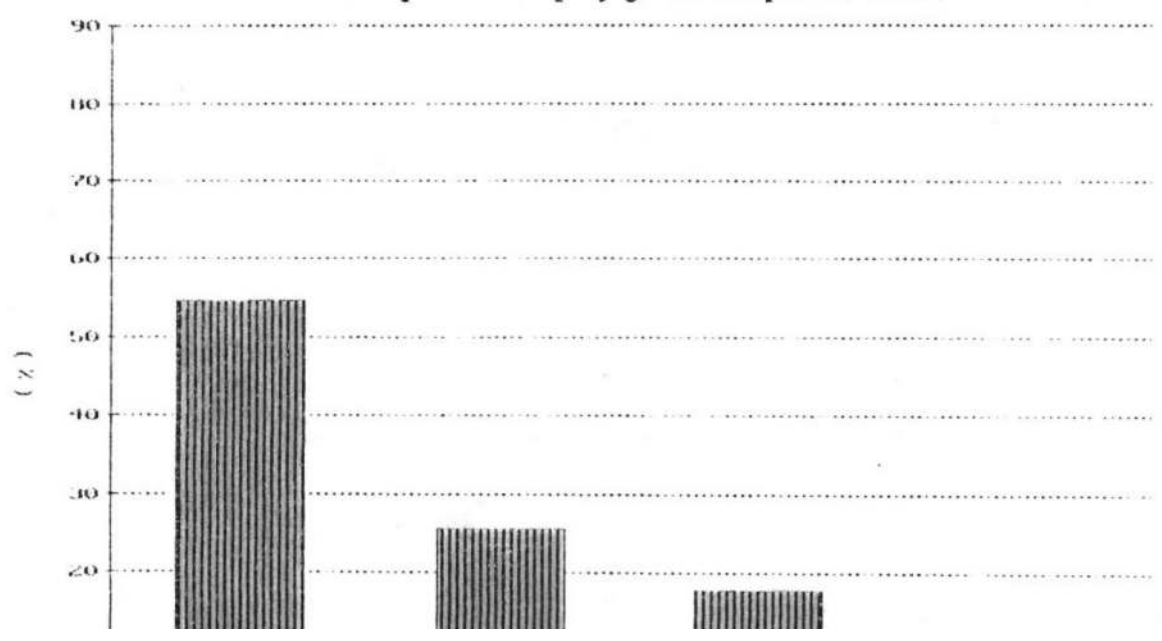
- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico ...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Barbeiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante ...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoqueiro, Office-boy ...
- (g) - Garçon, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzaiolo, Comis, Churrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico ...

Cirota

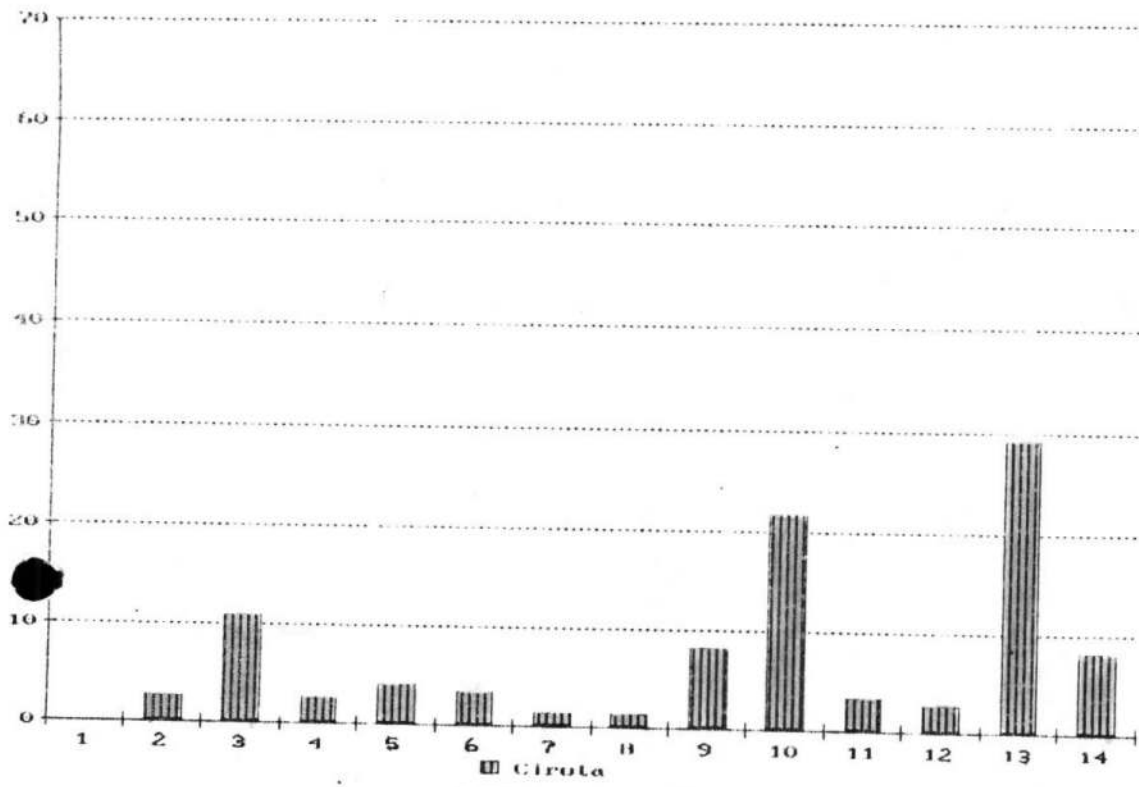
Idade



Há quanto tempo joga no Parque do Povo?



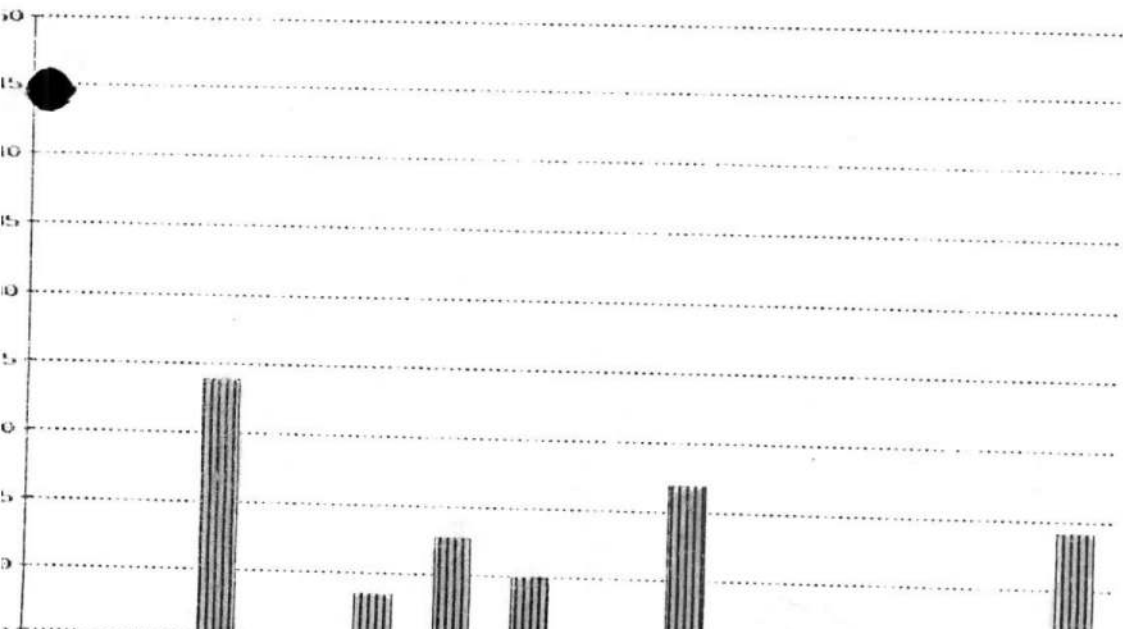
Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Yucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Cas Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Mossa Senhora do Ó, Linão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã;
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ermeli Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Belenzinho, Ytuapé, Mooca, Alto da Mooca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara;
- (13) - Santo Amaro, Capela de Socorro;
- (14) Outros (Grande São Paulo)

Profissões



Grupos de Profissões:

- (a) - Empresário, Industrial, Administrador de Empresa, Economista ...
- (b) - Arquiteto, Engenheiro, Professor, Projetista, Decorador, Cientista, Advogado, Jornalista, Médico...
- (c) - Comerciante, Vendedor, Gerente, Corretor, Caixa, Balconista, Ambulante ...
- (d) - Analista de Sistema, Digitador, Técnico, Contador, Despachante ...
- (e) - Padeiro, Açougueiro, Sapateiro, Tintureiro, Mecânico, Borracheiro, Marceneiro, Carpinteiro, Pintor, Tapeceiro, Pedreiro, Feirante...
- (f) - Bancário, Secretário, Entregador, Auxiliar, Ajudante, Estoquista, Office-boy ...
- (g) - Garçons, Cozinheiro, Servente, Copeiro, Pizzelolo, Comil, Churrasqueiro ...
- (h) - Publicitário, Produtor, Músico, Fotógrafo, Ator, Artista Plástico...
- (i) - Zelador, Porteiro, Segurança, Jardineiro, Nanobrista, Doméstica, Vazineiro, Vigia ...
- (j) - Taxista, Cobrador, Motorista...

1.2.2 - O Circo Escola Picadeiro

O circo é uma forma tradicional e popular de entretenimento que se caracteriza pela apresentação, no palco ou picadeiro sob toldo de lona, de uma série de números que incluem, entre outros, exibição de destreza física (acrobacia, malabarismo, contorcionismo, etc.), animais amestrados, representações teatrais ("gags" a cargo da dupla palhaço e clown, dramas e comédias). Podem ser classificados em "de atrações" - são os maiores e mais bem equipados -, "de variedades" e "circos-teatro", conforme o elemento central de seu espetáculo.

Para os artistas que compõem a companhia, o circo representa tanto o local de trabalho como o espaço da vida. As constantes mudanças de cidade e a ausência de um lugar fixo de moradia acabam fortalecendo o vínculo entre os membros do grupo, não sendo raro estarem ligados por laços familiares.

Além de produzir os espetáculos, é no circo que se formam os seus profissionais, uma vez que a arte circense é transmitida como herança às gerações nascidas "sob a lona".

Essa forma de organização, familiar e itinerante, gera uma enorme dificuldade de acesso das pessoas interessadas no aprendizado da arte, quando não descendem de circenses. E a possibilidade de executar peripécias no trapézio, acrobacias ou qualquer outra técnica apresentada nos espetáculos parece ficar condicionada à "hereditariedade" ou ao abandono da vida sedentária.

Foi pensando nessa questão que José Wilson Moura Leite, da terceira geração de artistas da "Família Moura", depois de acumular uma vasta experiência nos circos da família e nos Circos Garcia, Orlando Orfei, Real Madrid, entre outros famosos, decidiu fundar a primeira escola de circo do Estado de São Paulo.

O Circo Escola Picadeiro, foi montado pela primeira vez no ano de 1984 no Parque do Povo e o próprio José Wilson conta como aconteceu:

" Eu já tinha um circo que excursionava em 1977. Já tinha a intenção de formar a escola. Em 84, o circo já estava mais estruturado aí eu abri a escola. Eu nasci no circo, viajei o Mundo todo, eu vi no México as escolas do Governo... Iam no circo ver os artistas treinando. Já abri no Parque do Povo. Eu fiquei procurando uma área e o circo

tava montado em Pirajussara, eu passava por aqui, via esse terreno abandonado, cheio de entulho, era a gestão do Mário Covas. Na Administração Regional, tinha uma Seção Cultural. Ele liberou a área pra montar o circo aqui, eu fiz eventos para escolas da prefeitura e em troca eles aplainaram terrenos, construíram banheiros”.

A proposta idealizada por José Wilson era formar uma nova geração de talentos a partir da experiência de profissionais antigos do circo. Convidou artistas idosos, que estavam desempregados para atuarem como professores da escola.

Estabeleceu que a duração do curso seria de dois anos, divididos entre o ciclo básico e o específico. No primeiro ciclo, o aluno entraria em contato com vinte e duas modalidades circenses, no segundo o aluno se aprofundaria nas técnicas da modalidade de seu interesse.

A Picadeiro, desde o início, teve a preocupação em atingir o maior número de pessoas possíveis e por essa razão o valor da mensalidade sempre foi pequeno. Para cobrir os gastos necessário à sua manutenção, José Wilson vende espetáculos e firma acordos de Merchandising com empresas privadas e cedia eventos como Shows, mostras culturais e bazares beneficentes.

No campo assistencial, o circo já realizou inúmeras apresentações em escolas da periferia com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e contribuiu em campanhas arrecadando agasalhos e alimentos como forma de pagamento do ingresso dos espetáculos na própria escola.

No ano de 1987, a Secretaria de Estado do Menor, encomendou ao Diretor da Picadeiro um projeto visando o atendimento de crianças carentes. O trabalho proposto por José Wilson previa desde o ensino das modalidades circenses adequadas à faixa etária e à especificidade do público (excluindo números com facas e fogo, por exemplo) passando pelas técnicas de montagem da lona e do picadeiro, nos períodos da manhã e da tarde.

O projeto foi aprovado inaugurando o "Programa Enturmado" com a criação do primeiro circo escola do governo no bairro da Vila Brasilândia, ficando a orientação das crianças e o auxílio no aperfeiçoamento dos arte-educadores da Secretaria sob a responsabilidade do Circo-Escola Picadeiro durante cerca de três anos.

Os resultados obtidos com o projeto "Enturmado Vila Brasilândia" foram de tal forma satisfatórios no alcance dos objetivos (criar um espaço de sociabilidade e apoio às crianças e familiares), que em pouco tempo diversos circo-

escolas foram montados por toda periferia de São Paulo e em outras capitais brasileiras.

Atualmente o circo e a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social (extinta Secretaria do Menor), firmaram um novo contrato estabelecendo a criação de um curso profissionalizante para os adolescentes que são automaticamente desligados do projeto "Enturmando", quando completam dezessete anos de idade.

As atividades do Circo-Escola Picadeiro, ao contrário dos clubes de futebol de várzea que concentra moradores da periferia de São Paulo no parque, se irradiam do circo para o resto da cidade e também no exterior, através da participação da escola em festivais internacionais de circo como aqueles realizados nas cidades do México, Nova York, Paris e Verona (Itália).

A relação entre o circo-escola, o teatro e os clubes, foi construída ao longo dos anos de convivência e hoje o circo representa um elemento importante na Associação dos Amigos do Parque do Povo. Isabel .., também diretora do circo foi inclusive, vice-presidente da entidade e participa ativamente em defesa da área. Sobre esse assunto, José Wilson deu o seguinte depoimento:

"No início era um terreno que eu ia montar o circo, não sabíamos se ia dar certo e que ficaríamos tanto tempo. Fomos tomando conhecimento do que era esse parque. Somos artistas, não temos espírito de destruição. Cheguei a conclusão que tinha que brigar por ele ... e não vamos abrir mão, não vamos parar de brigar por esse Parque!"

1.2.3 - O Teatro VentoForte

O VentoForte nasce em 1974, com a peça "História de Lenços e Ventos", estreando no Festival de Teatro Infantil de Curitiba.

Dirigido por Ilo Kruglin - argentino, radicado no Brasil desde 1961 - o grupo começa suas atividades no Rio de Janeiro. Marcado desde o início por uma perspectiva em arte-educação, atua no Centro de Arte e Criatividade Infanto-Juvenil, na periferia do Méier e em 1979 se transfere para São Paulo.

Em 1981 é inaugurada a Casa do VentoForte e do Teatro VentoForte, em um imóvel alugado, no Itaim Bibi. E, no ano seguinte tem início o curso de formação de atores.

A marca definidora do trabalho do VentoForte é a opção pelo coletivo e seu significado. O grupo se organiza através

de uma cooperativa e vê o teatro primordialmente como uma forma de conhecimento: "Nosso processo é de produção de teatro e de cultura; o teatro e as dimensões com a cultura, com a formação e a história das pessoas; com um processo de ação teatral tocando também em espaços de educação, de pesquisa, de linguagens, da cultura popular e da formação das identidades". (1)

Existe também a preocupação constante em descobrir novas formas de utilização do espaço, quebrando a moldura cênica e envolvendo o público na representação. Outra preocupação é a abordagem temática: a busca das raízes históricas e de um saber fazer coletivo.

O VentoForte é um teatro de grupo e faz parte do Movimento Brasileiro de Teatro de Grupo. O Teatro de Grupo, diferentemente das companhias de teatro, supõe uma continuidade de trabalho, uma constante pesquisa de linguagem e um trabalho de palco e de rua; enfim, propostas bem diferentes daquelas do teatro comercial.

Tem sido este o caminho trilhado pelo VentoForte em seus vinte anos de história, construindo assim, uma linguagem teatral e um processo de trabalho próprios.

O reconhecimento dessa trajetória, que inclui apresentações em todo país além das Américas e da Europa, pode também ser expressa através das premiações do grupo: são mais de quarenta e cinco prêmios, entre eles dois prêmios "Moliere" e dezoito "Mambembe" (ver curriculum do grupo às páginas 58 a 72 do processo).

O caminho do VentoForte cruza com o do Parque do Povo em 1985 e a partir daí, definitivamente. Em 1984 o Grupo procura um novo espaço que pudesse se adequar melhor às necessidades de pesquisa e produção do teatro. Ocupam então uma área vazia do Parque do Povo na avenida Haroldo Veloso.

Era um terreno baldio ocupado apenas por lixo e por três árvores. Em junho de 84 fazem lá uma festa de São Pedro. Alguns meses mais tarde cercam a área. Em janeiro de 85 constroem os primeiros chalés para uso administrativo, com uma verba cedida pela Petrobrás para criar o espaço do Teatro VentoForte. Tinham a intenção de chegar a um acordo com o Iapas e a Caixa Econômica Federal mas com a morte de Marcos Freire, então diretor da Caixa, este nunca chegou a se efetivar.

As relações entre o Vento, os clubes e o Circo foram sendo construídas pouco a pouco: "a relação no começo foi difícil, nós éramos diferentes, era mais distanciados. O nosso projeto para o Parque é desenvolver um projeto social aqui, desenvolver um trabalho cultural que dê uma puxada

para um espaço profissionalizante.... há muitas coisas que podem ser feitas aqui." (2)

O teatro participa da Associação Amigos do Parque e tem contribuído na luta pela sua preservação.

Do terreno baldio hoje não há mais nenhum vestígio. A área foi totalmente revegetada, inclusive com árvores frutíferas e ocupada pelas construções de madeira e caminhos de terra batida que levam de um espaço a outro: a sala dos olhos (onde são apresentados os espetáculos), a sala dos pés (onde acontecem os bailes) e sala das mãos (oficinas onde são confeccionados os cenários, os objetos de cena e os bonecos). Ilo define assim: *"A importância desse lugar está ... pode parecer subjetivo mas é real: a gente plantou aqui uma floresta e plantou de todas as formas, este espaço está organizado de maneira a nos dar a liberdade que precisamos para criar (3)*

Mas a produção Teatro VentoForte não se encerra no Parque do Povo, ela se irradia em várias direções e percorre a cidade: são os cursos, os bailes e o trabalho nas periferias.

A Casa VentoForte oferece vários cursos e tem, em média, cem alunos. Há a Oficina para Crianças que engloba desenho, pintura, confecção de bonecos e encenação de pequenas peças. Para adolescentes há Curso Integrado de Teatro e Expressão e para adultos os cursos de Danças Populares e de Arte do Movimento. Para atores e profissionais em arte e em educação é oferecido o Curso de Teatro da Imaginação.

Além dos cursos acontece sexta e sábado o "Bailão do Vento". Na sexta, a noite, é música caribenha e aos sábados é o forró, desde Luís Gonzaga até Pixinguinha e Ernesto Nazaré. Os bailes reúnem cerca de mil pessoas por fim de semana, em sua maioria estudantes universitários e profissionais liberais.

E, finalmente, há toda uma linha de trabalho desenvolvida pelo Teatro VentoForte junto às comunidades carentes que vem desde a formação do grupo, como o trabalho anteriormente citado no Méier, R.J., passando pela favela JK na Vila Olímpia em 83/84, o trabalho no Mutirão São Francisco, na Zona Leste, em 91/92, entre outros (ver curriculum). Estes são projetos periódicos com a participação de instituições públicas ou de movimentos populares, onde o VentoForte desenvolve diversas atividades: debates, laboratórios, oficinas, espetáculos, nas linguagens do teatro, da música, da dança, da literatura e artes plásticas trabalhando com crianças, jovens e adultos. A proposta é de criar núcleos de expressão cultural em vários pontos do município sobretudo naquelas áreas mais

carentes.

1.3 - A Dinâmica do Parque do Povo

Para aqueles que trafegam em alta velocidade pelas imediações da área, o Parque do Povo emerge na paisagem urbana, aparentemente, como um local desabitado, mesmo abandonado, destoando da intensa agitação que constitui o seu entorno. Todavia, ao caminhar pelo interior do parque, descobre-se outras modalidades de ocupação urbana, não menos ricas do ponto de vista de sua sociabilidade.

Escolhendo qualquer trajeto por dentro da área, imediatamente identificamos formas diversificadas de uso e ocupação do espaço: os jogos, os churrascos semanais com os amigos ou com a família, as apresentações e eventos no circo ou no teatro, os shows com artistas populares, a feira livre, o jogo de bocha no Canto do Rio, o bate-papo e a cerveja pelos bares de cada clube, enfim, consistem em práticas de encontro e sociabilidade apreendidos por quem circula no interior do parque.

Para compreender efetivamente a dinâmica de funcionamento do Parque do Povo, foi necessário conhecer os meandros das relações ali estabelecidas. Assim, a pesquisa realizada procurou identificar, inicialmente, o perfil do usuário do parque e das organizações sociais envolvidas.

Algumas questões, continuamente levantadas nas polêmicas discussões que envolvem esta área, procuraram ser investigadas: quem são seus frequentadores? De onde vêm? Por que vêm? Os clubes têm organização própria? Como funciona? O cidadão comum tem acesso? De que forma? Futebol, circo e teatro: como se relacionam?

1.3.1 - O Perfil dos Usuários dos Campos

Para conhecer os frequentadores dos campos de futebol, foi realizado um levantamento no período entre dezembro de 1993 e fevereiro de 1994, com mais de 1400 usuários. Os dados coletados referem-se a idade dos indivíduos, bairro de moradia, times a que pertencem, ocupação profissional e há quanto tempo frequentam o parque. Todos os dados estão representados em gráficos, no final deste capítulo.

Primeiramente, com relação à faixa etária, foram distintas seis categorias: menores de 18 anos, 18 a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 40 anos, 40 a 50 anos e acima de 50 anos.

De uma maneira geral, os campos são frequentados equilibradamente por indivíduos de todas as faixas etárias.

A maior parte abrange uma faixa jovem, entre 18 e 25 anos (31,1%), seguido pela faixa entre 31 e 40 anos (24,6%). Cabe ressaltar o índice de quase 10% dos frequentadores acima de 50 anos de idade (em especial no Canto do Rio, onde este índice alcança 32% dos usuários).

Verifica-se porém, uma baixa frequência de indivíduos com idade inferior a 18 anos, representando apenas 4,7% do total. A circulação de crianças tende a aumentar nos períodos letivos onde muitos dos campos são utilizados por escolas para prática de educação física (além das escolinhas de futebol existentes).

Com relação há quanto tempo os usuários frequentam o Parque do Povo, foram distintas quatro categorias: até 5 anos, de 5 a 10 anos, de 11 a 20 anos e há mais de 20 anos.

Mais da metade dos usuários (50,6%), frequentam o parque há até 5 anos. As demais categorias aparecem quantitativamente equilibradas. Há, portanto, grande renovação e rotatividade dos usuários, convivendo com o forte caráter da continuidade, da tradição, com a longa permanência e frequência através dos anos.

A análise dos dados relativos à procedência dos usuários que praticam futebol no parque, indica que a área é um importante receptor deste tipo de demanda de lazer na cidade. Aqui foram distintas 14 categorias, 13 das quais dizem respeito aos bairros da cidade, subdivididos de acordo com base nos foros regionais. A outra categoria compreende os municípios da Grande São Paulo e interior.

A procedência dos usuários é distribuída de forma relativamente equilibrada entre todas as regiões da cidade. A categoria "10", que engloba os bairros do Jardim América e Jardim Paulista representa 18,2% do total de usuários. A categoria "13" (com 14,9%), abrange os bairros de Santo Amaro e Capela do Socorro uma das maiores e mais populosas regiões da cidade. A categoria "3" (com 13%), corresponde a Vila Madalena, Pinheiros e Butantã e a "9" (com 12,3%), com Bela Vista, Consolação e Cerqueira César. Nestes bairros, onde tradicionalmente existiam diversos campos, originaram-se os times mais importantes do futebol varzeano.

As demais categorias aparecem bem distribuídas, comprovando a presença de usuários oriundos de todas as regiões da cidade, apesar das dificuldade de transporte coletivo no seu entorno imediato.

Com relação às atividades profissionais dos usuários, foram distintas 14 categorias. Tais categorias não têm o intuito de explicitar uma divisão sócio-econômica rígida, ou englobar a faixa salarial dos entrevistados. Representam uma tentativa de agrupamento das atividades por afinidade.

Nota-se um predomínio de trabalhadores em atividades ligadas ao comércio (23,7%). A segunda categoria mais numerosa corresponde aos funcionários de restaurantes (garçons, cozinheiros etc.) abarcando 12,8% dos usuários. Os trabalhadores em ocupações não manuais de rotina (bancários, auxiliares de escritório, etc.), representam 10,3% do total. Percebe-se ainda grande preponderância de ocupações manuais especializadas (padeiros, pintores, mecânicos etc.), com 8,2% dos usuários. Os demais grupos de profissões estão bem distribuídos, ainda que em proporções menores, demonstrando sobretudo uma grande diversidade de atividades profissionais dos usuários do Parque do Povo.

1.3.2 - As "Regras" Gerais de Convivência no Futebol

A pesquisa realizada, através das entrevistas com os dirigentes dos clubes, dos dados coletados sobre os usuários e da leitura da bibliografia, permitem afirmar que o futebol praticado pelos clubes do Parque do Povo apresenta todos os ingredientes do mais tradicional futebol varzeano. Trata-se de uma organização historicamente consolidada, regulada por um conjunto de normas próprias, que disciplinam seu funcionamento cotidiano.

Embora cada clube apresente suas especificidades (conforme já destacado no item "3" deste capítulo), são as "regras" comuns que caracterizam o futebol do Parque do Povo.

O uso dos campos é muito intenso, particularmente nos finais de semana. Os horários, nesses dias, são extremamente concorridos. Os clubes, reponsáveis pelos campos, têm garantido seu espaço, geralmente no domingo pela manhã. É comum cada clube possuir dois quadros (1º e 2º) e time de veteranos. Os demais horários são preenchidos por outros clubes, com destaque para as inúmeras agremiações representativas do futebol de várzea de outros bairros da cidade, que já perderam seus campos. Estes clubes contribuem na manutenção do campo e das instalações.

Quem tem horário fixo recebe semanalmente times visitantes. As partidas ainda são combinadas através dos tradicionais "marcadores de jogos", pessoas especializadas em unir os quatro cantos da cidade tendo o futebol como veículo. Os próprios clubes também organizam confrontos. Os horários vagos podem ser requisitados por qualquer pessoa.

Hoje, os clubes que possuem campo dificilmente jogam fora de casa, exceto em situações especiais como viagens e eventos. Mesmo por que são raros os campos sobreviventes na cidade.

Torneios e festivais frequentemente são promovidos pelos clubes, atraindo um enorme e diversificado contingente de jogadores. Esta é sempre uma oportunidade de outros atletas conhecerem o parque e se tornarem usuários regulares.

O bar funciona como importante elemento agregador dos frequentadores dos clubes. Muitas vezes, o jogo torna-se mero pretexto para o reencontro de antigas amizades. O churrasco, a mesa de sinuca e a cerveja, confraternizam adversários, atraem famílias de jogadores e até pessoas sem ligação direta com o esporte.

No Parque do Povo, o termo "clube" não representa o mesmo conceito dos clubes fechados de classes média e alta. Aqui a prática de atividades de lazer é intensa, porém, o acesso é livre. Não dispõe de rígido esquema de vigilância e controle através de carteirinhas e carnês. Quem joga, paga taxa de manutenção. Os dados coletados nesta pesquisa mostram que tal taxa não inibe o uso por pessoas das mais variadas atividades profissionais, oriundas de todos os bairros da cidade. Quem não joga, pode circular livremente pela área.

Os clubes são estruturados estatutariamente por uma diretoria eleita. A organização administrativa das entidades é variável. Entretanto, sempre apresentaram forte capacidade de resistência frente às inúmeras ameaças de destruição do parque.

1.3.3 - A Interação entre as Atividades que Compõe o Parque

A constante necessidade de organização e articulação na luta por interesses comuns, culminou na fundação da Associação dos Amigos do Parque do Povo em 1988. Não apenas o futebol, mas também as demais atividades, como o circo e o teatro, participam da entidade, que representa importante elo de ligação entre elas.

O circo-escola Picadeiro e o Teatro Vento Forte, se comparados com o futebol, estabelecem outros vínculos entre o Parque do Povo e a cidade. Dada a diferenciada abrangência de atuação, ampliam o tipo de público que frequenta a área através das inúmeras atividades que promovem (ver itens 4 e 5).

Por outro lado, funcionam como "irradiadores" do Parque do Povo. Tanto o circo quanto o teatro deslocam-se constantemente pela cidade definindo novas redes de ligações. Da mesma forma, viajam pelo Brasil e outros países, com apresentações, cursos para formação de profissionais etc. O reconhecimento externo deste trabalho

tem contribuído para identificar, no parque, uma área referencial na cidade no campo da cultura e do lazer popular.

Nestes últimos anos, a participação do circo e do teatro têm contribuído decisivamente nas mobilizações pela preservação do parque, particularmente através da Associação. Assim, futebol, circo e teatro estreitaram os laços de relacionamento, que já ultrapassa os vínculos formais da entidade. É comum a circulação dos seus frequentadores nas demais setores do Parque do Povo.

No mesmo espaço do parque outros usos puderam ser verificados. Um grupo de cerca de quinze famílias moram dentro do perímetro em estudo de tombamento. Tratam-se de antigos zeladores de clubes, cujas famílias se ampliaram, mantendo-se na área.

Algumas atividades possuem uso descontínuo, como a pista de bicicross, concedida pela Caixa Econômica Federal para exploração pela empresa Monark. Atualmente encontra-se sub-utilizada. Uma pista de kart para crianças (existente quando da abertura do processo), foi desativada e substituída por uma quadra de futebol.

O espaço da feira livre, que ocorre às quartas e sábados, é utilizado durante a semana como estacionamento e, eventualmente, para shows e atividades recreativas organizadas pela Associação.

Dentro do perímetro do parque percebe-se ainda a presença de um escritório da construtora Camargo Corrêa, que não mantém nenhuma relação com as demais atividades culturais e de lazer verificadas na área.

1.3.4 - O Parque do Povo: uma Mancha de Lazer e Entretenimento na Cidade

A heterogeneidade e complexidade das atividades desenvolvidas impõe ao local uma dinâmica própria e constante de ocupação, uso, fruição, desfrute e conformação de variadas formas de lazer e organização social.

Os clubes de futebol de várzea, o circo, o teatro e as demais atividades ali desenvolvidas possuem formas de organização, dinâmica, temporalidade e espacialidade próprias. Aglutinam particularidades que diferenciam este parque em relação à outras regiões ou parques existentes na cidade de São Paulo. É justamente na existência, ou melhor, na coexistência desta gama de manifestações que reside a importância de preservação da área.

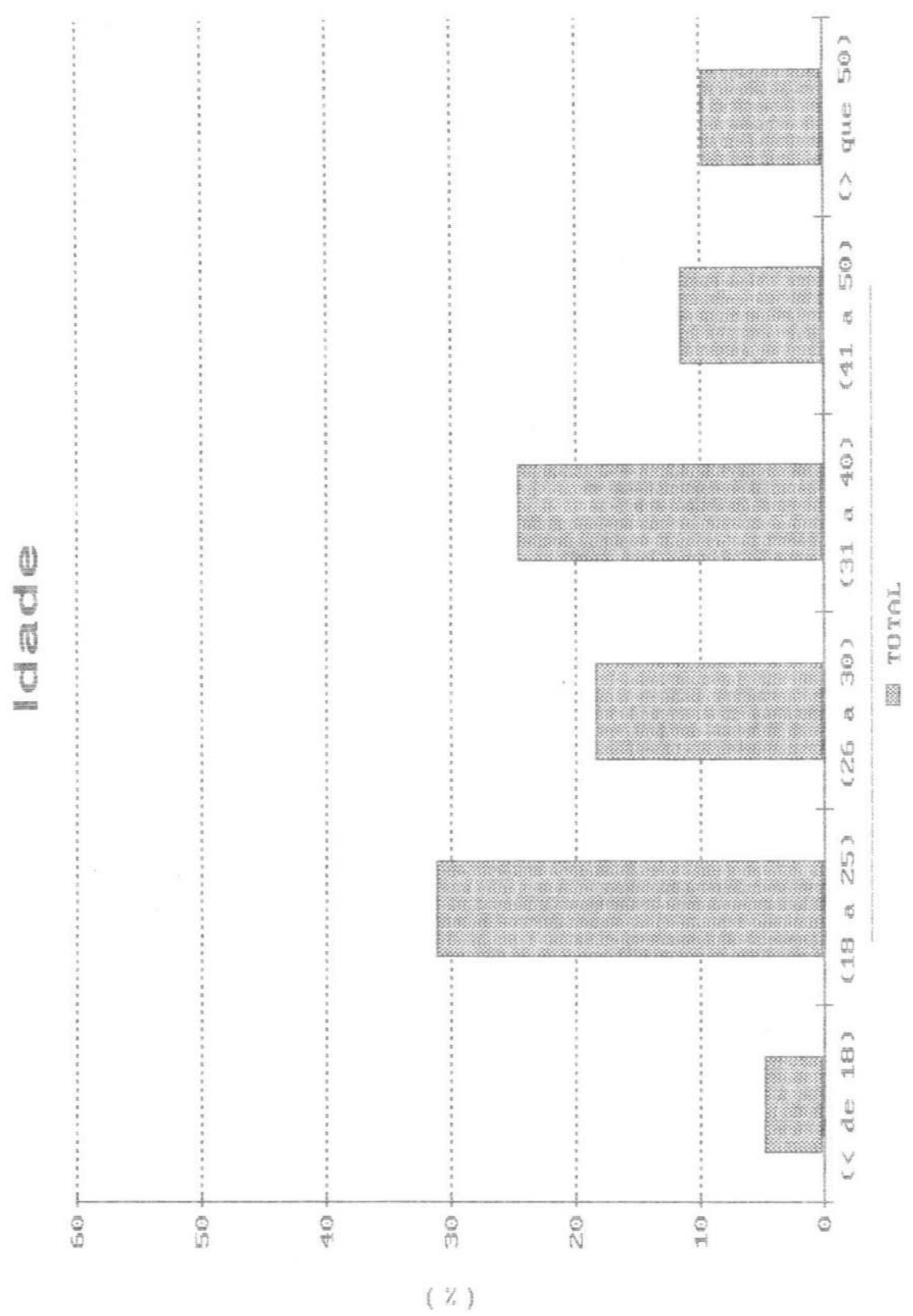
Diariamente convergem para o local centenas de pessoas de variados pontos e **pedaços** (Magnani, 1994), a procura de área livre para prática de lazer e momentos lúdicos.

Todos os equipamentos e atividades ali instalados constituem um complexo que poderia ser definido como uma mancha de lazer e entretenimento importantes para a cidade.

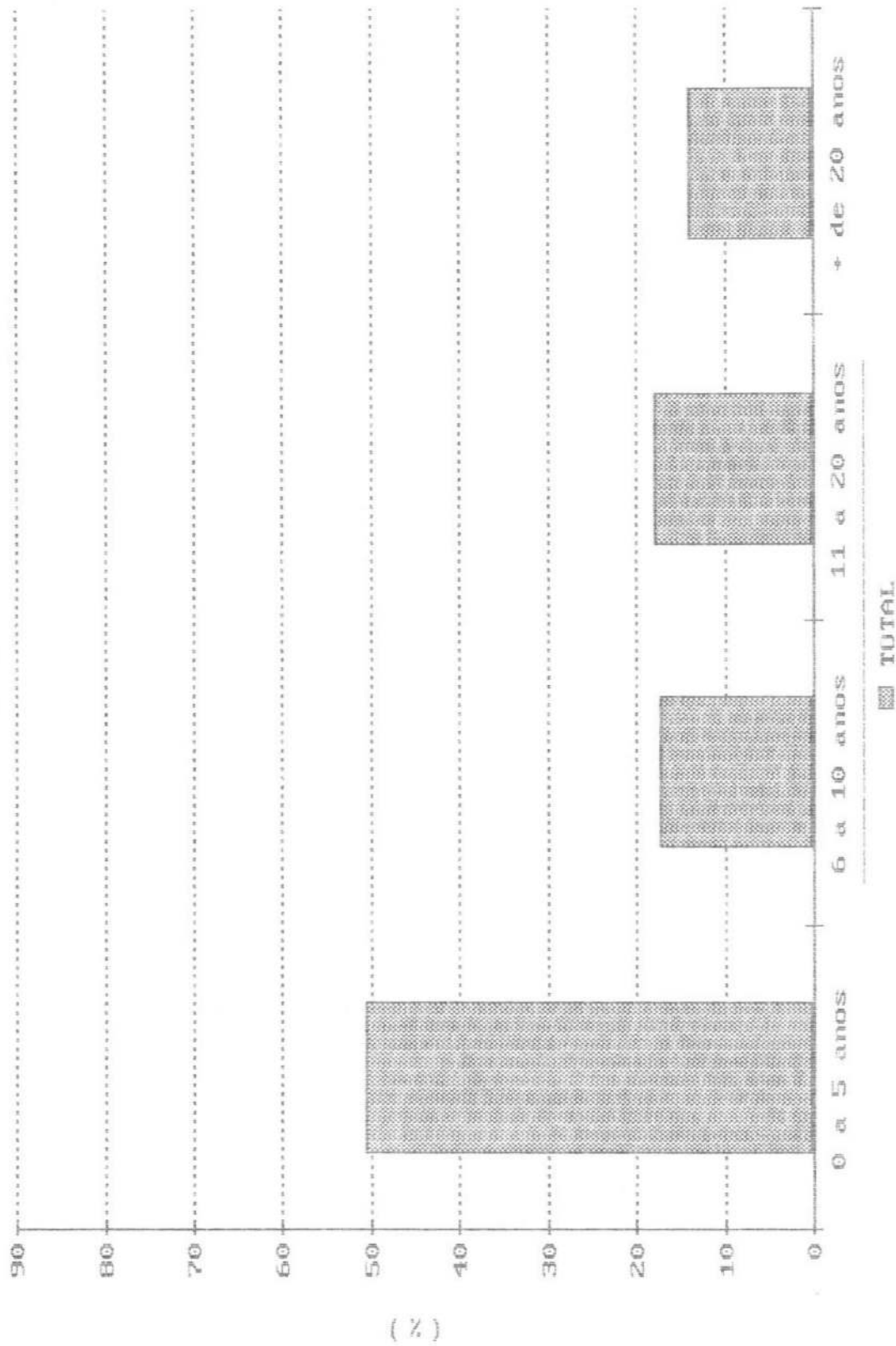
Por **mancha** entende-se uma determinada "área contígua do espaço urbano dotada de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam - cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando - uma atividade ou prática predominante"; (...) sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável, tanto na passagem como no imaginário. As atividades que oferece e as práticas que propicia são o resultado de uma multiplicidade de relações entre seus equipamentos, edificações e vias de acesso - o que garante uma maior continuidade transformando-a, assim, em ponto de referência físico, visível e público para um número mais amplo de usuários". (Magnani, 1992, p. 191 e 196).

Algumas características devem ser salientadas nesta definição de **mancha**: primeiro, a continuidade que supõe uma noção de tempo das atividades exercidas no mesmo espaço; segundo o perfil heterogêneo do conjunto de usuários que pode ser traduzido nas variáveis idade, profissão, ou mesmo na diversidade dos locais de moradia, pois a categoria **mancha** tem como característica básica constituir-se num ponto de convergência e encontro de indivíduos de diversos locais (pedaços) da cidade.

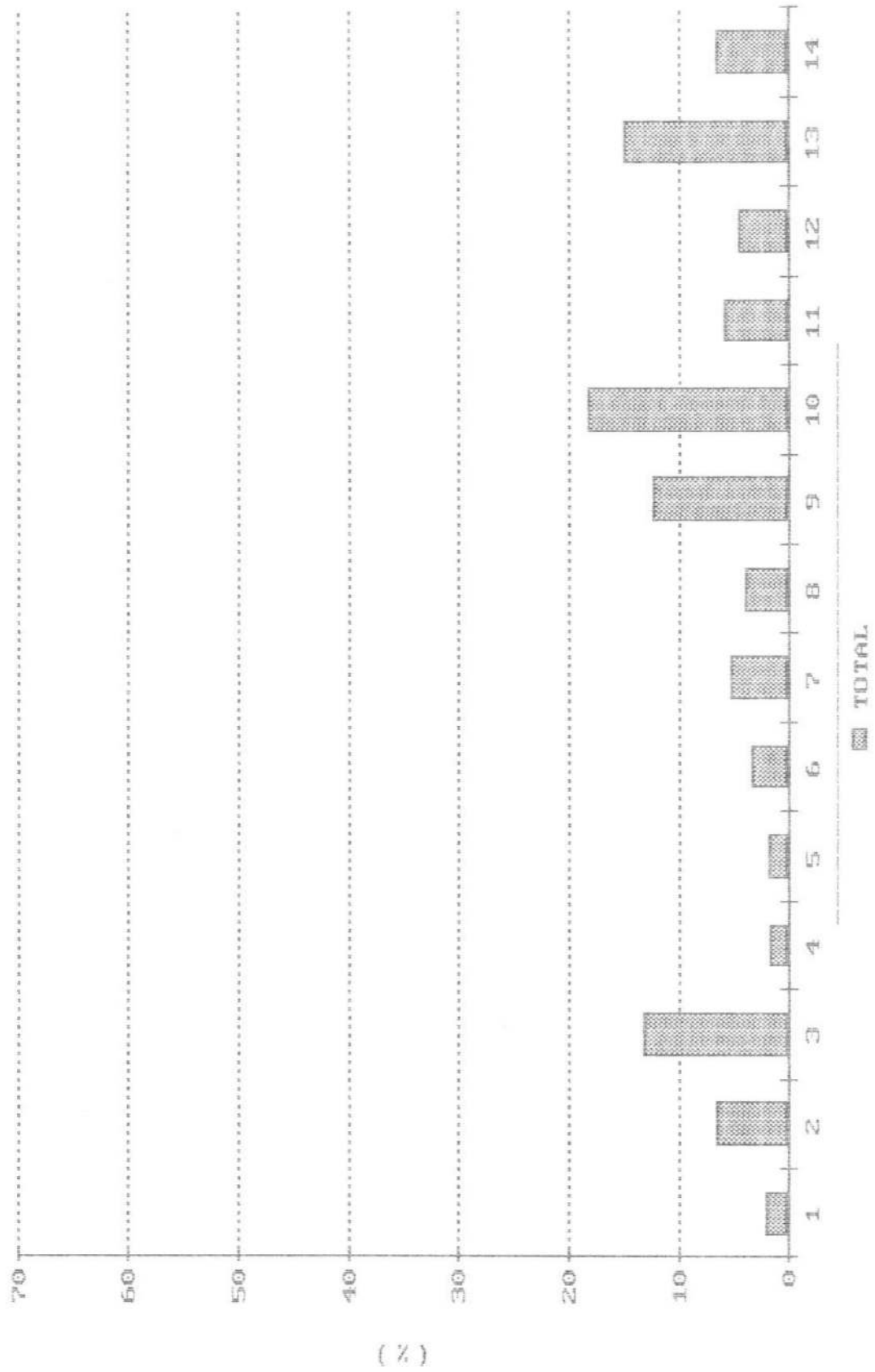
Diferentemente dos limites físicos ou simbólicos impostos pelo **pedaço** a que pertence cada indivíduo (o seu bairro, a sua "firma", a sua rua, a sua "turma"), o Parque do Povo, caracterizado como uma mancha, coloca em contato inúmeros bairros, variadas categorias profissionais, grupos de afinidades etc., estabelecendo redes maiores e estáveis de relações, dialogando com a dinâmica e a complexidade da vida da metrópole.



Há quanto tempo joga no Parque do Povo



Bairros



Regiões (com base nos Foros Regionais)

- (1) - Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria;
- (2) - Perus, Jaraguá, Brasilândia, Pirituba, Nossa Senhora do Ó, Limão, Jaguará, Lapa;
- (3) - Vila Madalena, Pinheiros, Butantã
- (4) - Cangaíba, Penha de França, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista;
- (5) - Itaquera, Guaianazes;
- (6) - Pari, Belenzinho, Tatuapé, Móoca, Alto da Móoca, Vila Formosa, Vila Prudente;
- (7) - Barra Funda, Bom Retiro, Santa Cecília, Perdizes;
- (8) - Santa Efigênia, Brás, Sé, Liberdade, Cambuci;
- (9) - Consolação, Cerqueira César, Bela Vista;
- (10) - Jardim América, Jardim Paulista;
- (11) - Aclimação, Vila Mariana, Indianópolis, Ibirapuera;
- (12) - Ipiranga, Saúde, Jabaquara
- (13) - Santo Amaro, Capela do Socorro
- (14) - Outros (Grande São Paulo)

Profissões



Grupos de Profissões:

- (a) - Empresários, Industriais, Administradores de Empresa, Economistas ...
- (b) - Arquitetos, Engenheiros, Professores, Projetistas, Decoradores, Cientistas, Advogados, Jornalistas, Médicos...
- (c) - Comerciantes, Vendedores, Gerentes, Corretores, Caixas, Balconistas, Ambulantes ...
- (d) - Analistas de Sistemas, Digitadores, Técnicos, Contadores, Despachantes ...
- (e) - Padeiros, Açougueiros, Sapateiros, Tintureiros, Mecânicos, Borracheiros, Marceneiros, Carpinteiros, Pintores, Tapeceiros, Pedreiros, Feirantes...
- (f) - Bancários, Secretárias, Entregadores, Auxiliares, Ajudantes, Estoquistas, Office-boys ...
- (g) - Garçons, Cozinheiros, Serventes, Copeiros, Pizzaiolos, Comins, Churrasqueiros ...
- (h) - Publicitários, Produtores, Músicos, Fotógrafos, Atores, Artistas Plásticos...
- (i) - Zeladores, Porteiros, Seguranças, Jardineiros, Manobristas, Doméstica, Faxineiros, Vigias ...
- (j) - Taxistas, Cobradores, Motoristas ...
- (k) - Funcionários Públicos, Policiais, Militares ...
- (l) - Estudantes
- (m) - Aposentados
- (n) - Outros

Idade (%)

	(< de 18)	(18 a 25)	(26 a 30)	(31 a 40)	(41 a 50)	(> que 50)
Canto do Rio	4	4,5	19,6	20,3	19,6	32
Cirota	4	36,4	25,1	26,5	6,7	1,3
Clube do Mé	12,8	19,4	19,4	26,1	16,7	5,6
Flor	2,9	52,5	17,8	18,2	5,7	2,9
Itororó	6,8	20,5	11,9	30,1	15,3	15,3
Marítimo	4,8	28,7	20,7	22,3	14,4	9,1
Mocidade	1	11,5	20,2	40,4	14,4	12,5
União	2,4	42,6	15,8	24	7,4	8
Total	(4,7 %)	(31,1 %)	(18,3 %)	(24,6 %)	(11,5 %)	(9,8 %)

Há quanto tempo joga no Parque do Povo ? (%)

	0 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	mais de 20
Canto do Rio	9	16,2	16,2	58,4
Cirota	54,6	25,6	17,8	2
Clube do Mé	67,8	19,6	9,3	3,2
Flor do Itaim	31,4	22,9	26,9	18,9
Itororó	42,8	16,5	22,2	18,5
Marítimo	89,7	3,3	3,8	3,3
Mocidade	34,6	23,8	38,6	3
União	51,8	15	21,4	11,7
Total	50,6 %	17,3 %	18,0 %	14,1 %

Bairros (%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Canto	0	1,4	7,5	0	0	2	0,7	3,4	2	64,6	2,8	3,4	10,2	2
Cirota	0	2,7	10,9	2,7	4,1	3,4	1,3	1,3	8,2	21,8	3,4	2,8	29,2	8,2
C. do Mé	1,1	9,1	18,2	1,7	0,6	6,3	7,4	1,7	5,1	12,5	13,6	8	10,2	4,5
Flor	4	7,3	7,3	3	4,4	1,5	7,7	3,7	19,5	6,3	3,3	1,1	19,5	11,4
Itororó	1,2	7,1	7,7	0	1,2	3	1,8	4,7	25,6	11,9	4,2	7,8	14,3	9,5
Marítimo	0	12,4	19,2	4,7	1,6	1	2,6	0,5	6,2	13,5	5,7	8,8	20,2	3,6
Mocidade	0	2	36,6	0	0	1	9,9	1	0	11,9	12,9	3,9	9,9	10,9
União	5,8	5,8	8,9	0,5	0,9	7,6	8,9	11,6	19,7	16	4,5	1,8	4,8	3,1
Total	2,0%	6,5%	13,0%	1,8%	1,8%	3,4%	5,3%	3,9%	12,3%	18,2%	5,8%	4,5%	14,9%	6,7%

Profissões (%)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n
Canto	9.2	4.6	33.5	6	13.1	6	0	0.7	1.3	7.2	0.7	5.3	2.6	9.9

Cap.2) ASPECTOS HISTÓRICOS DO BAIRRO E DO PARQUE

2.1 - O Bairro do Itaim Bibi

- Ocupação e loteamento

A história da origem do Itaim esteve, como outros bairros paulistanos, associada à história da família que impulsionou seu loteamento e urbanização. Neste caso, o então Sítio Ithay vai receber seus primeiros traçados a partir de 1876, após ser adquirido pela família Couto Magalhães. Como registro dessa influência permanecem até os dias atuais nomes de ruas e avenidas que homenageam membros e amigos desta família.

O primeiro a adquirir e ocupar as terras, General Couto de Magalhães, imprimiu seu estilo de vida e caráter pessoal na forma de uso e organização das atividades desenvolvidas na região, seguidas por seus herdeiros e pelos moradores posteriormente.

Membro da Academia de São Paulo, turma de 1855/1859, o General soube compensar o nascimento numa família modesta dedicando-se aos estudos. Exerceu o cargo de Secretário da Província de Minas Gerais. Foi sucessivamente Presidente da Província de Goiás, do Pará, do Mato Grosso e de São Paulo por cinco meses, sendo interrompido seu exercício com a Proclamação da República em 1889, retirando-se definitivamente da política.

Embora afastado da vida pública, permaneceu em São Paulo investindo parte do capital na implantação de ferrovias e indústrias e parte nas compra de terras. Foram-lhe oferecidas na ocasião duas regiões distintas, a Chácara das Jabuticabeiras e o Sítio Ithay. Atraído pela existência do Rio Jerivatyva, hoje Pinheiros, com o propósito de entregar-se a atividades de lazer como pesca, mergulho e natação, e pelo fato pitoresco da área ter sido ocupado no passado pelos índios guaianás, optou pela segunda alternativa.

Faleceu após dois anos ficando a propriedade sob a responsabilidade de seu filho, posteriormente seu irmão e mais tarde, seu sobrinho Leopoldo Couto de Magalhães, conhecido em família pelo apelido "Bibi". Nesse momento o sítio já estava dividido em pequenas quadras que haviam sido vendidas a baixo custo. Os novos proprietários, chacareiros de origem portuguesa e italiana basicamente, faziam do rio e da várzea seu meio de vida. Trabalhavam com extração e comércio de areia, em olarias e abasteciam os bairros vizinhos com produtos de horticultura.

Motivado pelo crescimento dos Jardins América e Paulista, Leopoldo Bibi, por volta de 1914, realiza novos traçados do futuro bairro, que passou a ser chamado Itaim Bibi para distingui-lo do já existente Itaim Paulista. Abriu ruas e avenidas porém por tratar-se de uma região sujeita a inundações, o preço dos lotes permaneceu baixo. Dessa maneira, a faixa da população a adquirir esses terrenos não sofreu alterações e a implantação de residências e estabelecimentos comerciais seguiram um padrão simples de construção.

Ainda em 1951, ocasião da impressão do primeiro semanário do bairro, Folha do Itaim, podia-se ler reivindicações de melhoria na infra-estrutura como calçamento de ruas e a ampliação das redes de água, esgoto e energia elétrica, revelando não estar completamente urbanizado.

- Retificação do Rio Pinheiros

As transformações ocorridas no Itaim responsáveis pela configuração atual do bairro, são fruto de um longo processo de intervenção nos rios e várzeas no intuito de aumentar a geração de energia hidroelétrica para o suprimento das indústrias e promover a ocupação de terrenos até então insólitos para grandes construções.

No ano de 1928 o poder público através do Decreto-Lei n 2.249 concedeu o direito da execução das obras de canalização, retificação, drenagem e saneamento dos Rios Pinheiros, Grande e Guarapiranga à The São Paulo Trainway, Light and Power Company LTD. Em troca, os terrenos beneficiados, situados nas zonas inundáveis seriam declarados de utilização pública e a desapropriação destes, necessária a continuidade das obras, deveria passar pela aprovação do poder executivo.

A Light sabendo que com a realização das obras estaria produzindo novos espaços na cidade procurou apropriar-se das terras das várzeas através da compra e venda normal ou de acordos diretamente com os proprietários, evitando ceder ao Estado terrenos desapropriados contrariamente o previsto por lei.

No bairro da Vila Leopoldina a Light lidou com grandes proprietários basicamente. Nos bairros do Itaim, Vila Olímpia, Vila Funchal e Santo Amaro onde predominavam pequenas propriedades realizou desapropriações em bloco. Este procedimento despertou reações por parte dos proprietários que recorreram à Justiça e lutaram pela posse dos terrenos. Com exceção dos proprietários do Itaim, os demais nada conseguiram, pois as ações eram movidas individualmente.

No caso específico do Itaim, havia uma vinculação afetiva entre os moradores construída em várias gerações já que muitos deles descendiam dos antigos chacareiros. Quando a Light iniciou as desapropriações naquele bairro, por volta de 1940, os proprietários se mobilizaram criando uma organização contra a empresa. Esta pressão teve como resultado processos que a Cia. denominou "desapropriação amigável" permitindo que os proprietários pagassem pelo benefício por ela produzido em seus terrenos ao invés de vendê-los.

No entanto, esta solução não impediu a conquista de terras pela empresa, pois muitos dos moradores tinham-na como único bem e, por essa razão, cederam pequenas porções como forma de pagamento. O volume de terrenos acumulados ao longo dos anos, considerando todos os bairros atingidos, fez da Cia. proprietária de praticamente toda várzea no final dos anos 50.

Na década seguinte porém, em função da necessidade de ampliação do sistema viário, o Estado passou a exercer pressão para desapropriação das terras beneficiadas da Light objetivando a construção de trevos, viadutos e as vias marginais. Como saída a empresa propôs permutas ou, quando pôde, vendeu os lotes a grandes e pequenas construtoras que impuseram a lógica da especulação imobiliária aos empreendimentos que iria realizar posteriormente.

Somente na década seguinte esta situação seria alterada. SEABRA (1987) expõe como se processou a perda da hegemonia da Cia:

"Mas nos anos 60 há uma enorme pressão pelo poder público para incorporar essas terras ao sistema viário em gestação. A História começaria a se inverter. Terras da Cia nas várzeas foram sendo desapropriadas para construção de trevos, passagens, alças, viadutos, conexões de todo tipo e para as vias marginais expressas. A estratégia da Cia foi de propor permutas de terra ao poder público e de vender rapidamente suas propriedades à grandes e pequenas construtoras... A investida do poder público sobre as propriedades e a resposta automática da Cia levou a notória ascensão econômica e política de empresas construtoras as quais impuseram sua lógica ao processo."

Neste contexto surgiram o Centro Empresarial, as Indústrias do Grupo Mofarrej e o processo de verticalização do Itaim que privilegiou a construção de edifícios nobres para o atendimento do público de alto poder aquisitivo, transformando definitivamente as características habitacionais e a população do bairro.

- Lazer no Itaim

Desde o tempo do General, a chácara do Itaim reunia funções distintas no mesmo complexo, representando simultaneamente, local de residência, de trabalho e de lazer.

Os festejos religiosos e as brincadeiras a beira do Rio Pinheiros, estimulavam o convívio entre os Couto de Magalhães e chacareiros da região. Esse ideal de confraternização dos moradores foi passado como tradição para as gerações seguintes.

Até aproximadamente 1950, a vida no antigo Itaim e a construção das relações sociais giravam em torno da existência do rio. Para a população ribeirinha, o universo por ele envolvido excedia o limite da sobrevivência para constituir-se numa dimensão da cultura. O ritmo das correntes marcava o cotidiano dos habitantes. Em períodos chuvosos, por exemplo, enquanto a fúria das inundações transpunha obstáculos, a solidariedade dos alagados unia vizinhos na busca de soluções emergenciais.

Com a introdução do futebol em São Paulo não tardou a formação dos primeiros times varzeanos do Itaim. Para instalação dos campos e sede dos clubes foram utilizados diversos terrenos ao longo da várzea pinheirense e terrenos ainda desocupados existentes no bairro.

Nos momentos de folga a comunidade do Itaim fazia dos clubes seu ponto de encontro e divertiam-se com campeonatos, piqueniques e bailes por eles promovidos. Por volta dos anos 40, os moradores do bairro podiam contar também com espetáculos de variedades encenados pelo ator e comediante Amácio Mazzaropi, vizinho e proprietário do circo "Pavilhão Mazzaropi", situado na rua Joaquim Floriano.

A relação estabelecida entre os antigos moradores e aquele espaço da cidade solidificou-se com o tempo superando adversidades e transformações. A valorização do bairro e o alto preço dos aluguéis, embora tenha motivado a transferência desses grupos para outros bairros, foi incapaz de romper os laços de amizade tão antigos e a continuidade dessa relação acontece atualmente no Parque do Povo. O depoimento do Sr. César, um dos componentes do Grêmio Esportivo Canto do Rio, expõe esse sentimento com clareza:

"...Amigos de 20/30 anos que não se vê, se encontram aqui. É uma área bem tratada e festiva... Festa tradicional do Canto do Rio é o Dia das Mães..."

Infelizmente não nos é possível precisar a data da fundação do primeiro time do Itaim, Centenário Futebol

Clube, uma vez que o processo de urbanização impôs a este e outros times pioneiros como o A.A. Vasco da Gama, o Barqueiros e o Couto de Magalhães inúmeras mudanças resultando na extinção e perda da documentação a eles referentes, restando apenas a possibilidade de levantarmos hipóteses quanto à origem dos fundadores através do nome que lhes foi dado. Os dois primeiros provavelmente pelos portugueses da região e o último por membros ou amigos da família de Bibi.

2.2) Aspectos Históricos do Bairro e do Parque

- Ocupação pelo futebol

A área do Parque vem sendo utilizada para a prática do futebol varzeano há mais de sessenta anos e, se por um lado o avanço da cidade ocasionou a extinção de muitos times do Itaim, por outro times igualmente antigos não tiveram o mesmo destino, como no caso daqueles que se encontram no Parque do Povo. Hoje este Parque representa um pedaço do antigo Itaim, da memória do futebol e da cidade de São Paulo.

O histórico da ocupação do terreno pelo futebol é marcado pela rotatividade dos clubes e dos locais dos campos ou "praças". Muitos dos grêmios esportivos do Parque não tiveram sua primeira sede naquela área, no entanto, o processo de urbanização da cidade e do bairro impulsionou a transferência e reunião dos que sobreviveram naquele espaço comum.

Embora anterior, a prática do futebol no Parque foi oficializada no ano de 1954, através de uma autorização emitida pelo IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes), detentor de 30% da propriedade do imóvel, ao Marechal Floriano F.C.. Os demais proprietários, construtoras Paranapanema, Urbatec e Nossa Senhora do Bom Parto, que detinham os 70% restantes, não se opuseram ao acordo, uma vez que o documento estabelecia que em troca do direito de uso os clubes teriam que "colaborar contra quaisquer possíveis perturbações de posse, invasões no terreno, furtos de areia ou pedregulho", portanto também seriam beneficiados com ele.

A partir desta autorização outros clubes instalaram-se no Parque e assumiram, como o Marechal Floriano F.C., todo gasto com a manutenção e preservação dos limites da área. Por diversas vezes os clubes enfrentaram problemas dessa espécie, pois foram inúmeras as tentativas de favelamento na região, conforme depoimento do Sr. Antônio dos Anjos da Costa (Bacalhau) do G.E. União da Vila Olímpia:

..." Aqui era um tal de aparecer barraco da noite pro dia que você não acredita..."

Defender a área das invasões sempre era foi compromisso com o acordo firmado com o IAPC (hoje IAFAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social). Diante das ameaças de invasão, as diferenças esportivas eram esquecidas e o esforço de todos convergia para o mesmo objetivo: impedir a construção de barracos.

Os conflitos de posse do terreno por terceiros sempre foram superados coletivamente. No entanto, por volta de 1972/74, os proprietários do imóvel fizeram um acordo entre si cujas consequências prejudicaram o funcionamento do Parque.

Neste acordo o IAPAS cedeu seus 30% do lote às construtoras que se comprometeram a entregar vários hospitais nesta e em outras capitais, novos ou reformados, dentro de um prazo determinado. Nesse período as construtoras passaram a investir contra a permanência dos clubes no Parque, uma vez que detinham a propriedade integral do terreno.

Para expulsar os clubes do local foram utilizadas estratégias diferenciadas, desde o pagamento de uma soma em dinheiro até ações violentas, conforme a resistência de cada um. No segundo caso, as empresas contrataram um grupo de seguranças para depredar as sedes e inutilizar a maioria dos campos com a colocação de lixo, entulho, enormes blocos de concreto ou com a escavação de grandes valas. Conseguiram apresentando-se como membros da "polícia do exército", aproveitando o regime ditatorial militar vigente. Sobreviveram no Parque apenas o Marítimo F.C., o Marechal Floriano e o G.E. Itororó, e em condições bastante precárias.

A partir de 1975 a situação foi normalizada e os clubes puderam retornar. As construtoras foram obrigadas a devolver os 30% ao Instituto, uma vez anulada judicialmente a permuta por não cumprirem sua parte no acordo.

Por outro lado, em função de uma dívida contraída pelas construtoras, os 70% restantes do terreno encontravam-se hipotecados em favor da Caixa Econômica federal. Como as empresas não puderam saldar tal dívida, entregaram o imóvel como forma de pagamento da hipoteca, e ainda hoje são proprietários do terreno do Parque o IAPAS e a CEF na proporção de 30% e 70% respectivamente.

A partir desse momento, ocorre novo processo de ocupação do Parque. Alguns clubes retornaram, outros não mais se reorganizaram e outros clubes que perderam seus campos na cidade instalaram-se na área (vide cap.I, item 3). E mais uma vez o esforço coletivo possibilitou o alcance do

objetivo comum: a reconstrução do Parque e a preservação do futebol varzeano.

Os dirigentes dos clubes G.E. União da Vila Olímpia e Flor do Itaim Bibi nos contam as soluções para a reconstrução dos campos e sedes:

... "Muito caminhão de terra na base da vaquinha..."
(Bacalhau)

... "Foi dois dias de carregadeira aqui. Depois nós conseguimos com a Prefeitura aqui de Pinheiros maquinário pra acertar, liberar. Aqui foi muita luta, meu. Ô se foi luta... faz dentadura pra um, faz dentadura pro outro..."
(Chico, auxiliar de protético e diretor de clube).

Em 1987, a Telesp -Telecomunicações de São Paulo S/A- desmembrou parte do terreno do Parque (cerca de 20 mil m²) com a construção de um muro baseada na autorização de utilização daquela área para instalação de um Centro Operacional emitida pelo Governo Federal. Paralelamente a Telesp movia uma ação de desapropriação contra a CEF e o IAPAS. Isto provocou o fim do Marechal Floriano e a diminuição do campo do Canto do Rio pela metade.

Esse fato motivou o pedido de abertura de tombamento do Parque encaminhado a este órgão em 23 de dezembro de 1987 por iniciativa do Deputado Federal Fábio Feldmann.

Entretanto, uma nova ameaça pôs em risco a existência do Parque. Em 1988 a CEF e o IAPAS decidiram leiloar o imóvel. A mobilização em favor de sua preservação foi ampliada.

A sustação imediata de qualquer transação envolvendo a área, assim como a sustação do procedimento expropriatório promovido pela Telesp concretizou-se em 12/12/88 através da decisão da ilustre Juíza federal Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini, da 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, que concedeu a liminar requerida pela Procuradora da República Cleide Previtalli Cais, possibilitando o prosseguimento do presente estudo, necessário à decisão final do processo de tombamento.

CAP.3 - O FUTEBOL DE VARZEA

O termo futebol de várzea foi generalizado para toda prática deste esporte com caráter não profissional. Entretanto, sua origem está vinculada ao futebol efetivamente jogado nos campos localizados nas várzeas dos principais rios de São Paulo.

Neste capítulo, procura-se compreender, inclusive do ponto de vista geomorfológico, o que vem a ser a várzea enquanto área de inundação periódica dos leitos dos rios. A seguir, aborda aspectos gerais da própria história do futebol e, finalmente, a situação dos campos de futebol através da evolução da expansão urbana em São Paulo e a representatividade do Parque do Povo neste contexto.

3.1 - Várzea: Da Gênese ao Desaparecimento

A sedimentação da Bacia de São Paulo ocorreu no Plioceno (há mais de 12 milhões de anos) com a deposição de materiais como argila, silte e areia sobre a superfície do cristalino. Após a consolidação dessa camada sedimentar (que chega a atingir a espessura de 200 metros), decorreu-se um longo período onde presenciou-se o entalhamento dessa bacia através da erosão fluvial, principalmente pelos rios Tietê e Pinheiros e seus principais afluentes, originando então as calhas desses rios. A contínua erosão e a sinuosidade dos rios, constituindo meandros, alargaram suas margens e depositaram ali cascalhos, areia e outros materiais formando os chamados terraços fluviais.

Após a formação dos terraços fluviais a bacia continuou a ser erodida retalhando os vales mais à margem direita do rio Tietê e a margem esquerda do rio Pinheiros, formando assim um novo rebaixamento de 10 a 20 metros abaixo dos anteriores. Houve mais tarde, a retomada da erosão lateral e a formação das planícies atuais. A plataforma interfluvial principal (espigão Central ou espigão da Paulista) sofreu uma redução chegando a atual formação de relevo e estrutural.

Vale lembrar que a alta pluviosidade da região (entre 1200 e 1800 mm.) contribuiu, e ainda contribui muito para o contínuo entalhamento da Bacia de São Paulo, esculpindo um mosaico de colinas, que é característico dessa região, e acentuando o poder de erosão e transporte de materiais dos rios.

A parte mais baixa entre o espigão Central e as calhas dos rios foi a última formação do processo de erosão da

Bacia Sedimentar de São Paulo. Esta parte que fica logo após os terraços fluviais são as chamadas várzeas. As áreas de várzea são planícies de inundação sujeitas a enchentes periódicas, sendo zonas de banhados marginais, largos e contíguos. As várzeas dos rios Pinheiros e Tietê são formadas por aluviões (cascalho, areia e argila) recentes do Quaternário-Pleistoceno, cuja gênese está associada à origem desses rios. Suas planícies originalmente de curso meândrico, possuíam uma zona larga de inundação no nível de 718 a 722 metros, que lhe constituía o próprio leito e na qual, o serpentear das águas de ano para ano fazia e refazia os banhados marginais, deixando aqui e acolá meandros abandonados.

A extensão da várzea oscilava entre 1800 a 2000 metros de largura no caso do Tietê. A sinuosidade do leito original do rio Pinheiros chegava a 43 km. e as várzeas somavam dentro da cidade de São Paulo uma área de 56.120.500 metros quadrados. Como dito anteriormente, a várzea localizava-se entre as cotas 718 e 722 metros, mas seus meandros podiam chegar excepcionalmente nos períodos de cheia até a 724 metros, quando a superfície destes rios alcançavam praticamente o dobro em extensão.

Nos aluviões da várzea há um predomínio de sedimentos arenosos em detrimento das argilas que ocorrem esparsamente em forma de lente. Sua constituição levou muitas pessoas a extrair areia como fonte de renda. Também ao longo dos rios foram construídas inúmeras olarias que se utilizavam da argila da margem para fazer tijolos.

Ao longo do rio Pinheiros constatava-se que sua planície era mais estreita que a do rio Tietê, mas que ganhava amplitude nas confluências com os rios Grande, Jurubatuba e Guarapiranga. Assim as águas do Pinheiros escoavam num nível superior às do próprio Tietê, no ponto de confluência. O Pinheiros tinha uma declividade muito fraca para sua superfície que era relativamente extensa.

Na década de 20 as várzeas constituíam um espaço interno da cidade pois eram muito procuradas como áreas de lazer. Os espaços planos propiciavam locais ideais para praticar esportes, principalmente o futebol. Além disto, o fato da várzea ser submersa em determinados meses do ano repelia a urbanização oferecendo nas épocas de estiagem, extensas áreas livres e verdes ao longo dos rios. Suas margens também foram o sustento das pessoas que trabalhavam na extração de seus sedimentos ou que plantavam hortaliças nos seus terrenos alagadiços.

E é nessa década que a cidade começa avançar sobre a várzea. Implementaram-se alguns loteamentos estendendo-se sobre a várzea do rio Pinheiros, como por exemplo no bairro do Brooklin. Através das ferrovias que se instalavam nas

planícies da cidade, houve a valorização das terras induzindo o estabelecimento de indústrias, armazéns e depósitos ao longo da linha férrea ou próximo de suas estações, levando também a formação de bairros operários. A várzea começou então a representar um limite à expansão da cidade. É quando decide-se retificar os rios Pinheiros e Tietê, para que estes assim como a várzea, assumissem uma forma funcional adequada à estrutura urbana de São Paulo daquela época.

O trabalho de retificação se estendeu pela décadas de 30, 40 e 50. Nos anos 60 os canais tiveram suas secções transversais produzidas integralmente. A várzea também precisava ser suprimida, e para que isso ocorresse de fato começou-se um trabalho de drenagem.

Com a retificação e as várzeas já enxutas liberou-se extensas áreas livres ao longo dos rios aonde foram implantadas vias de tráfego com até 40 metros de largura em cada margem. Edificações foram construídas transformando integralmente um espaço que um dia fora um banhado alagadiço. O fluxo das águas dos rios que antes circundavam a cidade preguiçosamente, tiveram sua velocidade aumentada e diminuíram sua capacidade de volume (o que não acabou com as enchentes nas margens mais baixas). No caso do rio Pinheiros, este ainda teve a sua direção revertida através de estações de níveis para suprir a represa Billings (viabilizando a produção de energia elétrica).

Da várzea do início do século, pouco ou nada restou. As terras além-Pinheiros e além-Tietê se transformaram em segmentos integrados da estrutura metropolitana após a retificação dos rios. Temos hoje alguns poucos campos de futebol que servem de testemunho que a várzea existiu, e que provam que as margens dos rios serviram como local de vivência da cidade.

3.2. Aspectos históricos do futebol de várzea

Para estudo do contexto histórico em que o futebol foi introduzido em São Paulo, convém caracterizar a organização do lazer dos paulistanos no período que antecede este evento, aproximadamente meados do século XIX, no intuito de identificar no desenrolar dos acontecimentos, transformações ou permanências com relação a alguns aspectos.

O lazer, visto como parte integrante da ação social e fruto da produção cultural situada num contexto histórico, reproduz nas suas atividades lúdicas as relações sociais entre os grupos que compõem uma determinada sociedade.

Partindo desse princípio, duas perspectivas de análise da organização do lazer no século XIX -a região de ocorrência e a classe social atingida- tomadas simultaneamente permitem visualizar as relações sociais dos paulistanos até pouco antes da introdução do futebol.

Na região central os estabelecimentos de diversão e clubes recreativos impediam o acesso de pessoas negras ou de baixa renda restringindo os jogos de bilhar, boliche e a disputa de florete aos membros da elite paulistana. Para as camadas populares os circos, o jogo de peteca nas praças, as Congadas e Moçambiques promovidas pela Irmandade dos Homens Pretos constituíam o espaço de sociabilidade na cidade.

Nos arredores de São Paulo os proprietários das chácaras organizavam festas religiosas como as Juninas e a Folias do Divino Espírito Santo nas quais a divisão sócio-econômica se diluía não sendo raro a participação dos chacareiros da região.

Também nos arredores, nas regiões varzeanas, se desenvolviam atividades de recreação e ocupação do tempo livre mais acessíveis e democráticas. Banhos de rio, natação, pesca e passeios de barco eram concorridos e praticados por toda população sem distinção de classe ou origem racial. Este uso indica que a caracterização das várzeas como espaços apropriados ao lazer popular tem suas raízes no tempo.

A introdução do futebol em São Paulo vem no bojo de uma série de transformações desencadeadas pela economia cafeeira do século XIX, responsável pela inserção do Brasil na modernidade. A produção do café e sua aceitação no mercado internacional criou as condições necessárias ao processo de industrialização e seus desdobramentos na forma de ferrovias, rede elétrica e serviços públicos promovendo a urbanização do "Burgo de Estudantes" e suas chácaras.

Entre meados do século XX e início deste, os imigrantes europeus vindos ao Brasil além de ideais liberais, anarquistas e socialistas trouxeram novas práticas esportivas associadas ao conceito de saúde, higiene e modernidade.

O futebol introduzido pelos ingleses por volta de 1894 foi, sem dúvida, o esporte que mais entusiasmou e difundiu-se entre nós atingindo tamanha repercussão que hoje representa um dos aspectos mais tradicionais da cultura brasileira.

Adotado nas sociedades recreativas e clubes aristocráticos o futebol foi concebido inicialmente como um jogo de elite. No entanto, escapando do controle deste grupo, cuja preocupação era estabelecer padrões de

comportamento, vestimentas e divertimento bem definidos que o diferenciava do restante da população, esse jogo foi apropriado pelas camadas populares visto ser, a grosso modo, um esporte barato necessitando apenas uma bola e um terreno vazio para a sua prática.

Em pouco tempo operários ingleses de companhia ferroviárias organizaram seus primeiros torneios e recebiam remuneração extra e promoções como forma de premiação. Este procedimento constitui a gênese do que se tornaria mais tarde o futebol profissional.

Simultaneamente, o novo esporte passou a ser praticado nas regiões varzeanas já ocupadas por atividades de entretenimento. Assim sendo, o resultado das restrições impostas aos "desclassificados" por parte dos clubes de elite, antes de representar impossibilidade, significou o estímulo ao desenvolvimento do futebol de várzea que reunia negros e brancos pertencentes a categorias profissionais igualmente discriminadas estabelecendo uma relação solidária entre esses jogadores.

Em função do elevado número de "jogadores de cor" nesses times, por algum tempo esse futebol ficou conhecido como "colored". A esse propósito, um aspecto peculiar da cultura negra acrescentou-lhe um tempero especial. A capoeira, antiga prática comum entre os negros, que tem como movimentação básica a ginga (dança corporal incessante e requebrada usada ora para avançar ora para esquivar do adversário) foi ainda que inconscientemente, transposta para o jogo de bola, imprimindo-lhe um caráter malicioso e criativo.

Com o desenvolvimento do futebol profissional e a possibilidade de ser descoberto pelo "olheiro", as partidas de várzea eram disputadas "com suor de camisa" por prazer e pelo sonho de ascensão social. Muitos craques famosos do futebol brasileiro puderam ingressar nos grandes times pela habilidade pessoal no domínio da bola e, nessas circunstâncias, etnia e nível sócio-econômico foram fatores desconsiderados.

A consagração máxima dos "colored" ocorreu na disputa do campeonato Sul Americano no ano de 1932. Entre os escalados da seleção brasileira estava Leônidas da Silva, o Diamante Negro. Na partida final contra a seleção uruguaia, o Brasil saiu vitorioso conquistando a Taça Rio Branco e a glória da criatividade do nosso futebol expressa no "gol de bicicleta" criado por ele no momento decisivo daquele jogo.

A discussão acerca da inferioridade biológica do negro permeou diversos momentos do futebol brasileiro. Porém, essa questão foi sendo superada gradativamente, ao menos no esporte, e hoje desperta comentários como o do Sr.

Francisco, Presidente do A.A. Flor do Itaim: "Time que não tem crioulo, não é time".

Outros problemas incidiram sobre o futebol varzeano, no entanto por envolverem interesses de grupos economicamente mais fortes, as soluções encontradas desfavoreceram os varzeanos na maioria das vezes. No período que compreende as décadas de 30 a 50, o avanço da urbanização em São Paulo e o crescimento industrial criaram a necessidade da intervenção urbana nas áreas próximas e alagadiços das várzeas objetivando integrá-las ao espaço da cidade. Este processo valorizou essas regiões levando à extinção da maioria dos campos nelas instalados.

Como testemunha de que as áreas varzeanas foram intensamente utilizadas para atividades recreativas, sobretudo o futebol, ainda hoje utilizamos a expressão "futebol de várzea" para definir todo futebol extra-oficial jogado predominantemente na periferia da cidade em locais que muitas vezes nada tem de varzeano quanto à característica do solo.

A valorização das várzeas provocou o deslocamento da população de baixa renda e da prática deste futebol informal para bairros periféricos.

3.3 - A geografia do futebol de várzea em São Paulo

Para compreender a organização espacial do futebol de várzea em São Paulo foi necessário, inicialmente, resgatar como os campos ocuparam as áreas de inundação dos principais rios da cidade. Parece-nos oportuno, portanto, pensar a lógica de "circulação" dos campos no espaço urbano.

A estruturação do futebol como esporte popular e a consolidação das áreas de várzea na cidade para este fim corresponderam a um processo lento, que data do início deste século. Representa uma forma particular de organização social urbana, através das práticas de lazer.

Entretanto, as transformações ocorridas nos terrenos da várzea, particularmente as resultantes da fase de modernização que o país viveu a partir do Plano de Metas na década de 50 com a expansão de inúmeras atividades ditas modernas nas marginais, normalmente situadas próximo às auto-estradas nas regiões metropolitanas, redefiniu e destino dos campos de futebol de várzea.

A rápida valorização das terras e os processos de especulação imobiliária, condenaram as práticas de lazer que exigiam uma área significativa para se desenvolver. É o caso do futebol varzeano.

A vida dos clubes de várzea perde gradativamente as relações com os bairros, com a vizinhança. A necessidade de mudança dos campos, cada vez mais frequente, muitas vezes inviabilizada por falta de alternativas, caracteriza a "circulação" dos clubes pela cidade.

Os primeiros torneios de futebol em São Paulo, no início deste século, eram realizados no antigo velódromo, onde hoje está a Igreja da Consolação. Germânia, S.C. Internacional, Mackenzie e Paulistânia foram clubes pioneiros nestes campeonatos. Nesta época, os campos ainda eram escassos.

O depoimento de Amadeu (Bosi,), que jogou na várzea nos anos trinta, indica 50 campos na Vila Maria, outros 50 no Glicério, no Canindé, na Penha, Ipiranga, Vila Prudente. Entre 20 e 25 na Lapa, na Barra Funda e na Vila Prudente.

No entorno do campo do Nacional, clube que disputa a 2ª divisão de profissionais, cerca de 20 campos lotavam aos finais de semana. Sua origem está ligada aos funcionários da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Hoje, dois campos no entorno do estádio mantêm um uso com perfil varzeano.

Terrenos onde seriam construídos os estádios do Pacaembú, Parque Antártica e do Corinthians também abrigaram muitos campos.

Nos anos de maior destaque do futebol varzeano, a partir da década de 30, os bairros da cidade se relacionavam através do futebol. Os campeões de cada bairro se enfrentavam e as decisões dos campeonatos eram geralmente no Pacaembú. A vizinhança organizava a torcida, que se deslocava, muitas vezes de caminhão, ao local das partidas. Os clubes efetivamente representavam seu bairro diante do restante da cidade.

A rivalidade esportiva articulava os bairros. No próprio Itaim-Bibi, Marechal Floriano e São Cristóvão realizavam partidas para um público de 5 mil pessoas, aguardadas com ansiedade durante toda a semana. Muitas destas disputas decidiram quem iria prosseguir no campeonato, para enfrentar outros clubes de bairros.

O levantamento realizado nesta pesquisa identificou algumas regiões da cidade como centralizadoras das práticas do futebol varzeano, referências históricas na cidade. Baseado em registro aerofotogramétrico de 1962, em checagem de campo e nas entrevistas realizadas com os membros dos clubes do Parque do Povo, o mapeamento indica uma sensível concentração dos campos nas várzeas propriamente ditas, muito embora, nesta época, o trabalho de retificação dos rios já causara profunda descaracterização do quadro. Para

viabilizar a elaboração do trabalho, foi delimitada uma área de estudo específica, compreendida, grosso modo, pela região central da cidade, expandida para as marginais dos rios Tietê e Pinheiros.

A retificação dos leitos dos rio transformou o uso e a ocupação das respectivas várzeas. "A cidade crescia desde o começo do século para além Tietê embora crescesse mais modestamente na direção do Pinheiros, mas os baixos terraços e as várzeas somente poderiam ter usos urbanos após os trabalhos de drenagem, que se efetivaram na década de sessenta" (SEABRA, 1987).

O mapeamento, portanto, registra um período importante de redefinição da urbanização das várzeas, onde o futebol de várzea ainda marcava um aspecto importante dos bairros.

Itaim e Vila Olímpia tradicionalmente possuíam muitos clubes e campos, como o Texas, Juventus, Benfica, Flamenguinho, Comercial, Elka, Universo, além de todos aqueles que passaram ou ainda resistem no Parque do Povo.

Em Pinheiros, os campos da Rua Mourato Coelho (atual conjunto residencial do BNH) eram muito conhecidos, particularmente o do Leão do Morro. Temido quando jogava em seu campo, não podia perder ou empatar, sob risco do adversário não retornar ileso. O "7 de Setembro" e o "1 de Maio" também possuíam campo nesta área.

A várzea do areião, onde hoje encontra-se o Shopping Eldorado, abrigava quatro campos, entre eles o do Brasil de Pinheiros, principal rival do Leão do Morro. São inúmeras as estórias, casos e lendas envolvendo estas equipes. Ferroviária, América de Pinheiros e Mocidade também possuíam campo nesta área.

Inúmeros campos ainda puderam ser registrados em 1962 onde posteriormente seria instalado o Parque Anhembi. Clubes reconhecidos como o Corinthinha de Santana, o Baruel, Orion e o Faísca de Ouro mantinham sede ali.

A análise do quadro atual permite identificar conclusões significativas. Excluídos os grandes estádios e os campos localizados em clubes fechados, percebe-se a manutenção de alguns campos isolados de futebol de várzea como o do Vigor, do Nacional, do Benfica e do Esperança próximo ao Campo de Marte. Pode-se afirmar que o Parque do Povo representa a última área caracterizada como praça de campos de futebol varzeano. Além de manter um uso típico deste tipo de organização social, abriga inúmeros clubes tradicionais que perderam seus campos, mantendo a tradição da várzea.

Cap. 4 - O PARQUE DO POVO E A CIDADE: EXPANSÃO URBANA E A QUESTÃO DAS ÁREAS VERDES E LIVRES

O intenso processo de metropolização ocorrido em São Paulo após a década de 40, foi responsável pela "explosão" da cidade que a transformou, em um curto espaço de tempo, em uma das mais importantes concentrações urbanas mundiais.

Esta intensa urbanização, induzida pelo surto industrial promovido através dos maciços investimentos estatais da década de 50, deu-se através de dois processos fundamentais. Em primeiro lugar, através da expansão da área edificada em direção aos subúrbios, o que provocou a sua anexação e conseqüente conurbação com diversos municípios limítrofes. Em outro sentido, através da acentuada compactação de sua porção urbanizada, seja pela intensificação da edificação nos loteamentos, seja pelo grande crescimento vertical em algumas partes da cidade.

Com uma população que praticamente quadruplicou de 1940 a 1966, a cidade "explodiu" não apenas no aspecto de extravasamento de seus limites físicos, mas também no que diz respeito a destruição de suas antigas expressões culturais e sociais.

A construção da metrópole fundamentada na ótica da economia de mercado desenhou um espaço homogêneo e rápido para a circulação, transformando assim, antigas formas de viver simples e diferenciadas, em um cotidiano uniforme e controlado. O resultado foi a liquidação das referências individuais e coletivas que constituíam a base da memória social.

"A cidade tinha um passado, uma história descentralizada, uma soma de experiências próprias, de práticas cotidianas. O bairro tinha ele próprio seus micro-lugares, suas aventuras, sua identidade. A cidade sabia igualmente marcar o tempo por ritos, signos periódicos de pertença ao grupo. Festas religiosas, políticas, privadas ou públicas se sucediam. Fanfarras, desfiles, procissões, bailes, quermesses, faziam da cidade um espaço coletivo apropriável, o bem de uma comunidade diversa." (MATTOS, p.47)

A valorização do solo nas regiões mais centrais da metrópole redefiniu os usos, expulsando os moradores dos bairros tradicionais para áreas cada vez mais distantes. Antigas porções residenciais tornam-se centros comerciais e de serviços. Com isto desagregam-se as relações de vizinhança, quase familiares, aproximadas pelos laços de apadrinhamento. Desaparecem aos poucos nestes locais as

festas de rua, quermesses, que estendiam o mundo interno "da casa", para o mundo "da rua".

O urbano metropolizado privilegiou o espaço da circulação, as grandes avenidas facilitadoras dos fluxos. Por sua vez, o transporte coletivo, pouco valorizado pelo investimento público, perde lugar para o individual. *"O automóvel redimensionou não somente o espaço físico da cidade, mas também o espaço social"*. (SCARLATTO, p.97)

Este fenômeno uniformizante, entretanto não se completa como um todo, pois permanecem "resíduos" no interior deste tecido homogêneo, que funcionam como aspectos de virtualidade. O resíduo é a negação da cidade controlada, ordenada, é *"o espaço amplo, cheio de possibilidades por suas intersecções, passagens, desvios, becos sem saída, ruas de mão única."* (MATTOS, p.49)

No contexto deste urbano metropolizado, o Parque do Povo representa este espaço "resíduo", suporte de relações sociais fragmentadas pelo intenso crescimento da cidade.

"O Grêmio Esportivo União na verdade é uma família...Esta turma que está hoje aqui criou tudo junto no bairro da V.Olimpia. Hoje ainda continua se encontrando apesar de não morar mais ninguém na V.Olimpia. Porque a V.Olimpia cresceu, expandiu, isto agora é só prédio, e o pessoal hoje se dispersou. Nós temos gente aqui que mora em São Bernardo do Campo. Então no domingo é a forma de você tornar a encontrar a velha amizade. Se você pegar os integrantes do União que estão hoje com idade de 40-45 anos, você vai encontrar eles com 35-40 anos de amizade. Quer dizer, é uma família. Então aqui um batizou o filho do outro, o que mais tem aqui é compadre." (depoimento de um diretor de clube)

O Parque do Povo é também um exemplo do diferente, que a produção do espaço metropolitano tratou de homogeneizar. Situado em uma das zonas mais nobres de São Paulo, ele diferencia-se, pelo seu uso e pela população que atende, de todo seu entorno.

"Na verdade 80% da população que frequenta aqui é uma população que não tem recursos. No sábado não, ainda tem um pessoal mais refinado, uma certa elite, mas no domingo...é um pedaço forte dentro dos Jardins." (depoimento de um diretor de clube)

Essa discussão introdutória sobre os aspectos da produção do espaço metropolitano é fundamental para se entender hoje, a questão das áreas verdes em São Paulo. A análise da disponibilidade destes espaços não pode escapar deste contexto histórico-social de construção da cidade.

A necessidade de áreas verdes e livres no espaço urbano se fez surgir num determinado momento histórico, e em uma primeira perspectiva de "explosão" da cidade que afastou o seu morador, da natureza, expressa para ele através do ambiente rural. Na cidade tida como negação do campo, não havia espaço para o verde.

"O que pode parecer hoje uma atmosfera árida e causticante ao sol do meio-dia era então a expressão clara da vida não rural e muito menos sertaneja. As matas, os matos, os campos e as roças ficavam fora do perímetro urbano que guardava o chão limpo batido de terra. As plantas, as suas flores e frutos, fartos por toda a redondeza só entravam na cidade para satisfazer a necessidade ou o gosto do dono de alguma propriedade." (MARX, p.67)

Surgiu, também, em outra perspectiva, como necessidade de áreas de lazer e recreação, e deste ponto de vista a relação natureza e lazer, parece ser muito estreita.

Para ilustrar, dados da Pesquisa Sesc/Gallup realizada recentemente entre os paulistanos indicam, por exemplo, que mais da metade dos entrevistados (55%) praticam esportes e atividades físicas em áreas como Parques, praças ou ao ar livre. Esta porcentagem aumenta em relação as camadas da população menos favorecidas, que não tem recursos para muitas alternativas de lazer e recreação.

Natureza e lazer aparecem como elementos interdependentes também nas várias definições do conceito de "áreas verdes".

Apesar de não encontrarmos na literatura específica, definição muito rígida para o termo, há um certo consenso de que são dois os atributos básicos para sua identificação: a existência de vegetação, independente da qualidade ou quantidade de espécies, e a função voltada para o lazer em seu sentido mais genérico, desde a recreação, até a simples contemplação.

A legislação urbanística leva em conta também estes atributos. A Lei municipal no 7.688/71 (Lei do Plano Diretor do Município de São Paulo), por exemplo, inclui como áreas verdes aqueles espaços ajardinados e arborizados, de uso público e privado. As áreas públicas são classificadas em parques (distrital e de vizinhança), praças, áreas de recreação infantil, campo esportivo, centro educacional e esportivo e reservas naturais. A classificação das áreas particulares inclui clubes esportivos-sociais, clubes de campo e áreas arborizadas.

No extremo, há ainda autores que consideram os cemitérios como áreas verdes, uma vez que estes cumprem

função de arborização, além de papel importante de lazer para a terceira idade. (vide LIMA et alli, p.184)

Pelas definições tanto conceituais, quanto de legislação e, fundamentados na existência de atributos caracterizados através dos itens anteriores, pode-se concluir que o Parque do Povo constitui um exemplo de área verde de caráter especial. A presença de vegetação, independente de sua quantidade; a função voltada ao lazer dos mais diversos tipos; pelo público que atende, vindo dos mais distantes bairros do município; e pelas suas dimensões, de acordo com os critérios da Lei 7.688/71; poderia ser considerado como um verdadeiro Parque Distrital, como o são os Parques da Aclimação, da Água Branca, do Morumbi, Guarapiranga e Siqueira Campos.

Dois outros aspectos da questão as áreas verdes urbanas ainda devem ser considerados.

O primeiro deles diz respeito ao índice quantidade de áreas verdes por habitante, necessário a garantia de boa qualidade de vida nas cidades.

Freqüentemente, quando se discute a problemática das áreas verdes em São Paulo, são utilizados como ilustrativos os dados do Relatório do Plano Diretor elaborado em 1984, o qual discrimina a existência de 3,88 m² por habitante, calculado incluindo os Parques, praças e canteiros de sistema viário. O índice é então considerado baixo, citando-se como contraponto a indicação pela Organização Mundial de Saúde da necessidade de 12 m²/hab.

é oportuno destacar que estes dados são extremamente defasados. Cavalheiro alerta para o fato de que a ONU não reconhece como sua a indicação deste índice. O autor conclui que os 12 m²/hab. necessários, referem-se somente as áreas de Parques excluindo os distritais ou setoriais, considerados com área superior a 100 ha (op.cit.,p.1825).

Nesta perspectiva, se excluirmos daquele índice inicial de 3,88 m²/hab., os canteiros de sistema viário e os Parques Setoriais como o Ibirapuera, Carmo, Parque do Estado, Jaraguá, Horto Florestal, Ecológico do Tietê e Anhanguera, e atualizarmos os dados de população, podemos concluir que a situação verificada em São Paulo, tendo como comparativo o discriminado pela OMS, é extremamente crítica. Isto reforça mais uma vez a necessidade não somente de ampliação urgente de espaços verdes, como também a preservação do pouco que existe.

O segundo aspecto, já discutido em vários estudos de tombamento de áreas verdes urbanas, diz respeito as funções que estas cumprem na dinâmica ambiental da cidade. Pode-se

dizer que o Parque do Povo responde pelos seguintes papéis no ambiente urbano:

a) função paisagística, como elemento atenuador da monotonia do construído. Com sua vegetação predominantemente constituída de altos eucaliptos, os quais delimitam praticamente toda a área, e internamente os vários campos de futebol, o Parque constitui um importante referencial de verde que se destaca de seu entorno intensamente verticalizado. Apesar de adensamento vegetal não cobrir toda a área, estes altos eucaliptos formam uma massa vegetal significativa.

b) Função reguladora da composição atmosférica, uma vez que a vegetação cumpre ação purificadora do ar, tanto por fixação de poeira e gases tóxicos emitidos pelos veículos, como por depuração bacteriana.

"La elevada densidad de construcción o predominio de las alturas y de los volúmenes edificados sobre los espacios libres, sin ser un agente directo polucionante sí puede ser considerada como un parámetro urbanístico favorecedor de la contaminación atmosférica. En este sentido puede decirse que los edificios de gran altura constituyen factores catalizantes de esta, pues dificultan la circulación del aire al obligarle a vencer la resistencia que aquéllos le oponen, favoreciendo así la formación de un manto contaminado, difícilmente atravesable para las corrientes atmosféricas, que incluso en casos de gran espesor se convierten en impenetrables para éstas. (RODRIGUES & LARDENT, p.63/64)

c) Função atenuadora da poluição sonora, correspondendo a uma barreira importante que minimiza o barulho do tráfego intenso das avenidas marginais.

d) Função microclimática como atenuadora do calor excessivo proporcionado pelas propriedades térmicas dos inúmeros edifícios do entorno, e pela energia antropogênica causada pelo intenso tráfego de veículos nas proximidades.

e) Função de abrigo, especialmente à avifauna urbana.

f) Função de manutenção das propriedades do solo como permeabilidade e umidade. Particularmente nas áreas de várzea, submetidas a constantes encharcamento do solo, a existência de eucaliptos é benéfica, uma vez que estas espécies cumprem importante papel de absorção da água excedente.

Há ainda que se acrescentar nesta discussão os aspectos positivos dos espaços verdes e livres nos planos psicológico e social.

Pontualmente, exercem influência sobre os estados de ânimo dos indivíduos, proporcionando sensações de contraste com o cotidiano massificado do tráfego intenso, do correr das ruas, da poluição nos diversos sentidos, atmosférica, visual e sonora.

No plano social, as áreas verdes e livres desempenham hoje nas grandes cidades, papel importante como o local de reunião, dos encontros, da troca social que envolve pessoas dos mais diferentes "pedaços" e espaços da cidade. No Parque do Povo por exemplo, ... *"nós temos gente aqui que mora em São Bernardo do Campo. Então no domingo é a forma de você tornar a encontrar a velha amizade..."* (depoimento de um diretor de clube)

Cap. 5 - O PARQUE DO POVO E O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

5.1 - O Conceito de Patrimônio Cultural

Para a discussão desse capítulo faz-se necessária uma explanação, ainda que breve, do campo conceitual que dá suporte à categoria de patrimônio cultural.

Já há muitos anos abandonamos as noções de excepcionalidade e monumentalidade enquanto critérios absolutos para a eleição dos bens culturais. Trata-se agora de pensá-los em sua representatividade, como fatos sociais e produtos de cultura.

Isto significa, portanto, reconhecer que esses bens expressam valores e temporalidades distintas e inscritos no campo da cultura material, já que apenas objetos físicos, materiais, que são passíveis de tombamento. Não são, entretanto, coisas prontas, acabadas; são produtos de cultura, ou seja, aqueles procedimentos por meio dos quais o homem organiza sua prática social.

A cultura, por sua vez, está inscrita no cotidiano. É nesse território que se produzem as relações sociais, onde o sujeito organiza e negocia sua prática com a sociedade e com a cultura.

Então, temos aqui, no dizer Ulpiano: "(...) documentos que por serem modestos, banais, anônimos, sem relevância estética ou qualquer estigma de coisa única, incomparável, por isso mesmo são capazes de revelar as tendências de certos processos históricos." (ULPIANO, 1985) Cultura é dessa maneira, uma noção útil para se pensar o patrimônio, na medida em que sua utilização leva em conta as relações entre o que permanece e o que muda.

Assim, se o patrimônio é fato de cultura temos que levar em conta em nossas considerações, que não se trata apenas de uma herança recebida mas muito mais, de algo vivo e em constante renovação.

Por último, e não menos importante, temos que falar acerca das representações, do imaginário, dos significados que estão contidos nesses objetos. É essa rede simbólica que lhes dá sentido e um sentido temporal, diferenciado e múltiplo, de acordo com os diversos segmentos sociais que produzem e/ou se apropriam desses bens.

Portanto, não se pode falar na existência de um único patrimônio cultural; ele é múltiplo e diversificado na mesma medida em que a sociedade o é.

A abordagem desse patrimônio nesses termos, se por um lado constitui um olhar mais abrangente, coloca de outro, problemas também mais complexos. Começemos por indagar de que maneira se opera a ação de preservação?

Fica claro, de imediato, que as ações de preservação não são, nunca trabalho neutro. Trata-se de uma seleção ditada por certos valores, de uma escolha que é feita no presente, nos termos que esse presente condiciona. Elegem-se alguns objetos em detrimento de outros; preservam-se algumas memórias e relegam-se outras ao esquecimento.

Quais os possíveis critérios para tal operação? E aqui não se pode fugir do caráter político que permeia as ações de preservação. Seriam elas produtos da mera contemplação tranqüila do passado que se encontra com o presente?

Já dissemos que as definições de patrimônio cultural seriam tantas quantas fossem as segmentações existentes em uma sociedade complexa e hierarquizada como a nossa. Assim, nos parece que a tarefa principal a ser enfrentada em uma política de preservação seria a de levar em conta, com devido peso, a questão dessa diversidade. Sabemos no entanto que não se trata de um objetivo fácil de ser alcançado.

E isto se torna especialmente mais difícil quando se passa a discutir o patrimônio daqueles grupos que se encontram mais à margem da história oficial e da cultura dominante. As vezes, como aponta Gilberto Velho "(...) as visões de mundo desses grupos são drasticamente distintas, em sua peculiaridade, do universo de valores e conhecimento que em nós, pesquisadores, nos movemos". (VELHO, 1984) E ainda, estaremos levantando em alguns casos, memórias fragmentadas, locais e até mesmo familiares, com registros precários ou mesmo inexistentes, restando o recurso da tradição oral.

Mesmo assim, estaremos convencidos de que, apesar da complexidade e dificuldades que estão imersas, essas questões têm que ser enfrentadas se quisermos caminhar no sentido de implementar uma política de preservação que se pretenda mais democrática e plural.

5.2 - A Memória e o Direito à Cidade

É ainda no campo político que devemos examinar outra questão fundamental para o entendimento do objeto aqui em causa - o Parque do Povo. Trata-se da relação entre patrimônio cultural e o espaço urbano.

Na perspectiva aqui adotada não cabe a ótica racionalista, globalizante e pretensamente neutra do

urbanismo. Nesses parâmetros, a cidade é pensada enquanto maximização de utilização e funcionalidade de seu espaço.

Temos que nos debruçar sobre uma "outra" cidade, sobre uma outra imagem: aquela dividida em territórios que são menos físicos e mais subjetivos, onde as múltiplas redes de sociabilidade são produzidas e reapropriadas de distintas maneiras. Aqui importa, como Stella Bresciani, "(...) seguir os traços daquilo que diz sobre a vida na cidade, seus significados e seus mitos de origem. Nessa perspectiva privilegiam-se, portanto, as trocas simbólicas. A cidade é vivida, então, pelos homens através da simultaneidade de redes simbólicas diferentes relacionadas a discursos diversos. Pode-se dizer que os lugares da cidade são finamente estratificados por diferenciações espaciais". (BRESCIANI, 1992)

Os homens não reconhecem a cidade como um espaço global, único. Eles apreendem lugares, territórios, pedaços, onde operam uma comunicação simbólica sobre um fundo de memórias fragmentadas. São as memórias que compõem o tecido social de nossas relações com o espaço da cidade.

O senso comum vê a cidade de hoje como a própria negação da possibilidade de uma cultura urbana: não há mais sociabilidade e em seu lugar temos como falência da ordem disciplinar, a violência.

Entretanto, é esse outro espaço, recortado em territórios bem diversos dos mapas administrativos, suporte de diferentes memórias e composto de cenários múltiplos que torna as cidade lugares onde se pode viver.

Fica claro, portanto, o papel fundamental que a política de preservação do patrimônio cultural pode e deve exercer no sentido de assegurar o direito ao passado. Ou seja, a ação de preservação tem em sua dimensão a possibilidade de garantir a permanência daqueles bens que permitem aos grupos construir suas identidades, resgatarem suas memórias e se colocarem mais ativamente na vida social.

Caberia perguntar agora, de que maneira se faz a gestão do espaço urbano?

Em uma perspectiva mais otimista teríamos, então, as regras colocadas pelo planejamento urbano, onde os pedaços da cidade tem que ser necessariamente unidos para formar um todo homogêneo, neutro, sobre o qual se possa dispor e manipular. E, conseqüentemente, onde os fragmentos, os distintos recortes da memória não são levados em consideração.

Pensando na gestão do espaço em São Paulo, o que temos é menos a lógica racional do urbanismo e mais a voracidade

da especulação imobiliária. Aqui o espaço torna-se coisa, é reificado, mercadoria desprovida de qualquer acento humano.

Assim, é essa dinâmica a responsável pelas principais agressões aos atributos de uma cultura urbana e, conseqüentemente, de seu patrimônio. Ela leva ao empobrecimento do espaço urbano, tanto em relação a seus e funções quanto em relação aos seus significados. O espaço, contaminado pelo viés do consumo e não do uso, induz então ao apagamento da história, à progressiva marginalização, enfim, à impossibilidade de se pertencer a um lugar e de situar-se num tempo. Desse modo, a própria sociabilidade que se realiza no contexto da cidade vê-se desestimulada quando não impedida.

É nesse panorama que citando Ulpiano, *"a preservação surge, paradoxalmente, como a atividade progressista em relação à transformação da cidade. Preservar seria, portanto, uma forma de encaminhar a reapropriação do espaço urbano, de resistência à expulsão dos cidadãos para fora da cidade"*. (ULPIANO, 1979)

5.3 - Porque Preservar o Parque do Povo

Vimos que o habitante da cidade apreende o espaço de maneira bem diversa, seja do urbanista ou da lógica do especulador. Recorta-o em praças, edifícios, ruas, trajetos, e territórios: são estes os pedaços da cidade que vão compor o seu imaginário urbano.

Essas formas de apropriação, como oportunamente conclui Magnani, *"não são o resultado de escolhas individuais, nem são aleatórias: são o resultado de rotinas cotidianas ditadas por injunções coletivas que regulam o trabalho, a devoção, a diversão, a convivência e que deixam suas marcas no mapa da cidade"*. (MAGNANI, 1994)

É com este olhar que devemos descobrir o Parque do Povo. Localizado no Itaim Bibi - bairro da classe média paulistana - ele se caracteriza muito diversamente. São os campos de futebol, a bocha, os bares, os caminhos sinuosos, o circo e o teatro que compõem um cenário de múltiplos usos, funções e significados para os diferentes grupos sociais que o freqüentam.

Não se trata, desse modo, de um espaço voltado para o consumo - o que praticamente já se tornou uma característica do lazer paulistano - mas sim de um espaço que preserva as qualidades vitais para a existência de uma cultura urbana. O parque está inserido no cotidiano de diversos grupos da população da cidade e ele é, ao mesmo tempo produto e produtor da sociabilidade. Reconhecê-lo é também ouvir as

marcas e os ecos de uma outra cidade e de um bairro mais antigo e suas histórias.

Podemos encontrar no Parque do Fovo aquelas redes de significação simbólica das quais falávamos anteriormente e, que se expandem por vários caminhos: a do cotidiano, do lazer, de expressões diferenciadas da cultura e da apropriação da cidade por seus habitantes.

Aqui, deixamos o domínio da excepcionalidade e entramos no universo banal do cotidiano, em um espaço apenas aparentemente desordenado e sem regras visíveis. Citando Halbwachs: *"O lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade (grupo)..."* (HALBWACHS, 1990)

O Parque do Fovo corre o risco de desaparecer em consequência de mais um projeto de renovação urbana apoiado solidamente nos interesses da especulação imobiliária.

Como temos sugerido ao longo do texto, a preservação se apresenta como um instrumento muito positivo para que a transformação urbana seja feita nos moldes do interesse público. Não se trata de negar as mudanças - elas são constituintes da lógica desse sistema econômico - e nem de preservar por mero saudosismo. Trata-se de, efetivamente, indagar se o novo é socialmente responsável, como já vem nos alertando Ulpiano há muitos anos. Ou seja, primeiro é preciso saber se esgotaram-se as potencialidades funcionais do bem em questão, assim como a impossibilidade de maximizá-lo ou de simplesmente mantê-lo, antes de se decidir pela sua destruição.

Parece que, definitivamente, no caso do Parque do Fovo a resposta é não. Lá teríamos sim, espaço para uma margem bastante ampla de potencialização de seus usos e funções, o que de maneira nenhuma torna legítima uma transformação drástica e irreversível como a que vem sendo proposta.

O Parque é hoje um espaço vivo, que permite uma experiência urbana enriquecedora porque diferenciada. Poderíamos defini-lo, na acepção de Magnani como uma mancha de lazer *"... lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de frequentadores. Sua base é mais ampla permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências"* (MAGNANI, 1994)

Interessa também aludir aqui, a uma outra questão que se impõe após o tombamento: o que fazer com os bens culturais? Como utilizá-los? Tradicionalmente tem havido uma insistência frequente em usos "culturais": casas de cultura, museus, centros culturais, etc. Ou seja, os usos "nobres" são sugeridos por serem valorizados pela cultura dominante e, há que se pensar em novos usos já que muitas vezes esses bens foram arrancados do cotidiano, perdendo função e significado.

No caso do Parque do Povo, pelo contrário, temos um espaço cuja característica maior é ser justamente suporte de sociabilidade. Não há necessidade de se inventar usos. Ele está plenamente ocupado, física e simbolicamente.

Dessa maneira se compreende como, de maneira autônoma, os grupos que utilizam o parque vêm se organizando e, de maneira eficaz, desde quando começam as primeiras querelas judiciais acerca de sua destruição. Citando novamente Halbwachs: *"... as pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos dos seus antigos arranjos na qual vós esbarrareis"*. (HALBWACHS, 1990) A luta da Associação revela, sem dúvida, um exercício de cidadania, de luta por um espaço urbano que se reveste daquela qualidade essencial: o sentir-se pertencer a um lugar e se reconhecer em um tempo.

Assim é que nesses momentos de drásticas intervenções no tecido urbano que a distância entre as diferentes visões da cidade se amplia. E é também nessa hora que os grupos posicionam da defesa de suas memórias dispersas, *"(...) na defesa desses comportamentos temporais que fazem a singularidade do lugar"*. (BRESCIANI, 1992)

5.4 - Conclusão

O pedido de tombamento do Parque do Povo se inscreve nesse campo mais ampliado, e também mais complexo de definição de patrimônio cultural, assim como os tombamentos do Terreiro Aché Ilê-Obá e do Cafundó, citando alguns exemplos.

Trata-se portanto, de demandas crescentes da sociedade que vem indicando esses novos objetos e vê o tombamento como uma possibilidade de reconhecimento e de preservação desses espaços e memórias diferenciados em relação àqueles conteúdos tradicionalmente consagrados pela política cultural.

Assim, é preciso que nos aparelhemos teórica e institucionalmente para fazer frente à essas solicitações,

no sentido de dar respostas satisfatórias à sociedade. E, são particularmente esses segmentos da população que reconhecem na ação da preservação um instrumento muito eficaz na luta pela defesa da cidade.

Enfim, torna-se necessário dar continuidade a essa linha de trabalho, privilegiando na política de preservação do patrimônio cultural, o espaço urbano também a partir das diferentes relações que os homens estabelecem nele e com ele. E portanto a cidade enquanto suporte da sociabilidade, vista aqui como fator determinante do exercício da cidadania e da essência do que se entende por cultura urbana.

CAP. 6 - CONCLUSÃO E PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O TOMBAMENTO DO PARQUE DO POVO

Diante das considerações elencadas neste trabalho, o parecer desta equipe é favorável ao tombamento do Parque do Povo. A área a ser tombada incluirá o polígono compreendido entre as atuais Avenidas Cidade Jardim, Marginal do Rio Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brig. Haroldo Veloso.

O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realização das atividades culturais e de lazer detalhadamente caracterizadas neste estudo, assim como promover a manutenção e incentivar a melhoria da qualidade ambiental do parque.

São as seguintes as diretrizes de uso e ocupação do solo do bem a ser tombado:

1. Respeito à paisagem

a. Toda ocupação deverá considerar a manutenção dos campos e do espaço utilizado pelo circo e pelo teatro na disposição em que estão estabelecidos atualmente. Os demais equipamentos de lazer e instalações poderão ser alterados, retirados ou substituídos, mediante consulta prévia ao Condephaat.

b. Novas edificações apenas poderão ser implantadas desde que de interesse do parque, resguardado o limite máximo de dois pavimentos (altura máxima de 7 metros).

c. Não serão admitidas obras de intervenção no sub-solo do parque, seja para a construção de garagens, túneis, ou projetos urbanísticos de qualquer natureza. Não se incluem neste caso obras de saneamento e retificação de drenagem.

d. Demais equipamentos de lazer como quadras de futebol e bocha, campo de futebol society, play-ground etc. deverão ser mantidos, mas poderão ser realocados mediante autorização prévia.

2. Quanto à qualidade ambiental

a. Toda a vegetação existente no Parque do Povo é de interesse para a preservação. A poda de árvores deverá ser acompanhada pelo órgão municipal competente, o DEPAVE. Idem quanto ao corte e transplante de árvores, nestes casos mediante consulta prévia ao Condephaat.

b. Deverá ser priorizado o desenvolvimento de projetos que prevejam a revegetação do parque, assim como a ampliação da área permeável.

c. Também deverá ser priorizada a implantação urgente de um sistema de coleta de esgotos, que será integrado ao serviço público estadual.

d. Da mesma forma, a coleta do lixo deverá ser organizada pelos usuários no interior do parque e será articulada com o serviço da municipalidade.

3. Quanto ao uso do Parque do Povo

As entidades que tradicionalmente organizam as atividades esportivas e culturais poderão continuar a desenvolvê-las independente de consulta prévia. O Condephaat deverá ser consultado quando a realização de algum evento implicar em obras que representem modificação definitiva na paisagem do parque.

a. É recomendável a manutenção do perfil dos clubes de futebol de várzea diagnosticados no estudo de tombamento, essencialmente quanto aos seguintes aspectos:

- livre acesso aos campos e demais equipamentos de lazer para toda a população, não os configurando como clubes fechados.

- manutenção e ampliação das "escolinhas de futebol".

b. É recomendável a manutenção do perfil das atividades culturais e de lazer desenvolvidas pelo circo e pelo teatro, destacando os seguintes aspectos:

- trabalho educacional e de formação de profissionais nas respectivas áreas.

- desenvolvimento de projetos na periferia da cidade junto à população de baixa renda.

4. Sobre o sistema viário local

Não serão permitidas obras de ampliação do sistema viário local que impliquem na segmentação do parque, nem tampouco comprometam os terrenos dos campos, do circo ou do teatro.

5. Outros

Deverá ser organizada uma comissão, formada por representantes do Condephaat, da Associação dos Amigos do Parque do Povo e da CEF/IAPAS, para estudar os casos porventura pendentes no tombamento.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib - Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo; S.N., 1957 (343 p.). Tese (Doutorado) - FFLCH-USP para cadeira de Geografia do Brasil.

AMERICANO, Jorge - São Paulo Atual: 1935-1962, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1963.

AZEVEDO, Aroldo - Cidade de São Paulo; in Estudos de Geografia Urbana. São Paulo; São Paulo Editora, 1958 (v.4).

BRESCIANI, Maria Stella M. - Espaço e Memória; in O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania, Secret. Municipal da Cultura - Depart. do Patrimônio Histórico, 1992

BRUNO, Ernani Silva - História e Tradições da Cidade de São Paulo; Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1954.

CAVALHEIRO, F. - O Planejamento de Espaços Livres - O Caso de São Paulo; in Anais do Congresso Nacional sobre Essências Nativas. Rev. do Inst. Florestal, São Paulo, 1982

FARIAS, Agnaldo Aricê Caldas - A Urbanização de São Paulo no Período 20/45: Algumas Causas e Alguns Efeitos; São Paulo, FAU Brás Cubas, 1979.

HALBWACHS, Maurice - A Memória Coletiva; Editora Vértice, 1990.

LANGENBUCH, Juergen Richard - A Estruturação da Grande São Paulo; Rio de Janeiro, Fundação IBGE (Tese Doutorado), 1971.

LIMA, A. N. L. et allie - As Areas Verdes de Piracicaba; in Anais do 3 Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, Paraná, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor - Da Periferia ao Centro: Pedacos e Trajetos, in Rev. de Antropologia. São Paulo, USP, 1992, v. 35, p. 191-203.

MARX, M. - A Cidade Brasileira; Ed. Melhoramentos /EDUSP. São Paulo, 1980.

- MATTOS, Olgária C. F. - A Cidade e o Tempo: Algumas Reflexões sobre a Função Social das Lembranças; in Espaço e Debates, n 7, São Paulo, 1985.
- MAZZONI, Tomás - História do Futebol no Brasil: 1894-1950; São Paulo, Edições Leia, 1950.
- NOGUEIRA, Almeida - A Academia de São Paulo: Tradições e Reminiscências; São Paulo, Saraiva, 1977.
- FMSF - Lei 7.688/71, Lei do Plano Diretor de São Paulo, cap.VIII - Sistema de Areas Verdes.
- FMSF - Plano Diretor do Município de São Paulo. Série Documentos, São Paulo, 1985.
- PRADO JUNIOR, Caio - A Cidade de São Paulo: Geografia e História; São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SCARLATO, Francisco Capuano - Metropolização de São Paulo e o Terceiro Mundo; Ed. Iglu, São Paulo, 1987.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima - Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros - Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo. São Paulo, S.P. 1987. (323 p.) - Tese (Doutorado) FFLCH-USP.
- SOARES, Aloysio - O Bairro do Itaim ou Itaim Bibi; in XII Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros, 1978.
- ULPIANO, T. Bezerra de Menezes. Cultura e Cidades; Revista Brasileira de História, 1985.
- ULPIANO, T. Bezerra de Menezes. Patrimônio Ambiental Urbano; in Comunidade em Debate, Emplasa, 1979.
- VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural; in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n 20, 1984.

EQUIPE TÉCNICA

- Geóg. Luís Paulo Marques Ferraz (Coordenador)
- Geóg. Simone Scifone
- Biól. Roberto Varjabedian
- Hist. Luciana de Cerqueira Nunes Miguel
- Sociól. Naira Iracema Morgado

Estagiários

- Cíntia Nigro Rodrigues; Geografia
- Fernando P. Laurentino; Geografia

Consultores Externos

- Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani (Orientador Geral)
- Coordenador da Pós Graduação do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP
- Prof. Dr. José Sebastião Witter
- Diretor do Instituto de Estudos Avançados, USP

Obs. Também participou como convidado, o historiador Luís Enrique Toledo, mestrando em antropologia, USP



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	


INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDMANN

ASS.: Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo

A PRESIDÊNCIA,

encaminhando estudo elaborado para instrução do processo de tombamento do PARQUE DO POVO. O parecer destaca a especial natureza do bem cultural em foco, fazendo acompanhar as diretrizes importantes para sua preservação.

STCR, 02 de Maio de 1994.


Sueli F. de Bem
Diret. Téc. STCR



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - DEPUTADO FÁBIO FELDMANN
ASS.: Estudo de Tombamento do Quadrilátero situado entre a Av. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Av. Cidade Jardim e Av. Brig. Haroldo Veloso, hoje denominado "Parque do Povo".

Conselheiro: FRANCISCO CAPUANO SCARLATO

SUMÁRIO DO PARECER

I PARTE

1. Parque do Povo: características, ameaças e medidas de Proteção.
 - 1.1 - Características físicas e sociais
 - 1.2 - Sobre o pedido para estudos de tombamento, a Lei 10.737 - Z8-200 e a Liminar da Juíza da 4ª Vara do Ministério Público Federal
 - 1.3 - A transgressão da P.M.S.P em relação às medidas de proteção ao Parque do Povo

II PARTE

1. Sobre a legitimidade do Tombamento do Parque do Povo
 - 1.1 - A mídia e os poderes públicos
 - 1.2 - Pesquisa da Comissão Interdisciplinar
 - 1.3 - A análise do presente Conselheiro sobre a legitimidade do tombamento do Parque do Povo pelo CONDEPHAAT
 - 1.31 - Reiteração do parecer da Antiga Conselheira Stella G. Carvalhaes
 - 1.32 - Elementos a serem acrescentados, ausentes no parecer da Conselheira Stella G. Carvalhaes



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-02-

1.4 - Entre a legitimidade e a legalidade do tombamento do Parque do Povo e o parecer do presente Conselhoheiro

I PARTE

1. Parque do Povo: Características, ameaças e medidas de proteção.

1.1 - Características físicas e sociais.

O quadrilátero situado entre as Av. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Av. Cidade Jardim e Av. Brig. Haroldo Veloso, hoje denominado "Parque do Povo", constitui-se em bem imóvel de propriedade da Caixa Econômica Federal que detém 70% dos direitos e o IAPAS - Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social com os outros 30%. A referida área abrange 135.000m².

Quanto aos aspectos paisagísticos, e formas de uso do solo, a área apresenta as seguintes características:

a) Cobertura Vegetal - Esta, apresenta-se com tipos comuns, sem grande significado como "reliquias vegetais". Porém a presença significativa de vegetação arbórea e herbácea existentes, garantem qualidades ambientais para a área: Paisagismo, Controle Térmico local, Permeabilidade do Solo. Hoje existe uma Associação denominada "Associação dos Amigos do Parque do Povo", fundado em 25/11/92, com a finalidade de "gerenciar" e administrar este espaço como área de lazer e recreação. Esta associação tem estatuto registrado em cartório. Ela é constituída por uma diretoria e um Conselho.



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-03-

O Conselho é constituído por dois representantes de cada uma das instituições que ocupam o "Parque do Povo".

b) Sobre o uso do Solo - A referida área se caracteriza pela forma de uso para recreação e lazer. Entre as atividades ali realizadas destacam-se as seguintes:

1 - Clubes de Futebol de Várzea - Existem hoje 08 (oito) quadras de futebol e 08 (oito) clubes associados, ocupando estas quadras. Porém, historicamente mais de 18 clubes já ocuparam este espaço. Encontram-se instalados vestiários e arquibancadas de alvenaria para atender os usuários. Inclusive serviço de bares. O primeiro clube a se instalar e que ainda está presente na Associação é o "Marítimo Futebol Clube", fundado no lugar, em 1928.

Os clubes, segundo estudos quanto a procedência geográfica, origem social e tempo de frequência a esta área, para lazer com futebol, observamos sinteticamente o seguinte resultado: A origem dos frequentadores para jogar futebol caracteriza-se por fluxos de pessoas que vêm de muitos pontos diferentes da cidade, desde Tucuruvi até Santo Amaro. A procedência maior é da Vila Madalena, Jardim América e Santo Amaro. Sobre a origem social, constatou-se a frequência de pessoas desde pequenos empresários industriais, comerciantes, bancários, gerentes, pedreiros, artistas, taxistas, zeladores, garçons, ajudantes, aposentados etc. Quanto ao tempo que estes usuários vêm frequentando o parque para participarem de jogos, a estatística é seguinte:

0 - 05 anos:	50%
06 - 10 anos:	18%
11 - 20 anos:	19%
+ 20 anos:	13%

Segundo depoimento do presidente da Associação dos Amigos



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-04-

tre os 08 (oito) clubes instalados no parque, inclusive com outros clubes de futebol da cidade. É comum nos finais de semana um fluxo de milhares de pessoas para acompanharem os jogos e os campeonatos.

2 - Circo Escola Picadeiro - Fundado em 1984, com uma capacidade de lotação para 1.500 espectadores, além dos espetáculos oferece aulas às 2^a e 6^a feiras, gratuitamente para as pessoas carentes e 25 URV para quem pode pagar. Este Circo Escola já manteve convênio com a Secretariado Menor. Existe uma atividade educativa denominada "enturmando" que vem sendo realizada a vários anos, trabalhando com crianças carentes da cidade. Quando completam 16 anos são automaticamente desligadas. Este Circo Escola já participou de festivais internacionais realizados nas cidades do México, Nova York, Paris e Verona, tendo sido alvo de interesse do Consulado Francês no Brasil para a realização de atividades de Cooperação.

3 - Teatro Vento Forte - Criado em 1974, estreando no festival de Curitiba com uma peça infantil. Em 1985, instalaram-se no Parque do Povo. Realiza além dos espetáculos, atividades de escola de teatro. Nela se realizam cursos para formação de atores, oficinas para crianças que engloba desenho, pintura, confecção de bonecos e encenação de pequenas peças. Para adultos existem cursos de danças populares e de arte do movimento. Além destas atividades são realizados bailes de forrões e danças caribenhas. A média de frequência para estes bailes nos finais de semana chega a atingir em torno de 1.000 pessoas, a maioria estudantes e universitários. O Teatro Vento Forte foi referência pelo seu trabalhos nos periódicos francês e italianos,



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-05-

4 - Outras formas de uso - Paralelamente à Av. Juscelino Kubitschek, sobre uma área pavimentada do Parque, realizam-se às quartas-feiras e sábados uma feira livre. Nos demais dias é utilizado como estacionamento.

- 1.2 - Sobre o pedido de estudos para o tombamento do "Parque do Povo", o enquadramento da área como Z8-200 e a Limitar da 4ª Vara da Justiça Federal.

O fator desencadeador do pedido pelo Deputado Federal, Fábio Feldmann, foi a ação desapropriatória empetrada pela TELESP (Telecomunicações de São Paulo), de uma parcela de 19.827,94 m² do referido quadrilátero. Indignado pelo depoimento de um assessor da Secretaria Municipal de Planejamento, que assim, se expressou: " São Paulo não precisa de uma área verde tão grande " - (A Gazeta de 19/11/87, página 25) - e pela ameaça de perda da referida área, como espaço verde e de lazer popular, o referido Deputado entrou com o pedido para estudos de tombamento, junto ao CONDEPHAAT em 23/12/87.

Em 17/10/88, o Conselho do referido Órgão aprovou o pedido de estudos para o tombamento da área. Em seguida, comunicou aos interessados a resolução do referido Conselho. Já sob a proteção do CONDEPHAAT que havia aprovado o Guichê para estudos de tombamento da área denominada "Parque do Povo", a TELESP, ocupou uma parcela do referido terreno, para dar início às obras de construção de um posto na região. A partir deste fato a presidência do CONDEPHAAT entrou com um pedido de impugnação das concessões entre o TABAS e o CEF (Código de Regulação e



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-06-

17/11/88. Em 13/11/88 a Juíza Ana Maria Gaffi Flaquer Scantezzini da Quarta Vara do Ministério Público Federal concede Liminar determinando a sustação imediata de qualquer transação envolvendo a mencionada área e sustando o procedimento expropriatório promovido pela TELESP.

1.3 - A transgressão da P.M.S.P. em relação às medidas de proteção ao Parque do Povo

Em 23/10/93, a AAPP (Associação e Amigos do Parque do Povo) encaminha para a Procuradoria da República em São Paulo - Dra. Cleide Previtalli cais uma denúncia contra a Prefeitura Municipal de São Paulo pela realização de obras ligadas à abertura do Anel Viário ligando o Túnel sob o Rio Pinheiros à Av. Juscelino Kubitschek. Em 3/1/94 em resposta ao pedido da Procuradoria, o presidente do CONDEPHAAT encaminha ao DD. Secretário da Cultura a posição em que se encontra o andamento do pedido de tombamento do "Parque do Povo" (Ver documento na página 629 do processo). Hoje, mesmo sob a proteção da Lei 737-28-200 e de Liminar do Ministério Público Federal, a P.M.S.P. descaracterizou uma parcela significativa da área em estudos de tombamento com a abertura daquela Via Pública. Em setembro de 1993 a imprensa noticiou a intenção da CEF e o IAPAS de estarem realizando uma negociação com a P.M.S.P. de, em troca da derrubada da Lei 10.737, conforme pode ser constatado pelo artigo Revista Exame, de 1/9/93: " O presidente da CEF, Danilo de Castro, acertou com o Prefeito Paulo Maluf a liberação de parcela ocupada. Em troca, a



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-07-

CEF permitira à Prefeitura abrir uma Avenida no terreno".

II PARTE

1. Sobre a Legitimidade do Tombamento do Parque do Povo

1.1 - A mídia e os poderes públicos.

Desde que se levantou a questão sobre os estudos para tombamento do Parque do Povo pelo CONDEPHAAT, o fato esteve frequentemente presente na imprensa. Somente na imprensa escrita, de novembro de 1987 a dezembro de 1993, foi alvo de 26 manchetes, com destaques, tanto pelos grandes como pequenos jornais da cidade. Em todos eles pode-se constatar a posição da Sociedade em defesa da Preservação do Parque do Povo.

Além da mídia, deve-se destacar os seguintes documentos:

1 - Parecer que deu sustentação à Liminar pela Juíza Ana Maria Goffi F. Scartezzini, como também pela Procuradora da República - Dra. Cleide Previtalli Cais. Nestes documentos pode-se constatar a posição da referida Procuradora e da Juíza em defesa da Preservação do Parque do Povo, inclusive elogiando o elevado valor do trabalho dos técnicos do CONDEPHAAT pelo apurado estudo apresentado, que permitiu emitir aquela Liminar.

2 - Manifestação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) através de documento enviado ao CONDEPHAAT, congratulando-se com a aprovação da abertura de estudos para tombamento do Parque do Povo.



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-08-

3- Documento aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, de uma moção de apoio ao CONDEPHAAT pela abertura dos estudos de tombamento para o Parque do Povo.

É importante que se destaque as outras formas de apoio que foram sendo dadas à continuidade de existência do referido Parque como um Patrimônio Cultural do Povo da Cidade de São Paulo, em razão dos serviços prestados à comunidade pelas Instituições nele abrigadas.

1 - Telex dirigido ao Sr. Ministro Prisco Viana, manifestando segundo à alienação do terreno ocupado pelo Teatro Vento Forte. Este documento foi assinado por 107 pessoas físicas e jurídicas em âmbito nacional.

2 - Certificado do Ministério da Cultura concedendo ao Teatro Vento Forte o direito de receber patrocínio e doação, porém sem fins lucrativos.

3 - Lei do Estado de São Paulo, declarando o Teatro Vento Forte como de utilidade Pública.

4 - Contrato entre a Secretaria do Menor do Estado de São Paulo e a Casa Vento Forte, Centro de Arte e Cultura Integrada.

5 - Nota financeira emitida pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República em favor da Casa Vento Forte.

6 - Convênios entre a Casa Vento Forte e a FUNARTE.



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-09-

1.2 - A Pesquisa pela Comissão Interdisciplinar sobre a Legitimidade de Preservação dos Espaços Públicos

Para um maior aprofundamento técnico que pudesse subsidiar o Conselho do CONDEPHAAT em sua deliberação sobre o Tombamento do Parque do Povo, foi organizada uma Comissão formada pelos técnicos do STCR, deste Órgão, especialistas das áreas de História, Antropologia, repórteres da TV Cultura, representante do Departamento de Aerofotogrametria do IGC e um membro da Comunidade do Parque do Povo. Vale destacar o documento resultante daquela Comissão sobre a Cidade e os espaços públicos, no caso, o Parque do Povo, a contribuição do Prof.º Dr. José Sebastião Witter do Departamento de História da USP.

Neste documento o Prof.º Witter demonstra a importância do futebol de várzea como prática esportiva e suas raízes na consolidação do futebol profissional a nível nacional. Analisa a importância desta prática esportiva à sociabilidade e consolidação dos bairros de São Paulo, analisando em especial a importância das Várzeas do Pinheiro onde se organizaram importantes clubes para os bairros próximos a esta Várzea (ainda hoje existentes no Parque do Povo).

Assim, senão, defende a Preservação do Parque do Povo como a expressão mais pura do futebol amador varzeano - tão importante para a memória de uma cidade onde tudo leva para uma total amnésia: "Este esporte somente poderá sobreviver enquanto espaços geográficos como esse continuarem a existir... com uma ordenação espontânea dos próprios participantes dos encontros futebolísticos" (José S. Witter).



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-10-

1.3 - A Análise do presente Conselheiro sobre a Legitimidade do tombamento do Parque do Povo pelo CONDEPHAAT

1.3.1 - Reitera o Parecer emitido pela antiga Conselheira Stella G. Carvalhaes e técnicos do STCR, aprovado pelo Conselho deste Órgão quando, da abertura dos Estudos de Tombamento do Parque em questão, em 17/10/88, onde, a referida Conselheira justifica da seguinte forma:

a) Com a regularização do Rio Pinheiros, os clubes de Várzeas tenderam a desaparecer, extinguindo-se uma importante forma de organização e lazer popular. Portanto, os que sobreviveram, devem ser preservados para garantir a continuidade daquela forma de lazer popular.

b) Preservação de Área Verde. O acelerado processo de adensamento das edificações e pavimentação urbana vem acarretando sérios problemas ambientais para a cidade: "Ilhas de Calor", redução dos reservatórios de água, alteração dos regimes dos Rios (acentuando as enchentes) com a impermeabilização do solo.

c) Necessidade de garantia dos Índices de proporção entre áreas verdes e número de habitantes propugnados internacionalmente. São Paulo coloca-se distante destes índices.



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-11-

1.3.2 - Elementos a serem acrescentados, ausentes no parecer da ilustre Conselheira Stella G. Carvalhaes.

a) A existência do Teatro Vento Forte e o Circo Escola, revelam teres consolidado um importante papel para a cultura e educação artística da cidade, voltados às camadas menos favorecidas da cidade. Somente não foi maior devido à falta de ajuda por parte do Estado, Mesmo assim, pelo trabalho desenvolvido conseguiram se expressar internacionalmente - (Veja-se na parte I, item 2 e 3 deste parecer).

b) O Parque do Povo, através dos clubes de Várzea ali instalados: Circo Escola Picadeiro e Teatro Vento Forte, mobilizam centenas e milhares de pessoas nos finais de semana, transformando-se num ponto de integração sócio espacial, no interior de uma área metropolitana onde tudo leva à fragmentação da vida urbana. Além de que, as relações das pessoas procedentes de várias partes da cidade associadas aos clubes existentes, indicam um convívio com o lugar de longo tempo (veja-se tabela do ítem 1 da I Parte deste parecer). Vale lembrar que este convívio cria laços de identidade entre as pessoas e os lugares. Fato este ignorado cada vez mais pela política de Renovação Urbana que São Paulo presenciou nas últimas décadas. Somente não foi maior, graças à inteligente intervenção dos Órgãos de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, entre eles, deve-se destacar, o CONDEPHAAT, de contra mentalidades como a daquele Assessor da Secretaria



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-12-

do se referiu ao estudo de tombamento do Parque do Povo.

1.4 - Entre a Legitimidade e a legalidade do Tombamento do Parque do Povo e o parecer do presente Conselhoheiro

Várias foram as incursões feitas pelos proprietários do terreno ocupado pelo Parque do Povo, a Caixa Econômica Federal e o IAPAS, junto ao CONDEPHAAT e ao Ministério Público Federal, alegando a incompetência deste Órgão para tomar um bem de propriedade do poder da União, cabendo ao SPHAN tal competência. É inegável que, em um Estado de Direito a Lei esteja acima dos homens e do próprio Estado. Porém é válido questionarmos se é justo aquelas duas Instituições, em nome de uma transação mobiliária que as beneficiou economicamente colocar em risco, interesses coletivos mais amplos e as áreas verdes da cidade. Quanto à alegação de ilegalidade do CONDEPHAAT, Órgão Estadual tomar um bem da União, assim se colocou o Dr. Evaristo Silveira Jr., ilustre jurista e Conselheiro deste Órgão, após uma cuidadosa análise sobre o direito entre a União e os Estados, conforme documento apenso a este processo nas páginas 338-339, item 16: " Sobressai, contudo, no meu pensamento, o fato de um bem federal poder, sem dúvida, interessar apenas à memória regional ou local, sem a expressão correspondente no âmbito mais geral da Nação, máximo das dimensões geográficas do Brasil, donde a procedência de seu tombamento nesses níveis. E isso não



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-13-

fosse a competência concorrente das três esferas na consecução do objetivo comum de preservação cultural, que fez a História, inclusive com sua repercussão "Urbe et orbe", a exemplo dos tombamentos que vêm sendo procedidos pela UNESCO para a preservação do patrimônio da humanidade sem ferir a soberância nacional. O mesmo me parece ocorrer internamente, pelas razões que expus, sem que o tombamento dos bens da União pelos Estados-membros interfira na competência privativa da União dado que a competência para legislar sobre tombamento é concorrente como reza o artigo 23, da Constitução vigente, que deixa clara relação solidária entre os poderes públicos visando tais fins (V.Tb.art 24)!"

Assim sendo, ã partir do exposto até aqui e:

- Considerando que, a preservação de área verde que hoje caracteriza este Parque é importante para a qualidade ambiental da cidade, assim, como as formas de uso para lazer e recreação, para uma cidade tão carente deste tipo de espaço;
- Considerando que, pode-se perceber a Legitimação do movimento em defesa do Parque, tanto por parte da Sociedade civil, como dos poderes públicos constituídos;
- Considerando, que, a possibilidade de negociações entre os atuais proprietários - Caixa Econômica Federal e IAPAS e Cias. Imobiliárias, pode significar uma ameaça à preservação do verde da cidade e, admitindo-se que, respaldado na Constituição de 1988 e levando-se em considera-ção o parecer dp ilustre Conselheiro Dr. Evaristo Silvei



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

-14-

celino Kubistscheck, Marginal Pinheiros, Av. Cidade Jardim
e Av. Brig. Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo.

São Paulo, junho/1994.

FRANCISCO CAPUANO SCARLATO

Conselheiro

/krgs.-



Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.513	88	

INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - DEP. FÁBIO FELDMANN

ASS.: Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo, nesta Capital

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 04 DE JULHO DE 1994

ATA Nº 1000

O Egrégio Colegiado deliberou aprovar, por maioria de votos, os pareceres do STCR e do Conselheiro-Relator, favoráveis ao tombamento do Quadrilátero situado entre a Av. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros e Av. Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo, situado nesta Capital.

1. Encaminhem-se os presentes autos à Dra Judith Monari para as providências cabíveis.

GP/Condephaat, 05 de julho de 1994.


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

AO STCR (Geógrafo Luiz Paulo M. Ferraz)

Para delimitar o perímetro
exato de tombamento do
Parque do Povo.

Cauliceat. 11/7/94

Jucelino

Do geógrafo Luiz Paulo M. Ferraz,
para manifestar.

STCR, julho 1994.

Bem

SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ

*268*

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.573	88	

Senhora Diretora do STCR,

Em atenção ao despacho de Vossa Senhoria ,
apresentamos a seguir o perímetro de tombamento do Parque do Po-
vo:

-localizado no perímetro compreendido entre
as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek
e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital. Estando inseridas
neste perímetro as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Pi-
cadeiro, Teatro Ventoforte e pelos seguintes clubes de futebol de
várzea: Marítimo Futebol Clube, União da Vila Olímpia, Grêmio Ito-
roró, Mocidade Futebol Clube, Tintas Ciota, Flor do Itaim Bibi ,
Clube do Movimento Esportivo do Itaim e Canto do Rio.

Ficando excluído do tombamento a área atual-
mente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para ins-
talação de feiras livres, assim como a antiga área do Clube Mare -
chal Floriano.

STCR, *22* de *Julho* de 1994.

LUIS PAULO MARQUES FERRAZ

Geógrafo

À Sua Senhoria Juíza,

encaminhando manifestação
do geógrafo Luis Paulo M. Ferraz.

STOR, Junho de 1994.

Bery

SUELI FERREIRA DE DEM
Diretora Técnica do STOR
CREA n.º 65.188-D/RJ



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Proc.Cond. 26.513/88

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO - CONDEPHAAT.

NOTIFICAÇÃO

Notificamos todos os proprietários, herdeiros ou sucessores e a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 04 de julho de 1994, Ata nº 1000, deliberou aprovar, por maioria de votos, os pareceres do Serviço Técnico de Conservação e Restauro - STCR e do Conselheiro Relator, favoráveis ao tombamento do PARQUE DO POVO, localizado no perímetro compreendido entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, estando inseridas nesse perímetro as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olímpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Citrota, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, ficando excluído deste tombamento a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube, pelo que, de acordo com o artigo 143 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16/03/79, é facultada aos interessados a interposição de recurso contestatório ao Secretário de Estado da Cultura, dentro de

Assinatura



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

-02-

770
S

15 (quinze) dias, contados da presente publicação.

CONDEPHAAT, 25 de julho de 1994.

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

JM/krqs.-

771
2

PUBLICADO
D.O.E. 26 / 07 / 94
SEÇÃO I PÁG. 40

(26)

CULTURA
**CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO**

Notificação

Notificamos todos os proprietários, herdeiros ou sucessores e a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, em sua sessão ordinária de 4-7-94, Ata 1000, deliberou aprovar, por maioria de votos, os pareceres do Serviço Técnico de Conservação e Restauro — STCR e do Conselheiro Relator, favoráveis ao tombamento do Parque do Povo, localizado no perímetro compreendido entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, estando inseridas nesse perímetro as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olímpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Citrota, Associação Atlético Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, ficando excluído deste tombamento a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube, pelo que, de acordo com o artigo 143 do Decreto Estadual 13.426, de 16-3-79, é facultada aos interessados a interposição de recurso contestatório ao Secretário de Estado da Cultura, dentro de 15 dias, contados da presente publicação.

(26,27,28)

MGCS.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

Ofício GP-1272/94

Proc. Cond. 26.513/88



São Paulo, 29 de julho de 1994.

Senhor Advogado Chefe,

Estamos encaminhando, em anexo, para conhecimento de Vossa Senhoria, cópia xerográfica do Edital de Notificação publicado no Diário Oficial do Estado do dia 26 do corrente, relativo à decisão do Egrégio Colegiado deste CONDEPHAAT, em sessão ordinária de 04.7.94, Ata nº 1.000, favorável ao tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta dessa Caixa Econômica Federal-CEF e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS, a cujos termos nos reportamos, em específico o artigo 143, do Decreto Estadual nº 13.426, de 16.3.79, que faculta aos proprietários a interposição de recurso contestatório ao Secretário de Estado da Cultura.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Senhoria nossos protestos de alta estima e elevado apreço.

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor

DR SILVIO TRAVAGLI

M.D.Advogado Chefe do Departamento Jurídico da
Caixa Econômica Federal- Filial São Paulo
Av. Paulista nº 1.912 -13º andar s/ 1.301

CAPITAL-SP

01310-200



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

Ofício GP-1274/94

Proc. Cond. 26.4513/88

São Paulo, 29 de julho de 1994.

Senhor Prefeito,

Comunicamos a Vossa Excelência que o Egrégio Colegiado, em sessão ordinária do dia 04.7.94, Ata nº 1.000, deliberou aprovar, por maioria de votos, os pareceres do Serviço Técnico de Conservação e Restauro - STCR e do Conselheiro Relator, favoráveis ao tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal-CEF e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS.

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olímpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Cirotá, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio e excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube.

No ensejo, apresentamos a Vossa Excelência protestos de alta estima e elevada consideração.

José Carlos Ribeiro de Almeida
JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Ao Exmo Senhor



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP 1313/94
Processo nº 26.513/88

São Paulo, 02 de agosto de 1994

Senhor Superintendente Estadual:

Estamos encaminhando, em anexo, para conhecimento de Vossa Senhoria, cópia xerográfica do Edital de Notificação publicado no Diário Oficial do dia 26 do corrente, relativo à decisão do Egrégio Colegiado deste CONDEPHAAT, em sessão ordinária de 04/07/94, Ata nº 1000, favorável ao tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubistchek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta desse Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (antigo IAPAS) e da Caixa Econômica Federal - CEF, a cujos termos nos reportamos, em específico o artigo 143, do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/03/79, que facultava aos proprietários a interposição de recurso contestatório ao Secretário de Estado da Cultura.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência nossos protestos de alta estima e elevado apreço.

José Carlos Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor:

Dr. Sérgio Bueno

M.D. Superintendente Estadual do Instituto de



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

775
9

Ofício GP-1273/94
Processo nº 26.513/88

São Paulo, 02 de agosto de 1994

Senhor Procurador Estadual:

Estamos encaminhando, em anexo, para conhecimento de Vossa Senhoria, cópia xerográfica do Edital de Notificação publicado no Diário Oficial do Estado do dia 26 do corrente, relativo à decisão do Egrégio Colegiado deste CONDEPHAAT em sessão ordinária de 04.07.94, Ata nº 1000, favorável ao tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta desse Instituto Nacional de Serviço Social - INSS (antigo IAPAS) e da Caixa Econômica Federal - CEF, a cujos termos nos reportamos, em específico o artigo 143, do Decreto Estadual nº 13.426, de 16.03.79, que faculta aos proprietários a interposição de recurso contestatório ao Secretário de Estado da Cultura.

Nessa oportunidade, apresentamos a Vossa Senhoria nossos protestos de alta estima e elevado apreço.

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

Senhor:
Dr. MIGUEL RICARDO CALMOM NOGUEIRA DA GAMA
M.D. Procurador Estadual do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em São Paulo



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP 1307/94

São Paulo, 01 de agosto de 1994


Prezado Senhor:

Vimos pelo presente agradecer imensamente sua inestimável colaboração junto aos estudos de tombamento do Parque do Povo, neste Conselho.

Gostaríamos de destacar tanto a elaboração do texto: "O Lazer na Cidade" quanto as funções de consultor de toda a pesquisa envolvendo organização e coordenação: da pesquisa de campo, da análise dos dados e da redação final do estudo de tombamento.

Sem mais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor:

Antropólogo JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI

Em mãos

/krgs.-



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP 1306/94

São Paulo, 01 de agosto de 1994

Prezada Senhora:

Vimos pelo presente agradecer a valiosa colaboração prestada por Vossa Senhoria através da elaboração do texto: "Entre o público e o privado: o direito à cidade", importante subsídio para o estudo do processo de tombamento do Parque do Povo, neste Conselho.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhora:

Socióloga MARIA LUCIA MONTES

Em mãos

/krqs.-



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP 1305/94

São Paulo, 02 de agosto de 1994

Prezado Senhor:

Vimos pelo presente agradecer a valiosa colaboração prestada por Vossa Senhoria através da elaboração do texto "Futebol, Várzea e Cidade de São Paulo", importante subsídio para o estudo do processo de tombamento do Parque do Povo, neste Conselho.

Sem mais, subscrevemo-nos

Atenciosamente


JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

Senhor:

HISTORIADOR JOSÉ SEBASTIÃO WITTER

Em mãos

/krqs.-



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

Ofício GP 1308/94

São Paulo, 01 de agosto de 1994

Prezada Senhora:

Vimos pelo presente agradecer imensamente a inestimável colaboração do Professor José Guilherme Cantor Magnani junto aos estudos de tombamento do Parque do Povo neste Conselho.

Gostaríamos de destacar tanto a elaboração do texto: " O Lazer na Cidade" quanto as funções de consultor de toda a pesquisa envolvendo organização e coordenação: da pesquisa de campo, da análise dos dados e da redação final do estudo de tombamento.

Nesse sentido gostaríamos também de ressaltar a importância da parceria entre a Universidade e este Conselho permitindo a soma e a troca do saber acadêmico e técnico.

Sem mais, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhora:

Professora PAULA MONTEIRO

Chefe do Deptº de Antropologia - USP

Em mãos

/krqs.-

780
C

AO

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO ARTÍSTICO
E TURÍSTICO DO ESTADO - CONDEPHAAT

Senhor Presidente

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL POR SUA ADVOG

R. G. 10.576.081 residente à AV. PAULISTA 1842 1º A.

Bairro C. CESAR

Cidade SÃO PAULO

Estado SP

Telefone 288-8293

252-5684

CEP 01310-200

, vem requerer a Vossa

AUTORIZAÇÃO para VISTA E KEROK

no imóvel que se localiza à - PARQUE DO POUO - AV. CIDADE

JARDIM

Bairro

- CIDADE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 26513/88

ESTADO SP

Nº do Contribuinte —

CONDEPHAAT

Em 03 / 08 / 94

Recebido por: Suzone

Horas: 10:55

Seguem em anexo, os documentos. - A PROCURAÇÃO

TERMOS EM QUE

P. DEFERIMENTO

São Paulo, 03 de ~~JUNHO~~ AGOSTO

de 1994

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

PROC. F.I. LIVRO FLS.

PROCURAÇÃO *** 1.538 092

Tabelionato Borges Teixeira Dr. Goiânio Borges Teixeira - Tabelião e Oficial Dr. Ramilo Simões Corrêa - Substituto

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL TEC. JUD. AUT. CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASÍLIA - DF Poder Judiciário

Ed. Pioneiras Sociais Lojas 4/7 - Fone: (061) 225-2760 - Fax: (061) 225-7222

PROCURAÇÃO bastante que faz (em) a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na

forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, no ano de mil novecentos e noventa e três (1993) ao(s) 07 (SETE) dia(s) do mês de DEZEMBRO (12), nesta Cidade de Brasília, Capital da República, perante mim, Tabelião Substituto, compareceu(eram) como outorgante(es): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Instituição Financeira sob a forma de Empresa Pública dotada de personalidade Jurídica de Direito Privado, criada pelo Decreto-lei n. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-lei n. 1259, de 19.02.73, e constituída pelo Decreto n. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n. 99.531, de 17.09.90, publicado no DOU de 18.09.90, arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal, com sede no SBS, Quadra 04, Lote 34, Brasília-DF., CGC/MF n. 00.360.305/0001-04, neste ato, representada pelo seu Presidente, DANILO DE CASTRO, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade n. 978.729-SSP-MG., e do CIC n. 064.447.416-53, residente e domiciliado nesta Capital, nomeado por Decreto de 19.10.92, publicado no DOU de 20.10.92; reconhecido(a)(s) e identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) do que dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este instrumento público nomeia(m) e constitui(em), com reserva de poderes, seu(ua)(s) bastante procurador(a)(es)(as) MÁRIO DA CUNHA HAAG, brasileiro, divorciado, economiário, CPF/MF n. 151.367.790-04, residente e domiciliado na cidade de SÃO PAULO, ao qual confere, na qualidade de Superintendente Regional da CEF/SÃO PAULO, poderes para -o fim especial de, na Jurisdição da SUREG - SÃO PAULO: 1º - representar a outorgante em juízo ou fora dele, podendo para tal fim, praticar todos os atos de sua administração, inclusive, nas operações de natureza bancária, financeira, comercial, credenciar empregado para representar a outorgante perante a Justiça do Trabalho, receber citação, transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso, adjudicar e/ou arrematar nas Execuções Judiciais ou Extrajudiciais; 2º - assinar contrato de qualquer natureza, por instrumentos públicos ou particulares, nos quais a Outorgante compareça como Contratante ou Contratada, podendo para tal fim receber, dar quitação, firmar compromisso, estipular prazo, taxa de juros, comissões, comprar, recomprar e vender títulos, a preços fixos próprios e de terceiros, bem como, estipular cláusulas e demais condições próprias do negócio realizado, inclusive, anuir à cessão e transferência de direitos, representando a Outorgante em Cartórios de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, de Notas, Repartições e órgãos Públicos, Empresas e Entidades Públicas e Privadas; 3º - outorgar Escrituras Públicas definitivas de Venda e Compra de imóveis de propriedade da Outorgante, sejam residenciais não destinados a uso das atividades da Outorgante, imóveis de uso ou imóveis não residenciais, bem como dos imóveis adjudicados e/ou arrematados e os recebidos em dação de pagamento, observadas, no caso de venda dos imóveis de uso a autorização do Conselho Fiscal da Outorgante, e, ainda, outorgar Escrituras de Cessão de Direitos ou Promessa de Compra e Venda referente a esses imóveis, podendo, descrevê-los com suas medidas e confrontações, estipular preço, receber, dar quitação, transmitir posse, domínio, direito e ação, responder pela evicção de direitos na forma da lei, praticando, enfim, todos os atos necessários perante quaisquer órgãos, Entidades, Empresas, Instituições Públicas e Privadas, e tudo o mais necessário ao cumprimento dos poderes ora outorgados; 4º - movimentar as contas bancárias de nº 104-X junto ao Banco do Brasil S/A e a de nº 6.115-9 junto ao Banco Central do Brasil, na forma e de acordo com os poderes conferidos em instrumento específico; 5º - autorizar saques nas contas vinculadas e/ou nas contas individuais integrantes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; 6º) conceder fiança e/ou aval quando autorizado pela Diretoria da Outorgante, na forma e de acordo com as condições que forem aprovadas obedecidas a legislação em vigor, respeitadas as restrições da Resolução n. 551, de 21 de junho de 1979, do Banco Central do Brasil; 7º) representar a CEF nos contratos e operações celebradas no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e do Sistema Hipotecário, e operações correlatas da Outorgante previstas no Capítulo II, Artigo 5º, do Decreto nº 99.531, de 17 de setembro de 1990, podendo assinar escrituras e contratos, públicos e particulares, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar carta de arrematação ou de adjudicação, expedidas em processos de execução judicial ou extrajudicial, representá-la em Cartório de Registro de Imóveis, de Notas, de Títulos e Documentos, Instituições Públicas e Privadas, Empresas, órgãos Públicos, enfim, podendo praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento dos poderes expressos neste item; 8º) os poderes constantes deste instrumento poderão ser substabelecidos, com reservas, ao Substituto do Outorgado, assim designado em Portaria do Presidente da CEF, que os exercerá nos impedimentos do Titular, bem como a outros empregados da Outorgante, ocupantes de Função de Confiança compatível com o exercício dos poderes que lhes serão substabelecidos. O presente mandato terá vigência a partir de 1º de Janeiro de 1.994 e extinguir-se-á de pleno direito e automaticamente no dia 31 de Dezembro do mesmo ano (1.994). (LAURADA SOB MINUTA APRESENTADA). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS POR VONTADE DAS PARTES. (Em Cr\$964,00) Eu (Enoques Alves Gouveia) auxiliar judiciário, a datilografei em (RAMILO SIMÕES CORRÊA), Tabelião Substituto, mandei lavrar, conferi, encerro o presente ato colhendo as assinaturas Subscricao do Tabelião (22) DANILO DE CASTRO - RAMILO SIMÕES CORRÊA

EM ...

1º CARTÓRIO DE NOTAS - Aldo Neves Godinho Fo. - Tabelião
Rua das Palmeiras, 353 ** AUTENTICAÇÃO **
Conforme original exibido, dou fé . S. Paulo 14/03/94
Nelma A. Prado - Dimas D. Oliveira - Ruy D. R. Batista - João B.C. Godinho
Total: 0,18827 UFESP's *** 39910157 ***

170839/A

182

PROCURAÇÃO

Outorgante: A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de Empresa Pública dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, criada pelo Decreto-lei nº 759, de 12 AGO 69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.259, de 19 FEV 73, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06 MAR 70, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 99.531, de 17 SET 90, publicado no "Diário Oficial da União", de 18 SET 90, arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal, onde está sediada, no SBS, Quadra 04, Lote 34, Brasília, DF, devidamente inscrita no CGC/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional em São Paulo, MÁRIO DA CUNHA HAAG, brasileiro, divorciado, economiário, titular do CPF/MF nº 151.367.790-04, com escritório nesta Capital à Avenida Paulista, nº 1842, 13º andar, conforme poderes que lhe foram conferidos através de pública procuração lavrada às fls. 092, do livro 1.538, em 07 de Dezembro de 1993, no Cartório do 2º Ofício de Notas de Brasília, DF;

Outorgados: Drs. SÍLVIO TRAVAGLI (OAB/SP 58.780), CRISTINA GONZALEZ FERREIRA PINHEIRO (OAB/SP 87.127-B), ELISABETE PARISOTTO PINHEIRO VICTÔR (OAB/SP 76.153), ÉZIO FREZZA FILHO (OAB/SP 90.764), IVONE DE SOUZA TONIOLO DO PRADO (OAB/SP 76.787), JOSÉ PAULO NEVES (OAB/SP 99.950), JOSÉ OSWALDO FERNANDES CALDAS MORONE (OAB/SP 64.911), MARCOS UMBERTO SERUFO (OAB/SP 73.809) - brasileiros, residentes e domiciliados em São Paulo, Capital, sendo o primeiro solteiro, o quarto e o último divorciados, e os demais casados, bem como os Drs. AÍDA DE OLIVEIRA MARTINS DOMINGUES (casada, OAB/SP 47.270), ANA CLÁUDIA SCHMIDT (solteira, OAB/SP 95.234), ANTONIO CARLOS FERREIRA (casado, OAB/SP 69.878), ANITA THOMAZINI SOARES (separada judicialmente, OAB/SP 58.836), AUSTIN NOSCHESSE ROBERTS (separado judicialmente, OAB/SP 22.452), CAMILO DE LÉLLIS CAVALCANTI (casado, OAB/SP 94.066), CARLOS ALBERTO MINAYA SEVERINO (casado, OAB/SP 79.340), CARLOS ALBERTO TOLESANO (solteiro, OAB/SP 29.741), CLÁUDIO BOCCATO (casado, OAB/SP 9.493), CLEUCIMAR VALENTE FIRMIANO (solteiro, OAB/SP 115.747), CLEUSA MARIA DE JESUS ARADO VENÂNCIO (casada, OAB/SP 94.666), CRISTINA HELENA STÁFICO (solteira, OAB/SP 76.810), DALVA MARIA DOS SANTOS FERREIRA (casada, OAB/SP 63.811), DARWIN JARUSSI (solteiro, OAB/SP 11.416), DAVID ROCHA LIMA DE MAGALHÃES E SILVA (casado, OAB/SP 86.547), ELIZABETH CLINI DIANA (casada, OAB/SP 84.854), GILBERTO AUGUSTO DE FARIAS (casado, OAB/SP 87.903), GILBERTO PERES RODRIGUES (casado, OAB/SP 28.740), HERMES DONIZETI MARINELLI (casado, OAB/SP 66.472), ILSANDRA DOS SANTOS LIMA (solteira, OAB/SP 117.065), IVONE COAN (solteira, OAB/SP 77.580), JANETE ORTOLANI (solteira, OAB/SP 72.682), JOÃO AUGUSTO FAVERY DE ANDRADE RIBEIRO (casado, OAB/SP 105.836), JOÃO BATISTA VIEIRA (solteiro, OAB/SP 95.563), JOSÉ ADÃO FERNANDES LEITE (solteiro, OAB/SP 85.526), JOSÉ CARLOS DE CASTRO (solteiro, OAB/SP 92.284), JÚLIA LOPES PEREIRA (casada, OAB/SP 116.795), LÍDIA MARIA DOS SANTOS EXMAN (casada, OAB/SP 69.444), LOURDES RODRIGUES RUBINO (solteira, OAB/SP 78.173), LUIZ AUGUSTO DE FARIAS (casado, OAB/SP 94.039), LUIZ CARLOS FERREIRA DE MELO (casado, OAB/SP 32.686), MANOEL TRAJANO SILVA (casado, OAB/SP 66.147), MARCELO FERREIRA ABDALLA (solteiro, OAB/SP 116.442), MARGARETH ROSE RIBEIRO DE ABREU E MOURA (casada, OAB/SP 56.646), MARIA AUXILIADORA FRANÇA SENNE (solteira, OAB/SP 96.186), MARIA EDNA GOUVEA PRADO (solteira, OAB/SP 8.105), MARIA GISELA SOARES ARANHA (divorciada, OAB/SP 68.985), MARIA INÊS SALZANI MACHADO PAGIANOTTO (casada, OAB/SP 77.742), MARIA DE LOURDES FACHADA SEGALLA (casada, OAB 15.013), MARIA LÚCIA BUGNI CARRERO (solteira, OAB/SP 72.208), MARIA LUIZA DIAS DE MOURA (solteira, OAB/SP 31.539), MARIA SATIKO FUGI (solteira, OAB/SP 108.551), MARIA TEREZA SANTOS DA CUNHA (solteira, OAB/SP 84.994), MARILENE DUARTE (solteira, OAB/SP 68.549), MARISA MIGUEIS (solteira, OAB/SP 86.851), NILTON CÍCERO DE VASCONCELOS (casado, OAB/SP 90.980), ORLANDO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR (separado judicialmente, OAB/SP 28.445), RICARDO VALENTIN NASSA (solteiro, OAB/SP 105.407), ROBERTO MODESTO JEUKEN (casado, OAB/SP 73.369), ROSALVO PEREIRA DE SOUZA (casado, OAB/SP 69.746), RUI GUIMARÃES VIANNA (solteiro, OAB/SP 87.469), SANDRA REGINA FRANCISCO VALVERDE PEREIRA (casada, OAB/SP 116.238), SANDRA ROSA BUSTELLI JESION (casada, OAB/SP 96.090), SÉRGIO SOARES BARBOSA (casado, OAB/SP 79.345), SHEILA PERRICONE (solteira, OAB/SP 95.834), SÔNIA MARIA DE MATTOS (solteira, OAB/SP 39.277), SUELI FERREIRA DA SILVA (solteira, OAB/SP 64.158), TADAMITSU NUKUI (casado, OAB/SP 96.298), TÂNIA FAVORETTO (solteira, OAB/SP 73.529), TERESA DESTRO (solteira, OAB/SP 95.418), TOMÁS FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ NETO (casado, OAB/SP 26.276), YARA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS REUTER TORRO (casada, OAB/SP 87.563); bem como os Drs. CÉLIA MIEKO ONO BADARÓ (casada, OAB/SP 97.807), MARIA ALICE FERREIRA BERTOLDI (separada judicialmente, OAB/SP 57.005) e NELSON PIETROSKI (casado, OAB/SP 119.738-B), todos brasileiros, advogados, empregados da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, lotados na Regional de São Paulo, regularmente inscritos na OAB - Secção de São Paulo, consoante inscrições respectivas mencionadas acima, sendo que os três últimos ora se encontram cumprindo a terceira etapa do processo seletivo para o cargo de profissional com atribuições de advogado.

Poderes: Aqueles da cláusula *ad judicia et extra*, para, conjuntamente, ou em separado, e independentemente da ordem de nomeação, representá-la em juízo e fora dele, e perante qualquer instância ou tribunal, nas ações em que ela for autora, ré, assistente ou oponente, podendo arguir incompetência de juizes, transigir, receber, desistir, dar quitação, firmar compromissos e substabelecer a outros advogados do quadro de carreira da CEF, praticando, enfim, tudo o mais que se tornar necessário ao interesse e à defesa da outorgante e ao bom e fiel cumprimento deste mandato, independentemente da menção de outros poderes, por mais especiais que sejam. Aos oito primeiros advogados nomeados no presente instrumento, exclusivamente, a outorgante, além dos poderes acima referidos, confere aqueles especiais para, em conjunto entre si, ou mesmo individualmente, e independentemente da ordem de nomeação, receberem CITAÇÃO em nome da CEF.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Filial de SP
JURÍDICO REGIONAL

SÍLVIO TRAVAGLI
Advogado - Chefe

OAB/SP 58.780 - CPF 78.610.548-88

São Paulo, 23 de Dezembro de 1.993

MARIO DA CUNHA HAAG

Superintendente Regional da CEF, em São Paulo

PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS DE SAO PAULO
ALDO NEVES GODINHO FILHO - TABELIAD
R. DAS PALMEIRAS, 353 - S. PAULO (SP)

RECONHECO POR SEMELHANÇA 01 FIRMA (S)

LADO DE: MARIO DA CUNHA HAAG

RT SAO PAULO, 30/12/93 - 14:10 C1

NELMA AP. PRADO-DIMAS D. OLIVEIRA - ESC. AUT

1º CARTÓRIO DE NOTAS - Aldo Neves Godinho Filho Tabelião
Rua das Palmeiras, 353 ** AUTENTICO
Confirma original exibido, dou fé. S. Paulo 14/12/93

Nelma A. Prado - Dimas D. Oliveira - Ruy D. R. Batista - João B. Godinho

1.º Registro de Títulos e Documentos
Microfilmado sob n.º 242023.8

1º CARTÓRIO DE NOTAS - Aldo Neves Godinho Fo. - Tabelião
Rua das Palmeiras, 353 ** AUTENTICAÇÃO **
Conforme original exibido, dou fé. S. Paulo 14/03/94.

172440/A

Neirna A. Prado - Dimas D. Oliveira - Ruy D. R. Batista - João B.C. Godinho
Total: 0,1827 UFESP's*** 40284171

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
São Paulo - Capital
RECEBEMOS PELO PRESENTE REGISTRO
CR\$ 565,95 Neste valor incluem-se

1.º CARTÓRIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA ROBERTO SIMONSEN, 106 - FONE: 37-2071
Escrivão Del. CARLOS ALBERTO AULICINO
Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em
Microfilme sob N.º 2120238
São Paulo, 03 JAN 04

103

AO
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO ARTÍSTICO
E TURÍSTICO DO ESTADO - CONDEPHAAT

CONDEPHAAT
Em 05/08/94
Recebido por: SILVANA
Horas: 12:35

Senhor Presidente

LUIZ GONZAGA CARDOZO TIMOLO

R. G. 80.760.966-7 residente à AL. RIBEIRÃO PRETO N.º 86

ATO 103 Bairro BELO VISTA

Cidade SÃO PAULO Estado SÃO PAULO

Telefone 284-4149 CEP 01331-000, vem requerer a Vossa

AUTORIZAÇÃO para TER VISTA DO PROCESSO DE

TOMBAMENTO Nº 26513/86, PARA RE-

DESCRIÇÃO DOCUMENTOS DO MESMO, A FIM

DE INSTRUIVA RECURSO A SER INTERPO-

TO PELA INSS. O REQUERENTE ESCLARE-

CE QUE É PROCURADA DO INSS. MATRI-

CULA SIA Nº 756-746, LOTADA EM SÃO PAULO/SP.

no imóvel que se localiza à _____

_____ Bairro _____ - CIDADE _____

_____ ESTADO _____

Nº do Contribuinte _____.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

Ofício GP-1.323/94
Proc. Cond. 26.513/94

São Paulo, 03 de agosto de 1994.

Senhor Delegado

Comunicamos a Vossa Senhoria que, nosso Egrégio Colegiado em sessão do dia 04/7/94, Ata nº 1000, deliberou aprovar o tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal - CEF e do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (antigo IAPAS).

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olimpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Cirola, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, tendo sido excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube.

Assim, na conformidade dos artigos 142, § único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/03/79, qualquer intervenção nessa área, inclusive qualquer obra, deverá ser precedida da prévia apreciação e eventual aprovação do E.Colegiado do CONDEPHAAT, sob pena de se sujeitar, o responsável, às sanções previstas no artigo 147 do mesmo diploma legal, que prevê, além da aplicação de pena pecuniária, a apuração da responsabilidade civil e criminal.

Apoie o iPatrimônio: <http://www.ipatrimonio.org/apoie>



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

Cont... ofício GP-1.323/94
Proc. 26.513/94

Juntamos ao presente, cópia xerox da No
tificação publicada no DOE. de 26/7/94 a respeito.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senho-
ria protestos de alta estima e elevado apreço.

Ribeiro de Almeida
JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor
Dr. NAIEF SAAD NETO
MD. Delegado da Titular da Polícia Civil - 15º - DP
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 340
Capital-SP
Cep. 04350-000

JM/vsm.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

fls.
286

Ofício GP-1.324/94
Proc. Cond. 26.513/94

São Paulo, 04 de agosto de 1994.

Senhor Administrador,

Comunicamos a Vossa Senhoria que nosso Egrégio Colegiado em sessão do dia 04/7/94, Ata nº 1000, deliberou aprovar o tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal - CEF e do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS (antigo IAPAS).

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olimpia, Grêmio Itororô, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Citrota, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, tendo sido excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do marechal Floriano Futebol Clube.

Assim, na conformidade dos artigos 142, § único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/3/79, qualquer intervenção nessa área, inclusive qualquer obra, deverá ser precedida da prévia apreciação e eventual aprovação do E. Colegiado do CONDEPHAAT, sob pena de se sujeitar, o responsável, às sanções previstas no artigo 147 do mesmo diploma legal, que prevê, além da aplicação de pena pecuniária, a apuração da responsabilidade civil e criminal.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

Cont...ofício GP-1.324/94

Proc. 26.513/94

Juntamos ao presente, cópia xerox da Notificação publicada no DOE de 26/7/94 a respeito.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria protestos de alta estima e elevado apreço.

Ribeiro de Almeida

JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

Senhor

DR. RONALD SHALDERS PEREIRA MENDES

MD. Administrador Regional de Pinheiros - PMSP

AV. Frederico Herman Junior nº 199

Capital - SP

CEP. 05459-010

JM/vsm.

JM



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

Ofício GP- 1325/94
Proc. Cond. 26.513/94

São Paulo, 04 de agosto de 1994.

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Senhoria que, nosso Egrégio Colegiado em sessão do dia 04/7/94, Ata nº 1000, deliberou aprovar o tombamento da área conhecida pela denominação de " Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal - CEF e do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (antigo IAPAS).

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olímpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Citrota, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, tendo sido excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube.

Assim, na conformidade dos artigos 142, § único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/3/79, qualquer intervenção nessa área, inclusive qualquer obra, deverá ser precedida da prévia apreciação e eventual aprovação do E. Colegiado do CONDEPHAAT, sob pena de se sujeitar, o responsável, às sanções previstas no artigo 147 do mesmo diploma legal, que prevê, além da aplicação de pena pecuniária, a apuração da responsabilidade civil e criminal.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -


fls
289

Cont... Ofício GP-1.325/94

Proc. 26.513/94

Juntamos ao presente, cópia xerox da Notificação publicada no DOE de 26/7/94, a respeito.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria protestos de alta estima e elevado apreço.


JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhor

MAURO A.L. PINHEIRO

DD. Presidente da Associação Amigos do Parque do Povo

Rua Brigadeiro Haroldo Veloso nº 520

CAPITAL - SP

CEP- 04533-080

JM/vsm.





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

790
A

Ofício GP-1326/94
Proc. Cond. 26.513/88

São Paulo, 4 de agosto de 1994.

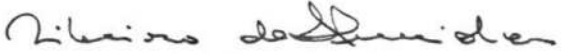
Douto Promotor de Justiça,

Comunicamos a Vossa Excelência que, nosso Egrégio Colegiado em sessão do dia 04/7/94, Ata nº 1000, deliberou aprovar o tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal - CEF e do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (antigo IAPAS).

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União de Vila Olímpia, Grêmio Itororô, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Citrota, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube de Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, tendo sido excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube.

Juntamos ao presente, cópia xerox da Notificação publicada no DOE de 26/7/94 a respeito.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Excelência protestos de alta estima e elevado apreço.


JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

A Sua Excelência o Doutor
TIAGO CINTRA ZARIF
DD. Promotor de Justiça
Fórum João Mendes Júnior 16º andar s/1.617 e 1.619



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

Ofício GP-1.337/94
Proc. Cond. 26.513/94

São Paulo, 04 de agosto de 1994.

Douta Procuradora,

Comunicamos a Vossa Senhoria que, nosso Egrégio Colegiado em sessão do dia 04/7/94, Ata nº 1000, deliberou aprovar o tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cida de Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal - CEF e do Instituto Nacional de Seguro Social INSS (antigo IAPAS).

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olímpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Cirola, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, tendo sido excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube

Assim, na conformidade dos artigos 142, § único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/3/79, qualquer intervenção nessa área, inclusive qualquer obra, deverá ser precedida da prévia apreciação e eventual aprovação do E.Colegiado do CONDEPHAAT, sob pena de se sujeitar, o responsável, às sanções previstas no artigo 147 do mesmo diploma legal, que prevê, além da aplicação de pena pecuniária, a apuração da responsabilidade civil e criminal.

[Handwritten signature]



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

Cont... Ofício GP-1.337/94

Proc. Cond. 26.513/94

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria
protestos de alta estima e elevado apreço.

Jose Carlos Ribeiro de Almeida
JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhora

Dra. CLEIDE PREVITALLI CAIS

DD. Procuradora da República do Ministério Público Federal

Rua Peixoto Gomide nº 768

CAPITAL -SP

CEP-1409-904

JM/vsm.

[Handwritten signature]


Ao STCR (Equipe de Pães
Naturais para elaborar
a minuta de Resolução
de tombamento do bem
objeto desta ação.

Coelha, 08/01/94

Julia

Proc. 26.513/88

~~5168~~
UP
tes. 98
8
193

 ECT BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO-AR OBJETO DE SERVIÇO SERVICE DES POSTES	AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) <input type="checkbox"/> DE RECEBIMENTO DE RECEPCION <input type="checkbox"/> DE PAGAMENTO DE PAIEMENT	
	AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT CENTRAL	Nº DO OBJETO / No. 354914795	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 03/08/94
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE PAULO SALIM MALUF <i>OMP-1249</i> <i>P. 26.513/88</i>		
	ENDEREÇO / ADRESSE PARQUE D. PEDRO II		
	CEP / CODE POSTAL 03007-900	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS CAPITAL-SP	
	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE RUA DA CONSOLAÇÃO nº 2.333/COND EPAHAAT			
CEP / CODE POSTAL 01301	CIDADE / LOCALITÉ SÃO PAULO	UF SP	BRASIL
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE <i>Moriddo</i>		ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT <i>8885912</i>	

75170392-3

A6 - 105 x 148 mm



fls 792
794

Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26513	88	

INT:-CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDEMANN

ASS:-Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Av. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado PARQUE DO POVO - CAPITAL

À EQUIPE, responsável pela instrução dos estudos de tombamento do PARQUE DO POVO, em atenção do geógrafo Luis Paulo M. Ferraz, para atender ao despacho de fls 792-verso.

STCR, 11 de Agosto de 1.994.

Sueli
SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ

SFB/srap.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

fls 95
+95

Ofício GP-1.337/94
Proc. Cond. 26.513/94

São Paulo, 04 de agosto de 1994.

Douta Procuradora,

Comunicamos a Vossa Senhoria que, nosso Egrégio Colegiado em sessão do dia 04/7/94, Ata nº 1000, deliberou aprovar o tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cida de Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal - CEF e do Instituto Nacional de Seguro Social INSS (antigo IAPAS).

Ficam inseridas nesse tombamento as áreas atualmente ocupadas pelo Circo Escola Picadeiro, Teatro Vento Forte e pelos seguintes Clubes de Futebol de Várzea: Marítimo Futebol Clube, Grêmio Recreativo União da Vila Olímpia, Grêmio Itororó, Mocidade Futebol Clube, Grêmio Esportivo Cirola, Associação Atlética Flor do Itaim, Clube do Movimento Esportivo do Itaim (Clube do Mé) e Grêmio Esportivo Canto do Rio, tendo sido excluída a área atualmente impermeabilizada por cobertura asfáltica, utilizada para instalação de feiras livres, assim como a antiga área do Marechal Floriano Futebol Clube

Assim, na conformidade dos artigos 142, § único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/3/79, qualquer intervenção nessa área, inclusive qualquer obra, deverá ser precedida da prévia apreciação e eventual aprovação do E.Colegiado do CONDEPHAAT, sob pena de se sujeitar, o responsável, às sanções previstas no artigo 147 do mesmo diploma legal, que prevê, além da aplicação de pena pecuniária, a apuração da responsabilidade civil



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- CONDEPHAAT -

file 196
196
A

Cont... Ofício GP-1.337/94
Proc. Cond. 26.513/94

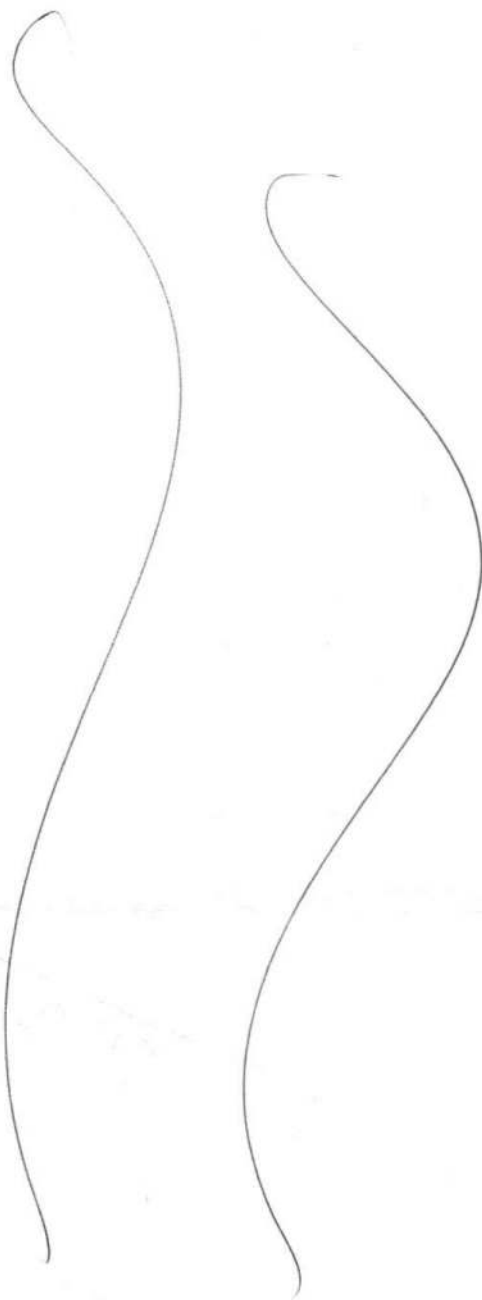
Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria
protestos de alta estima e elevado apreço.

Jose Carlos Ribeiro de Almeida
JOSE CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

Senhora
Dra. CLEIDE PREVITALI CAIS
DD. Procuradora da República do Ministério Público Federal
Rua Peixoto Gomide nº 768
CAPITAL -SP
CEP-1409-904
JM/vsm.

JM





Com anexo, documentos de nos.
97 e 98. S.A. Protocolo
São Paulo, 29/08/94



De 9A
79A

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

São Paulo, 24 de agosto de 1994.

Ofício nº 245/94

Sr. Presidente,

Tendo recebido seu ofício GP-1.337/94 (Proc. Cond. 26.513/94 de 04 de agosto de 1994), participando a aprovação do tombamento da área conhecida pela denominação de "Parque do Povo", que compreende o terreno situado entre as Avenidas Cidade Jardim, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek e Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, venho participar que enviei o ofício ao Dr. João Francisco da Rocha Silva, Procurador da República que oficia perante o Juízo da 4ª Vara Federal, por onde tramita a ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em defesa da área (Proc. nº 89.000732-7).

Assim agi considerando que fui promovida ao cargo de Procuradora Regional da República, estando na forma dos arts. 68 e 69 da Lei Complementar nº 75/93, designada para officiar perante ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Diante da importância da matéria, sugiro a V.Sª. seja enviado ofício sobre o assunto ao MMº Juízo Federal da 4ª Vara, acompanhado de cópia do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/03/79.

Cordialmente,

CLEIDE PREVITALI CAIS

Procuradora Regional da República

Excelentíssimo Senhor
Doutor José Carlos Ribeiro de Almeida
DD Presidente do
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do
Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e
Turístico do Estado de São Paulo
Av. Paulista 2.644, 2º andar



198
198

Do

Of. 245/94

Número

Ano

Rubrica

INT.: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ASS.: Referente ao Processo nº 26.513/94, que trata do tombamen
to do "Parque do Povo".

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. À Dra. Judith Monari para atender a solicitação.

GP/CONDEPHAAT, 26 de agosto de 1994

Ribeiro de Almeida
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente

/krgs.-



Folha de Informação
Rubricada sob n.º
100
799

Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26513	88	


INT.: CÂMARA DOS DEPUTADOS - FÁBIO FELDMANN

ASS.: Estudo de Tombamento do quadrilátero situado entre as Avs. Juscelino Kubitscheck, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado PARQUE DO POVO CAPITAL

À S.A.,

1. para organizar a sequência de folhas numeradas incorretamente a partir da nº 782.
2. com base na informação do geógrafo Luis Paulo M. Ferraz, às fls. 101-verso, solicito desentranhar as de nº 99 a 101-verso, juntando-as ao processo nº 31527/94, retornando ambos ao STCR.

STCR, 06 de Setembro de 1994.


 SUELI FERREIRA DE BEM
 Diretora Técnica do STCR
 CREA n.º 55.198-D-RJ

SENHORA DIRETORA TÉCNICA,

ATENDIDA VOSSA

SOLICITAÇÃO.

S2/Estado, 06/SETEMBRO/1994.





800

Do

Número

Ano

Rubrica

1. À S.A.,

para juntar ao processo de estudos de tombamento do PARQUE DO POVO.

2. À "EQUIPE DO PARQUE DO POVO",

em atenção do geógrafo Luis Paulo Marques Ferraz.

-Fomos informados (via Telefone; sem identificação) sobre Obras em desenvolvimento no interior da área tombada do PARQUE DO POVO, relativas a um galpão em estrutura metálica.

Seria oportuno uma vistoria à área para verificação da denúncia, de modo a podermos prosseguir com o assunto internamente.

STCR, 05 de Setembro de 1994.

SUELI FERREIRA DE BEM
Diretora Técnica do STCR
CREA n.º 55.198-D-RJ

SFB/pac.